

# **MARCAS ARQUITECTÓNICO-ARTÍSTICAS DA CRISTIANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTRE ÉVORA E BEJA**

**Jorge Manuel da Palma Moreira Feio**

---

**Dissertação de Mestrado em  
História da Arte, Especialização em História da Arte da  
Antiguidade**

**SETEMBRO, 2010**



Tese de Mestrado apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à conclusão do Curso de Mestrado em **História da Arte, com Especialização em História da Arte da Antiguidade**, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Justino Maciel

## **DECLARAÇÃO**

Declaro que este Trabalho Final de Curso é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, 17 de Setembro de 2010

**MARCAS ARQUITECTONICO-ARTÍSTICAS DA  
CRISTIANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ANTIGO**  
*CONUENTUS PACENSIS*

**JORGE MANUEL DA PALMA MOREIRA FEIO**



## RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado tem por base o estudo das marcas da cristianização do território situado entre as duas principais cidades do antigo *conuentus Pacensis*, que acabariam por ser sedes de duas grandes dioceses ao longo da Antiguidade Tardia: *Liberalitas Iulia Ebora* e *Pax Iulia*. Com o presente trabalho, o autor pretende definir a forma como o cristianismo se foi implantando neste espaço geográfico, estudando as alterações registadas numa zona de fronteira entre bispados, em ambiente rural. Para atingir o seu objectivo, procurará definir as formas de ocupação do espaço, localizando os povoados, as vias principais e secundárias que os ligavam e tentando detectar *uillae* que tenham permanecido ocupadas depois do fim da ocupação romana do território. Será feita uma tentativa de identificação de edifícios de culto cristão, bem como produções artísticas a eles associadas, sobretudo no que respeita à decoração arquitectónica e à sua iconografia. Através desta proposta de leitura, que associa metodologias de várias ciências que estudam o passado do Homem, apresenta-se uma síntese dos dados existentes, reanalizando-se todas as fontes e acrescentando-se novos testemunhos, com vista à confirmação e elaboração de novas propostas de análise no campo da História da Arte, enquanto se tentará também determinar quantas e quais foram as maiores fases de investimento na cristianização do campo pelo clero e onde e de que forma este se manteve depois da invasão islâmica, criando as comunidades moçárabes que irão ser “depósito cultural visigótico” nesta região. No fundo, será a tentativa de perceber melhor as *Marcas Arquitectónicas e Artísticas da Cristianização do Território entre Évora e Beja*, os seus contextos originais e a forma como chegaram aos nossos dias e nos foram transmitidas.

## ABSTRACT

The following master degree's dissertation is grounded on the study of evidences that suggest the existence of Christianization in the lands located between the two most significant towns in former *conuentus Pacensis*, which turned up to be the main location of the two great dioceses throughout Old Antiquity: *Liberalitas Iulia* and *Pax Iulia*. The author intends to define the way Christianity was implemented in this **geographical** territory by studying the changes observed in a border line between two bishoprics in a rural context.

In an attempt to achieve his aim, the author will try to define ways of occupation of the territory by locating villages' sites main roads and other secondary ways of accessing and connecting those same villages by finding *uillae* which had remained inhabited after the end of Roman invasions.

An attempt to identify the Christian religious buildings will be done, such as artistical productions related to these buildings, specially in what it comes to its architectonic decoration and due to its iconography.

Assuming this is a possible interpretation of facts, connecting different methods, several History branches and various sciences that study Ancient men's development, a brief analysis of the existing data is presented by reanalyzing all the sources and by adding some new testimonies (evidences)?, in order to lead to the confirmation and the elaboration of a new approach as a proposal of an analysis so far as History of Art is concerned. This work will allow to determine how many and which were the most significant periods of investment in terms of field Christianity settlement impelled by religious orders, including their location and the way their communities were kept after Muslim invasions by gathering *Mozarabes* communities, which will be used as "visigothic cultural storage" in this region.

In the end, it will suit the purpose of an attempt for a deeper understanding about Architectonic and Artistical Christianity Evidences of the territory between *Beja* and *Évora*, their original contexts and the way these evidences were brought to modern days.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho teve uma execução muito árdua, pois o meu trabalho de Arqueólogo, com cargas de trabalho muito superiores a 12 horas diárias, pela especificidade dos trabalhos que coordenei ou participei no Alentejo (Mértola e Serpa) e em Trás-os-Montes (Barragem do Baixo Sabor), não me permitiu uma inteira disponibilidade para me dedicar a 1000% à elaboração da Tese de Mestrado, nem tão pouco para apoiar a minha família tanto quanto foi necessário. As minhas primeiras palavras de apreço vão para três grandes Homens que, à sua maneira, marcaram todo o percurso que tenho trilhado na minha vida. Infelizmente, as graves doenças que os afectaram impedem-nos de partilhar este momento comigo, pelo que dedico o meu trabalho à memória do meu Pai Manuel Joaquim Feio e dos meus Avós, Artur do Carmo Moreira e Pedro Francisco. Também não posso esquecer o papel que cinco grandes Mulheres têm representado na minha vida e também não tenho perdão pelas faltas que tenho para com elas. Também a elas, eternamente agradecido por tudo, dedico tudo o que positivo resulta do meu trabalho: à minha Mãe, Maria Amélia da Palma Moreira Feio, às minhas Avós, Fernanda Hortense da Palma Teixeira e Josefa Antónia Carraça, à minha Cara-metade, Carmen Sofia Bugalho Conde, e à minha Irmã Maria de Fátima da Palma Moreira Feio. Jamais poderia esquecer a alegria que as minhas Sobrinhas Daniela e Diana sempre me proporcionaram ao longo deste percurso, acompanhando-me, sempre que possível aos locais onde fui recolher os dados necessários. Espero um dia poder retribuir-lhes, como merecem.

Feitos os agradecimentos à família, dedico agora a atenção aos meus amigos e colegas, mesmo correndo o risco de me esquecer de alguém, pedindo desde já desculpa por antecipação. A Cláudio Torres; Santiago Macias; Luisa Batalha; a Luís Raposo e toda a equipa do Museu Nacional de Arqueologia, Luísa Costa e toda a sua equipa do Museu Municipal da Vidigueira; Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e toda a equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, José d'Encarnação; Carlos Batata; António Carvalho; Marisol Ferreira; Paulo Dórdio; Artur Martins; José Carlos e toda a equipa do Museu Regional Rainha Dona Leonor de Beja; ao Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, e ao presidente da Junta de Freguesia de Marmelar agradeço toda a disponibilidade no apoio que me prestaram.

Aos amigos Sérgio Pereira, Licínia Wrench, Harry Martins, André Rolo, Sara Oliveira, José Rodrigues, Valdemar Pinho, Lois Ladra e Guilherme Cardoso agradeço a paciência com que leram e releram os meus apontamentos e ouviram (e debateram ou rebateram) as hipóteses de trabalho que fui colocando neste campo da investigação. Também a Maria Luís do Departamento de História da Arte merece tudo o que de melhor lhe posso desejar, tanta a paciência que teve para comigo. São Amigos excepcionais, como é raro ter no mundo da investigação em que trabalhamos.

Por fim, mas não no fim, como usa dizer-se em inglês, agradeço ao meu orientador Manuel Justino Maciel, que foi inexcedível, orientando-me sempre pelo caminho mais correcto, apoiando-me quando mais precisei, sendo sempre extremamente compreensivo para com um aluno que escolheu enveredar por um campo de investigação diferente daquele que escolhera no início da sua carreira de estudante universitário (já lá vão 14 anos). A Antiguidade Tardia é um “Mundo” por explorar e não fossem os seus sábios concelhos, jamais eu teria conseguido chegar a bom porto. Agradeço-lhe do fundo do coração Professor

**JORGE FEIO**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACCE**= Arquivo do Capítulo da Catedral de Évora

**ANTT**= Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**BPE**= Biblioteca Pública de Évora

**E**= Este

**EBOR.**= Eborenses

**MS**= Manuscritos

**N**= Norte

**NW**= **Noroeste**

**S**= Sul

**SW**= Sudoeste

**W**= Oeste

# ÍNDICE

Introdução .....	14
Capítulo 1: O Estudo do Paleocristianismo e da Alta Idade Média em Portugal .....	18
Capítulo 2: A Justificação do Método.....	22
Organização do Corpo do Trabalho .....	33
Fontes .....	24
Fontes Escritas .....	24
Fontes Cristãs Contemporâneas dos Monumentos em Estudo: a Patrística	25
Fontes Escritas Islâmicas.....	25
Fontes Escritas Cristãs Baixo Medievais e Modernas.....	25
Fontes Arqueológicas .....	26
Fontes Epigráficas.....	27
Capítulo 3: O Território .....	28
O Espaço Geográfico.....	28
O Espaço Político e Religioso.....	29
A Administração e as Divisões Políticas do Território em Época Romana: As	
Províncias .....	29
Os <i>Conuentus</i> .....	30
A Época Cristã: As Divisões Diocesanas .....	31
A Ocupação Islâmica: Continuidade e “Fim” do <i>Conuentus Pacensis</i> .....	33
Capítulo 4: Vias de Comunicação .....	35
A Rede Viária Terrestre .....	35
Vias Principais .....	36
<i>Liberalitas Iulia Ebora a Pax Iulia</i> .....	36
<i>Salacia Urbs Imperatoria a Pax Iulia</i> .....	37

<i>Liberalitas Iulia Ebora a Sirpens</i> (Serpa).....	38
Vias Secundárias .....	38
Via Montemor-o-Novo/ <i>Pax Iulia</i> .....	38
Torrão ( <i>Turris Aranis?</i> ) a Alvito ( <i>Civitas Mirietanorum?</i> ).....	39
<i>Foxem</i> (Nossa Senhora d'Aires) a <i>Marmelar</i> .....	39
Capítulo 5: Evolução Histórica da Cristianização do Território Peninsular.....	40
Capítulo 6: A Topografia Cristã do Espaço no Território em Estudo.....	44
O Espaço Urbano: A Possível <i>Ciuitas</i> .....	44
A Problemática Sobre a Possível <i>Ciuitas Mirietanorum</i> : Alvito como Espaço Urbano mais Importante entre Cidades .....	45
Evidências da Existência de um Edifício Cristão no Povoado Localizado em Alvito.....	48
Espaço Rural: Processo de Cristianização dos Campos.....	49
Problemática da Evolução e Transformações Registadas no Campo no Decorrer da Antiguidade Tardia .....	49
Possíveis <i>Vici</i> e <i>Villae</i> que Evoluíram para <i>Vici</i> entre <i>Liberalitas Iulia</i> <i>Ebora</i> e <i>Pax Iulia</i> .....	53
Evidências de Edifícios Paleocristãos nos <i>Vici</i> Estudados .....	58
<i>Foxem</i> (Nossa Senhora d'Aires, Viana do Alentejo).....	58
<i>Ares</i> ou <i>Mugia d'Arem</i> (São Bartolomeu, Alvito).....	64
<i>Marmelar</i> (Vidigueira).....	67
<i>Vilar /Vila Verde</i> (Alfundão) .....	68
<i>Villae</i> que Evoluíram para <i>Monasteria</i> .....	70
Os <i>Monasteria</i> Identificados entre as Cidades de Évora e Beja: A Análise Artístico-Arquitectonica.....	76
<i>Monasteria</i> com <i>Basilicae</i> de uma Nave com Abside Semicircular ou de Arco Ligeiramente Ultrapassado...	76

São Cucufate (Vidigueira) .....	76
<i>Monasteria</i> com <i>Basilicae</i> de Planta Cruciforme .....	80
Sítio dos Mosteiros (Portel) .....	80
<i>Monasteria</i> com <i>Ecclesiae</i> de Possível Planta Basilical .....	83
Vera Cruz de Marmelar (Portel) .....	83
<i>Aedificium</i> ou Possível <i>Monasterium</i> em de São João dos	
Azinhais (Torrão) .....	86
<i>Monasteria</i> com <i>Basilicae</i> de Três Naves e Cabeceira Tripartida	91
Possível <i>Monasterium</i> da <i>Villa</i> Romana do Monte da	
Cegonha (Vidigueira) .....	91
Locais Tradicionalmente Considerados Mosteiros no Decorrer da	
Antiguidade Tardia Pelas Várias Fontes Históricas .....	94
<i>Monasterium</i> de <i>Mugia d'Arem</i> (São Francisco Alvito) .....	94
Capítulo 7: Os <i>Baptisteria</i> .....	96
Circulares: São Cucufate (Vidigueira) .....	96
Truncocónicos (Monte da Cegonha, Vidigueira, Resultante de Reaproveitamento	
de Bocal de Poço) .....	97
Cruciformes: São Bartolomeu (Alvito) .....	97
Capítulo 8: Registos Epigráficos .....	98
Epigrafia Pagã de Época Tardia ou de Transição: A Inscrição de Vila Nova da	
Baronia .....	98
Inscrições Fundacionais Cristãs: a Ara Fundacional de São João dos Azinhais .....	100
O Monumento e a Inscrição .....	103
Comentário .....	104
O Culto aos Santos Justo e Pastor na Península Ibérica .....	106
Inscrição Funerária: Alvito (562) .....	106
Capítulo 9: Temáticas Decorativas e Iconografia .....	109



Elementos Arquitectónicos, Temáticas Decorativas e Iconografia na Região em	
Estudo .....	109
Os Capitéis .....	111
As Impostas .....	111
Placas Triangulares .....	112
Frisos .....	113
Lintéis de Porta e/ou Janela e de Fresta de Janela .....	114
Jambas ou Ombreiras de Porta e/ou Janela e de Fresta de Janela .....	115
Pilares e Pilares com Encaixe de <i>Transennae</i> .....	117
Pés-de-Altar .....	119
Colunelos e Pilaretes: Pés-de-Altar de <i>Mensae</i> Litúrgicas e/ou Mainéis de	
Portas ou Janelas .....	120
Possível Placa ou Tríptico .....	121
Placa Decorativa .....	122
<i>Transennae</i> de <i>Iconostase</i> .....	122
Caixa Relicário .....	123
Conclusão .....	124
Bibliografia .....	138
Documentação Manuscrita .....	138
Bibliografia Geral .....	140
Lista de Plantas .....	155
Lista de Fotografias e Outras Ilustrações .....	157
Apêndice A: Plantas, Fotografias e Outras Ilustrações .....	164
Apêndice B: Descrição e Fichas de Elementos Arquitectónicos .....	224

## INTRODUÇÃO

Nos finais do século II, ou nos inícios do século III, um grande funcionário público de Alexandria, muito provavelmente Cláudio Diogneto (**BIERNE**, 2000: 412, nota 6), pretendeu relatar aos seus superiores hierárquicos algumas informações sobre a comunidade de fiéis cristãos. Do texto, destacamos o seguinte trecho: «(...) *Os Cristãos não se distinguem dos outros Homens nem pelo País, nem pela linguagem, nem pelo vestuário. Eles não habitam em cidades próprias, não se servem de qualquer dialecto extraordinário, o seu género de vida não tem nada de singular. Eles dividem-se pelas cidades civilizadas ou bárbaras seguindo a vontade de cada um. Eles adaptam-se aos costumes locais no que respeita aos vestuários, à sua maneira de viver, tudo manifestando as vias extraordinárias e verdadeiramente paradoxais da sua república espiritual. Eles residem na sua própria pátria, mas como estrangeiros domiciliados. Eles cumprem todos os seus deveres de cidadãos e suportam todos os encargos como os estrangeiros. (...)*». (Traduzido por nós a partir de **BIERNE**, 2000:412).

O texto apresentado é uma reflexão espantosa e permite-nos apreender um pouco melhor a evolução da arte cristã. Se os cristãos não se distinguem dos demais no que concerne à sua forma de vida, ou ao seu quotidiano, o mesmo se observa no que respeita às suas manifestações artísticas. Como sugeriu Manuel Justino Maciel, as transformações a nível económico, social, cultural e artístico, originadas pelas alterações políticas do final do império romano do ocidente, resultam de um conjunto de vectores que constroem um sistema lógico que conduz a uma síntese ideológica, em resposta aos seus próprios estímulos que constantemente se renovam. Neste contexto, os cristãos acabarão por sintetizar toda a panóplia de elementos comuns a todas as leituras religiosas, filosóficas, políticas, culturais e artísticas, com metodologia e originalidade próprias que lhe permitirão também criar um aparente desequilíbrio entre o significado e o significante (**MACIEL**, 1996: 15). A arte paleocristã, nascendo no seio do império romano, órfã de uma identidade própria no que respeita a estes campos, acabará então por adoptar algumas das formas dos signos das várias religiões oficiais, mas conferindo-lhe simbologias ou significantes diferentes, fundamentadas nas características filosóficas e religiosas do próprio cristianismo. Entre os séculos I e V a iconografia cristã adopta muitos símbolos iconográficos pagãos, aos quais atribui um novo valor simbólico ou iconológico. São exemplo as *hederae*, que taparam Dionísio e o

protegeram de uma morte anunciada e que agora são símbolo de eternidade da vida para além da morte; os sarcófagos em forma de *lenós*, onde símbolos pagãos são reinterpretados, ou onde aparecem em conjunto com símbolos cristãos, como o crismón constantiniano em conjunto com o vaso, como se observa no sarcófago da Sé de Braga, ou a representação de uma pomba e de um cacho de uvas na mais antiga inscrição pagã do actual território português, identificada em Tavira, representando a participação no tiaso dionisiaco num contexto cristão, em que língua, costumes e signos artísticos são comuns a cristãos e a pagãos (MACIEL, 2003: 109).

Esta situação processa-se também ao nível da arquitectura. Como religião proibida que era, tornava-se impossível aos seus seguidores a utilização de edifícios com características próprias antes do Édito de Milão, sob pena de facilmente serem identificados os seus seguidores que poderiam ser alvo de perseguições e martírios. A partir de inícios do século IV, os edifícios que servem de local de reunião para o povo escolhido por Deus irão buscar a sua forma às *basilicae* dos *fora* romanos, mais próximas da funcionalidade pretendida (local de reunião), adoptando-se mesmo a sua denominação em alguns casos. Com o tempo, as próprias nomenclaturas *ecclesia* e *basilica* acabaram por assumir novas definições. A palavra *basilica* tem, nos textos conciliares, um sentido de índole jurídica e social, significando oratório ou santuário, público ou privado; ou seja, toda e qualquer construção religiosa que, tendo relíquias, não tinham *baptisterium*. O edifício que possuísse um presbítero e de uma piscina baptismal designava-se *ecclesia*, podendo ser uma igreja paroquial ou uma catedral (ALMEIDA, 1993: 16)

Assim sendo, como registou Justino Maciel, a arte paleocristã de época Constantiniana surge formalmente integrada na arte romana, prolongando-se no decorrer do domínio suévico e visigótico, os quais, através de vários “renascimentos”, tentarão adoptar as próprias normas daquela. A arte paleocristã procurou então, fundamentalmente, utilizar a imagem como fonte sensorial da comunicação com o Sublime, fazendo situar os comportamentos estéticos sobretudo em imanência de uma nova linguagem onde este deverá estar sempre presente (MACIEL, 1996: 15).

No decorrer da antiguidade tardia observa-se um forte dinamismo da linguagem artística, vincadamente ligada ao poder religioso, cada vez mais fortalecido face à crescente crise das instituições tradicionais, que atinge então o seu expoente máximo. A

partir do século V irão aparecer em todo o actual território nacional novas sedes episcopais como Chaves, Viseu, *Conimbriga*, eventualmente, Beja. Esta ampliação da rede eclesiástica irá provocar a necessidade de maior engrandecimento das novas sedes, devido à necessidade que os novos bispos sentiram de construir conjuntos episcopais monumentais nas suas sedes, com o seu paço, a catedral e o *baptisterium* e ainda igrejas paroquiais (ALMEIDA, 1993: 16). Também começaram a aparecer no território as igrejas associadas a necrópoles, como se vê por exemplo em Mértola. Na antiga *Myrtilis* foi recentemente identificado um possível paço episcopal<sup>1</sup> na zona da acrópole e um conjunto espantoso de *basilicae*, incluindo duas associadas a necrópoles e um importante mausoléu, edifícios que foram construídos entre meados do século V e o século VII.

Será neste período conturbado do ponto de vista político e institucional que o clero vai procurar impor-se, patrocinando o fortalecimento do cristianismo face às outras religiões existentes no território, apadrinhando a construção de igrejas e mosteiros, tanto nas cidades, como nos campos, adaptando estruturas pré-existentes a uma nova realidade, ou anexando novas formas construtivas a edifícios mais antigos, mas com uma nova funcionalidade. Até a reconstrução de muralhas e pontes foi alvo da atenção dos bispos, como se observa na acção de Zenão em Mérida. Não podemos olvidar que a necessidade de enriquecimento das sedes episcopais e de algumas das principais cidades do seu território deve ser observada num contexto de evergetismo, na medida em que os bispos eram eleitos entre as classes mais altas da sociedade local. Na prática, eles limitaram-se a seguir os processos que vinham desde época romana, onde as elites “ofereciam” à cidade os edifícios ou partes destes, com objectivos políticos claros.

Entre finais do século V e o século VII irão surgir algumas paróquias rurais na área geográfica em estudo que iremos desenvolver mais detalhadamente um pouco mais adiante, as quais não podem dissociar-se de uma necessidade de afirmação das dioceses de Évora e de Beja, denotando que neste espaço territorial será feita uma tentativa de afirmação das duas dioceses, numa zona que já antes servira de fronteira entre as *ciuitates* de *Liberalitas Iulia Ebora* e *Pax Iulia*.

---

<sup>1</sup> A ideia de identificar neste local um possível Paço Episcopal foi-nos transmitida por Cláudio Torres, a quem agradecemos a informação.

Existem muitos indícios da cristianização do território. No entanto, importa percebê-los e contextualizá-los. Por esse motivo, o tema escolhido para a presente dissertação de Mestrado tem como ponto de partida o estudo de uma região confinada ao espaço geográfico situado entre três das mais importantes cidades de época romana, *Pax Iulia*; *Liberalitas Iulia Ebora* e *Salacia Urbs Imperatoria*, e os dois rios mais marcantes da região: o Sado e o Guadiana. A área mais próxima destas cidades estará fora do ambiente de estudo, porque pretendemos compreender a fundo todas as alterações que o ambiente rural mais longínquo, situado nas fronteiras dos seus territórios atravessou ao longo do período em análise. Ou seja, numa fase em que as *ciuitates* tendem a restringir-se cada vez mais ao espaço urbano *per se*, “afastando-se” do espaço rural que também constituía as *ciuitas*, interessa-nos perceber melhor as transformações que então ocorreram, destacando-se a forma como se desenvolveram as *uillae*, como e onde surgiram os *uici*, onde se encontravam os *monasteria* e qual a sua ligação às novas paróquias rurais, quais são os indícios de cristianização das *uillae*, quando apareceram as primeiras igrejas rurais, que objectivos nortearam as suas construções, qual a arquitectura vigente, quando é que começou a aparecer a representação da iconografia cristã nos elementos arquitectónicos, em que contextos estruturais e litúrgicos é que foi representada e qual a própria funcionalidade desta mesma iconografia. Importa também localizar as novas paróquias rurais, descortinar a existência de outras igrejas, de *baptisteria* e de necrópoles, definir os percursos seguidos pela nova religião identificando as vias. No fundo, procurar-se-á descortinar todas as marcas da cristianização do território, numa leitura que se pretende profunda, não só do espaço geográfico, mas também do ambiente histórico, cultural, artístico e simbólico, tentando-se perceber se existiram, ou não, várias fases no âmbito desta cristianização.

Neste sentido, procuraremos partir da identificação dos vários sítios e das realidades neles observadas para uma definição mais próxima do que foi a cristianização do território através das marcas arquitectónicas e artísticas observadas, procurando-se esclarecer a fase de aparecimento de comunidades cristãs, a fase de afirmação desta nova religião e a fase de transição no decorrer do domínio islâmico com a permanência de comunidades moçárabes. Será também feita uma tentativa de perceber se existem ligações artísticas entre a arte paleocristã, continuada pelas comunidades moçárabes que seguiam o rito visigótico, e a arte cristã em contexto asturiano.

A leitura feita a partir deste conjunto de informações e a sua confirmação pela documentação histórica, artística e arqueológica existente irá nortear a presente investigação, procurando descortinar as formas de ocupação espacial, a evolução cultural e artística e ainda a implantação religiosa num território situado na fronteira de duas dioceses num período compreendido entre os séculos III e VIII. No fundo, será a tentativa de perceber melhor as *Marcas Arquitectónicas e Artísticas da Cristianização do Território entre Évora e Beja*, os seus contextos originais e a forma como chegaram aos nossos dias e nos foram transmitidas.

## **CAPÍTULO I: O ESTUDO DO PALEOCRISTIANISMO E DA ALTA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL**

Nos últimos anos os temas relacionados com a Antiguidade Tardia e o Paleocristianismo em Portugal têm merecido uma maior atenção da comunidade científica, nos campos da História, da Arqueologia e da História da Arte. Depois da pioneira investigação levada a cabo por Dom Fernando de Almeida e de algumas inscrições paleocristãs que, amiúde, foram sendo publicadas no *Ficheiro Epigráfico* e na revista *O Arqueólogo Português*, o interesse por este período histórico, situado entre os finais do século III e os inícios do século VIII, começou a despontar com os trabalhos realizados a partir de finais da década de 80 por vários investigadores portugueses, como Carlos Aberto Ferreira de Almeida, Manuel Justino Maciel, Manuel Luís Real, Mário Jorge Barroca, Cláudio Torres e Santiago Macias, e por investigadores estrangeiros, de que são exemplo Pere de Palol, Helmut Schlunk ou Theodor Hauschild.

De todos investigadores, destaca-se pela profundidade e acuidade dos trabalhos científicos publicados, Manuel Justino Maciel, com obras como *Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos Contextos Suévico e Visigótico* (1992); *A Arte da Antiguidade Tardia (sécs. III-VIII – ano de 711)* (1995); *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal* (1996), que resulta da sua Tese de Doutoramento; *As «Regulae Monachorum» e a Arquitectura dos Mosteiros na Antiguidade Tardia* (1998);

*Vitrúvio, Tratado de Architectura, tradução do latim, introdução e notas* (2007). Na realidade, são estes trabalhos que marcam a transição operada nos últimos anos, com a maior aposta no estudo neste campo de investigação, onde a Universidade Nova de Lisboa ocupa um lugar de destaque.

A produção de Teses de Mestrado e de Doutoramento onde os autores se debruçam sobre as temáticas da cristianização do território tem vindo paulatinamente a aumentar, contribuindo para aprofundar o nosso conhecimento sobre vários aspectos, sobretudo no que respeita à arte, à administração e determinadas zonas de forte implantação de comunidades cristãs, como Mértola e a Silveirona. Ana Jorge (2002), efectuou um excelente trabalho de recolha e discussão de fontes historiográficas, pese embora as fontes arqueológicas utilizadas não expressem a globalidade da realidade conhecida à data da sua publicação, apresentando apenas os resultados de vinte escavações em toda a província, destacando-se ainda a ausência de referências no campo da História da Arte. Virgílio Lopes (2005), apresentou na sua Tese de Mestrado os resultados de cerca de 25 anos de trabalho do Campo Arqueológico no concelho de Mértola, destacando sobretudo os trabalhos realizados no bairro da alcáçova, onde foi detectado um possível paço episcopal, com o conjunto da *basilica*, *baptisterium* e criptopórtico, este último encimado por belíssimos mosaicos de influência cultural do mediterrâneo oriental. Destaca-se ainda no seu trabalho a associação dos dados obtidos no estudo do espaço rural, em conjugação com o estudo da topografia cristã urbana.

O livro publicado por Maria da Luz Huffstot, resultante de uma revisão da sua Tese de Doutoramento (2008), alvo de uma recensão por nós publicada na revista *Vipasca* (FEIO, 2009c), dá uma grande atenção às questões políticas associadas à religião entre os séculos IV e VIII, mas dedica um estudo geográfico da evolução do cristianismo na Província da Lusitânia, com a localização dos sítios urbanos e rurais onde são evidentes os indícios da presença de comunidades cristãs, sobretudo, para não irmos mais longe, entre os séculos IV e VII. No entanto, a autora não teceu quaisquer considerações sobre a sobrevivência do culto cristão em regiões de domínio islâmico e das suas manifestações de continuidade, temáticas que já anteriormente já tinham sido abordadas por José Mattoso (1993) e Manuel Luís Real (1995).

Destacam-se ainda as Teses de Mestrado apresentadas à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na área da História da Arte da

Antiguidade Tardia, de Maria Amélia Fresco de Almeida (1987), de Filomena Limão e a Tese de Doutoramento de Licínia Wrench, apresentada à mesma faculdade, onde a autora aprofunda a temática das artes decorativas da arquitectura paleocristã em Portugal.

A partir do levantamento global de sítios de época romana, têm vindo a aparecer referências a locais onde existem registos relativos a ocorrências paleocristãs. Esta inventariação conheceu um grande incremento a partir de 1988 com a publicação do livro *Roman Portugal* de Jorge de Alarcão (1988b), editado em Inglaterra, com textos em português e em inglês. Apesar de apresentar algumas lacunas do ponto de vista geográfico, pode considerar-se um grande avanço no campo da arqueologia em Portugal por parte de um dos mais eminentes investigadores portugueses neste campo, autor de vários livros e artigos dedicados à romanização do território (ALARCÃO, 1973, 1988a e 1991). Contudo, apesar da validade deste trabalho, considera-se que poderia ter sido dedicada uma maior atenção aos sítios com ocupação paleocristã, o que não foi o caso. Em publicações mais recentes o autor introduziu na discussão arqueológica portuguesa uma abordagem à paisagem alto-medieval em Portugal (ALARCÃO, 1998 e 2004).

No seguimento dos trabalhos iniciados por Jorge de Alarcão surgiram na área geográfica correspondente ao antigo *conuentus pacensis* a Carta Arqueológica de Serpa (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997) e a publicação da Tese de Doutoramento de Maria da Conceição Lopes, consagrada à ocupação romana no território da *ciuitas Pax Iulia* (2003). Em ambos os trabalhos foi indicada a existência de marcas artísticas paleocristãs, mas não foi feito qualquer aprofundamento desta temática. Pode afirmar-se que, no panorama actual são os estudos de casos individualizados que permitem um conhecimento mais aprofundado da presença das comunidades paleocristãs e das suas marcas no território, destacando-se os casos de São João dos Azinhais (ALMEIDA *et alii*: 1978: 215-226, FREIRE, 1989: 197-216 e FEIO, no prelo b), São Cucufate (ALARCÃO, ÉTIENE e MAYET, 1990), Monte da Cegonha (ALFENIM e LOPES, 1995: 389-399 e ALARCÃO, LOPES, e ALFENIM, 1995: 401-405), Silveirona (CUNHA, 2008), Torre de Palma (FEIO, 2009d), Montinho das Laranjeiras (MACIEL, 1996), Quinta do Marim (GRAEN, 2007), Cerro da Vila (TEICHNER, 2006 e TEICHNER e SCHIERL, 2006), Monte do Roxo (FEIO, 2008 e 2009B), São Bartolomeu (FEIO, 2008), Herdade da Palhinha (BATATA, BOAVENTURA e CARNEIRO, 2000 e FEIO, 2009b). Outra obra de referência para arqueólogos e



historiadores da arte da antiguidade é o catálogo do núcleo visigótico de Beja, coordenado por Cláudio Torres (2003) e que, apesar de se encontrar já um pouco desactualizado, tem o condão de dar a conhecer todas as peças ali depositadas, com fotografias de qualidade superior, muito úteis para quem pretende investigar estas matérias.

Neste panorama, Mértola constitui uma excepção à regra, fruto do trabalho desenvolvido pelo Campo Arqueológico de Mértola desde 1978. As várias intervenções arqueológicas que ali têm vindo a ter lugar permitiram colocar a descoberto uma possível *basilica* sob a actual igreja matriz e um paço religioso associado a um baptistério, a um criptopórtico e a mosaicos. Redescobriu-se a basílica do Rossio do Carmo e a sua necrópole, bem como a necrópole da cineteatro Marques Duque e atribuiu-se a construção da Torre do Rio a um período de influência e/ou ocupação bizantina, bem patente em outras zonas de Mértola, como os supra mencionados mosaicos. Para além disso, até ao momento, foi encontrado em Mértola o maior conjunto de inscrições paleocristãs, incluindo-se textos em grego, com uma cronologia situada entre 462 e 706. Ao todo são 92 inscrições, num total de 163 publicadas até ao momento em Portugal, o que corresponde a cerca de 56% (DIAS e GASPARGAS, 2006). Trata-se de um dos maiores conjuntos da Península Ibérica e o que possui uma maior quantidade e qualidade de representações iconográficas em toda a Lusitânia.

Entre Março de 2008 e Fevereiro de 2009, numa acção conjunta de acompanhamento arqueológico das obras do eixo comercial de Mértola, entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, localizou-se a basílica do cineteatro Marques Duque e descobriu-se um mausoléu em frente do posto da Guarda Nacional Republicana, tratando-se de uma das maiores descobertas da arqueologia portuguesa no que concerne ao período em análise.

Para além dos trabalhos realizados na vila, tem havido a preocupação de associar o ambiente rural, descortinando-se indícios da cristianização do território no Monte do Mosteiro e São Bartolomeu da Via Glória. Graças a este trabalho muito profícuo, pode afirmar-se que hoje em dia, a antiga *Myrtilis* corresponde à cidade de que se conhece melhor a topografia cristã urbana e rural, em todo o País. Deste trabalho resultou a publicação de algumas obras de elevado mérito, de que se destacam, nesta área, o catálogo do Museu de Mértola/Basílica Paleocristã (TORRES e MACIAS, 2003), a

Tese de Doutoramento de Santiago Macias (2006) e a Tese de Mestrado de Virgílio Lopes que já focámos anteriormente.

A epigrafia tem vindo a ocupar um lugar de destaque para um conhecimento mais profundo das vivências cristãs perante a morte no período em análise. Os trabalhos antigos de André de Resende, Hübner e Vives foram seguidos por um conjunto de arqueólogos e linguistas, que têm vindo a publicar as inscrições paleocristãs identificadas no território português. Neste campo, destacam-se uma vez mais Cláudio Torres e a equipa do Campo Arqueológico de Mértola, e ainda Manuela Alves Dias e Mário Jorge Barroca, que se debruçou sobre esta problemática num dos volumes da sua Tese de Doutoramento. Ao todo, em todo o território português foram encontradas até ao momento 163 inscrições, que constam do mais recente catálogo da autoria de Maria Manuela Alves Dias e Catarina Gaspar, obra de referência para os investigadores desta área (DIAS e GASPAR: 2006).

No que respeita a livros ou sínteses gerais sobre o paleocristianismo no âmbito da história e da arqueologia, destacam-se as obras de José Matoso, entre os quais os artigos da sua responsabilidade no volume I *História de Portugal* por si coordenada. Para além do trabalho publicado por Dom Fernando de Almeida, sobressaem os textos publicados por Theodor Hauschild, relativo à transformação o campo no baixo-império em Portugal (1995), Manuel Luís Real (1995 e 2007) e o artigo de Cláudio Torres, Fernando Branco Correia, Santiago Macias e Virgílio Lopes intitulado *A escultura decorativa em Portugal. O grupo de Beja* (2007), onde os autores fizeram uma pequena síntese do que se conhece até ao momento neste território.

No entanto, apesar de todas as publicações que apresentámos, e do papel fundamental que têm tido os vários encontros de Arqueologia Cristã Hispânica, destacando-se o IV que teve lugar em Lisboa em 1994, onde vários investigadores peninsulares têm procurado estabelecer critérios, métodos e teorias, ao mesmo tempo que apresentam os dados mais recentes sobre intervenções arqueológicas realizadas quer em território português, quer em território espanhol, encontramos ainda longe do número de publicações de outros países europeus, como é o caso da nossa vizinha Espanha, onde a Antiguidade Tardia e a cristianização do território têm, desde há muito, um lugar de destaque nos campos da História, da História da Arte e da Arqueologia.

## **CAPÍTULO II: A JUSTIFICAÇÃO DO MÉTODO**

Na elaboração desta investigação será utilizada uma metodologia adaptada dos vários campos científicos que iremos abordar, utilizando-se várias fontes com o objectivo de melhor perceber a arte paleocristã desta região. A partir das várias fontes será feita a análise geográfica e histórica do território, seguindo a localização dos sítios arqueológicos relacionados com a temática em estudo. Depois de ultrapassada esta fase, distinguir-se-ão as formas de ocupação do espaço (*ciuitates*, *uici*, *monasteria*, *uillae*, entre outras) e proceder-se-á à leitura arquitectónica dos edifícios, definindo-se as suas características principais, as influências de outras áreas geográficas registadas na sua construção e, eventualmente, outras áreas geográficas onde, numa fase mais tardia, a planta e forma construtiva destes edifícios tenha sido utilizada. O mesmo processo de investigação será depois utilizado na observação e no estudo dos elementos arquitectónicos decorados com iconografia cristã, acrescentando-se a leitura iconográfica onde teremos a preocupação de afinar a cronologia das peças com recurso ao apoio dos dados fornecidos pela epigrafia, sobretudo das inscrições datadas onde figurem motivos iconográficos também utilizados na decoração arquitectónica.

Desta forma, tentaremos obter uma leitura mais completa possível das marcas da cristianização do território, com o objectivo de perceber tipologias arquitectónicas e artísticas, estabelecendo em simultâneo a sua evolução cronológica e destrinchando um pouco o ambiente cultural das comunidades cristã que aí viviam.

### **ORGANIZAÇÃO DO CORPO DO TRABALHO**

O texto será dividido em nove capítulos e estes em subcapítulos, partindo sempre do geral para o particular para uma melhor compreensão do texto. No final da Tese encontram-se dois anexos. No primeiro podemos observar as fotografias de todos os sítios tratados, com excepção do Monte da Cegonha, pois não conseguimos chegar ao sítio devido aos maus acessos. Sempre que necessário, indicaremos no texto o número

da fotografia correspondente ao assunto tratado, contudo essa situação não ocorreu com todas as fotografias. Por isso também foram colocadas neste anexo as imagens dos paralelos utilizados, organizadas conforme a estruturação do texto tornando possível o acompanhamento da leitura com as respectivas imagens contextualizadas. No segundo anexo encontram-se as fichas dos elementos arquitectónicos estudados e as correspondentes fotografias.

## **FONTES**

Um trabalho do género daquele que iremos realizar implica a utilização de fontes bastante variadas. A partir do cruzamento dos dados por ela fornecidos pretendemos obter informações muito aproximadas sobre o assunto a que nos dedicaremos. Serão vários os tipos de fontes que iremos utilizar: fontes escritas (visigóticas, islâmicas e portuguesas), fontes arqueológicas e fontes epigráficas.

### **FONTES ESCRITAS**

As fontes escritas são um dos mais preciosos instrumentos de trabalho que os investigadores têm à sua disposição para o tipo de investigação em curso. Nelas existem minuciosas descrições geográficas que se encontram expressas em muitos documentos, as quais nos permitem como que “visualizar” o espaço através da informação escrita, a qual poderá ser confirmada ou infirmada em conjugação com as prospecções de campo. Também existe documentação relativa a alguns monasteria antigos que importa explorar, ou ainda a indicação de antigas descobertas que podem interessar à nossa abordagem. Dada a existência de diferentes tipos de documentação medieval, vamos dividir esta parte da tese em três campos completamente distintos: a documentação contemporânea dos monumentos estudados, sobretudo a patrística, os hagiólogos e as passiones; a documentação dos geógrafos árabes (fontes árabes) e a documentação diplomática medieval/moderna cristã (fontes cristãs).

## **FONTES CRISTÃS CONTEMPORÂNEAS DOS MONUMENTOS EM ESTUDO: A PATRÍSTICA**

Patrística é o nome que se dá ao conjunto dos escritos dos chamados “pais da igreja” que em matéria de tempo coincidem com a literatura cristã primitiva. Como ciência, a patristica está relacionada sobretudo à história da Igreja, abarcando também textos de escritores não eclesiásticos. De uma forma global o estudo da Patrística abrange textos litúrgicos, actas de concílios, *passiones* de mártires, hagiografias e regras monacais.

Para a nossa dissertação irão interessar os textos dos “Pais da Igreja”, sobretudo os de Orósio, Idácio de Chaves, Apríngio de Beja, Frutuoso de Montélius e Isidoro de Sevilha, todos eles de origem peninsular e que poderão servir de base para uma melhor compreensão da temática em estudo, porque se debruçam sobre as várias matérias que pretendemos abordar, como por exemplo as etimologias, ou concebem *regulae monachorum* (sobretudo Frutuoso de Montélius e Isidoro de Sevilha). Os seus textos serão, portanto, fundamentais para o nosso trabalho. Os hagiólogos e as *passiones* permitir-nos-á conhecer melhor a vida dos santos mártires e o percurso culto martirial no espaço correspondente ao nosso estudo.

## **FONTES ESCRITAS ISLÂMICAS**

Até ao momento as fontes Árabes consultadas não têm sido muito profícuas em informações sobre esta zona do Alentejo. Ainda assim, julgamos que poderão ser úteis para um compreensão para a evolução política, administrativa e religiosa do espaço geográfico em análise, sobretudo no que respeita aos vários estudos editados pelos geógrafos árabes.

## **FONTES ESCRITAS CRISTÃS BAIXO MEDIEVAIS E MODERNAS**

As informações que fornecidas por este tipo de documentação são muito preciosas no que diz respeito a descrições feitas entre os séculos XIII e XVIII nesta

região. As cartas de doação, ou outros documentos que foquem a gestão do território são fundamentais para perceber a própria evolução do espaço. Normalmente, esta documentação dá a conhecer os povoados existentes, bem como os mosteiros, as fortificações, as vias ou o tipo de exploração económica (agricultura, pesca, mineração...) efectuada, dados que são imprescindíveis para quem analisa um determinado espaço geográfico. Paralelamente às fontes diplomáticas, podemos ainda salientar as Memórias Paroquiais de 1755, onde são feitas referências a monumentos (ponte romana de Vila Ruiva) e inscrições funerárias (como a de *Taumasius*, em Alvito).

## FONTES ARQUEOLÓGICAS

Num estudo com um âmbito geográfico preciso, como é o caso, a arqueologia espacial tem um papel fundamental para a melhor compreensão da história da evolução histórica do espaço, porque se torna imprescindível perceber a dinâmica de ocupação do território, fundamentalmente a partir da fase final do império romano na Península Ibérica. A partir de finais do século IV, o espaço rural irá passar por fases de grandes transformações que importa compreender, observando-se, por exemplo, a transformação das antigas *uillae* em *uici*, *monasteria* e palácios. Por esse motivo, importa localizar estes edifícios, perceber as interligações entre si e a evolução cronológica destas transformações. Tendo em consideração que pretendemos descortinar as marcas artísticas e arquitectónicas da cristianização do território, será também necessário perceber o papel da igreja neste processo.

A arqueologia tem também tido um papel fundamental na descoberta de várias estruturas religiosas paleocristãs rurais em Portugal. Na zona geográfica a que iremos dedicar a nossa atenção, foram identificados vários edifícios religiosos paleocristãos através de trabalhos arqueológicos, como são os casos de São Cucufate, no Monte da Cegonha, em São Bartolomeu, e no Sítio dos Mosteiros e foram ainda estudados elementos arquitectónicos em Alvito, São João dos Azinhais, Marmelar e Vera Cruz de Marmelar. Mas também não podemos esquecer o papel fundamental que a arqueologia tem tido para dar a conhecer edifícios paleocristãos tão importantes como os de Mértola (Basílica do Rossio do Carmo, Basílica do Cineteatro Marques Duque, Complexo da

Alcáçova e Mausoléo), Montinho das Laranjeiras, Quinta do Marim, Torre de Palma, Tróia de Setúbal, entre outras. O recurso a uma metodologia de análise arqueológica que poderá permitir uma melhor definição dos sítios que iremos estudar. Será importante apresentar dados integrados no âmbito da arqueologia da arquitectura para perceber a própria evolução do edifício. Será fundamentalmente o caso da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar. Em simultâneo, procuraremos analisar as peças arqueológicas depositadas na Câmara Municipal de Alvito, na Igreja da Misericórdia do Torrão, na Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar, na Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar, na Câmara Municipal da Vidigueira, no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, no Museu Regional Rainha Dona Leonor e no Museu Nacional de Arqueologia. Será também consultada a cartografia e efectuado um aprofundado estudo geográfico que nos permita conhecer melhor esta zona do antigo *conventus Pacensis*. O estudo da toponímia terá uma atenção especial, pois topónimos como São Bartolomeu, São Miguel, São Romão ou São Pedro poderão aparecer associados a estações arqueológicas tardo-romanas ou paleocristãs. Temos os exemplos de São Romão onde aparecem vestígios de uma possível *ciuitas* com clara ocupação paleocristã em Alvito e de São Bartolomeu, possível local onde se situaria *Muya d'Arem*, local onde existem vestígios de uma basílica da mesma época. Teremos a preocupação de utilizar a toponímia antiga sempre que existam informações concretas sobre os nomes dos povoados que iremos abordar para um período cronológico situado entre os séculos IV e VIII. Caso contrário, utilizaremos os nomes identificados na documentação Baixo Medieval.

## **FONTES EPIGRÁFICAS**

As fontes epigráficas serão importantes para a compreensão de determinados aspectos da antiguidade clássica e tardia. Através dos dados fornecidos por esta ciência, procuraremos descortinar aspectos ligados à religião, ao quotidiano, às relações familiares, entre outras. Será uma das fontes mais importantes do nosso trabalho de investigação.

Numa abordagem que cremos inovadora, procuraremos utilizar os dados obtidos através do estudo da epigrafia do *conuentus pacensis* para aprofundar algumas questões

mais pertinentes, utilizando-se um novo método para tentar obter uma melhor afinação de cronologias da evolução da iconografia e da iconologia paleocristãs. Os epitáfios paleocristãos possuem características muito singulares. Neles se observa um novo formulário que o distingue das inscrições funerárias ditas clássicas, onde se destaca a presença de expressões como *famulus (a) Domini* ou *famulus(a) Dei* (servo do Senhor), *famulus(a) Christi* (servo de Cristo); *recessit, requiescit* ou *requievit in pace* (descansou em paz); ou ainda os anos que viveu, à boa maneira romana, e a data precisa em que o crente faleceu, a verdadeira data de “nascimento” do cristão. Tendo em consideração que nos epitáfios das cidades podemos encontrar um importante conjunto de elementos iconográficos paleocristãos, como por exemplo o crismón constantiniano (simples, em círculo ou inserido em círculo com coroa laureada, em conjunto com o alfa e o ómega), a cruz monogramática (também ela simples, em círculo ou inserido em círculo com coroa laureada, em conjunto com o alfa e o ómega); as pombas ou pavões afrontados; os arcos, entre outros, propomo-nos partir do estudo da iconografia e da iconologia funerária paleocristã, devidamente datada pelas inscrições funerárias ou fundacionais, para, em conjunto com outros métodos normalmente utilizados, podermos precisar melhor a cronologia dos elementos arquitectónicos identificados na área geográfica em estudo. Ao estudo iconográfico dos epitáfios será também associado o paleográfico, que tem tido algum sucesso entre os investigadores espanhóis, pois consegue-se datar com alguma precisão os textos epigráficos deste período, na medida em que uma grande parte das inscrições paleocristãs intactas se encontra datada, permitindo traçar a evolução da grafia das letras ao longo de vários séculos.

## **CAPÍTULO 3: O TERRITÓRIO**

### **O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

A presente investigação inscreve-se no âmbito de um curso de Mestrado, com todas as limitações que lhe são impostas. Tendo por base esse pressuposto, confinou-se o espaço a uma área muito restrita, que abrangeu a uma zona situada entre os rios Sado e Guadiana, no sentido oeste/este e a área correspondente aos concelhos situados entre Évora e Beja, justificando-se esta separação geográfica porque estes municípios foram



desanexados dos concelhos de Évora e Beja em finais do século XIII, com excepção da freguesia de Cuba que só conheceu a sua independência como município no século XVIII, numa espécie de reposição de autonomia a territórios que já eram independentes em épocas anteriores. Essas “independências” deverão ter ocorrido no decorrer da transição da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média, parecendo que o território situado entre as três principais cidades romanas da região passou por várias vicissitudes que o moldaram, atribuindo-lhe novas valências, como iremos observar adiante. Esta área serviu de fronteira entre as dioceses de Évora e Beja, sendo importante perceber como é que ambas as dioceses geriram estes espaços do ponto de vista político, religioso e económico.

## **O ESPAÇO POLÍTICO E RELIGIOSO**

### **A ADMINISTRAÇÃO E AS DIVISÕES POLÍTICAS DO TERRITÓRIO EM ÉPOCA ROMANA: AS PROVÍNCIAS**

O autor latino Díon Cássio escreveu que foi Augusto quem, por volta do ano 27 a.C., dividiu a *Hispania* em três províncias: a *Baetica*, que atribuiu ao Senado, a *Lusitania* e a *Tarraconensis*, que reservou para si (ALARCÃO, 1988: 31). No entanto, apesar de não ser impossível a sua constituição em data anterior à criação da sua capital, *Augusta Emerita*, outras datas se afiguram como possíveis. Jorge de Alarcão tem levantado a hipótese desta criação ter sido algo posterior à cronologia acima apontada. Uma das possibilidades apontadas por Jorge de Alarcão para a criação da província da Lusitânia aponta para a sua constituição em data pouco posterior a 26/25 a.C., correspondente às campanhas que conduziram à anexação da *Callaecia*, das Astúrias e da *Cantabria*. Outra data possível, na opinião do mesmo autor, é 22a.C., ano em que L. Sestio Quirinal Albiniano exerceu na Península Ibérica funções com categoria consular, podendo as três *Arae Sestinae* que ele ergueu em parte incerta da Galiza corresponder a uma primeira tentativa de organização dos territórios recentemente conquistados e à fundação de três novos centros urbanos em *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (Idem, *ibidem*). A terceira possibilidade apontada por Jorge de Alarcão é 19

a.C., ano em que Augusto enviou o seu genro Agripa à zona norte da Península Ibérica, pese embora se conheça uma sublevação dos *Cantabri* não é de descuidar que lhe tenha sido atribuída uma missão de reorganização administrativa (**Idem, ibidem**).

Em publicação mais recente, apesar de todas as datas anteriormente apresentadas, Jorge de Alarcão acabou por propor um período situado entre 16 e 13 a.C., período em que Augusto esteve na Hispânia (**Idem, 1990: 383**).

Numa primeira fase, o território correspondente à província da *Lusitania* integrava as zonas da *Callaecia* e das Astúrias, supondo-se que a separação destas áreas geográficas e respectiva integração na província da *Tarraconensis* tenha ocorrido entre 4 e 1 a.C. (**Idem, 1988: 30 e 31**).

No decorrer desta divisão, o actual território português ficou, portanto, repartido por duas províncias: a região a norte do Douro foi integrada na província *Citerior* ou *Tarraconensis*, com capital em *Tarraco*, actual Tarragona. O restante território português situava-se na província da Lusitânia, tendo em consideração que a margem esquerda do Guadiana poderia localizar-se nesta província e não na da Bética (**ALARCÃO, 1990: 383**).

Apesar de tudo, os limites da Lusitânia não são ainda perfeitamente conhecidos. A norte a fronteira poderia encontrar-se definida no rio Douro, enquanto na zona sudeste deveria corresponder à actual fronteira luso-espanhola, situada na serra da Adiça, no rio Chanca e no rio Guadiana.

## **OS CONUENTUS**

Alguns autores têm vindo a defender a tese de que as províncias hispânicas foram divididas em *conuentus* no principado de Vespasiano (**ALARCÃO, 1990: 383**); no entanto, foi recentemente descoberto um documento epigráfico na Galiza que parece documentar de forma indiscutível que esta fundação, mesmo enquanto realidade física, remonta, de facto, ao principado de Augusto, muito provavelmente a 13a.C., data da organização provincial supracitada (**FABIÃO, 1997: 239**).

O *conuentus* foi essencialmente uma circunscrição judicial, criada com o objectivo de facilitar a administração da justiça: as causas que deviam ser julgadas pelo

governador provincial ou pelos legati iuridici em quem ele delegava podiam ser tratadas nas capitais dos *conuentus* e já não tinham de ser apresentadas nas capitais provinciais (ALARCÃO, 1988: 58 e ALARCÃO, 1990: 384). Desde a sua criação funcionaram igualmente como unidades religioso-administrativas, existindo em cada capital um templo destinado ao culto imperial e um *sacerdos* votado a esse culto (ALARCÃO, 1990: 384). Na capital do *conuentus* efectuavam-se as reuniões, correspondendo-lhe um território específico, que englobava várias *ciuitates* e *populi* (FABIÃO, 1997: 239).

A província da Lusitânia foi dividida em três *conuentus iuridici*: o *Scalabitanus*, com capital em *Presidium Iulium Scalabis* (Santarém); o *Emeritensis*, com capital em *Augusta Emerita* (Mérida), e o *Pacensis*, com capital em *Pax Iulia* (Beja). Pese embora até ao momento ainda não tenham sido identificadas inscrições ou quaisquer referências literárias que nos permitam definir com exactidão os seus limites, é de acreditar, tal como pensa Jorge de Alarcão, que os limites conventuais correspondessem aos das *civitates*, não respeitando os limites geográficos impostos pelos rios Tejo e Guadiana. Assim sendo, a área geográfica em estudo engloba a quase totalidade do actual território português situado a sul do rio Tejo, exceptuando-se apenas a zona correspondente à civitas *Ammaiensis*, que deveria situar-se no *conuentus Emeritensis*. O rio Tejo serviria, portanto, em grande parte, de fronteira setentrional do *conuentus Pacensis* com o *Scalabitanus*, enquanto a sudeste a delimitação com a província da Baetica deveria corresponder à actual fronteira luso-espanhola (ALARCÃO, 1998: 58).

## A ÉPOCA CRISTÃ: AS DIVISÕES DIOCESANAS

No âmbito actual da investigação, não se sabe até que ponto existe uma transposição entre a província administrativa e a província eclesiástica. A administração eclesiástica hispânica continua a utilizar ainda as terminologias *municipium*, *ciuitas*, *conuentus* e *prouincia*, mas mesmo que se considere que são utilizados na documentação de cariz religioso. Até ao momento, tem-se considerado que a demarcação eclesiástica marca uma ruptura com os cânones de época clássica, passando a definir uma série de dioceses com o respectivo território, dividindo o território dos *conuentus* (GURT ESPARRAGUERA, 1995: 75).

Na lista *Ovetensis* do Escorial o *conuentus Pacensis* conta com três dioceses, nomeadamente *Pace* (Pax Iulia, Beja), *Ossonoba* e *Ebora* (*Liberalitas Iulia Ebora*, Évora), correspondendo a três das cidades imperiais privilegiadas deste espaço geográfico (GURT ESPARRAGUERA, 1995: 80). Trata-se de um vasto espaço geográfico, onde se situava a maior parte das cidades mais importantes da época romana e tardo-romana em Portugal, aqui se desenvolvendo uma intensa actividade económica, política e cultural. Não pode deixar de salientar-se que esta era também a zona mais romanizada de todo o actual território português, pelo que se infere dos testemunhos arqueológicos que têm vindo a ser identificados. Corresponde também à região onde têm sido observadas mais evidências de paleocristianismo em todo o país: no concílio de *Illiberis* estiveram representadas as dioceses de *Elbora* e de *Ossonoba*; mais de dois terços de todas as inscrições funerárias paleocristãs foram identificadas nesta área geográfica, bem como a única inscrição fundacional (quase) completa<sup>2</sup>, devidamente datada, que atesta a dedicação de um *aedificium* aos Santos Justo e Pastor em São João dos Azinhais, Torrão. Dos três antigos *conuentus* localizados em Portugal em época romana (de norte para sul: *Bracaraugustanus*, *Scallabitanus* e *Pacensis*) é também aquele em que se conhece a localização de um maior número de edifícios paleocristãos. Aliás, Martin de Cáceres vai ainda mais longe indicando que a região situada a sul do Tejo é aquela em que se descobriram até ao momento mais edifícios de cariz religioso (MARTIN DE CÁCERES, 2008: 184 e 185). É ainda no *conuentus Pacensis* que melhor se observa o cruzamento de todas as influências culturais por que o cristianismo passou no decorrer antiguidade tardia no actual território português. Até ao momento, só neste território português foram identificadas e escavadas basílicas de dupla abside, de influência norte-africana, e foi neste *conuentus* que mais rapidamente se fizeram sentir em Portugal as influências ravenático-bizantinas, que se deve fundamentalmente à ocupação bizantina de uma importante faixa de território no sul do *conuentus*.

A divisão entre as dioceses de Évora e de Beja situar-se-ia primordialmente na ribeira de Odívelas, pela serra da *Fazquia* ou do Mendro, continuando pela via que ligava o Mosteiro de Vera Cruz de Marmelar ao rio Guadiana (BEIRANTE, 1995: 38). Nesse sentido, creio poder afirmar que a freguesia do Torrão, os actuais concelhos de

---

<sup>2</sup> Existe uma outra inscrição em Montemor-o-Novo, proveniente de Mértola, mas que é mais tardia, datando do século X, registando a construção ou reconstrução de um edifício cristão em Mértola, sob domínio islâmico (BARROCA, 2000, volume II: 50 a 53)

Viana do Alentejo, e de Portel e a zona dos concelhos de Alvito e Cuba situada a norte da ribeira de Odivelas estavam no território da diocese de Évora, enquanto a restante área em estudo se localizava na de Beja, correspondendo à antiga área de influência da *ciuitas Pacensis*. Restam-nos, contudo, algumas dúvidas no que concerne a Marmelar e a Vera Cruz de Marmelar, pois parece existir alguma afinidade geográfica, religiosa e cultural entre os dois sítios. Não é de colocar de parte a hipótese de ambos terem feito parte de um mesmo território. Contudo, a Serra do Mendro ainda hoje constitui uma fronteira muito acentuada entre ambas as localidades, pelo que, cautelosamente, colocamos Vera Cruz de Marmelar na diocese de *Liberalitas Iulia Ebora* e Marmelar na de *Pax Iulia*, esperando que em breve a documentação arqueológica ou manuscrita nos permita afinar melhor esta questão. Desta forma, o território da diocese de *Ebora* abrangia a totalidade da área situada entre o Tejo e a linha Ribeira de Odivelas/Serra do Mendro, nele se localizando as antigas cidades romanas de *Abelterium* (Alter-do-Chão), *Dipo* (Évoramonte), *Salacia Urbs Imperatoria* (Alcácer do Sal), *Liberalitas Iulia Ebora*, o povoado de Tróia e a possível *Ciuitas Mirietanorum* (?) (Alvito). Destacar-se-iam ainda os povoados secundários de *Foxem* (Nossa Senhora de Aires), *Auriola* ou *Oriola* (Oriola, Portel), *Turris Aranis* (?) (Torrão).

À diocese de *Pax Iulia* corresponderia à quase totalidade do actual Baixo Alentejo, incorporando as antigas *ciuitates* de *Pax Iulia*, *Sirpa* (*Serpa*), *Myrtilis* (Mértola), *Mirobriga* (Santiago do Cacém) e *Arandis* (Santa Bárbara da Padrões, Castro Verde) e ainda povoados secundários importantes como *Ad Fines* (Vila Verde de Ficalho), *Sinus* (Sines), *Vipasca* (Aljustrel) e os localizados em Alfundão, Moura e Alvalade do Sado.

A diocese de *Ossonoba* abrangia o actual Algarve, geograficamente separado da diocese de *Pax Iulia* pelas Serras do Caldeirão e de Monchique. Nesta diocese se situavam as antigas *ciuitates* de *Balsa* (Tavira), *Baesuris* (Castro Marim), *Cilpes* (Silves), *Ipses* (Alvor) e *Portus Hanibalis* (Portimão).

## A OCUPAÇÃO ISLÂMICA: CONTINUIDADE E “FIM” DO *CONUENTUS PACENSIS*

Na opinião de alguns autores, como por exemplo Helena Catarino e Santiago Macias, um dos mais poderosos elementos de continuidade relativamente ao passado romano, no decorrer do início da ocupação islâmica, é a sua herança territorial, sobrepondo-se o Garb al-Andaluz, grosso modo, à antiga província da Lusitânia. Numa fase inicial, no interior deste espaço definiram-se cinco zonas geo-históricas, que sobreviveram, com poucas alterações, até à formação do reino de Portugal: o termo de Coimbra, com Montemor-o-Velho e todo o Baixo Mondego; o estuário do Tejo, constituído pelos centros metropolitanos de Lisboa e Santarém; o Alto Alentejo e parte da Estremadura espanhola, unificando os grandes centros de Badajoz (que acaba por substituir Mérida), Évora e Alcácer do Sal; o Baixo-Alentejo, com Beja, Aroche e Mértola, e o actual Algarve, com as cidades de Faro, antiga *Ossonoba*, Silves e Tavira (CATARINO, 1999: 111 a 118 e MACIAS, 2006: 31).

Na antiga província da Lusitânia regista-se então uma certa continuidade, apontando num sentido de manutenção de influência territorial que transitou da época tardo-romana/visigótica, para a fase de dominação islâmica. No entanto, essa mesma manutenção não se regista ao nível das divisões conventuais, na medida em que este território foi dividido com a criação de duas *Kwvar*: a de Beja e a de Faro, registando-se alguma influência no que respeita às antigas dioceses. Note-se que o persistente prestígio das cidades de Beja e de Faro conduziu a que, até ao período califal, estas fossem utilizadas como ponto de referência dos respectivos territórios. Al-Muqaddasi, na descrição que fez do ocidente muçulmano na segunda metade do século X, indicou apenas as cidades de Santarém, Beja e Faro, omitindo, por exemplo, Lisboa. Da mesma forma, Al-Bakri, no *Kitab al-masalik wa l-mamalik* (século XI) mencionou apenas a sul do Tejo, as cidades de Beja e de Faro (MACIAS, 2006: 31).

O antigo território do *conuentus Pacensis* foi então dividido em duas *coras* a de Beja e a de Faro. A *kora* de Beja abarcava todo o actual Alentejo e parte da Estremadura Espanhola, dependendo desta cidade um importante conjunto de povoações, como por exemplo Elvas, Évora, Alcácer do Sal, Moura, Serpa, *Marachique* (actual Nossa Senhora da Cola, no concelho de Ourique), Aroche e Mértola, como se depreende da crónica do Mouro Rasis, integrada na Crónica Geral de Espanha de 1344

(CATARINO, 1999: 125). Ao longo da islamização, Beja mantém, portanto, relações de hierarquia e domínio com as povoações situadas nos limites do seu território (MACIAS, 2006: 71). A de Faro ou de *Ossonoba*, inicialmente com capital na actual cidade de Faro, foi posteriormente deslocada para o local onde se situa Silves, que passou a controlar todo o actual território algarvio, mantendo o que seria o espaço da antiga diocese cristã (CATARINO, 1999: 128 e 129).

É importante observar que as grandes cidades episcopais mantiveram a sua importância, destacando-se, de norte para sul, *Bracara Augusta* (Braga), *Lamecum* (Lamego), *Aeminium* (depois denominada *Colimbria*, Coimbra), *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), *Praesidium Iulium Scalabis* (Santarém), Badajoz (em substituição de Mérida), *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora), *Pax Iulia* (Beja) e *Ossonoba* (Faro, posteriormente substituída por Silves). É ainda de notar que, se, por um lado, a divisão conventual se diluiu, por outro, regista-se a renovada influência de muitas das antigas *civitates* romanas e do seu recrudescimento político-económico. Integram-se neste campo, para além de todas as cidades supra citadas, *Collipo* (Leiria); *Salacia Urbs Imperatoria* (Alcácer do Sal); *Arucci* (Aroche); *Myrtilis* (Mértola); *Balsa* (Tavira) e *Cilpes* (Silves).

A partir do século XII a lógica passa a ser diferente. Al-Idrisi Apresenta três divisões no ocidente peninsular: a de Santa Maria, Silves e Mértola (cuja capital acabará por radicar-se em Silves); a de Qasr Abi Danis, Évora, Badajoz e Mérida (cuja capital será Badajoz, em substituição de Mérida) e a de Balata, Lisboa e Santarém (com capital em Lisboa) (MACIAS, 2006: 71). Este aspecto é significativo, pois as *fitnas*, com as consequentes lutas pela independência de algumas cidades e respectivos territórios, bem como o avanço da reconquista cristã, provocaram a alteração deste quadro de interdependências. Algumas cidades como Évora, Alcácer do Sal, Mértola e Silves tornaram-se de tal forma importantes que suplantaram as antigas capitais, tornando-se elas próprias as “cabeças” de importantes territórios.

## CAPÍTULO 4: VIAS DE COMUNICAÇÃO

### A REDE VIÁRIA TERRESTRE

É credível que o cristianismo terá chegado ao *conuentus Pacensis* por via marítima, juntamente com os restantes cultos de origem oriental e norte-africana, tendo sido as cidades portuárias as zonas de chegada e de irradiação destas novas religiões. Afinal, os portos representavam importantes “portas de entrada”, ligando as nossas grandes cidades a todo o mundo mediterrânico. O importante porto e complexo industrial de Tróia, o *uicus* localizado em Sines, com o respectivo porto e as cidades de *Myrtilis*, *Salacia* e *Ossonoba*, foram certamente, no que ao *conuentus Pacensis* diz respeito, os pontos de penetração do cristianismo.

Rapidamente a nova religião chegou às principais cidades do interior, difundindo-se muito rapidamente, pois *Liberalitas Iulia Ebora* já é sede de diocese em inícios do século IV, a par de *Ossonoba*. No século V podemos observar a disseminação do cristianismo numa área considerável, tendo em consideração as propostas que iremos apresentar um pouco mais adiante para o território situado entre as actuais cidades de Évora e Beja foram encontrados vestígios de várias *basilicae* desta época. Para esta rápida difusão do cristianismo e das marcas que os crentes desta nova religião deixaram na área geográfica em estudo, muito terá contribuído a densa rede viária, principal e secundária. Será então importante analisarmos, ainda que de forma necessariamente sucinta este campo de investigação.

### VIAS PRINCIPAIS

#### *LIBERALITAS IULIA EBORA A PAX IULIA*

Uma das vias mais importantes do sul de Portugal era a que ligava Évora a Beja, sobre a qual, Jorge de Alarcão defende que, apesar de não constar do Itinerário de Antonino, se encontra bem documentada por vários vestígios, pelo menos entre Évora e um *vicus* situado em Nossa Senhora d’Aires. Daqui seguiria para a ponte de Vila Ruiva



e para Pax Iulia (**ALARCÃO**, 1988: 100). Na nossa opinião passaria depois por um *uicus* que poderia denominar-se *Cupa*, seguindo nas proximidades de Faro do Alentejo, antiga Aldeia das Assentes, passava não muito longe de São Brissos e seguia para Beja. Na zona do Monte do Cavalete, a sul de Nossa Senhora d'Aires sairia um ramal para Alvito, onde se localizava um povoado que poderia corresponder à *Ciuitas Mirietanorum*. Deste povoado saía uma via em direcção a *Cupa*, onde entroncaria novamente com o traçado anterior<sup>3</sup>. O troço principal da via romana servia de limite entre o concelho de Alvito e o de Évora em 1251, aparecendo indicado na carta de demarcação do couto de Alvito como «(...) *Carrariam veterem quod venit de elbora pro ad begiam ad patronum qui stat in ripa de aqua de udivelis et de inde eundo directe per ipse viam veterem ad patronum qui stat in ripa de cabelete (...)*» (**VALÉRIO**, 1993, 2º volume: 33 e **ANTT**, Convento da Santíssima Trindade, Maço 1, nº21<sup>1</sup>). Ou seja, «(...) Carreira velha (ou antiga) que vem de Évora para Beja e pelo padrão que está sobre a ribeira de Odivelas e segue (?) a direito por essa via velha até ao padrão que está encima de cabelete (actual Monte do Cavalete). Poderá corresponder ao marco miliário consagrado ao imperador Flávio Júlio Crispo, datado entre 317 e 326 por José d'Encarnação (**IRCP**, I Parte, 1984: 730)<sup>4</sup>, onde temos a informação que se trata da milha XIX) (...)».

#### ***SALACIA URBS IMPERATORIA A PAX IULIA***

A via que ligava *Salacia Urbs Imperatoria* a *Pax Iulia*, seguiria pelo Torrão, depois de passar pelo *monasterium* localizado em São João das Arranas. Depois passaria por Odivelas, por Alfundão, onde existia um importante *uicus* e uma ponte,

---

<sup>3</sup> Dados obtidos na elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Alvito, da responsabilidade de Jorge Feio e A. M. Dias Diogo. Este troço de Alvito para Beja aparece referenciado em vários documentos do século XIII, tendo ainda sido identificadas evidências físicas de troços de via e de uma ponte entre Alvito e Cuba.

<sup>4</sup> Tendo em consideração que um outro marco miliário encontrado neste local tem marcada a milha XVII (Cf. Encarnação, **IRCP**, I parte, p. 736, inscrição número 680), julgamos que este poderá ser proveniente de um lugar situado a cerca de 3,2 Km para sul, muito provavelmente no Monte do Cavalete, no limiar com o concelho de Alvito.

seguindo depois pela zona de Ferreira do Alentejo para Pax Iulia. Esta via continuou a ser utilizada em época islâmica<sup>5</sup>.

### ***LIBERALITAS IULIA EBORA A SIRPENS (SERPA)***

Esta via seguia em direcção ao antigo *monasterium* de São Manços, localizado na órbita directa de Évora, seguindo depois na direcção de Torre de Coelheiros, do *monasterium* de Vera Cruz de Marmelar. Daqui seguia para Marmelar e para Pedrógão, onde atravessava o rio Guadiana, no Porto da Orada e seguia para Serpa (SAA, 1958: 62 a 64; BILOU, 2004: 69 e 70 e CARNEIRO, 2009: 104). Esta via era conhecida na documentação medieval como *via que uenit de Elbora pro ad Serpam* (BILOU, 2004: 69 e 70 e CARNEIRO, 2009: 104).

### **VIAS SECUNDÁRIAS**

#### **VIA MONTEMOR-O-NOVO/PAX IULIA**

Até ao momento não era conhecida nenhuma via que ligasse Montemor-o-Novo a Beja, nem em época romana, nem em época medieval. No entanto, através de uma leitura atenta da Carta de delimitação do Couto de Alvito em 1261 no que diz respeito aos seus limites podemos ler «(...) *per primo corragum que intrat in Exarramam ad unum marcum qui stat in via que venit de Monte maiorj novo pro ad begiam* (...)» (VALÉRIO, 1993, 2º volume: 34 e ANTT, Convento da Santíssima Trindade, Maço 1, nº21). Ou seja, «(...) *pelo primeiro caminho que entra no Xarrama junto a um marco que está na via que vem de Montemor-o-Novo para Beja* (...)».

---

<sup>5</sup> Informação que devo ao Dr. António Carvalho, arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, que está a tratar a documentação medieval deste concelho e que me cedeu esta informação antes da publicação.

Até ao momento, não foram ainda encontrados marcos miliários, mas apareceram vestígios de calçada junto da travessia da ribeira de Odivelas no Monte da Zambujosa, na freguesia de Alvito. Também a toponímia que sobreviveu até meados do século XX em Vila Nova da Baronia é importante para confirmar a existência desta via, constatando-se que um dos arruamentos se chamava *Estrada das Alcáçovas*. Tal quer dizer que até há muito pouco tempo atrás existia um caminho que ligava estas duas povoações, que se situam bem próximas uma da outra. Por algum motivo, com a criação de novas estradas nacionais e municipais nesta zona do país alguns caminhos secundários terão caído em desuso. No entanto, até aos anos sessenta do século passado esta via foi utilizada para encaminhar o gado vacum quer para Montemor-o-Novo (e daí para Lisboa), quer para Beja. A sudeste de Vila Nova da Baronia existe ainda uma propriedade conhecida como *Canada Real*, topónimo que poderá indiciar a passagem da via por esse local. A via passava depois pelo Monte da Zambujosa, seguindo na direcção da Herdade das Assentes e de Faro do Alentejo, antiga aldeia das Assentes, onde entroncaria na via *Liberalitas Iulia Ebora e Pax Iulia*.

#### **TORRÃO (*TURRIS ARANIS*) A ALVITO (*CIVITAS MIRIETANORUM?*)**

Até ao momento não foram ainda identificados vestígios de via, marcos miliários, ou referências documentais relativos a este percurso. No entanto, a concentração de sítios arqueológicos de várias épocas, desde a Segunda Idade do Ferro até à actualidade, em torno da actual Estrada Nacional 383 permite supor a existência deste caminho a ligar duas das mais importantes povoações desta região. Outro factor indirecto da existência desta via diz respeito à localização dos edifícios religiosos de época medieval e moderna junto das povoações, na proximidade das vias de comunicação direccionadas para os povoados mais proeminentes localizados nas suas imediações. Neste âmbito, as principais igrejas do Torrão e de Vila Nova da Baronia encontram-se próximo da via que ligava a Alvito. Nesta última vila existe uma rua que mantém o topónimo rua da Calçada desde, pelo menos, o século XVI até à actualidade, aludindo, muito provavelmente a essa antiga via que iria terminar numa ponte enterrada no século XIX, situada na actual Praça da República em Alvito.

## **FOXEM (NOSSA SENHORA D'AIRES) A MARMELAR**

Tal como no caso anterior, é pouco conhecida na documentação e não se conhece evidências físicas da calçada ou marcos miliários. No entanto, a localização de zonas de interesse arqueológico muito importantes, como o Sítio dos Mosteiros (antigo Mosteiro de Odivelas?) e *Bonalbergue* (Oriola). Entre a actual aldeia de Oriola e o local onde se erguera a aldeia de *Bonalbergue* ou *Oriola* que lhe deu origem existe uma ponte medieval/moderna sobre a ribeira de Oriola, que actualmente se encontra debaixo das águas da barragem de Alvito. A existência desta via em época medieval parece ser inquestionável. Nesse sentido, propõe-se o seguinte percurso: *Foxem*, *Bonalbergue* ou *Oriola*, Santana da Serra, Alcaria da Serra, Marmelar. Aqui ligava com a via que vinha de Évora para Serpa, passando por Pedrógão e pelo rio Guadiana (podendo a passagem ser feita através de uma barca em vez de uma ponte) (SAA, 1958: 62 a 64; BILOU, 2004: 69 e 70 e CARNEIRO, 2009: 104).

A comprovar-se a existência deste troço, por ela seria feita a ligação de duas vias principais que tinham em comum o ponto de partida, a cidade de Évora.

## **CAPÍTULO 5: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRISTIANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PENINSULAR**

A menção mais antiga acerca da existência da comunidade cristã na Lusitânia data de 254, tratando-se da carta 67 de S. Cipriano, bispo de Cartago, dirigida aos fiéis de León, de *Asturica Augusta*, ao diácono Élio e aos fiéis de *Emerita Augusta*. No entanto, tudo indica que já existissem comunidades cristãs na Península Ibérica. Como é óbvio, não existem testemunhos claros de edifícios pertencentes a essas mesmas comunidades. As perseguições aos cristãos foram constantes até à data do Édito de Milão, em 313, pelo que não convinha às comunidades cristãs demonstrarem publicamente a religião que professavam, quer através da existência visível de locais de culto, quer pela ostentação de símbolos que os conotassem com a religião cristã.

Apesar de tudo, podemos constatar que ao longo do século IV, sobretudo a partir do século V, começaram a despontar um pouco por todo o território edifícios religiosos cristãos, quer nas cidades, quer nos campos, e símbolos de uma nova religião de estado.

Verifica-se com alguma facilidade que o cristianismo começou a ser divulgado e a instalar-se na zona do *conuentus Pacensis* em época antiga, pois trata-se de uma zona onde se encontram menos inscrições de deuses indígenas e menos dedicatórias ao imperador (neste último caso, sobretudo ao longo do século III) e mais inscrições relativas aos vários cultos orientais. Assim sendo, podemos considerar o cristianismo ter chegado ao sul do actual território português “à boleia” de outros cultos orientais autorizados no império localizados no território português nas cidades de *Salacia Imperatoria*, *Liberalitas Iulia Ebora*, *Pax Iulia* e *Ossonoba* e ainda junto a Estremoz, entre os séculos I e III.

Na opinião de Theodor Hauschild, o cristianismo teve, em primeiro lugar, um maior número de fiéis nas cidades, nas quais se formaram comunidades com bispos e diáconos, como por exemplo dessa mesma situação é a cidade de *Tarraco*, onde em 259 o bispo Frutuoso e os seus diáconos Auguris e Eulogius foram martirizados (HAUSCHILD, 1995: 377). Não obstante a maior importância das cidades, existem no campo, desde muito cedo, indícios da penetração do cristianismo, de que é exemplo um monograma de Cristo na *uilla Fortunatus*, perto de Fraga, na província de Huescar. Nesta perspectiva, temos de ter em consideração que, passada a grave crise económica e social do século III, ao contrário da maior parte das províncias romanas do império do ocidente, a Hispânia gozou de uma importante prosperidade. Como resultado, quer da crise, em que os grandes proprietários fugiram das grandes cidades para o campo, onde se instalaram com as suas famílias e a sua criadagem, fugindo assim dos pesados impostos citadinos, quer da fase próspera, em que aqueles investiram grandes somas de dinheiro no incremento e no embelezamento das suas propriedades, temos o aparecimento de um elevado número de grandes e prósperas *uillae* ao longo de todo o século IV. É precisamente nesta fase que acontecem grandes transformações em ambiente rural. No caso do *conuentus Pacensis*, por volta de 360, São Cucufate, no concelho da Vidigueira, foi alvo de um planeado conjunto de obras que se reflecte no monumental edifício que podemos observar ainda hoje em dia. A partir de finais do século IV, parte da estrutura é modificada com o intuito de construir locais de culto cristãos, no caso uma basílica e um mosteiro, os quais trataremos um pouco mais

adiante. As transformações também são visíveis em Torre de Palma, concelho de Monforte, onde foi construída uma monumental igreja de absides contrapostas.

Um importante conjunto de *uillae* foi ocupado até épocas muito tardias. Para além de São Cucufate e Torre de Palma, regista-se a continuidade de ocupação, seja na sua função original, seja na sua transformação em *uici*, *palatia* ou *monasteria*, em *uillae* como Terrugem (Elvas), Silveirona e Santo Estêvão (concelho de Estremoz), Juromenha, São Brás dos Matos e São Miguel da Mota (concelho do Alandroal); Malcabrão, São Bartolomeu, São Francisco e São Neutel/Sant'Águeda (concelho de Alvito), Marmelar e Monte da Cegonha (concelho da Vidigueira), Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), Moinho do Panasca, Monte da Panasqueira e Pedras de Zorra (concelho de Cuba), Corte Piornas, Pisões, Torre da Cardeira e Vale de Aguiro (Beja), Monte da Salsa, Abóbada e Cidade das Rosas (Serpa), Monte do Roxo, Conqueiros e Defesa III (Alvalade, Santiago do Cacém), Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), Póvoa de Milreu (Faro), Quinta do Marim (Olhão), entre muitas outras. Como é lógico, na maior parte destes locais foram encontrados vestígios de cristianização, sobretudo através da identificação de locais de culto, que, na maior parte dos casos, datam de finais do século IV, ou de inícios do século V. Daqui poderemos inferir que, aproveitando esta importante fase construtiva em ambiente rural alguns espaços das *uillae* foram aproveitados para a instalação de pequenos oratórios ou edifícios de índole religiosa.

A inscrição cristã mais antiga que se conhece, encontrada no *conventus Pacensis*, poderá ter sido recolhida no concelho de Tavira. Trata-se de um epitáfio escrito em grego, dedicado a um jovem ali falecido, muito provavelmente no século III (PEREA YÉBENES, 1995: 169-184 e MACIEL, 2003: 108 e 109). Esta inscrição torna-se ainda mais importante na medida em que nos mostra que os cristãos, por motivos óbvios, não se diferenciavam dos restantes membros da sociedade romana, associando o vocabulário pagão a símbolos cristãos nos seus monumentos funerários. Outra inscrição muito importante foi encontrada no concelho de Serpa, mais concretamente no Monte da Salsa. Trata-se da oferta de um *dolium* à igreja de Santa Maria por uma *Lacatancia*, filha de Agripa (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 33 e 34, entrada 43). Pela paleografia e pela fórmula que apresenta, com a filiação de tradição romana, poderá tratar-se de uma inscrição eventualmente datável do século V,

sendo, ao mesmo tempo, uma das mais antigas inscrições que nos indicam a existência de um culto Mariano na Península Ibérica.

Até ao momento, apenas foram intervencionados dois locais com grandes concentrações de epitáfios: Mértola (*basilica* do Rossio do Carmo, *basilica* do Cineteatro Marques Duque e Mausoléu) e a Silveirona junto a Estremoz. Tratam-se dos únicos dois sítios extensamente escavados em Portugal, correspondentes a esta época. Acreditamos que será por falta de intervenções arqueológicas, sobretudo nos principais centros urbanos, que não conhecidas mais inscrições paleocristãs/visigóticas no actual território português. Os casos de Beja e de Évora são paradigmáticos dessa situação. Como é que é possível que tenha sido recolhido um número muito reduzido de epitáfios nestas duas sedes episcopais de época tardo-romana e suevico-visigótica? Só se pode explicar pelo facto de muitas dessas inscrições ter sido reutilizadas na construção de edifícios, ou, pura e simplesmente, destruídas.

Quer nos campos, quer nas cidades, têm vindo a ser observadas quatro fases distintas da evolução do cristianismo, que pretendemos confirmar no território que serve de base à nossa investigação. Na primeira, pré-constantiniana, os cristãos não se diferenciam, dos restantes membros da sociedade romana. Nos seus epitáfios usam símbolos cristãos em associação clara com formulários pagãos, aos quais acrescentavam pequenas fórmulas cristãs, em forma de código secreto. Na segunda fase, que ocorre entre o édito de Milão, em 313, e meados do século VI, dá-se a grande manifestação do cristianismo, com o início de uma grande difusão de *ecclesiae* e *monasteria*, quer nas cidades, quer nas grandes propriedades e pequenos povoados rurais. Corresponde a esta época o maior número de inscrições funerárias encontradas até ao momento no território português. É também esta a fase das grandes contendas religiosas entre Católicos e Arianos.

A terceira fase situa-se meados do século VI, com a presença Bizantina no sul do actual território português e com a conversão oficial dos Visigodos ao catolicismo, e o final do primeiro quartel do século VIII. É uma fase de menor fulgor no que diz respeito à existência de epitáfios encontrados até ao momento, mas corresponde à época em que mais se investiu na construção de *monasteria* rurais, a maior parte deles situados em antigas *uillae* abandonadas, e na construção ou na ampliação de *ecclesiae* rurais e urbanas. É provável que a grande percentagem das *ecclesiae* urbanas de Beja datará

desta época, enquanto o mesmo acontece duas das três *basilicae* conhecidas em Mértola e provavelmente com o mausoléu recentemente localizado nesta localidade. É neste último período que se regista a maior difusão artística de índole cristã, atestada em todo o território em elementos arquitectónicos pertencentes a antigas *basilicae* rurais, nomeadamente em *transennae* de *iconostase*, pilastras, pilastrins, colunelos, ábacos, pés-de-altar, frisos, cruzes vazadas, entre outros elementos. Trata-se de uma cristianização global do território do *conventus Pacensis* que, paulatinamente, chega às principais cidades e daí irradia para toda a zona envolvente.

A quarta fase corresponde ao período pós-reconquista islâmica, com a permanência das comunidades moçárabes que irão contribuir para a sobrevivência do cristianismo e dos antigos edifícios cristãos sob domínio islâmico, tendo como ponto de partida uma sã e condescendente convivência entre os ocupantes islâmicos e as comunidades cristãs, pois apesar do estabelecimento de árabes e berberes, o território continuou a ser maioritariamente habitado por aqueles. No início da ocupação islâmica estabeleceram-se pactos, sobretudo com as comunidades que haviam pactuado com os muçulmanos no momento da conquista, reconhecendo o direito de personalidade aos cristãos, com garantia de liberdade de culto e gozo pleno dos seus direitos públicos e privados. Formam-se então as comunidades moçárabes, impregnadas de cultura árabe, mas fiéis ao culto cristão, que tinham de pagar anualmente um imposto de capitação, recolhido pelo *comes*, chefe da comunidade, assistido por um juiz ou alcaide (CATARINO, 1999: 85-90). Os habitantes cristãos mantiveram a posse das terras e demais propriedades e a liberdade religiosa encontra-se bem patente no culto a São Vicente, no promontório de Sagres. Só a partir de finais do século VIII ou inícios do século IX começam a observar-se perseguições, com a consequente fuga de comunidades moçárabes para norte, onde irão fundar novos mosteiros e contribuir para uma maior coesão e consolidação da Igreja (CATARINO, 1999: 85-95).



## CAPÍTULO 6: A TOPOGRAFIA CRISTÃ DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO EM ESTUDO

### O ESPAÇO URBANO: A POSSÍVEL *CIUITAS*

Podemos considerar o império romano como um mundo urbano composto por “cidades-estado”, interligadas entre si e interdependentes, que se ligavam em cadeia, em matéria de estratégia política e económica, sempre com a cidade de Roma como elo central. Na nossa opinião, entende-se por *ciuitas* a cidade e o seu termo. Ou seja, existe um aglomerado urbano que controla um território, o qual era classificado pelos próprios romanos como *ciuitas*. Neste território poderíamos encontrar outros aglomerados populacionais de menores dimensões (*uici* e *pagi*) e propriedades rurais [*uillae*, quintas e *tugurrae* (casais)], tratando-se, portanto, de uma ocupação do espaço muito semelhante à actual.

Se no espaço da *ciuitas* podemos encontrar outros núcleos urbanos com menor expressão, no espaço correspondente ao conventus observamos um conjunto de civitates dependentes de uma cidade capital. O *conuentus Pacensis* era, no conjunto dos localizados no actual território português, aquele que tinha o maior conjunto de *ciuitates*, totalizando 18 as identificadas até ao momento. De norte para sul temos as seguintes: *Abelterium* (Alter do Chão?), *Dipo* (Évoramonte) *Salacia Urbs Imperatoria* (Alcácer do Sal); *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora), *Ciuitas Mirietanorum* (Alvito); *Pax Iulia* (Beja); *Nova Civitas Arucitana* (?) (Moura?) *Sirpens* (Serpa), *Mirobriga* (Santiago do Cacém), *Arandis* (Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde); *Myrtilis* (Mértola); *Cilpes* (Silves); *Ipses* (Alvor); *Portus Hannibalis* (Portimão?); *Lacobriga* (Lagos); *Balsa* (Luz de Tavira); *Ossonoba* (Faro) e *Baesuris* (Castro Marim).

Numa fase mais tardia *ciuitas* passou a designar apenas o espaço urbano passando a ser empregue inclusivamente em locais que não tinham tido o estatuto de *ciuitas*, como por exemplo *uici* com funções secundárias ou terciárias mais ou menos complexas, com uma área significativa de materiais à superfície, e apresentando elementos de arquitectura pública e privada relevantes, características das cidades capitais (PÉRES LOSADA, 2002).

## **A PROBLEMÁTICA SOBRE A POSSÍVEL *CIUITAS MIRIETANORUM*: ALVITO COMO ESPAÇO URBANO MAIS IMPORTANTE ENTRE CIDADES**

O povoado romano de Alvito situa-se na zona de São Romão, junto dos limites nordeste e oriental da actual vila. A área de maior concentração de materiais à superfície é de cerca de 15ha, podendo corresponder ao povoado e a uma das necrópoles que deveria situar-se entre a Quinta dos Prazeres e o actual pavilhão gimnodesportivo, onde foi encontrada a inscrição de Cornelia Avita. Outra necrópole foi identificada no Barranco do Manuel Velho, a cerca de 500m do povoado, próximo de uma possível *uilla* periurbana registada no sítio do Miradouro. Este povoado, construído sobre outro mais antigo, datável do calcolítico<sup>6</sup>, foi permanentemente ocupado entre finais do século I a.C. e meados do século XIII, altura em que foi deslocado cerca de 500m para o espaço onde hoje se situa Alvito<sup>7</sup>. Neste local são extremamente abundantes os materiais de época romana, onde se incluem elementos arquitectónicos de um templo, silhares almofadados, ases, fustes e capitéis de coluna, cerâmicas e material de construção sigillatas itálicas, galo-romanas, norte-africanas ou claras A, C, e D e foceenses tardias (nomeadamente a forma Hayes 3), fragmentos de mosaicos, de frescos e de cerâmicas islâmicas<sup>8</sup>.

Temos ainda muitas dúvidas em classificar este povoado como cidade capital, pelos menos na sua origem. Entre outros motivos, este povoado não foi referenciado por nenhum dos autores latinos, nem aparece indicado no Itinerário de Antonino. O seu nome apareceu apenas numa inscrição funerária de Vila Nova da Baronia, que mais adiante iremos abordar. No estado actual da investigação, estamos tentados considerar que na sua origem seria um grande *uicus*, com um bom desenvolvimento de estruturas urbanas e monumentais. Num período mais tardio, poderá ter sido promovido a um estatuto superior, como aconteceu com povoados similares no actual norte de Itália, ou ter assumido funções religiosas e/ou políticas que lhe proporcionassem alguma autonomia e independência, sobretudo no decorrer do Baixo-império, factor que poderia

---

<sup>6</sup> Dados obtidos no decorrer do levantamento para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

permitir que um *uicus* pudesse ser oficiosamente denominado *ciuitas* (**PÉRES LOSADA**, 2002:30). Poderia corresponder àquilo que Isidoro de Sevilha classificou como vice-cidade, quando escreveu «(...) *uici et Castela et pagi hi sunt qui nulla dignitate ciuitatis ornantur, sed uulgari hominum conuentu incluntur, et propter paruítatem sui maioribus ciuitatibus adtribuuntur. Vicus autem dictus ab ipsis tantum sine muris. Est autem sine munitione murorum; licet et uici dicantur ipsae habitationes urbis. Dictus autem uicus eo quod sit vice ciuitates, vel quod uias habeat tantum sine muris* (...)». O seja, «(...) *Vici, castela e pagi carecem de qualquer merecimento como cidades. Estão habitados por uma singela reunião de pessoas e devido a esta imatureza são atribuídos a cidades maiores. O uicus chama-se assim porque está constituído por casas, tem ruas mas não muralhas. Carece da protecção que estas proporcionam. Também se denominam uici as casas de uma cidade. O uicus portanto é uma espécie de vice cidade. Conta com ruas mas carece de muralhas* (...)» (segue-se o excerto e a tradução publicados por Péres Losada, in **PÉRES LOSADA**, 2002: 27).

O próprio nome do povoado nos suscita algumas reservas, mas considerando verdadeira a inscrição de Vila Nova da Baronía, pensamos que se trata da *Ciuitas Mirietanorum*, apesar de na região *Ares* ou *Arem* com forte presença na toponímia medieval e actual, como se observa no caso de *Mugia d'Arem*, que pode efectivamente significar “monges de Arem”, povoado que estaria ligado ao *monasterium* situado nas suas imediações, como viria a acontecer com Vila de Frades em relação a São Cucufate. Na toponímia actual, regista-se ainda em Corta de Ares, na freguesia de Vila Nova da Baronía, junto das minas de Alvito, e em Nossa Senhora d'Aires, antiga *Foxem* cuja lenda de fundação da actual basílica se encontra relacionada com a fuga de monges do mosteiro de *Mugia d'Arem*. (**VASCONCELLOS e PEREIRA**, 1904: 275). Contudo, consideramos que *Ares* ou *Arem* poderia corresponder ao nome mais antigo de *Mugia d'Arem*.

Desta forma, Alvito, topónimo que pensávamos provir do latim *Avito*, nome de um imperador romano de meados do século V e de algumas famílias romanas mais importantes da Península Ibérica, pode afinal ter origem em época islâmica, derivando de *Al Bayt*, como acontece noutros casos a nível ibérico, que pode resultar em Alvite ou Alvites, com paralelos no noroeste peninsular, em Trás-os-Montes na Beira Baixa, e na zona de Lisboa/Cascais (**ZOZAYA**, 1999: 113). Poderá significar “a Casa”, no sentido

de se tratar de um povoado onde estava sedeada uma importante família de origem Árabe ou onde se cobravam impostos<sup>9</sup>.

## **EVIDÊNCIAS DA EXISTÊNCIA DE UM EDIFÍCIO CRISTÃO NO POVOADO LOCALIZADO EM ALVITO**

Na actualidade, os vestígios arquitectónicos paleocristãos não são muito abundantes em Alvito, pois o ábaco por nós depositado na Câmara Municipal de Alvito foi cedido a uma exposição e neste momento é desconhecido o seu paradeiro e o fragmento de gelosia ou de *transenna* de *iconostase* encontra-se na posse de A. M. Dias Diogo, que connosco coordenou a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito. Nesta zona deverá ter sido encontrada a inscrição funerária de Taumasius, datada de 562. Os fragmentos de mármore são abundantes numa área muito restrita, próxima da antiga igreja de São Romão, hoje transformada em casa de habitação. Alguns destes mármore denotam ter feito parte de “caixas” de mármore, podendo corresponder a sarcófagos, cuja tipologia, como iremos ver adiante, é comum no Alentejo, tendo já sido observados em Nossa Senhora d’ Áires, em Alvalade do Sado e no Cerro do Faval, concelho de Ourique, neste último caso com cronologia situada entre finais do século IV e meados do século V (DEUS, OLIVEIRA e DUARTE, 2004: 451-465). Por fim, várias pessoas que outrora trabalharam na agricultura neste local são unânimes em afirmar que presenciaram à descoberta de sepulturas cobertas com mosaicos, o que, a ser verdade, confirma a cristianização precoce deste povoado.

Todos os indícios apontam, portanto, para a existência de uma *basílica*, próxima do local onde hoje se localizou a igreja de São Romão, podendo corresponder a uma antiga paróquia. É provável que seja anterior a meados do século VI, tendo em consideração tudo o que anteriormente escrevemos.

---

<sup>9</sup> Informação que devo a António Carvalho, arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, a quem agradeço.

## ESPAÇO RURAL: PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DOS CAMPOS

### PROBLEMÁTICA DA EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES REGISTRADAS EM *VILLAE* NO DECORRER DA ANTIGUIDADE TARDIA

Em trabalhos recentes, vários investigadores espanhóis têm-se debruçado sobre temáticas relativas à fase final das *uillae*, às transformações por que passaram e pela evolução terminológica do nome *uilla* no decorrer da transição para a Alta Idade Média. Em 2001, Amâncio Islas Frez publicou um artigo onde analisou esta última temática, concluindo a palavra *uilla* foi substituída por *uillula* na documentação alto medieval no que respeita à sua função original, passando a designar pequenos povoados do tipo *uicus* (ISLAS FREZ, 2001: 9 a 19). Em 2006, foi José Ignacio quem se dedicou a esta temática, dedicando a sua atenção aos tipos de povoamento rural, como os *pagi*, os *uici*, as *uillae* e os *castella* (MARTINEZ MELÓN, 2006: 113 a 131). Em 2001, Gisella Ripoll e Javier Arce publicaram um artigo onde trataram o problema da transformação e final das *uillae* no ocidente mediterrânico entre os séculos IV e VIII, registando as várias alterações e reformas observadas, de que se destacam, só para citar as mais importantes, as alterações de espaços de habitação e de recepção em zonas produtivas; a construção de uma igreja em sectores da *uilla*; estruturas monásticas reutilizando sectores de *uillae*; colocação de necrópoles no interior de espaços habitados; o abandono do espaço e a sua utilização como local de habitat temporário e precário, e a transformação de *uilla* em povoados, sobretudo na transição para a Alta Idade Média (RIPOLL e ARCE, 2001: 21-54). Num trabalho publicado recentemente, Alexandra Chavarría Arnau apresentou algumas propostas, desenvolvendo alguns tópicos relativos à organização interna das *uillae*, onde apresentou várias hipóteses muito interessantes sobre a continuidade, as transformações e o desenvolvimento que ocorrem nestas estruturas no decorrer da Antiguidade Tardia. Neste campo, destacam-se os capítulos sobre as Iglesias y Villae (**capítulo X**) e sobre as Villa, Praetorium, Castelum: Las Transformaciones del vocabulário (**capítulo XI**). No último, a investigadora apresenta as transformações provocadas no vocabulário que ocorrem fundamentalmente a partir das grandes alterações por que passam estas estruturas, entre as quais se destaca o desenvolvimento de *uillae* em *uici* (CHAVARRÍA ARNAU, 2007).

É interessante observar o processo evolutivo das *uillae* no decorrer da Antiguidade Tardia. Numa primeira fase, situada numa época indeterminada do século III, várias *uillae* de dimensões arquitectónicas modestas foram profundamente alteradas. Um pouco por todo o sul e levante da Península Ibérica, vários sectores das *uillae* foram substituídos e redimensionados, observando-se que as áreas residenciais foram substituídas por instalações de cariz produtivo, substituindo-se ou eliminando-se elementos decorativos ou de uso habitacional, para colocar prensas, lagares, fornos e pavimentos de *opus signinum* (CHAVARRÍA ARNAU, 2007: 137). Paralelamente às transformações registadas nas *uillae* mais modestas, também nas *uillae* monumentais mais abastadas se registam alterações. Em alguns casos, como por exemplo São Cucufate, são arrasadas para serem edificadas autênticos palácios (ALARCÃO *et alii*, 1990). Esta situação acontece fundamentalmente a partir do século IV, época em que muitas *uillae* passam a ter os pavimentos das suas grandes salas revestidas com belíssimos mosaicos, como são os casos de Torre de Palma e de Pisões (LANCHA e ANDRÉ, 2000).

Apesar de ser extremamente difícil determinar se o desaparecimento de algumas *uillae*, ou a alteração das suas funções habitacionais, correspondem a alterações nas dimensões das propriedades rurais, a documentação textual da época parece apoiar esta situação. Alexandra Chavarría Arnau, citando D. Vera, escreveu que Higino, nas suas obras, apontou a existência de *possessores* que adquiriam várias propriedades contíguas, conservando apenas algumas das *uillae* em funcionamento, abandonando outras (CHAVARRÍA ARNAU, 2007: 137). Mas esta concentração da propriedade não é exclusiva da Antiguidade Tardia, verificando-se em épocas mais recuadas em torno de São Cucufate, por exemplo (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1990). O próprio Plínio, numa conhecida passagem onde relata a aquisição de uma nova propriedade, refere a importância de administrar vários *fundi* a partir de uma única *uilla*. Esta situação de concentração de propriedades justifica o abandono de algumas *uillae*, ou a sua transformação em consequência da reocupação do antigo espaço residencial por parte de alguns camponeses livres, mesmo que continuassem dependentes do proprietário da terra, que entretanto monumentalizava a *uilla* que “encabeçava”, ou servia de centro principal, dos seus domínios (CHAVARRÍA ARNAU, 2007: 138).

A segunda fase começa a documentar-se em níveis do século V d.C. e, sobretudo, dos séculos VI e VII d.C., nas *uillae* monumentais que até essa época foram

utilizadas como residências aristocráticas. Estas transformações implicam uma degradação progressiva das condições de vida nos edifícios, com a construção de silos, lagares, muros de compartimentação, estruturas de habitat construídas com materiais perecíveis e, em várias ocasiões, sepulturas (**RIPOLL e ARCE**, 2001: 21-37 e **CHAVARRÍA ARNAU**, 2007: 137). É também neste período que os oratórios de algumas *uillae* foram transformados em *basílicas*, muito provavelmente associadas a uma maior difusão de *monasteria*, como é o caso do Monte da Cegonha. Noutros casos, como por exemplo, Torre de Palma (Monforte), São Bartolomeu (Alvito), Quinta do Marim (Olhão) e Cerro da Vila (Quarteira), para além da manutenção das casas mais abastadas foram construídas outras, bem como se processa à edificação de *basilicae* devidamente dotadas de *baptisteria*, transformando-se assim simultaneamente em *uici* e *monasteria*, constituindo-se alguns deles como sedes paroquiais.

A evolução de algumas *uillae* para *uici* provocou algumas alterações no tipo de povoamento do território e, inclusivamente, no próprio vocabulário da época. A designação *uilla*, pelo que, pelo que se pode depreender a partir dos antigos tratados agronómicos produzidos na época altoimperial, designava um conjunto de edifícios de carácter disperso situados no campo e organizados em partes diferenciadas do ponto de vista funcional, separando a *pars urbana*, destinada à habitação do proprietário, da *pars rustica*, destinada à produção e à habitação dos servos. O termo *uilla* servia também para designar o *fundus* que lhe era correspondente. No entanto, numa fase mais tardia esta designação acaba por cair em desuso, sobretudo a partir do século V, época em que foi substituída pelas designações *uillula* ou *praetorium*. Apesar de nas *Etymologiae* de Santo Isidoro de Sevilha identificar *uilla* com o edifício residencial e com toda a propriedade rural dela dependente, o termo *uilla* foi escassamente utilizado nas leis Visigóticas, exceptuando quando alude a *locus* ou *possessio*. A análise da documentação textual demonstra que num determinado momento avançado no decorrer da Antiguidade Tardia, e durante a idade média, a palavra *uilla* passou a designar outras formas de povoamento mais extensas (**ISLAS FREZ**, 2001: 9 a 19 e **CHAVARRÍA ARNAU**, 2007: 153).

É muito natural que este novo tipo de povoados continuem a constituir propriedade privada, tendo em consideração vários aspectos: se um proprietário concentra toda a sua família e todos os seus empregados em apenas um espaço, é muito natural que haja uma aglomeração de construções em torno da casa principal ou em

volta de uma igreja e esse parece ser o caso São Bartolomeu (Alvito, que viria a designar-se por *Ares* ou *Mugia d'Arem*) e da Quinta do Marim (Olhão). Na opinião de Denis Graen seria esta última a famosa *Statio Sacra*, que aparece representada no Itinerário de Antonino (**GRAEN**, 2007). Por isso, não é estranho que, em alguns casos, esses novos povoados possam ter adquirido para topónimo o nome do proprietário, pois o *dominus* continuava a ser o *possessor* de todas as construções existentes no *fundus* que lhe pertence. Basta estarmos atentos à toponímia da idade média que sobreviveu até à actualidade. Por exemplo, no actual concelho de Mértola, topónimos como Monte dos Fernandes, Monte João Serra e Monte de Moreanes, entre outros, não reproduzem a realidade. No fundo, não são “montes” na verdadeira assunção da palavra, mas sim autênticas aldeias, algumas das quais com mais de 300 habitantes, que evoluíram a partir de propriedades rurais e adoptaram o nome do seu antigo proprietário num período histórico muito recente. Existirão também os casos que adoptaram o nome do Santo a quem foram dedicadas as igrejas em torno das quais evoluíram, registando-se vários os *uici* situados em locais designados como São Romão (São Romão, na Herdade da Torre Vã, Panóias, Ourique é um desses exemplos). Para uma época mais recente, e na região em estudo, temos o caso de Sant'Águeda, na freguesia de Vila Nova da Baronia, onde no século XVIII existia uma aldeia em torno da ermida edificada no século XVI.

Noutras zonas do antigo império romano, como por exemplo a Gália, no decorrer da antiguidade tardia o termo *uilla* servia para designar realidades muito diversas: propriedade rural e respectivo *fundus*; um conjunto de terras; uma circuncisão administrativa com fundo comum a muitos proprietários e assentamentos do tipo aldeia (**CHAVARRÍA ARNAU**, 2007: 154). Na obra de Beda, relativo à antiga *Britannia*, o termo *villa* aplica-se geralmente a pequenas aldeias (**Idem, ibidem, apud CAMPBEL**, 1986: 108-112).



## ***POSSÍVEIS VICI E VILLAE QUE EVOLUÍRAM PARA VICI ENTRE LIBERALITAS IULIA EBORA E PAX IULIA***

Neste momento, não é possível determinar a evolução de nenhum destes *uici*, em virtude de nenhum destes locais ter sido intervencionado do ponto de vista arqueológico. Desta forma, não sabemos com exactidão quais foram as *uillae* que evoluíram para *uici* ou os *uici* ou *mansiones* que já existiam em época alto imperial. A análise toponímica poderá permitir levantar algumas hipóteses. Topónimos como *Turris Aranis*, *Oriola* (possível evolução de *Auriola*) e *Cupa* poderão corresponder a *uillae* que evoluíram para *uici*. *Turris Aranis* aparece no monograma da inscrição fundacional do edifício construído em honra dos santos Justo e Pastor, datado de 682. *Aranis* deve corresponder a um antropónimo e *Turris* pode ser uma forma evolutiva da designação *uilla*, como aparece na inscrição musiva da *uilla Cardilio*, em Torres Novas. No que diz respeito a *Oriola*, sabemos que no século XIII ali existia um povoado que na documentação medieval aparece denominado de duas formas: *Benalbergue* ou *Bonalbergue* e *Oriola*. Julgamos que o segundo será o nome mais antigo, podendo ter evoluído a partir de *Auriola*, antropónimo atestado em Mértola numa inscrição funerária datada de 510 (DIAS e GASPAR, 2006:70 e 71). O topónimo *Cupa*, designando um tonel de vinho, poderá também indicar, ainda que indirectamente ou de forma menos evidente que os casos anteriores, a evolução de uma *uilla* para um aglomerado populacional secundário. Este tipo de evolução acompanha o próprio desenvolvimento da palavra *uilla*, que a partir do século VI foi utilizada para funcionalidades distintas das que tinha no decorrer da época romana, passando então a designar povoados (MARTINEZ MELÓN, 2006: 123). Relativamente aos restantes casos, desconhecemos os topónimos de dois (Alfundão e Marmelar) e *Ares/Mugia d'Arem* e *Foxem* podem corresponder a povoados alto imperiais.

Pode considerar-se que no vasto território situado entre *Liberalitas Iulia Ebora* e *Pax Iulia* tem sido possível detectar um importante conjunto de *uici*, alguns dos quais com vestígios claros de cristianização, que se mantiveram ocupados, na sua maioria, até ao século XIII, altura em que foram alvo de realocização. Colocando-se a hipótese da existência de um povoado sob a actual vila do Torrão, eventualmente denominado *Turris Aranis*, temos seis *uici*, se juntarmos os restantes já conhecidos, *Foxem* (Nossa

Senhora d'Aires, Viana do Alentejo), *Mugia d'Arem* (São Bartolomeu, Alvito?), *Oriola* ou *Bonalbergue* (Oriola) Marmelar, Vila Verde/Vilares de Alfundão (Alfundão) e *Cupa* (Cuba) (**PLANTAS 1 A 3**).

O povoado denominado *Aranis* ou *Turris Aranis* (Torrão) aparece, como já indicámos, no monograma da inscrição da consagração de um edifício religioso aos Santos Justo e Pastor em São João dos Azinhais. Os indícios históricos e arqueológicos apontam para a sua localização sob a actual vila do Torrão, onde recentemente foi detectada uma importante ocupação em época romana e na fase de domínio islâmico. A sua proximidade relativamente à via que ligava *Salacia* a *Pax Iulia* e do entroncamento desta com as ligações secundárias a *Liberalitas Iulia Ebora*, pela actual vila das Alcáçovas, e, eventualmente, à possível *civitas Mirietanorum*, por Vila Nova da Baronia, permite supor que se trataria de um *uicus* com alguma importância. No entanto, as escavações realizadas no Torrão, apesar de já terem obtido resultados espantosos, como tivemos oportunidade de ver *in loco*, ainda não confirmaram esta possibilidade, pois até ao momento, ainda não foram identificados na vila do Torrão quaisquer indícios de edifícios paleocristãos.

O *uicus Foxem* localizava-se em Nossa Senhora d'Aires, local onde foi identificado um povoado com uma área de ocupação com cerca de 10ha de materiais à superfície, próximo da via romana que ligava *Liberalitas Iulia Ebora* a *Pax Iulia* (**ALARCÃO**, 1987, Volume II: 162, entrada 6/35 e **LOPES**, 2003, 2º volume, entrada nº536). No início do século XX foram efectuadas escavações arqueológicas que deram a conhecer um possível edifício de culto cristão, várias sepulturas e alguns elementos arquitectónicos. Este local manteve-se ocupado até finais do século XIII, ou inícios do século XIV, altura em que Dom Dinis criou e fortificou a nova vila de *Viana de a Par de Alvito*, actual Viana do Alentejo, num processo de reorganização territorial que tinha sido iniciado pelo seu pai, Dom Afonso III, à semelhança do processo que ocorreu com Alfundão, *Mugia d'Arem* e *Bonalbergue* ou *Oriola*.

*Oriola*, posteriormente conhecido por *Benalbergue* localizava-se a cerca de 1,5km a leste da actual aldeia de Oriola, junto da igreja de Nossa Sra. Da Assunção. A aldeia de *Benalbergue*, situada no antigo concelho da Corte de Odivelas, já existia em 1277 e teve foral, já com a denominação *Oriola* em 1282 (**ALMEIDA**, 2008: 116-117). Sob a actual igreja observam-se algumas estruturas de época romana ou tardo-romana,

cuja funcionalidade não nos foi possível perceber (**FOTOGRAFIA 15**). Em torno do edifício, numa área superior a 1,5ha, observam-se imensos materiais de construção e *tegullae* podendo corresponder a uma antiga *uilla* que acabou por se desenvolver em povoado (**FOTOGRAFIAS 16 e 17**).

A localização do povoado denominado *Mugia d'Arem* ainda não foi definida com exactidão. A documentação medieval e as fontes arqueológicas permitem propor a sua localização no Monte de São Bartolomeu, na freguesia de Alvito. Neste local foi identificada uma basílica com *baptisterium*, que poderá datar de finais do século V d.C., ou de inícios do século VI d.C. (**FEIO, 2008**). As fontes documentais indicam-nos alguns elementos comprovativos dessa mesma localização e da existência de uma tradição de culto religioso cristão neste local, pois, do ponto de vista toponímico, o local onde se situa a ermida já era conhecido por São Bartolomeu em finais do século XV, cerca de cem anos antes da construção do edifício religioso. Por sua vez, o nome *Mujedarém*, como se escrevia nos séculos XV e XVI, designava o território situado entre a ermida de São Bartolomeu e o convento de São Francisco (**BPE, Visitação da Igreja de Santa Maria de Alvito, Códice CXXIII-I-I, fols. 312-314, 1534.**).

Ao que tudo indica, *Mugia d'Arem* desenvolveu-se a partir de uma antiga *uilla* romana no decorrer da Antiguidade Tardia, existindo na sua envolvência algumas pequenas concentrações de materiais à superfície, espaçadas entre si cerca de 50m. Até há pouco tempo, julgou-se que estas pequenas concentrações poderiam corresponder a pequenos casais. No entanto, na actualidade, os dados obtidos permitem supor que são pequenas habitações construídas em torno de uma *basilica* no decorrer da antiguidade tardia. A existência de um pequeno baptistério permite consolidar essa ideia, pois tratar-se-ia, com toda a certeza de uma sede de paróquia. A documentação medieval, sobretudo a Carta de Doação de Alvito a Dom Estêvão Anes, informa-nos que perto deste povoado se situava um *monasterium*, muito provavelmente no local onde hoje se ergue o Convento de São Francisco ou de Nossa Senhora dos Mártires. Os materiais recolhidos neste local permitem equacionar uma forte ocupação nos séculos VI e VII, podendo a *uilla* aí localizada ter-se transformado num *monasterium*. A “villa” de *Mugia d'Arem* aparece referida na documentação manuscrita até 1261. A determinado passo da carta de acrescentamento da doação de Alvito a Dom Estêvão Anes, em 1257, podemos ler que se trata de um «(...) *acrescentamentum de nostro termino in illa alia vestra hereditate quam iam antea vobis dedimus et donavimus videlicet villam que dicuntur*

*Alvito et Muyam d'Arem (...)*», ou seja «(...) o acrescentamento do nosso termo para a vossa herdade, a qual antes vos demos e doámos, ou seja, as vilas a que chamam Alvito e de Muyam d'Arem (...)» (ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço I, nº 14 e Maço 3, nº 537 e VALÉRIO, 1992, vol.1: 8). O seu abandono por volta de 1262 poderá estar relacionado com o aparecimento de Vila Nova de Alvito, actual Vila Nova da Baronia, pois com o aparecimento desta nova localidade, as referências documentais ao povoado mais antigo acabam por desaparecer. O seu nome mais antigo poderá ter sido *Ares* ou *Arem*, não se percebendo ainda quando evoluiu para *Mugia d'Arem*.

Em Marmelar, freguesia de Pedrógão, concelho da Vidigueira, foram encontrados abundantes fragmentos de cerâmica de construção e doméstica de época romana, mosaicos e um peso de lagar. Na opinião de Conceição Lopes, trata-se, muito provavelmente de uma *uilla* (LOPES, 2003: 2º volume, entrada nº436). No local foram descobertos elementos arquitectónicos de época visigótica, destacando-se três ombreiras, das quais apenas se conhece o paradeiro de duas (a que se encontra exposta junto à entrada da Câmara Municipal da Vidigueira e outra reutilizada na parede de quintal do nº5 do Beco 5 de Outubro). No quintal da casa número 6 do mesmo beco foram recolhidos um bonito fragmento de fragmentos de friso romano, um fragmento de placa triangular e de fustes de coluna. Na rua 6 de Novembro, nº6 foram identificados um fragmento de fuste de coluna e um colunelo. No quintal do número 42 da Rua 25 de Abril foi descoberto um fragmento de ara funerária romana, actualmente reutilizado como degrau de acesso à entrada principal da casa. A abundância de materiais paleocristãos, em conjunto com a área de distribuição de materiais de época romana permite supor a existência de um *uicus* no decorrer da antiguidade tardia, com uma basílica que, a partir dos materiais encontrados, poderá datar do século VII. É ainda de registar o aparecimento de uma necrópole de inumação, com sepulturas feitas de pedra ou tijolo, forradas e cobertas por lajes de mármore, na Rua Catarina Eufémia (LOPES, 2003: 2º volume, entrada nº436).

Em artigo publicado em 1994 considerou-se que o sítio arqueológico de Vilares de Alfundão correspondia a uma antiga *uilla* romana de consideráveis dimensões e riqueza a julgar pela abundância e qualidade dos materiais recolhidos e pela existência de mosaicos e estuques pintados (NORTON *et alii*, 1993/1994: 183). Na opinião dos autores responsáveis por esta publicação, a cronologia de ocupação oscilaria entre o

século I e a época de domínio suévico-visigótico, tendo em consideração que neste local tinha sido recolhido neste local um pequeno colunelo que deveria corresponder a um pé-de-altar e que se encontra em exposição no núcleo visigótico da igreja de Santo Amaro, em Beja. Os mesmos autores, citando Abel Viana, informaram que foi ainda que foi ainda recolhido um conjunto de pedras trabalhadas atribuídas a este período, publicadas por aquele investigador em 1954 (**Idem, ibidem**). Com base neste conjunto de materiais anfóricos aí recolhido, os autores concluíram que o sítio foi intensamente ocupado, pelo menos, entre o século I e finais do século V ou inícios do VI. Os trabalhos publicados por Abel Viana nas décadas de 40 e 50 permitem equacionar a existência de um povoado com uma *basilica*, com ocupação até à época de domínio islâmico, como veremos um pouco mais adiante.

O *uicus* denominado *Cupa* aparece indicado como uma pequena aldeia do termo de Beja na documentação do século XIII, sobretudo em documentos de 1255 (**ACCE**, Livro das Composições, Série CEC, 3, fólio 36, frente e verso e 37; **ANTT**, São Vicente de Fora, Maço 3, nº23 e **ALARCÃO ÉTIENNE e MAYET**, 1990: 269 a 275). Ao que tudo indica, localizava-se no Outeiro dos Moinhos (também conhecido por Alto de Manteigas), uma pequena elevação com 201 m de altitude, local onde existe um sítio arqueológico com cerca de 6ha de materiais à superfície, com uma ocupação entre inícios do século I d.C. e a época islâmica. À semelhança de quase todos os povoados antigos registados neste território, também neste local foi alvo de realocização para o local onde hoje em dia se localiza a vila de Cuba. Neste local aparecem materiais cuja cronologia se situa entre o século I e meados do século V, tendo sido alvo de estudos no decorrer da década de 40 (**VIANA**, 1946: 4 e 5). As plantas então elaboradas por Abel Viana permitiram levantar a hipótese de se tratar de um povoado fortificado. No entanto, temos obrigatoriamente de colocar algumas reticências, até porque o aparecimento de torres não implicava a existência de fortificações. Recordar-se que existe nesta zona uma *uilla* áulica torreada, nomeadamente São Cucufate. Isso quer dizer que a existência de duas torres pode não indicar obrigatoriamente a existência de uma fortificação. Todavia, temos de ter em consideração que as ruínas observadas nos anos quarenta por Abel Viana tinham dimensões consideráveis. Tratava-se de um conjunto de estruturas arquitectónicas de época romana, onde, na zona sudoeste, se podia observar um lanço de parede muito robusta com 27 metros de comprimento por 0,80m de largura. Em cada uma das extremidades tinha um cubelo rectangular de 8,30m

de comprimento por 5, 30 m de largura e que em algumas zonas se preservava ainda mais de um metro de altura nas paredes (VIANA, 1946: 4 e 5). Numa zona de cota de altitude mais elevada, existiam duas paredes perfeitamente preservadas, que faziam na sua junção um ângulo de 90°, cujo cunhal apontava para sul. No interior desta estrutura, Abel Viana observou ainda vestígios de outras estruturas compartimentadas, igualmente rectangulares e vestígios de um “cutro” (sic) com cerca de 5m de diâmetro máximo conservado. Restos de “formigão” (*opus signinum*,) completavam aquilo que o autor supracitado julgava corresponder a um *vicus* fortificado ou a uma “villa rústica” (VIANA, 1946: 4 e 5). Cronologicamente, os materiais recolhidos permitem-me equacionar, para além da presença humana no local em época pré e/ou proto-histórica, uma ocupação constante entre finais do século I a. C./inícios do século I e meados do século V, com prolongamento até, muito provavelmente, à época islâmica ou a finais do século XIII.

Vários autores têm proposto a localização de outros povoados nesta região. Maria da Conceição Lopes propôs a identificação de um *uicus* em Vera Cruz de Marmelar (LOPES, 2003, 2º volume, entrada nº627), não nos parecendo correcta essa avaliação, pois o padrão locativo do edifício religioso aí identificado, bem como as referências medievais que se lhe referem são mais condizentes com a localização de um *monasterium*. A mesma posição temos para o Sítio dos Mosteiros, onde Rafael Alfenim e Paulo Lima propuseram a localização de outro *uicus* ou uma *uilla* de grandes dimensões (ALFENIM e LIMA, 1995), parecendo-me que a última hipótese é a mais correcta, face à possível localização de um *monasterium*.

## **EVIDÊNCIAS DE EDIFÍCIOS PALEOCRISTÃOS NOS *Vici* ESTUDADOS**

### ***FOXEM* (NOSSA SENHORA D’AIRES, VIANA DO ALENTEJO)**

No dia 18 de Outubro de 1901, após convite que José Albino Dias lhe enviara em 26 de Julho desse mesmo ano, José Leite de Vasconcelos dirigiu-se a Viana do Alentejo, na companhia de Carlos Maria Loureiro, Apontador de Obras Públicas de 1ª

Classe, ao serviço do Museu Etnológico, tendo visitado alguns locais de interesse arqueológico em torno desta localidade. Entre os sítios visitados, encontra-se a herdade das Paredes, onde observou “(...) *numerosos alicerces antigos, - donde o nome de Paredes ao sítio -, pedaços de vasilhas (amphoras e dolia), de tegulas e de imbrices, argamassa Signina, moedas romanas, escoreas de fornos de olaria, canos. Um dos alicerces é mesmo muito grande, pois mede 150m de comprimento e 1,68m de largura, estando a pedra que os constitui ligada com argamassa duríssima; temos aqui certamente um troço de muralhas. (...)*” (VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 274). Nesta herdade situa-se o Santuário de Nossa Senhora D’Aires, que, tal como agora, era muito concorrido por romeiros. Nas suas imediações já tinham sido identificadas algumas sepulturas e respectivas inscrições de época romana (VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 274).

Posteriormente, em 08 de Julho de 1902, incumbido da escavação da necrópole romana por José Leite de Vasconcelos, deslocou-se para Viana do Alentejo Félix Alves Pereira, que nos indica que algumas sepulturas “violadas” se encontravam num terreno plano contíguo pelo lado norte ao adro da igreja, observando ainda que à superfície existiam imensos fragmentos de *tegullae*, grandes blocos de *opus signinum*, ruínas de uma grande muralha de alvenaria que atravessava uma ribeira, rijamente argamassada e, em determinados pontos, estruturas circulares que considerou como torres (VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 283). Analisando as sepulturas que então tinham sido colocadas a descoberto, constatou que uma delas servira para um depósito infantil, apresentando uma forma rectangular, com placas de mármore nas partes laterais e paredes de tijolo nos topos. A tampa e ao fundo eram placas de mármore. No interior desta sepultura, para além do esqueleto, foi recolhida uma moeda de Constante II (323-361), que ele adquiriu para o museu (VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 284 e PEREIRA, 1905: 16). Uma das pranchas de mármore utilizadas na parte lateral da sepultura apresentava uma decoração muito interessante composta por círculos e rectângulos encimados por uma folha de *hedera*, tratando-se, aparentemente de uma reutilização (VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 285, figura 11) (**Ilustração 1**). Uma segunda sepultura de inumação foi então identificada, distinguindo-se da anterior pelo seu aparelho construtivo, constituído por quatro paredes de láteres, existindo no fundo um lastro de láteres. No seu interior foi recolhido um jarro com um grafito (PEREIRA, 1904: 286, figura 12) (**Ilustração 2**). Félix Alves Pereira declarou que

outras sepulturas foram encontradas e destruídas, sem que existisse qualquer registo. Contudo, pelas informações que obtivera, sabia que «(...) *eram todas orientadas* (...)» e ainda que uma sepultura não tinha tampa e as paredes eram constituídas por adobes. Teve ainda o condão de encontrar as ossadas, pelo que se deduz que seria uma necrópole de inumação. Salienta ainda o autor a identificação nos entulhos de pedras com algum valor, destacando uma base de estátua com inscrição [BONO REIP(ublicae) NATO] e um capitel de colunelo, com 14,5cm de altura, uma largura de 9cm e uma espessura de 9cm, que considerou ser de muita decadência, não sendo romano. Nesse sentido, atribui-lhe uma cronologia ampla situada entre os séculos IV ou V e X. Após a sua saída de Viana do Alentejo, foi ainda levantado um sarcófago de mármore local com 2m de comprimento exterior e 0,58m de largura (**VASCONCELOS e PEREIRA**, 1904: 290 e 291).

Apesar das circunstâncias económicas do museu não permitirem uma escavação em área, em 1904 Félix Alves Pereira promoveu alguns “revolvimentos de terras” na zona envolvente das sepulturas e no cabeço que lhes era contíguo, tendo descoberto uma parede quase à superfície, a cerca de 14m para norte de uma entrada lateral do Adro da Igreja, que, em seu entender, era posterior às inumações por se lhes sobrepor e porque a sua construção destruíra algumas sepulturas, cujos despojos se encontravam acumulados, em completa desordem, numa fossa soterrada. Próximo desta estrutura existia um pavimento de tijolos (láteres) de dimensões distintas, com uma largura de 1,20m (**VASCONCELOS e PEREIRA**, 1904: 292). Nesta intervenção foram ainda descobertos três níveis de pavimentos. Para além do supra indicado, um segundo, localizado a cerca de 0,25m do topo, era constituído por “láteres de orelhas”, normalmente utilizados em edifícios termas ou balneares e um terceiro foi identificado a pouco menos de 0,75m de profundidade, cobrindo algumas sepulturas (**VASCONCELOS e PEREIRA**, 1904: 293). Trata-se portanto de, pelo menos, três fases de construção e/ou reconstrução com recurso a materiais existentes em abundância neste local.

Na primeira sepultura identificada sob esse pavimento observaram-se alguns restos do *opus signinum* que a cobrira anteriormente. A tampa era formada por “lascas de mármore” quebradas e alguns fragmentos de tijolos. Levantada a cobertura observaram-se três travessões ou barras de ferro destinadas a sustentar a tampa, apesar da inumação se ter efectuado sobre a terra, pousando sobre as pranchas laterais. Estas



barras tinham as extremidades voltadas em ângulo recto, para evitar qualquer deslizamento. A sepultura era rectangular, sendo a sua estrutura composta por pranchas de mármore devidamente acomodadas. O fundo era também composto por lajes de mármore (**VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 293**). A orientação do inumado respeitava os cânones cristãos, com a cabeça voltada para poente e os pés para nascente, com a cara voltada a norte e a face esquerda sobre o fundo da sepultura, e em decúbito dorsal. A sepultura tinha 1,40m de comprimento, 0,27m de largura e 0,25m de altura, observando-se que algumas das pranchas tinham sido obtidas por meio de “serragem mecânica”, sendo separadas um pouco antes do impulso da serra. No interior foram encontradas duas fíbula e um fragmento de uma peça de vidro (**Idem, ibidem, 1904: 293**) (**Ilustração 3**).

Perto desta sepultura, a uma distância de 0,15m para norte dos pés da anterior e 0,30m para oriente, debaixo do terceiro pavimento e, aparentemente, à mesma cota da anterior, foi encontrada uma segunda sepultura de inumação, de maiores dimensões. A largura oscilava entre os 0,42m e os 0,44m e o seu comprimento era de 1,80m. A orientação era igual, bem como a deposição do corpo, que apenas se distinguia do anterior pela colocação dos braços: o antebraço direito encontrava-se em linha perpendicular ao eixo do corpo, tocando a mão direita no cotovelo do braço esquerdo, cujo antebraço se erguia obliquamente para o *sternum*. Tal como acontecia na sepultura anterior, possuía pranchas laterais e lajeado de mármore, sendo a cobertura do mesmo tipo de material, mas muito fragmentada. Observaram-se três barras de ferro para suporte da tampa da sepultura e recolheram-se fragmentos de vidro e de um alfinete de bronze, este último junto da tíbia do esqueleto inumado, e observaram-se cinzas no fundo (**Idem, ibidem: 294 e 295**). Continuando a exploração um pouco mais para norte, Félix Alves Pereira descobriu uma terceira sepultura de inumação. Esta tinha sido “violada” por causa da construção de uma parede, aparentemente paralela à anterior, da qual distava cerca de 4,50m. No seu entendimento, que julgamos fundamentado, ambas as paredes seriam posteriores à necrópole. No momento da sua descoberta os ossos encontravam-se espalhados, misturados com pedaços de pranchas de mármore, podendo corresponder ao abatimento, em época indeterminada, da tampa que a cobria, até porque Félix Alves Pereira indica na sua descrição que esta sepultura não tinha tampa. O seu comprimento era de 1,74m e tinha 0,40m de largura por 0,47m de altura, encontrando-se a cerca de 1m de profundidade. As paredes laterais eram constituídas por *opus*

*latericium*, existindo uma placa de mármore na zona voltada a oriente. O lajeado do fundo era composto por placas de mármore (**Idem, ibidem, 1904: 295**). A sua orientação era igual à das restantes e apresentava vestígios de cobertura com *opus signinum*, tendo sido recolhida uma pequena vasilha na zona da cabeceira. O pavimento mais recente assentava directamente sobre a camada de *opus signinum* que cobria a sepultura. Um outro túmulo apareceu a uma profundidade de 0,75m, denunciado pela descoberta de dois grandes tijolos que, por si só, constituíam a tampa desta estrutura. Mediam 0,84m de comprimento, 0,56m de largura e 0,07m de espessura. Estes tijolos encontravam-se assentes nas paredes laterais da sepultura, cujo aparelho era constituído por *opera latericia* argamassada. Contudo, o fundo desta não era composto por um lajeado de mármore, assentando o corpo na terra (**Idem, ibidem: 296**). Esta estrutura tinha 1,90m de comprimento, 0,39m de largura e 0,28m de altura registando-se ainda que na delimitação da cabeceira encontrava-se um fragmento de base de colunelo canelado que Félix Alves Pereira classificou como pilastra canelada (**Idem, ibidem**). Pelo desenho apresentado, a indicação da altura da peça (0,38m) permite-nos calcular a sua largura em 0,155m (aproximadamente). No desenho é-nos ainda possível observar o arranque, a partir da base, do fuste do colunelo, cuja espessura poderá ser calculada em 0,009m. Se tivermos em atenção que nesta intervenção apareceu um fragmento de capitel de colunelo, podemos pensar que poderá ser a base de um possível pé-de-altar reutilizado. Resta-nos acrescentar que, segundo o autor, o rosto do defunto encontrava-se virado para sul, mas a sepultura encontrava-se orientada como as outras.

Félix Alves Pereira datou esta necrópole do século IV ou do V, com base nos seguintes factores: a cronologia da moeda da sepultura infantil, o pedestal da estátua com a inscrição BONO REIP(ublicae) NATO e pela pobreza no que concerne a espólio (**PEREIRA, 1905: .25**). Ao longo de grande parte do texto publicado em 1905, exclusivamente consagrado à cronologia da necrópole, Félix Alves Pereira preocupou-se em justificar que se tratava de uma necrópole pagã porque as sepulturas eram rectangulares e não trapezoidais, pois estas últimas eram características dos “bárbaros” e só tinham sido introduzidas a partir do século V, e porque uma das sepulturas, a que atribui o número 2 tinha sido “violada” para lá colocar outro corpo, algo que não lhe parecia ser um costume cristão (**Idem, ibidem: 25 e 26**). No entanto, actualmente, através da documentação fornecida nos textos e a possibilidade de comparação com outros casos conhecidos no Alentejo, é possível levantar outras questões, sobretudo do

ponto de vista cronológico. A par das estruturas intervencionadas, Félix Alves Pereira dá a conhecer a recolha de nove moedas, onde se inclui a moeda descoberta no interior da sepultura da criança e outras oito recolhidas em vários locais na zona da necrópole. Do ponto de vista cronológico, distribuem-se da seguinte forma: 1 grande bronze de Trajano, cunhado entre 104 e 110; 1 grande bronze de Marco Aurélio, cunhado em 166; 1 pequeno bronze do século III, que pode ser de Tétrico (268 a 273), de Caro (282 a 283) ou de Numeriano (282 a 283); 1 pequeno bronze de Diocleciano (284 a 305); 1 médio bronze de Constantino (306 a 337); 1 pequeno bronze de Constante II (335-361); 1 médio bronze de Graciano (375 a 383), e 2 médios bronzes de Máximo (383-388) (PEREIRA, 1905).

Tendo estes dados em consideração, se lhe juntarmos o conjunto epigráfico com cronologia situada entre os séculos I e IV, podemos pensar na existência de três períodos de enterramento: um primeiro período datado entre os séculos I a III, com enterramentos pagãos, matizados na epigrafia e nas moedas datadas entre os principados de Trajano e Diocleciano; uma segunda fase, datada dos séculos IV e V, observada nas sepulturas de inumação orientadas e organizadas pelo sistema adoptado pelos cristãos, que foram parcialmente destruídas pela construção de duas paredes, e uma terceira fase mais tardia que, tendo como ponto de partida a cronologia dos fragmentos de colunelos encontrados, poderá datar do século VII. Desta última fase datarão as sepulturas com placas de mármore e sarcófagos, muito provavelmente contemporâneas da construção das duas paredes, com as quais têm correspondência na orientação. Poder-se-ia pensar ainda numa quarta fase, correspondente à reutilização de elementos culturais paleocristãos em algumas sepulturas, no entanto tal só poderia ser confirmado com uma nova intervenção no terreno.

As sepulturas com estruturação em tijolo encontram paralelos com as encontradas em torno do possível templo de São Cucufate, que têm sido datadas do século V. Por seu turno, as sepulturas estruturadas com placas de mármore têm paralelos em São Romão, Alvito, onde as placas de mármore foram identificadas e abundância; na *basilica* de São Bartolomeu, também junto de Alvito; em Alvalade do Sado e no Cerro do Faval, concelho de Ourique este último datado entre finais do século IV e meados do século V (DEUS, OLIVEIRA e DUARTE, 2004: 451-465). A cobertura com *opus signinum* é similar à observada em sepulturas dos séculos VI e VII de Mértola e Vila Verde de Ficalho (TORRES *et alii*, 2007: 177). Pode ainda colocar-

se a hipótese de se tratar de sepulturas em *mensa*, comuns a outras de Tróia e, possivelmente, de São Cucufate, datadas do século V. Os vários níveis de pavimento poderão também indiciar várias fases de construção e reconstrução de um mesmo edifício cristão, que conhece a edificação definitiva na segunda metade do século VI, ou em inícios do século VII, sendo por enquanto desconhecida a sua planta, pois não foi desenhada na altura da escavação. Por fim, o enterramento de vários indivíduos numa mesma sepultura é comum em necrópoles paleocristãs, como pode observar-se em Mértola, em Mérida e na Silveirona.

### **ARES OU *MUGIA D'AREM* (SÃO BARTOLOMEU, ALVITO)**

No sítio onde pensamos ter-se localizado anteriormente *Mugia d'Arem*, existe actualmente uma ermida consagrada a São Bartolomeu, cuja construção de uma só nave remonta a finais do século XVI, podendo ainda observar-se nas suas paredes e abóbadas alguma pintura mural datável do século XVII. A estrutura foi edificada sobre uma plataforma artificial, podendo tal situação significar que, para além das estruturas visíveis à superfície que lhe são nitidamente anteriores, sobre as quais foi edificada a estrutura da actual ermida, outras existirão no subsolo, aguardando a sua colocação a descoberto (**FOTOGRAFIA 18**). No final da década de 80 do século passado, no decorrer de alguns trabalhos de limpeza promovidos pelo IPPC, actual IPPAR, sob a direcção de Susana Correia<sup>10</sup>, constatou-se que a ermida de São Bartolomeu foi construída sobre um edifício mais antigo, eventualmente de cariz religioso, tendo na altura sido colocada a hipótese de se tratar de uma basílica paleocristã. Pelos dados recolhidos no terreno, tudo aponta para que uma antiga *uilla* tenha evoluído para um *uicus* em finais do século V ou inícios do século VI, altura em que o possível povoado foi elevado a paróquia. Manteve-se como povoado importante até, pelo menos, 1261, podendo tratar-se, ao que tudo indica, da antiga vila de *Muya d'Arem*, ou *Mugia d'Arem*, que aparece referenciada na documentação medieval associada à doação de Alvito e constituição do respectivo couto. No decorrer da elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito foi

---

<sup>10</sup> Cf. Relatório de Susana Correia existente na Delegação Regional da Cultura (Ex-IPPAR) de Évora.

possível confirmar a existência de uma forte ocupação de época romana e tardo-romana, com uma área de dispersão de materiais à superfície a rondar os 2ha. A cerca de 250m deste sítio foram identificadas umas pedreiras de mármore de veios cinzentos, conhecidas pelo micro-topónimo de “Minas de Galo”, onde também foram recolhidos materiais de época romana e tardo-romana.

Actualmente a ermida encontra-se em fase bastante avançada de degradação, observando-se que, depois de ter sido “levantado” o pavimento, numa acção completamente ilegal, a parede correspondente à cabeceira ficou sem base até uma profundidade de cerca de 0,20m, afectando a actual estrutura numa espessura de 0,70m. No seu interior podemos observar uma grande quantidade de materiais arqueológicos espalhados pelo chão e ainda que este último se encontra profusamente remexido em algumas zonas (**FOTOGRAFIAS 26, 27 E 28**). Construído sobre uma plataforma artificial que poderá ocultar a existência de outras estruturas que não são visíveis à superfície, o actual edifício tem uma planta quase rectangular com 4,84m de largura máxima (medida externa, 3,48m, medida interna), na fachada da entrada, virada a ocidente (4,70m na zona da cabeceira) e 11,55m de comprimento máximo, do lado sul, (medida externa, 9,51m, medida interna. No lado norte mede 11,02m, medida externa). Sensivelmente a meio de cada uma das partes laterais da capela encontram-se contrafortes cilíndricos (o do lado norte com 1,03m de diâmetro e o do lado sul com 0,96m). As paredes têm em média 0,60m de espessura, com excepção da parede da cabeceira que tem 1m (**PLANTA 5**). No que respeita às estruturas da possível basílica paleocristã, existem ainda paredes, uma abside, um *baptisterium* e uma sepultura.

A parede correspondente à cabeceira da actual ermida, virada perfeitamente a oriente, foi construída sobre uma abside que preserva, fora da área abrangida pela actual estrutura, 2,40m de comprimento, por 0,44m de largura. O aparelho construtivo é constituído por pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicium*. Trata-se de uma estrutura aparentemente circular, quer na face interna, quer na face externa, pormenor que pudemos observar na zona interna da ermida, nomeadamente na capela-mor, onde foram recentemente retirados os ladrilhos do pavimento de época moderna, facto que me permitiu observar a inexistência de alicerce na zona cabeceira moderna do edifício, verificando-se que a estrutura assentava apenas no solo. Simultaneamente, constata-se que existe um prolongamento da mesma para o interior da actual ermida, associado à presença de outras estruturas que, aparentemente, lhe são contemporâneas.

Graças a esta situação, que, inclusivamente, coloca em perigo de derrocada a própria ermida, foi possível determinar que se trata de uma abside de volta inteira, com uma espessura média de parede de 0,85m (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIAS 19, 25 e 26**).

Na zona externa, temos a parede número 1 que podemos observar junto do canto NE da capela. Preserva ainda cerca de 2m de comprimento por 0,60m de largura, prolongando-se no sentido sul/norte. O seu aparelho é composto por pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicium*. Parece ter sido adossada num período posterior à construção da primitiva *ecclesia*, mas numa fase anterior à edificação da actual ermida, podendo corresponder a um primeiro período de transformação ou reestruturação (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 19**). O muro número 2 situa-se na zona oeste, próximo da porta de entrada da ermida. Prolonga-se no sentido este/oeste e preserva ainda cerca de 1m de comprimento por 0,45m de largura. Na sua construção foram utilizadas pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicium* (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 20**).

Na zona norte do edifício situa-se o *baptisterium* de planta cruciforme de pequenas dimensões (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIAS 51 e 52**), com paralelos em Idanha-a-Velha, em Suvodol e em Eleusis, este último datado do século V (**KHATCHATRIAN, 1962: 20, 23, 86 e 131**)<sup>11</sup>. A sul da cabeceira temos uma sepultura escavada na rocha, com 1,60m de comprimento por 0,54m de largura (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 22**). Está orientada no sentido este/oeste e possui no seu interior *lateres* colocados na vertical. Tem uma configuração rectangular com os topos arredondados, forma muito comum a partir dos séculos VI e VII, durando, em associação à antropomórfica, até ao século IX, altura em que, na opinião de Adriaan de Man, passaram a reduzir-se a fossas (semi-) escavadas na rocha (**MAN, 2006: 91**). Esta sepultura, poder-se-á ter localizado, originalmente, no interior da primitiva basílica paleocristã, mas não deveria ser a única. Com efeito, sob a actual estrutura da capela, mais exactamente debaixo da parede sul da cabeceira, é ainda visível uma placa de mármore colocada na horizontal que poderá ter sido depositada sobre um túmulo (**FOTOGRAFIA 21**).

No interior da ermida, após o “levantamento” do pavimento de ladrilho, já referido anteriormente, ficaram à vista outras três estruturas, encontrando-se pelo menos

---

<sup>11</sup> Este baptistério será alvo de uma descrição mais pormenorizada num capítulo exclusivamente dedicado aos *baptisteria*.

uma delas em perfeita conexão com a abside. A parede número 3 assenta sobre a correspondente ao número 4, podendo pertencer a uma fase de transformação do primeiro edifício, contemporânea da parede número 1. Trata-se de uma estrutura composta por tijolos ligados por *opus caementicium* (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 23**). A parede número 4 deverá corresponder à face interna da parede transversal que partiria da abside no sentido sul/norte. Preserva ainda 0,80m da sua largura, sendo o seu aparelho constituído por pedras de pequenas e médias dimensões ligadas por *opus caementicium* (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 23**). Por fim, a parede número 5 preserva ainda, a partir da parede sul da actual ermida, que lhe foi sobreposta, 1m de comprimento e 0,50m de espessura, sendo o seu aparelho construtivo composto por pedras de médias dimensões ligadas com argamassa (**PLANTA 5 e FOTOGRAFIA 24**).

Por tudo o indicado, apesar de ainda não se perceber bem a totalidade da planta e do edifício, todos os indícios apontam para uma construção situada entre finais do século V e meados do século VI.

## **MARMELAR (VIDIGUEIRA)**

Até ao momento não foi ainda identificado o edifício religioso construído no *uicus* localizado sob a actual aldeia de Marmelar. Os elementos arquitectónicos foram recolhidos em várias zonas do actual povoado. No entanto, a crer na veracidade dos testemunhos das pessoas que contactámos, a área de maior concentração de vestígios situa-se em torno do Beco 5 de Outubro e da Rua 06 de Novembro, zona onde apareceram duas das três ombreiras paleocristãs, um friso romano, um peso de lagar, um fragmento de placa triangular idêntica às de Vera Cruz de Marmelar, um fragmento de ara funerária, vários fragmentos de fustes de coluna e um colunelo, hoje desaparecido. As informações orais que recolhemos no local apontam ainda no sentido de uma boa quantidade de pedras “lavradas com motivos antigos” ter saído de um quintal situado em frente do nº6 deste beco e ainda da demolição das paredes de uma casa situada junto ao número 1. Desta forma, apesar de não terem sido ainda descobertas quaisquer estruturas, podemos propor a localização do edifício religioso cristão nesta zona.

A abundância de materiais paleocristãos, em conjunto com a área de distribuição de materiais de época romana permite supor a existência de um *uicus* no decorrer da antiguidade tardia, com uma *basilica* que, a partir dos materiais encontrados, poderá datar do século VII, não sendo de colocar de parte a existência de um edifício mais antigo, posteriormente remodelado e melhorado. É ainda de registar o aparecimento de uma necrópole de inumação, com sepulturas feitas de pedra ou tijolo, forradas e cobertas por lajes de mármore, na Rua Catarina Eufémia (**LOPES**, 2003: 2º volume, entrada nº436), com paralelos em Alvito, São Bartolomeu, Nossa Senhora d'Aires, Alvalade do Sado e Panóias.

#### **VILAR/VILA VERDE (ALFUNDÃO)**

O sítio arqueológico de Vilar, também conhecido por Vila Verde, junto de Alfundão é muito profícuo em indícios de ocupação entre os Séculos I e XIII. Neste local existiu um *uicus* que deverá ter correspondido a sede de ma paróquia a atestar pelos indícios registados por Abel Viana. Uma leitura atenta da descrição feita por este investigador em 1954 permite esclarecer melhor alguns dados. Citando José Leite de Vasconcelos, informa-nos que no primeiro terço do século XX foram recolhidos neste local mármore trabalhados, que se julgavam romanos tendo como ponto de comparação outras as peças que José Leite de Vasconcelos conhecia no Alentejo (**VIANA**, 1954: 9 e 10)<sup>12</sup>. No mesmo sítio tinham sido descobertos fragmentos de talhas, de panelas, de telhas, moedas romanas de cobre e moedas de prata islâmicas. Abel Viana indica ainda que José Leite de Vasconcelos viu as moedas de cobre, considerando que eram do tempo de Constantino, datando do século IV (**Idem, ibidem**: 10). Incluindo no seu texto alguns testemunhos de pessoas mais idosas de Alfundão, o autor foi ainda mais longe, afirmando que a esta aldeia fora mudada dos sítios de Vila Verde e Vilar para o local onde se encontra na actualidade porque os terrenos eram ali muito barrentos (**Idem, ibidem**). Um importante proprietário local tê-lo-á informado que, necessitando de material para construções, solicitou ao dono dos terrenos de Vila

---

<sup>12</sup> Deve ter-se em consideração que, segundo Abel Viana, José Leite de Vasconcelos nunca esteve em Alfundão, pelo que este insigne investigador não viu pessoalmente as peças paleocristã deste local.



Verde e Vilar autorização para recolher os destroços que ali existiam, tendo mandado executar escavações onde recolheu muitas pedras e grandes fragmentos de cerâmica. No decorrer destas, terá sido encontrada uma sala com pavimento em *opus uermiculatum*, com “desenhos muito bonitos”, a par de paredes que preservavam ainda 10cm de altura e tinham uma espécie de debrum feito de argamassa (*opus signinum*) (**Idem, ibidem**: 10). Abel Viana destacou ainda o testemunho de um trabalhador, que lhe assegurou ter encontrado uma talha cheia de entulho e ossadas de cadáveres, que o investigador considerou não serem humanos, no decorrer de abertura de covas para plantação de oliveiras. O mesmo ter-lhe-á indicado ainda que numa outra ocasião, no mesmo tipo de serviço, com mais trabalhadores, encontrara muitos alicerces com pavimentos de “pedrinhas de cores” (mosaicos) e que entre estes alicerces existiam ruas pavimentadas, acrescentando ainda que, pela forma de tantos alicerces, os trabalhadores ficaram a pensar que ali existira uma igreja com uma grande laje em frente da entrada (**VIANA, 1954: 10**). Abel Viana acrescentou ainda que outras pessoas tinham encontrado ali moedas, colheres de prata, bocados de talhas e coisas de ferro, entre outras coisas, e que em 1866 a actual Igreja Matriz de Alfundão foi reconstruída e muito transformada, tendo sido empregues nessas obras muitas pedras levadas de Vilar. Pelo que deixa transparecer no texto, acrescentou que outras pedras trabalhadas com motivos paleocristãos, com a mesma proveniência, foram aplicadas no lajeado diante do portal principal da igreja, ficando com as faces lavradas para cima. Desta forma, com o trânsito a passar sobre elas e, sobretudo porque os jovens se entretinham a percutir as pedras, precisamente para destruir os ornatos, as decorações já tinham desaparecido em 1954 (**Idem, ibidem, 1954: 10 e 11**). Destacou ainda o facto de uma das peças então reutilizadas ter sobrevivido, afirmando que isso se devia às suas dimensões. Dela fez uma descrição mais pormenorizada, integrando-a no grupo de placas ornamentais, acreditando tratar-se de um suporte de altar. Trata-se do pilar ou suporte de *transenna* de *iconostase* que ainda hoje se encontra encostado à parede sul da cabeceira da Igreja Matriz de Alfundão. Em Maio de 1954, o Sr. José António dos Santos, proprietário dos terrenos de Vilar, ofereceu ao Museu de Beja o colunelo que se encontra depositado no núcleo visigótico da Igreja de Santo Amaro e que outra peça, que se encontrava a servir de batente num portal lhe tinha sido entregue para seguir o mesmo destino (**Idem, ibidem: 11**).

Pelos dados apresentados, pode afirmar-se que existiu um *uicus* junto de Alfundão, com importância suficiente para ter uma *basilica*, muito provavelmente, em finais do século VI, ou nos inícios do século VII. A *ecclesia* teria alguma monumentalidade, a atestar pelos elementos arquitectónicos ali recolhidos. A actual aldeia de Alfundão era uma povoação relativamente importante em época islâmica, aparecendo mencionada na delimitação do território de Alcácer do Sal, aquando da doação desta cidade à Ordem de Santiago de Espada em finais do século XII<sup>13</sup>. A deslocalização deste povoado para o local onde actualmente se situa Alfundão poderá ter ocorrido no âmbito de uma reorganização territorial, executada com novos pressupostos políticos, económicos e geográficos, que ocorreu durante a baixa idade média, sobretudo na segunda metade do século XIII, altura em que o mesmo acontece nesta zona geográfica com Alvito, onde se abandona São Romão e ocupa o planalto onde actualmente se localiza a vila; com Viana do Alentejo, quando *Foxem*, eventualmente situada em Nossa Senhora d'Aires, é abandonada e criada Viana de a Par de Alvito, ou como Vila Nova da Baronia, quando, pouco depois de 1262 a vila de *Mugia d'Arem* foi abandonada para dar lugar a Vila Nova de Alvito e com *Bonalbergue* ou *Oriola*, deslocada para o local onde hoje se encontra em finais do século XIII.

Infelizmente, não se conhecem plantas das paredes ali encontradas e receamos que tenham sido completamente destruídas em 1954. Desta forma, com os dados apresentados, não foi possível perceber se este *uicus* evoluiu a partir de uma *uilla* ou se já era uma *mansio* em época romana. De qualquer maneira, considera-se que as informações obtidas e transmitidas por Abel Viana são muito importantes para esclarecer todas as dúvidas sobre os materiais paleocristãos de Alfundão.

## **VILLAE QUE EVOLUÍRAM PARA MONASTERIA**

No decorrer do período cronológico designado por Antiguidade Tardia observou-se o incremento de um número importante de comunidades monásticas na

---

<sup>13</sup> Informação oral que agradeço a António Carvalho, arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal que se encontra a concluir um trabalho de investigação sobre esta temática.

*Hispânia*. Estas comunidades são conhecidas fundamentalmente pelas fontes históricas que se lhes referem e pelas *regulae monachorum*, pese embora, num passado recente tenham existido tentativas de identificação de *monasteria* através da arqueologia, com os trabalhos desenvolvidos em São Cucufate (**ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET**, 1990 e 1995) e no Montinho das Laranjeiras (**MACIEL**, 1996).

Nos finais do século IV existem tendências de monaquismo, na procura de fugir a uma certa “corrupção” que grassava no seio da religião cristã. Inicialmente foram fundados em ambiente urbano ou suburbano, no contexto das sedes episcopais, podendo apontar-se Tours, na Gália, com o mosteiro tipo aldeia, em claro contraste com o mosteiro tipo *uilla* registado, por exemplo, em Milão, no norte de Itália (**MACIEL**, 1998: 15). Paulatinamente, também com início do século IV, em ambiente rural, longe das cidades começam a desenvolver-se na Hispânia, sobretudo nas províncias da *Callaecia* e da *Lusitania* os movimentos monacais, fundamentalmente no contexto Priscilianista, que aparecem documentados nas actas dos concílios hispânicos (**MACIEL**, 1996: 46-51 e **MACIEL**, 1998: 15) e que talvez, ainda que sub-repticiamente, possamos observar em São Cucufate.

É a partir de meados do século VI, e com maior evidência no século VII, que um pouco por toda a *Hispania* vão surgindo *monasteria*, reaproveitando, na maior parte dos casos, as estruturas de antigas *uillae*, transformando-as, ou reocupando espaços abandonados. Observa-se muito bem essa situação na documentação manuscrita da época, sobretudo nas *Regulae Monachorum*. Santo Agostinho, autor da primeira *Regula Monachorum* ocidental, influenciado pelas experiências ambrosianas, efectuou um estágio paramonástico numa *uilla* situada nos arredores de Milão (**MACIEL**, 1998: 15). Na sua *Regula ad Seruos Dei* o *monasterium* é apresentado como uma *domus* onde uma comunidade segue o lema *cor unum et anima una* (**Idem, ibidem**: 16). Santo Agostinho apresenta-nos o *monasterium* como um local onde se afirma o dinamismo e a dialéctica *saeculum/monasterium*, notando-se que a vida comunitária se encontra presente na frequência comum do *oratorium* e da *mensa*, não se confundindo o *oratorium* exclusivo do *monasterium* com a *ecclesia* que é acessível a todo o povo (**Idem, ibidem**). Nesta regra, os monges são autorizados a recorrer a *fullones* para lavagem de roupas e aos *balnea* para a higiene dos corpos, ainda que não seja claro que estas estruturas existam no edifício da *uilla/monasterium* ou nas proximidades. Neste sentido Manuel Justino Maciel deduziu, quanto a nós muito correctamente, que o monaquismo ocidental, numa

fase muito embrionária, se desenvolveu num contexto de *uilla* rústica ou suburbana, como iremos observar adiante em alguns dos casos que iremos abordar (**Idem, ibidem**).

Trata-se de um movimento monástico que ocorreu numa mesma fase na Península Itálica, nas Gálias e na Península Ibérica, com transformações idênticas, indicando que os proprietários das *uillae* construíram várias igrejas nos seus domínios, transformando, de livre vontade, a *pars urbana* das *uillae* em *monasteria*. E muitos casos, acabariam por doar os *monasteria* por si fundados, bem como os seus *fundi*, aos bispos, os quais, por sua vez, acabariam por fazer expandir as propriedades da Igreja (**RIPOLL e ARCE**, 2001: 31 a 33).

Existem também os mosteiros familiares, a quem São Frutuoso dedica a sua atenção na *Regula Monástica Communis*, quando escreve que «(...) *Costumam algumas pessoas, por medo da Geena, instalar monasteria nas suas casas (domus) para si próprios e com compromisso de viverem em comunidade com as esposas, os filhos, os servos e os vizinhos, e também nas suas uillae, para si, como dissemos, consagrando ecclesiae em nome dos mártires e atribuindo-lhes o falso nome de monasteria(...)*» (**MACIEL**, 1998: 23). São Frutuoso critica este comportamento, muitas vezes dominado pelo desejo de lucro, mas que serve de testemunho ao facto de ser no contexto doméstico, a *domus* ou a *uilla*, que se desenvolve a arquitectura dos mosteiros no ocidente hispânico no século VII. Condena também os *presbyteri saeculares* que construíam *monasteria per uillas*, que não se encontravam integrados em *monasteria* que seguiam *regulae* instituídas. Tudo isto significa que muitos dos *monasteria* da Antiguidade Tardia não seguiam, pois, as *regulae* convencionais, nem tinham o aval da hierarquia eclesiástica, motivos que conduziram à condenação destas criações no II Concílio de Braga, em 572 (**Idem, ibidem**: 24). São também demonstrativos do surgimento no princípio da Idade Média dos “Mosteiros de Herdeiros”. Estas referências são demonstrativas da forma como, com maior incidência no século VII, se instituíam os cenóbios ocidentais.

Não é de espantar que em alguns casos, como parece verificar-se no Monte da Cegonha, espaços consagrados a *oratoria* se tenham transformado em *basilicae* rurais, com sepultamentos no seu interior, evoluindo posteriormente para *monasteria*, depois de reocupados estes espaços, após uma fase de abandono pelos seus antigos proprietários. Trata-se tão-somente de uma forma de reocupação de espaços pré-

existentes, onde já haveria tradição de culto, em fases históricas distintas. Neste sentido, torna-se evidente uma continuidade com a tradição oriental no que respeita às atitudes pessoais e ascéticas, enquanto, do ponto de vista arquitectónico vão manter toda a riqueza e funcionalidade da arquitectura romana, fundamentalmente em ambiente rural, como podemos facilmente constatar em São Cucufate e no Monte da Cegonha. Na zona ocidental do império observam-se, portanto, comunidades residentes numa clara continuidade de ocupação relativamente à *uilla* romana tardia (**MACIEL**, 1998: 15). Tal como as *uillae* da Antiguidade Tardia, os mosteiros itálicos do século VI e os hispânicos do século VII funcionam autonomamente, como vem expresso na Regra Beneditina e nas Regras de Santo Isidoro de Sevilha e de São Frutuoso de Braga, explorando o território agrícola envolvente, mais não fosse com o objectivo de se auto-abastecer (**Idem, ibidem**: 17 e 18).

O grande momento no que respeita à regulamentação monástica é o século VI, com a Regra de São Bento (**Idem, ibidem**). A vertente cultural que lhe é transmitida pelas propostas de Cassiodoro, que se retira na sua *uilla* da Calábria e a transforma num centro de investigação e de transmissão da cultura irá passar a caracterizar o monaquismo ocidental, influenciando sobretudo, nos que respeita à Península Ibérica, as regras e os monaquismos martiniano, isidoriano e frutuosiano (**Idem, ibidem**: 17). Na realidade, o crescimento do número de comunidades associa-se também a acumulação de terras oferecidas por benfeitores, podendo os mosteiros possuir milhares de hectares de terras e centenas ou milhares de camponeses nas suas dependências, onde os seus *uillici* acumulavam as produções que posteriormente transportavam para os *monasteria* para sustentar os monges, os trabalhadores domésticos, os hóspedes e os pobres (**MATTOSO**, 1993: 351 a 352). Também deveriam existir diversos eremitérios ou *monasteria* mais modestos, mas a necessidade de regular os primeiros está na base das várias regras que irão surgir neste período.

O facto de os bispos considerarem a vida monástica como santa e sublime, poderá indicar que a fundação de *monasteria* ou *coenobia* deveria contar com o seu beneplácito, o que, em conjunto com um certo mau estar social registado na transição do século VI para o VII, como se observa em determinadas passagens das Regras de Leandro e Isidoro, que fazia com que membros das classes mais pobres e servos procurassem abrigo nos *monasteria*. A par desta situação regista-se a necessidade de fuga aos impostos. Não podemos olvidar-nos que na transição do século VI para o

século VII e, sobretudo, na segunda metade deste, as pressões sociais agudizaram-se a partir de uma série de más colheitas, associadas a pragas, a catástrofes naturais e fortes tensões políticas. Alguns membros da população livre chegaram a vender os seus próprios filhos como escravos, enquanto as relações de dependência se agudizavam (SALVADOR VENTURA, 1993: 1076). A situação era de tal forma grave que um *Dux Provinciae* da época, cujo nome é desconhecido, se queixa ao monarca visigodo, informando-o, deveras preocupado, que se o fenómeno continuasse não iria conseguir recrutar tropas entre a população, caso fosse necessário (**Idem, ibidem**).

Na opinião de Salvador Ventura, podemos distinguir as comunidades monásticas em dois tipos: masculinas, onde encontramos os *monachi* ou *fratres*, e as femininas, designadas por *uirgines*, que viviam nos *monasteria* ou *coenobia* (**Idem, ibidem**: 1068). Creio que ainda podemos acrescentar um terceiro tipo de comunidade: a mista, ou familiar.

No território em estudo foram identificados alguns sítios onde se podem propor a localização de *monasteria*, sendo de notar que em alguns dos casos podem observar-se importantes transformações que ocorrem a partir do século V. Para além da questão cronológica, importante, sem dúvida, para melhor percebermos a evolução deste fenómeno e para um melhor conhecimento da evolução da arquitectura dos edifícios estudados, existem ainda outros fenómenos que merecem toda a atenção: a sua localização geográfica e a sua interpretação dos *monasteria* do ponto de vista arquitectónico e arqueológico. A identificação de um *monasterium* através da realização de trabalhos arqueológicos é extremamente difícil, mesmo com o recurso à documentação manuscrita e às *Regulae Monachorum*. Também em muitos casos não é nada fácil o seu estudo arquitectónico. Na nossa opinião, a identificação de um *monasterium* através da arqueologia deverá ter em conta dois vectores distintos: os testemunhos directos e os testemunhos indirectos. Como testemunhos directos entendemos as lápides fundacionais, as lápides funerárias no interior de um edifício e a arquitectura. Neste último caso, a construção de uma igreja no antigo espaço da *pars urbana* de uma antiga *uilla*, juntamente com a colocação da necrópole no interior do edifício e com a construção de pequenas *cellae* e silos, poderá perfeitamente indicar a existência de um *monasterium*. Este parece ser o caso do Monte da Cegonha. Não faz qualquer sentido sepultar pessoas no interior de casas comprovadamente habitadas num período onde existe uma clara distinção espacial entre o “Mundo dos Vivos” e o

“Mundo dos Mortos”. Só se justifica esta situação se nos encontrarmos perante espaços sagrados. Ora apenas conhecemos um tipo de espaço sagrado onde, simultaneamente, se habita e se presta culto a Deus: os *monasteria*. Os dois primeiros casos são evidentes e, no campo da epigrafia, talvez possamos acrescentar as inscrições que fazem menção à construção de edifícios de culto em ambiente rural, sobretudo se estas se situarem em antigas *uillae* situadas em zonas algo inóspitas, relativamente próximas das vias de comunicação e próxima das fronteiras entre territórios pertencentes a povoados. Tal poderá ser o caso de São João dos Azinhais.

No grupo dos testemunhos indirectos, temos a toponímia e as lendas de instalação de antigos *monasteria* e a presença de elementos arquitectónicos normalmente associados a edifícios religiosos, como por exemplo as *transennae*, as *pilastras*, os colunelos, os pilastrins, as mesas-de-altar, os pés-de-altar, entre outros, sobretudo se encontrados em ambiente rural.

Com excepção de São Cucufate e Monte da Cegonha, na maior parte dos casos, apenas foram escavadas as estruturas religiosas, ou registados os elementos arquitectónicos que foram aparecendo ao longo dos anos, o que dificulta a análise global das estruturas em que se inserem, obrigando-nos a cingir-nos às evidências arqueológicas e artísticas das *basilicae* ou dos *oratoria* dos antigos *monasteria*.

## OS *MONASTERIA* IDENTIFICADOS ENTRE AS CIDADES DE ÉVORA E BEJA: A ANÁLISE ARTISTICO-ARQUITECTÓNICA

### *MONASTERIA* COM *BASILICAE* DE UMA NAVE COM ABSIDE SEMICIRCULAR OU DE ARCO LIGEIRAMENTE ULTRAPASSADO

#### SÃO CUCUFATE (VIDIGUEIRA)

No decorrer da escavação das *uillae* romanas de São Cucufate, a equipa Luso-francesa que coordenou a intervenção identificou dois edifícios destinados ao culto cristão. Uma destas estruturas foi classificada como templo consagrado a divindades pagãs, com planta similar ao da *uilla* de Milreu, tendo sido cristianizado no decorrer da vigência da *uilla* III, entre 360 e 450. No períbolo da estrutura que designaram como templo, foram escavadas catorze inumações em caixas feitas de láteres e *tegullae* e quatro em simples fossa sem paramento, tendo-se ainda colocado a hipótese de uma das sepulturas ser em *mensa* (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1995: 383).

Apesar da semelhança com o templo de Milreu e com outros que amiúde se vão localizando, existem algumas dúvidas na interpretação da estrutura. Os próprios autores assumem a transformação em mausoléu numa fase de cristianização do espaço (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1990: 259 e 260). Neste espaço, um dos aspectos que salta mais à vista é a ausência de porta de entrada que traduz esta ideia (FOTOGRAFIAS 37 E 38). Esta transformação poderá ter-se processado ainda no decorrer do século V, tendo em considerado que o aparelho, *opus uittatum*, de encerramento da porta é igual ao utilizado na construção do templo e da própria *uilla*. Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet questionaram-se sobre a razão de ser de um número relevante de enterramentos, quando escreveram que «(...) *Porquoi cês enterrements, cês visages en general vers le temple? Sinon pour honorer et se mettre sous une protection d'un saint et qui plus est, d'un martyr, São Cucufate, le San Cugat de Barcelone, Saint Cucufat du midi de France.(...) Nous ne saurons sans doute jamais, mais le sacreusement de la cella du temple laisserait penser qu'un sarcophagi à son nom était*



*présant dans l'abside et qu'il a été plus tard transféré dans la second église (...)*»(ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1990: 259 e 260). Não nos parece credível que o templo fosse transformado em mausoléu para conter um sarcófago em nome de São Cucufate, porque a sua cristianização ocorre entre 360 e 450 e a difusão do culto a este santo se processa sobretudo a partir do século VII, quando é transmitida a sua *passio*, num período em que verdadeiramente se dá o renascimento do culto martirial na *Hispania*, com uma grande difusão de relíquias associada a um grande incremento na construção de *basilicae* e de *monasteria* (CASTILLO MALDONADO, 1999:58 e 59), de que temos exemplo com o culto aos santos Justo e Pastor em São João dos Azinhais. Atentando ao facto de a maior parte das sepulturas cristãs estar orientada para o possível templo transformado em mausoléu (PLANTA 8) podemos propor que no momento da transformação da *uilla* em *monasterium*, ou de uma fase de reocupação do espaço alguns séculos depois, os crentes preferiram ser enterrados perto do mausoléu onde julgara encontrar-se tumulado um santo, não necessariamente São Cucufate, a quem o mosteiro teria sido consagrado, mas junto a algum cristão que, no seu imaginário, tinha vivido em santidade, daí resultando o facto de se encontrar sepultado num mausoléu. Esta cronologia tardia de reocupação de um espaço abandonado pode também ser a resposta à dificuldade em datar a maior parte das sepulturas, devido à falta de espólio.

Recentemente, em contacto que mantivemos com Rafael Alfenim, técnico superior da Direcção Regional da Cultura do Alentejo responsável pelo espaço arqueológico de São Cucufate, foi-nos comunicado que em escavações recentes ainda não publicadas foram identificadas muitas sepulturas de cronologia eventualmente situada entre os séculos VII e IX em torno do possível templo transformado em mausoléu, evidenciando ou confirmando a ideia de enterramento *ad sactum*.<sup>14</sup>

A par da cristianização do possível templo pagão transformado em mausoléu, foi identificada ainda uma referência documental à instalação de um mosteiro em 1255, no que restava do edifício da antiga *uilla* romana de São Cucufate associado ao de São Vicente de Fora, resultante de um pedido que o bispo de Évora fizera ao rei Dom Afonso III. Na carta de concessão datada de 24 de Junho daquele ano é referido que «(...) *in dicto monasterio ad honorem Sancti Cucufati martyris ecclesiam edificavimus*,

---

<sup>14</sup> Agradeço profundamente ao Dr. Rafael Alfenim a informação oral que me deu, aguardando ansiosamente a publicação dos dados resultantes das escavações arqueológicas.

*ymo edificatam invenimus et altare ibidem ereximus ad honorem et laudem gloriosi martyris Cucufati que nom solum auctoritate propria fecimus sed nos ad hoc induxit quare a maioribus nostris fauctum fuisse didiscimus antiquorum fama publica confirmante (...)».* Ou seja, «(...) no dito mosteiro, em honra do mártir São Cucufate, edificámos uma igreja; ou melhor, encontrámo-la já edificada e consagrámos aí um altar em honra e louvor do glorioso mártir Cucufate; não somente fizemos isso por deliberação própria mas também porque a isso nos levou o sabermos terem os nossos antepassados feito o mesmo, o que é confirmado por tradição antiga e pública (...)» (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1995: 385).

Na opinião de Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet, em data incerta terá existido um mosteiro consagrado a São Cucufate, o qual terá sido restaurado em 1255 pelo Bispo Dom Martinho, crendo-se que o primitivo mosteiro terá sido abandonado no decorrer do período em que cristãos e islâmicos disputaram a cidade de Beja, mais exactamente entre 1159 (ou 1162) e 1232 (ou 1234) (**Idem, ibidem**). Assentando a sua posição na opinião de Avelino de Jesus da Costa, os investigadores reforçaram a teoria de a escolha de São Cucufate para padroeiro só foi possível porque, de facto, se tratou de uma restauração de um antigo mosteiro dessa invocação, em virtude do culto do mártir barcinense se encontrar, em meados do século XIII, em decadência (**Idem**, 1990: 259 e 260).

Esta documentação vem acentuar a importância da identificação no decorrer da intervenção arqueológica de uma estrutura classificada como igreja, construída, muito provavelmente no decorrer da última transformação da *uilla*, entre 360 e meados do século V. Associada a esta fase, foi descoberta uma estrutura de planta quase quadrangular, com 6,90m de comprimento por 6,70m de largura, provido de uma abside em arco ligeiramente ultrapassado, ainda que não claramente em ferradura, com pavimentos do corpo ou nave e da abside em *opus signinum*. Face às suas características, este espaço foi classificado como *oratorium* ou pequena *basilica*, apoiada a ocidente numa vasta sala quadrangular pavimentada de *opus signinum* que foi o *tablinum* da segunda *uilla* de São Cucufate e que, no projecto de cerca de 360 parece ter sido convertida num pátio descoberto, ou, eventualmente, numa pérgula. No interior deste compartimento foi identificada uma construção que preserva meio círculo, mas que poderá ter sido completamente circular, que poderá corresponder a um antigo *baptisterium*, facto que levou os autores a propor a existência de um *monasterium*,

consagrado a São Cucufate. Tendo em consideração a existência de um possível *baptisterium*, colocaram ainda a hipótese deste edifício ter sido simultaneamente uma sede de paróquia (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1995: 387). Do ponto de vista cronológico, consideram que os parâmetros para este *monasterium* são bastante largos, podendo situar-se entre meados do século V, data do provável abandono da *uilla* pelo seu proprietário, e os meados do século XII, data em que terá sido previsivelmente abandonado pelos frades, embora a tradição literária atribua a sua fundação aos godos, mais precisamente em 586, facto que não foi possível confirmar no decorrer das escavações arqueológicas ali realizadas (**Idem, ibidem**: 386).

Na nossa opinião, este teria sido apenas o primeiro espaço religioso, mais próximo do que podemos classificar como *oratorium*, com fins litúrgicos construído na fase mais tardia da ocupação da *uilla*. Poderá ter sido transformado numa pequena basilica com a posterior adição de um *baptisterium*, contemporânea da transformação do templo em mausoléu, indiciando a transformação da *uilla* em *monasterium*, como preconizaram os responsáveis pela intervenção arqueológica realizada em São Cucufate. Ou seja, foi criado um pequeno espaço associado ao exercício dos ofícios da nova religião, que pode até estar associado à criação de um *monasterium* de cariz familiar ou ligado a alguma facção dissidente do cristianismo católico, como por exemplo o priscilianismo, muito em voga na *Lusitania* em finais do século IV ou inícios do século V. Os priscilianistas que utilizavam precisamente o espaço das *uillae* para a reunião dos fiéis (**HUFFSTOT**, 2008:130). Não queremos afirmar peremptoriamente que é o caso se São Cucufate, mas convenhamos que é muito estranho que o projecto monumental das termas nunca tenha sido concluído e que exista um *baptisterium*, relativamente comuns em *monasteria*, fora do restrito contexto familiar, onde um particular dispõe de uma capela para as suas orações. Tudo indica, portanto, que logo nesta fase a *uilla*, de São Cucufate é já um *monasterium*, podendo equivaler a alguns casos conhecidos. Note-se que nos séculos III e IV existem ascetas na Hispânia que se refugiam em *uillae*, naquilo que Jacques Fontaine chamou de latifúndios ascéticos (**HUFFSTOT**, 2008:146). É provável que possa ter ocorrido em São Cucufate algo idêntico do que se conhece com a *uilla* de Sulpício Severo, na Aquitânia, transformada em centro religioso, com a construção de igrejas e recepção de relíquias. Paulino de Nola refere a existência de um *baptisterium* classificado como *igreja particular*. O próprio local foi classificado por Sulpício Severo como *turba monachorum* (**HUFFSTOT**, 2008:147).

A segunda fase de cristianização deste local pode corresponder à reocupação de um edifício sagrado e com tradição de culto, numa fase de expansão do culto martirial, em que as dioceses tentam dinamizar a cristianização do ambiente rural, podendo ter ocorrido a partir da segunda metade do século VI ou em inícios do século VII, com prolongamento de ocupação até uma fase inicial de domínio islâmico, com uma comunidade moçárabe. Como já observámos anteriormente, existiu liberdade de culto neste período e a documentação medieval é clara quando refere que o mosteiro foi abandonado no decorrer da fase de guerra e reconquista cristã do território.

A presença de fragmentos de sigillatas foceenses, mais concretamente da forma Hayes 3, e de terra sigillata norte africana tardia, com uma cronologia situada entre finais do século V e meados do VI (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1995: 386) e eventualmente de cerâmicas de uso comum islâmicas no local parece corroborar a nossa opinião.

É aceitável o culto ao mártir *barcinonense* São Cucufate a partir de finais do século VI, fruto da própria evolução do culto martirial e da expansão do comércio de relíquias observado neste período. À semelhança de Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet, não cremos que se trate de São Cucufate de Braga, pois este deverá corresponder a uma renomeação do primeiro, tal como temos Santa Maria de Alvito, Santa Maria de Beja ou Santa Maria de Mértola, por exemplo.

Este deverá ser o edifício cristão mais antigo do território em estudo.

## ***MONASTERIA COM BASILICAE DE PLANTA CRUCIFORME***

### **SÍTIO DOS MOSTEIROS (PORTEL)**

O Sítio dos Mosteiros localiza-se próximo da margem direita da Ribeira de Oriola, a pouco mais de um quilómetro para sudoeste da aldeia com o mesmo nome, freguesia de São Bartolomeu do Outeiro, concelho de Portel. Em prospecções arqueológicas efectuadas no local, foi possível aos autores identificar um local com uma

forte ocupação em época romana e visigótica, com uma grande área de distribuição de materiais à superfície, cujo perímetro não foi possível determinar com segurança porque uma parte da estação arqueológica se encontra submersa pelas águas da Barragem de Alvito. O local foi escavado em três ocasiões. Uma primeira ocorreu durante a década de 70, onde foram colocados a descoberto a sala (mausoléu), que se situa a sudoeste da igreja, entre o lado oeste do braço sul do transepto e o lado sul da nave (**ALFENIM e LIMA**, 1995: 463). Entre 1983 e 1985 a escavação, clandestina, foi alargada e colocou à vista o braço sul do transepto e parte da abside, onde se nota perfeitamente a zona onde estava colocado o altar. Após esta intervenção, o local foi vandalizado, tendo sido violados alguns túmulos, facto que provocou a decisão conjunta da Direcção do IPPAR de Évora e da Câmara Municipal de Portel em proceder a uma escavação de cariz científico, sendo o principal objectivo o registo das estruturas ainda preservadas (**Idem, ibidem**: 463 a 465).

Com base nos resultados obtidos, Rafael Alfenim e Paulo Lima propuseram que pode ter existido neste local uma monumental *uilla* romana ou um *uicus* (**ALFENIM e LIMA**, 1995: 464). No entanto o estudo de uma estela funerária romana que se encontrava reaproveitada numa das sepulturas da *basilica*, recolhida em 1992, bem como uma observação atenta do local, permitiu a Maria João Ângelo classificar este sítio como uma *uilla*, com ocupação entre o século II, cronologia da estela funerária dedicada a Lucina pelos irmãos Priscino e Crysero, à época islâmica (**ÂNGELO**, 2006, nº366).

A *basilica* possui uma planta cruciforme, tem uma abside semicircular interna e exteriormente, de arco ligeiramente ultrapassado, transepto com braços rectangulares e uma só nave. A poente, prolongando o templo e antecedendo o acesso ao interior, existe um nártex, sobre o qual subsiste a dúvida se é contemporâneo ou posterior à própria igreja. No entanto, trata-se de uma estrutura diferenciada do templo em si, apresentando um diferente tipo de pavimento. Na zona sul da igreja, de ambos os lados do transepto do lado sul foram posteriormente edificadas dois mausoléis, comunicantes com este através de portas e com o exterior através de outras portas (**ALFENIM e LIMA**, 1995: 466). As estruturas, quer da primeira fase de construção, quer da segunda, foram feitas em aparelho irregular, constituído maioritariamente com pedras de xisto ligadas por forte argamassa de cal. O pavimento da *ecclesia* foi revestido por uma camada grosseira de *opus signinum*, bastante resistente, enquanto o pavimento do nártex foi cobertos por

láteres dispostos na horizontal. A igreja tem 19,10m de comprimento máximo, no sentido este/oeste, incluindo o nártex, 14,30m sem ele, 13,60m de largura máxima (extensão total do transepto). Os braços têm 4,40m de largura. O mausoléu oeste tem 4,50m de comprimento, no sentido norte/sul, e 3,60m de largura, no sentido este/oeste, enquanto o mausoléu oriental possui 3,30m no sentido norte/sul e 3,90m no sentido este/oeste (ALFENIM e LIMA, 1995: 467).

Na opinião de Rafael Alfenim e de Paulo Lima, o edifício que poderá servir como paralelo mais próximo será a igreja de Zorita de los Canes (Recópolis), datada da segunda metade do século VI (**Idem, ibidem**). Contudo, parece-nos que o edifício com a planta mais próxima da registada no Sítio dos Mosteiros é a da Igreja de Santa Maria del Canneto (**PLANTA 12**), na província de Roccavivara, situada costa Adriática de Itália, datada do século VI, documentada em datados de 706 (**UTRERO AGUDO, 2006: 411**).

Pelas dimensões do edifício, pela sua cronologia, e pelas características da sua planta, apenas se diferenciando da *ecclesia* do mosteiro do Montinho das Laranjeiras, da mesma época, na estrutura da cabeceira, consideramos que pode tratar-se de um *monasterium* associado a um *uicus*, cuja localização poderia ser em Oriola, mais exactamente junto da igreja de Nossa Senhora da Assunção de *Bonalbergue*, local onde foram identificados vestígios desta época. O próprio topónimo de Oriola nos séculos XIII e XIV, *Bonalbergue* ou *Benalbergue*, poderia estar associado à existência de um mosteiro, cuja evidência está patente no próprio topónimo: “Sítio do Mosteiros”. Este *monasterium* ter-se-á mantido ano decorrer da ocupação islâmica com uma comunidade moçárabe, a atestar por alguns materiais que vimos à superfície, podendo corresponder ao mosteiro de Odivelas, indicado na documentação do século XIII. Infelizmente, as intervenções arqueológicas não puderam, por várias vicissitudes ir além da estrutura da *basilica*, não se percebendo convenientemente a sua integração no contexto da antiga *uilla*, bem como as transformações que esta foi alvo no decorrer da antiguidade tardia, sobretudo com a cristianização do espaço. Por fim, salienta-se o facto do *monasterium* se situar próximo da possível via secundária que ligava *Foxem* a Marmelar, podendo ter exercido o papel de *xenodoquium*, que importa confirmar em futuras intervenções.

## **MONASTERIA COM ECCLESIAE DE POSSÍVEL PLANTA BASILICAL**

### **VERA CRUZ DE MARMELAR (PORTEL)**

Em Vera Cruz de Marmelar foi identificado um sítio com ocupação em época romana, classificado como possível *vicus* por Maria da Conceição Lopes, tendo-se verificado que surgem abundantes fragmentos de materiais de construção na encosta sobranceira à aldeia (LOPES, 2003, 2º volume, entrada nº627). Existem ainda vestígios de importantes construções visigóticas, pois a igreja desta localidade, algo aparatosa e datada da segunda metade do século XVI e inícios do XVII, conserva quase integralmente parte da cabeceira e duas capelas laterais do primeiro edifício religioso. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pela disposição dos elementos existentes na cabeceira, podemos pressupor que o templo visigótico deveria apresentar uma planta basilical de três naves e três capelas rectangulares no lado nascente (ALMEIDA, 1993, 47). Neste momento, temos sérias dúvidas que o edifício religioso em questão tenha sido edificado num antigo *uicus*, pois o padrão locativo que apresenta é semelhante a outros casos, que lhe são contemporâneos, onde se regista a construção de *monasteria* a curta distância de pequenos povoados ou sedes paroquiais, como, por exemplo, São João dos Azinhais, com o edifício dedicado aos Santos Justo e Pastor, e Torrão (*Turris Aranis?*), com o mosteiro de *Mugia d'Arem* e a antiga vila de *Mugia d'Arem*, no actual concelho de Alvito e com o vizinho *monasterium* do Sítio dos Mosteiros relativamente à antiga *Oriola* ou *Bonalbergue*.

As características arquitectónicas existentes e os elementos decorativos observados num considerável conjunto de elementos arquitectónicos, permitem equacionar a fundação do *monasterium* de Marmelar, como é designado na documentação medieval, no século VII (PAGARÁ, 2006: 82), pese embora também se possa colocar a hipótese de ter existido uma construção religiosa mais antiga que foi alvo de transformações em época mais recente. A decoração dos elementos arquitectónicos (pilares, ombreiras, placas triangulares, frisos) e dos elementos pétreos de carácter mais religioso (como as *transennae* de *iconostase*), com excepção da temática da vinha, apresentam similitudes com São João dos Azinhais, edifício que se encontra perfeitamente datado de 682. O recurso à representação da videira e de cachos de uva, temática adaptada do tiaso báquico, que os cristãos gradualmente irão depois

associar à última ceia (vinho) e ao povo de Deus, tem paralelos em Marmelar, Moura, Beja e Mértola, enquadráveis em finais do século VI ou inícios do século VII, que poderão marcar uma clara influência cultural daquelas cidades no território mais próximo do rio Guadiana, fazendo supor uma introdução da temática da vinha nas representações religiosas no sentido sul/norte, a partir do grande porto fluvio-marítimo de Mértola para a antiga capital conventual e daí para a sua área de mais directa influência. Poderá ler-se aqui alguma influência cultural bizantina, tendo em consideração que as parras e as uvas são inicialmente utilizadas na decoração arquitectónica de edifícios do médio oriente e do norte de África, como por exemplo numa porta do complexo religioso de Seraya, Qanawat, na Síria e numa arquitrave colocada sobre a porta ocidental da igreja de São Jorge em Ezra, também na Síria, consagrada em 515 (**BAUDRY**, 2009: 54, 55, 94 e 95).

No actual estado dos nossos conhecimentos, não podemos considerar, como o fez Ana Pagará, que a actual igreja Matriz preserve ainda vestígios bem conservados do antigo edifício, que foram pela primeira vez registados, do ponto de vista planimétrico, por Theodor Hauschild, que assinalou em planta as construções que se julgavam de época visigótica, nomeadamente a capela colateral sudeste e as paredes interiores da capela colateral noroeste, tomando as restantes estruturas como adventícias (**PAGARÁ**, 2006: 83). Na realidade, podemos pensar que subsistem partes do edifício que resultou de uma primeira reconstrução da primitiva igreja, tendo em consideração que os elementos arquitectónicos não se encontram na sua posição original. Sobre este assunto, Caballero Zoreda e Arce Sainz escreveram que tal como se processou em San Juan de Baños, as peças originais foram cortadas e adaptadas a uma nova realidade funcional. Inclusivamente questionaram fundamentadamente a cronologia das peças e a planta do edifício, tendo em consideração as diferenças estruturais das capelas actuais, no que respeita às suas dimensões (**CABALLERO ZORED A e ARCE SAINZ**, 2007: 256 e 257). Sobre este assunto, pensamos que existiu neste local um edifício construído no século VII, que por algum motivo, natural ou humano, ruiu tendo sido posteriormente reconstruído. Após as perseguições ocorridas sobre as comunidades moçárabes até meados do século IX, estas foram proibidas de construir edifícios de raiz e autorizados a reconstruir os pré-existentes, com as mesmas dimensões ou menores<sup>15</sup>. Pode então

---

<sup>15</sup> Informação oral que me foi prestada por António Carvalho, arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, que irá publicar em breve um artigo sobre este assunto.



pensar-se que terá sido neste período que se deu a reconstrução da antiga igreja, reutilizando-se os antigos elementos arquitectónicos com novas funcionalidades estruturais, como é o caso do lintel de fresta de janela entaipado, onde inclusivamente podemos reparar na possível existência de dois frisos, um em cada capela lateral, ao invés do que se passa actualmente, em que se observa apenas um. A nossa opinião poderá ser corroborada pela abóbada de arco ultrapassado utilizado na reconstrução das capelas, característico desta época e que só não subsiste na sua forma original na capela sudeste porque poderá ter sido alvo de outras reconstruções. Desta possível segunda fase, poderão também datar os arquinhos cegos tal como o monumental arco em cantaria, cujas características formais apontam, na opinião de Ana Pagará, para uma cronologia situada nos séculos IX ou X (**PAGARÁ**, 2006: 88 e 112, nota nº34). Aparentemente, terá existido uma monumentalização do arco primitivo, com o acréscimo de uma moldura (**Idem, ibidem**).

Desta forma, tal como pensa Hauschild, e tendo em consideração que a reconstrução deste edifício cristão pela comunidade moçárabe deverá ter respeitado a planta anterior, podemos considerar subsiste o testemunho de uma construção com duas capelas laterais a ladear a cabeceira, sem entrada directa para esta. A sua concepção foi estabelecida a partir de um rectângulo, de onde saíam a cabeceira, o transepto, o nártex e as capelas laterais. Como já indicámos, as abóbadas das capelas laterais apresentam cobertura em arco ultrapassado, enquanto os acessos a estes espaços eram constituídos por aberturas bastante amplas, observando-se ainda o arranque do fecho do arco que as compunham, o qual seguiria, muito provavelmente, o perfil da abóbada, tal como se verifica na igreja de San Juan de Baños (Palência) e San Pedro de la Nave (Zamora), apresentando a abside sudeste uma maior amplitude na cobertura (**PAGARÁ**, 2006: 85 e 86). O levantamento arquitectónico revelou diferenças significativas entre as duas capelas existentes, quer ao nível da espessura dos muros, quer no que respeita à largura e profundidade das mesmas. As paredes laterais da capela noroeste têm, em média, 0,82m ou 0,83m, enquanto as da abside sudeste têm medidas médias situadas entre 0,60m e 0,62m (**Idem, ibidem**: 85). A largura interior da abside sudeste, 3,11m, é significativamente maior do que a da abside noroeste, que se cifra em 2,73m (**Idem, ibidem**). Tal diferença interna dever-se-á à diferença da espessura das paredes, se retirarmos 0,21m a cada uma das paredes laterais da capela noroeste e acrescentarmos 0,42m aos 2,73m da largura interior obtemos 3,15m. Ou seja, a diferença seria de

0,04m, não sendo substancial, o que também pode implicar a possível existência de obras na capela de sudeste em fase posterior. Significa também que as medidas externas são idênticas. Também merece uma chamada de atenção a medida quase rigorosamente igual entre as duas absides existentes e o espaço entre ambas: 3,10m (**Idem, ibidem**). Mesmo que a cabeceira tivesse dimensões idênticas na sua largura, como parece acontecer, a igreja poderia ter quase 12m de largura, sendo quase tão grande como a *basilica* do Cineteatro Marques Duque em Mértola, que tivemos oportunidade de escavar em conjunto com Cláudio Torres, Carla Bento, Fátima Palma, Susana Martinez e Virgílio Lopes em 2008 e 2009.

Os dados apresentados permitem uma proposta de leitura da funcionalidade e da espacialidade do antigo templo. As absides laterais abriam-se para as naves, constituindo espaços culturais expostos à comunidade para o exercício do culto, como propõem Ana Pagará e Carlos Alberto Ferreira de Almeida (**ALMEIDA**, 1993: 47 e **PAGARÁ**, 2006: 87). A dimensão do edifício, do ponto de vista altimétrico, induz-nos a pensar na existência de uma câmara supra absidial, seguindo-se aqui a proposta de Ana Pagará (**PAGARÁ**, 2006: 88). Se Hauschild e Schlunk tiverem razão, como parece acontecer, na proposta que fizeram na sua planta, podemos indicar como possíveis paralelos mais próximos as igrejas de San Pedro de la Nave (**PLANTA 16**), Campillo, Zamora, que alguns autores consideram datar do século VII e outros defendem que foi construída no decorrer do século IX, ou já no X (**UTRERO AGUDO**, 2006: 505 a 507), e São Pedro de Lourosa, Oliveira do Hospital (**PLANTA 17**), datada de 912 por uma inscrição que apareceu descontextualizada (**UTRERO AGUDO**, 2006: 603 a 605). A nossa proposta cronológica tem em consideração o facto deste género arquitectónico poder ter sido “transportado” para zonas mais setentrionais por diversas vias, como a fuga de comunidades moçárabes perseguidas no sul, ou por arquitectos/engenheiros que acompanhavam as tropas de reis como Ordonho II que em inícios do século X, mais exactamente em 913, atacou algumas cidades do sul, chegando a destruir a cidade de Évora).

Em jeito de conclusão das observações, constata-se que a igreja de Vera Cruz de Marmelar pode ter sido edificada no século VII, tendo continuado a ser exercido ali o culto no decorrer do período moçárabe, pelo menos até à segunda metade do século X. Depois da reconquista do território foi integrado no mosteiro Hospitalário, a quem tinha sido doado em 1258 por Dom João Peres de Aboim, tendo as obras sido concluídas m

1268. Muito provavelmente, até pelo motivo da construção do mais recente mosteiro, pode pensar-se a entender que já anteriormente ali existia um edifício com as mesmas funções. A decoração arquitectónica é excepcional e será alvo de uma análise mais aprofundada em capítulo próprio.

#### ***AEDIFICIUM* OU POSSÍVEL *MONASTERIUM* EM DE SÃO JOÃO DOS AZINHAIS (TORRÃO)**

Em torno de São João dos Azinhais descobrem-se amiúde materiais tipicamente romanos, não sendo possível, neste momento determinar a área exacta de materiais à superfície porque uma boa parte se encontra sob as águas da barragem de Trigo Morais. Os dados fornecidos por Dom Fernando de Almeida, Judite e António Cavaleiro Paixão, permitem supor a existência no local de uma *uilla* com a respectiva necrópole, face à descoberta no local de um fragmento correspondente a um terço de uma *cupa*, de uma inscrição funerária dedicada a L. Rubrius Priscinus, vários fragmentos de inscrições romanas e colunas (ALMEIDA *et alii*, 1978: 217). Em 1989, José Geraudes Freire, ao efectuar uma pequena resenha sobre publicações anteriormente dedicadas ao sítio, informou que para Jorge de Alarcão existiria no local uma *uilla* no período romano e que no período visigótico corresponderia já à sede de uma primitiva paróquia rural. No entanto, não indicou a obra de onde retirara essas informações (FREIRE, 1989: 200). Jorge de Alarcão apontou a existência neste local de uma inscrição funerária e de uma inscrição votiva consagrada a *Iupiter Optimus Maximus* pela emeritense Flavia Rufina, flamínica perpétua da colónia de *Augusta Emerita* e do *municipium* de *Salacia Urbs Imperatoria* (ALARCÃO, 1988: vol. II, p.134, nº5/373). Para Jorge de Alarcão, o local poderá corresponder a uma *uilla*, que foi ocupado na época visigótica, onde existia em 682 uma igreja consagrada aos santos Justo e Pastor (Idem, *ibidem*). Por seu turno, João Carlos Lázaro Faria escreveu que as mais antigas referências a São João dos Azinhais ou de Arranas foram unânimes em considerar a existência de um templo dedicado a *Iupiter Optimus Maximus*, neste local, tendo em atenção a descoberta da supra mencionada ara (FARIA, 2002: 80). Referiu ainda João Carlos Lázaro Faria que a ara consagrada por Flavia Rufina constitui o único testemunho no território de *Salacia* do culto ao mais importante dos deuses do panteão greco-romano, que assim assume características francamente oficiais, reforçadas pelo facto de a dedicante ser

homenageada por decreto dos decuriões. O mesmo autor indicou ainda que o único vestígio de estruturas existentes é uma construção de planta circular normalmente coberta pelas águas da barragem de Vale de Gaio. Para além de pensar na existência de um templo, João Carlos Lázaro Faria indica ainda a existência de uma *uilla* no local (FARIA, 2002: 74).

A partir das informações fornecidas por todos estes autores, podemos perceber que o espólio recolhido neste local nos indica a presença de uma estrutura imponente de época romana, fosse ele uma *uilla*, um templo, ou uma grande *uilla* com um templo consagrado a *Iupiter*. Este edifício foi depois cristianizado e, se dúvidas já existiam no que concerne ao tipo de ocupação em época romana, elas adensam-se para o período paleocristão. Tratar-se-ia de uma simples *basilica* em contexto rural, como se se tratasse de uma ermida, ou seria um *monasterium*? A inscrição e os elementos arquitectónicos encontrados neste local permitem retirar algumas ilações, que pretendemos debater em seguida. Observando atentamente a inscrição, que, tal como os elementos arquitectónicos, irá ser alvo de uma leitura mais atenta em capítulo específico, comprova-se que a construção do *aedificium* ocorreu em 682.

Nada se sabe acerca da sua arquitectura, mas o conjunto de elementos arquitectónicos identificados em São João dos Azinhais é um dos maiores e mais interessantes do antigo território do *conuentus Pacensis*, permitindo retirar algumas ilações. Aqui foi recolhido um interessante pé-de-altar fuste e capitel, em calcário de São Brissos que apresenta no topo um orifício para colocação do relicário e a zona do encaixe da mesa do altar. A sua base é lisa, rectangular e mais larga do que o fuste. Este apresenta uma cruz pátea, com uma altura muito superior à largura, lisa, sem qualquer indício de representação de pedraria preciosa. A separar o fuste do capitel observa-se uma moldura rebordada que deve corresponder ao astrálogo (ALMEIDA, 1987, vol.1, pé-de-altar nº2: 287). O capitel também se encontra decorado por folhas lanceoladas estilizadas dispostas verticalmente. Na opinião de Maria Amélia Fresco de Almeida, esta peça apresenta afinidades decorativas com a do Monte da Abóbada e com outras de Mérida e Badajoz podendo ser proveniente da mesma oficina (Idem, *ibidem*). Também muito interessante é um pilarete monolítico, em mármore de veios cinzentos. A separação o capitel em relação ao fuste é feita com recurso a uma gola prismática. Tanto o capitel como o fuste apresentam-se decorados em apenas três das quatro faces, sendo possível que a face não decorada ficasse virada para a parede. No capitel o motivo

utilizado é um vaso de feição triangular de onde saem duas volutas. Sobre estas temos um motivo triangular e outro em “V”. No fuste observam-se tetrafólios de “canto”, formando na sua intercepção, ao centro, uma espécie de losangos de paredes curvas. Muito provavelmente existiria um *mensa* litúrgica, de apoio ao altar principal, de que se conhecem outros exemplos em Portugal, como é o caso de Idanha-a-Velha (**MACIEL:** 2008), não sendo de descurar que também tenha sido utilizado como suporte de mainel, à semelhança do que se pode observar em alguns edifícios do norte peninsular.

Estas peças encontram-se na igreja da Misericórdia do Torrão, juntamente com a inscrição fundacional, onde ainda podemos encontrar um fragmento de fuste de coluna, em mármore de Estremoz, que preserva 1,38m de altura, que devem corresponder a um terço da altura, antes de fragmentado. No topo, este fuste apresenta-se escavado até 0,06m de profundidade, podendo ter sido utilizado como suporte do púlpito ou servido para conter água benta. Esta peça e o púlpito foram encontrados há alguns anos a cerca de 2m de profundidade, junto da ermida de São João dos Azinhais, segundo informações que me foram fornecidas pelo Vice Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Torrão (**FEIO**, no prelo b).

As duas peças mais interessantes recolhidas em São João dos Azinhais, um lintel e um friso encontram-se expostas no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. São duas peças extraordinárias, fundamentais para a compreensão de determinados aspectos da arquitectura paleocristã e alto-medieval do sul do actual território português. O lintel de São João de Arranas é uma peça fabulosa, que resulta do reaproveitamento de uma ara funerária romana, que apresenta ainda o característico jarro do lado direito, quando observada de frente na exposição actual. A peça, em mármore de veios cinzentos, preserva 1,30m de comprimento; 0,21m de espessura mínima; 0,26m de espessura máxima; 0,84m de abertura no vão; 0,36m de largura do vão e 0,06m de profundidade no campo rebaixado no vão. Maria Amélia Fresco de Almeida considerou que no lado mais profundamente decorado da antiga ara romana o trabalho paleocristão ficou por terminar porque ainda subsistiu um cântaro (**ALMEIDA**, 1987: 224 e 225). No lado onde se encontrava a *patera* o campo decorativo foi rebaixado, representando-se tetrafólios com botão central, resultantes de círculos secantes. Nos espaços intervalares observam-se losangos de braços curvos, dentro dos quais se inserem corolas cujas pétalas não são legíveis. Ao centro, na zona onde se encontrava a *patera* observa-se um jarro litúrgico, que na colocação original

ficava em posição inversa (**fot.16**). Na parte posterior da ara, podemos observar que a ara foi reaproveitada como lintel de porta. Uma parte do suporte foi rebaixada, tendo sido escavados os orifícios para colocação dos gonzos da porta. Na parte não rebaixada foi representado um encordoado com tetrafólios nas zonas de intercepção, que tem paralelos em Vera Cruz de Marmelar e em Marmelar (apenas o encordoado). Nesta parte observam-se dois orifícios rectangulares, que podem corresponder a um gradeamento. Esta peça poderá dar resposta a algumas questões que se vêm colocando com algumas placas. Na realidade, essas placas poderiam ser ombreiras ou jambas de portas, sobre as quais seriam colocadas peças como esta de São João dos Azinhais. Em nosso entender, é esse o motivo porque “placas” como a de Marmelar apresentam decoração numa das faces maiores e nas laterais, o mesmo não acontecendo com os topos e a face posterior das peças. Também não se pode colocar de lado a sua funcionalidade como ombreiras de janelas (**FEIO**, no prelo b).

A peça que classificamos como friso foi estudada por Maria Amélia Fresco de Almeida, que a apresentou como mesa de altar, justificando a sua opção pela inclusão de uma cruz pátea, embora tenha colocado também a hipótese de se tratar de uma placa, que, em seu entender, podia estar colocada na zona da *iconostase* (1987, vol. I: 297). Maria Amélia Fresco de Almeida defendeu que esta peça se encontrava inacabada porque num dos seus lados menores a decoração não ocupava a totalidade da extensão da peça. Observando este elemento arquitectónico com atenção, parece tratar-se antes de um friso, encontrando-se grande parte do que corresponderia a um espigão, “em bruto” embutida numa base de cimento, desde que foi depositado no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal no final da década de 70. A peça não se encontra inacabada, pois poderá tratar-se de um friso colocado numa das paredes menores de acesso a uma possível capela lateral. O espigão “em bruto” seria embutido na parede, ficando a cruz voltada para o arco de passagem para o seu interior. O facto da decoração de um dos lados não ocupar toda a extensão não significa que esta se encontre inacabada. Muito pelo contrário, basta termos em conta que os 0,42m ocupados pela decoração no campo mais pequeno são uma medida muito aceitável para a largura de um fuste de pilar (como poderemos observar na descrição da peça que existente no anexo desta Dissertação). Pode então considerar-se que esses 0,42m do comprimento do friso seriam colocados em cima de um pilar, servindo de imposta para o arranque do arco de acesso a uma possível capela. Desta forma, à semelhança do que

podemos observar em Vera Cruz de Marmelar, a parte do friso que se encontra decorada em toda a extensão podia encontrar-se voltada para o interior de uma capela lateral, ficando a parte oposta voltada para o interior da igreja.

Caso se comprove a ideia que propomos, podemos calcular uma capela com, pelo menos 3,60m de lado, ligeiramente superior ao que se regista e Vera Cruz de Marmelar. O entanto, a tipologia dos edifícios poderia ser a mesma. Ou seja, apesar de não se observarem as estruturas de São João dos Azinhais, os elementos arquitectónicos permitem algumas leituras, ainda que não conclusivas. A existência de um pé-de-altar com espaço para a caixa-relicário e uma inscrição com indicação da paróquia a que o edifício se encontra associado, como iremos ver um pouco mais adiante, a par da riqueza ornamental dos elementos arquitectónicos observados, coloca-nos perante a hipótese desta estrutura se tratar, na realidade, de um *monasterium*. Talvez um dos últimos de contexto visigótico no *conuentus Pacensis*.

#### **MONASTERIA COM *BASILICAE* DE TRÊS NAVES E CABECEIRA TRIPARTIDA**

##### **POSSÍVEL *MONASTERIUM* DA VILLA ROMANA DO MONTE DA CEGONHA (VIDIGUEIRA)**

A *uilla* do Monte da Cegonha, freguesia de Selmes, concelho da Vidigueira, foi intervencionada por Rafael A. E. Alfenim e Maria da Conceição Lopes. Trata-se de uma estrutura edificada em meados do século I d.C., que, na opinião destes autores, passou por quatro fases de desenvolvimento. A primeira corresponde ao início da ocupação da *uilla*, tratando-se, ao que tudo indica, de uma construção organizada em torno de um peristilo. A segunda corresponde à construção de um novo edifício sobre o anterior, o qual aproveita uma parte das fundações do primeiro (CHAVARÍA ARNAU, 2007: 275). As sucessivas alterações transformaram o edifício original numa *uilla* de fachada organizada a partir de vários corredores. Supõe-se que seja nesta segunda fase, em finais do século III, ou nos inícios do século IV d.C., que ocorre a instalação de um espaço de culto cristão (*oratorium*), talvez dotado de um pavimento de madeira. Entre finais do século IV d.C. e finais do século VI algumas zonas do sector residencial da *uilla*,

fundamentalmente as que já possuíam uma função cultual, foram reutilizadas como espaço funerário. É muito provável que tenha sido neste período que se processaram algumas alterações documentadas na zona residencial, como por exemplo a construção de alguns muros que subdividem algumas salas e silos que perfuram pavimentos. Por fim, a quarta e última fase, ocorreu no último quartel do século VI, altura em que o edifício deixou de ser utilizado como necrópole e é alterado, convertendo-se numa basílica (**CHAVARÍA ARNAU**, 2007: 275).

Conceição Lopes e Rafael Alfenim definiram para a *basílica* quatro fases, que definiram desta forma: Fase I: Corresponde ao momento de construção da *villa* tardo-romana, no século IV. Nesta fase o edifício de culto deveria ser apenas uma espécie de capela ou oratório do proprietário. Fase II: Provavelmente ainda no século IV e até finais do século VI, regista-se a transformação do espaço em *basílica* passando a ter também uma função funerária. As sepulturas apresentam-se em conexão com as paredes existentes Fase III: No último quartel do século VI o edifício perdeu a sua serventia funerária, colocou-se um novo pavimento, um novo altar, um baptistério, um relicário e reformou-se o interior. As bases de coluna, colocadas sobre o novo pavimento, encontram-se também sobre as anteriores paredes, que lhes servem agora de fundação. Fase IV: em finais do século VII, ou já no VIII, introduziram-se alterações na planta interior, de forma a conseguir um local de acordo com as novas formas de construir espaços sagrados (**LOPES e ALFENIM**, 1995: 398 e 399).

Os mesmos autores defenderam ainda que o monumento manteve a mesma estrutura básica, com as suas três naves e a cabeceira recta tripartida, em que a central tem três metros de largura, correspondendo ao dobro do registado nas laterais assentes em fortes alicerces de alvenaria de pedra, desde o século IV, passando por diversas alterações ao longo dos séculos que se seguiram. Os autores justificam a antiguidade do edifício religioso com paralelos para a descoberta de uma tampa de mesa de altar reutilizada na cobertura de uma sepultura, nomeadamente Es Fornás de Torelló, nas Balears. No entanto, a cronologia deste edifício das balears, atribuída pelo estudo da cronologia do mosaico e pela concepção tipológica ali existentes, situa-se na segunda metade do século VI (**UTRERO AGUDO**, 2006: 480). Com base no estudo da estratigrafia arqueológica, foi possível aos autores afirmar que não se registaram enterramentos na primeira fase que estabeleceram, sendo que tal só ocorreu na segunda fase, até finais do século VI (**LOPES e ALFENIM**, 1995: 398). Foi também no final do



século VI que se colocam nas divisórias das naves, que, conjuntamente com as pilastras a que estavam adossadas, suportavam o arco triunfal. Estas colunas, localizavam-se na zona de separação das naves, uma vez que é inquestionável a existência anterior das fundações que as suportavam e que serviram para delimitar os espaços das sepulturas na fase anterior (**LOPES e ALFENIM**, 1995: 398. Veja-se ainda a nota 25 na mesma página). É ainda nesta altura que se coloca o baptistério na sacristia sul, numa fase muito tardia do século VI (**Idem, ibidem**).

. Pelo que apreendemos do que nos é relatado por Conceição Lopes e Rafael Alfenim, nada garante que o edifício de três naves corresponda a uma construção do século IV. Pelo contrário, tudo indica que no século IV existia nesta zona da *uilla* um *oratorium* privado que mais tarde, talvez ainda no século V, poderá ter evoluído para a construção de uma *basilica*, mas não a de três naves e cabeceira tripartida. Esta última poderá ter sido construída a partir de meados do século VI, correspondendo à fase de colocação das sepulturas no seu interior. Ou seja, numa primeira fase existe um *oratorium*, integrado na própria *uilla*, que acabará por transformar-se em *ecclesia* rural. A evolução da construção desta *basilica* é muito idêntica ao processo evolutivo da igreja construída na *Villa Fortunatus* (**PLANTA 19**). Em finais do século VI, ou inícios do século VII, instala-se na *uilla* do Monte da Cegonha um *monasterium*, coincidindo com a construção de uma *basilica* de cabeceira tripartida, com paralelos na Península Ibérica, como por exemplo Es Fornás de Torelló (**PLANTA 22**), datada de meados do século VI), Son Fradinet (**PLANTA 23**), de finais do século VI, primeira metade do século VII), San Paretó, (**PLANTA 24**), anterior ao século VI, as câmaras laterais de ambos os lados da abside poderão datar do século VII. Poderá corresponder ao paralelo mais próximo do Monte da Cegonha), todas elas localizadas nas Ilhas Baleares. Esta tipologia evoluiu depois para norte, observando-se em San Juan Bautista de Baños (**PLANTA 25**), em Palência, Castiilla y León (segunda metade do século VII), e ainda nas Astúrias, mais exactamente em Santa Maria de Bandones, Oviedo (**PLANTA 26** reinado de Afonso II, 792-842), San Pedro de Nora (**PLANTA 27** reinado de Afonso II, 792-842, ou reinado de Afonso III, 866-910), San Salvador de Priesca (**PLANTA 28**, 921, cronologia de uma inscrição fundacional) e Santullano (ou San Julián de los Prados, **PLANTA 29**, reinado de Afonso II, 792-842).

A cobertura de sepulturas com um pavimento, fundamentalmente em *opus signinum* é comum ao registado nas *basilicae* do Rossio do Carmo e do Cineteatro

Marques Duque, ambas em Mértola, em contextos do século VI, por exemplo. Tudo indica que o mesmo ocorreu na basílica de *Foxem* (Nossa Senhora d'Aires, Viana do Alentejo).

A caixa-relicário deverá datar deste último momento, com a consagração de uma nova *basilica* integrada num contexto monástico. A consagração de igrejas com relíquias de santos mártires é muito comum a partir de finais do século VI e encontra paralelos neste território em São João dos Azinhais e, muito provavelmente, em São Cucufate, devendo ainda ter-se em consideração que neste período histórico todas as igrejas consagradas deveriam relíquias dos santos a quem eram consagradas.

O início dos enterramentos no interior do edifício religioso deverá corresponder a uma alteração dos padrões de ocupação. Em ambiente cristão, com excepção dos *monasteria*, eram raros os enterramentos em zonas habitadas. Normalmente, enterrava-se em torno de *basilicae*. Mesmo nas cidades, não eram muito comuns, embora pudesse ocorrer, os sepultamentos em torno das *basilicae* situadas intramuros. Normalmente, como se pode observar em Mértola, construíram-se *basilicae* e grandes mausolés extramuros (*basilica* do Rossio do Carmo, *basilica* do cineteatro Marques Duque e Mausoléu identificado em frente ao posto da GNR), em torno das quais têm vindo a ser descobertas as necrópoles da Antiguidade Tardia da antiga *Myrtilis*. Mesmo em São Cucufate, como já observámos, os enterramentos de época tardia foram feitos em torno do mausoléu, fora da zona habitada do *monasterium*.

A subdivisão das salas e a construção de silos demonstram que o sítio não foi abandonado. Desta forma, podemos pressupor que a subdivisão corresponde à construção de celas para os monges (ou monjas) e a construção de silos no interior das antigas *uillae* (ou dos *monasteria*) é habitual nesta fase mais tardia da antiguidade. A própria identificação dos silos pressupõe a existência de excedentes alimentares que implicassem a sua conservação para posterior abastecimento dos habitantes. Isto significa que continuava a existir uma exploração agrícola no espaço rural situado em torno do possível *monasterium*. Um estudo pormenorizado às terras recolhidas no interior dos silos pode ajudar a clarificar que tipos de produtos eram ali preservados.

A posterior construção de um novo edifício de culto deverá corresponder a novas necessidades, resultantes da evolução do próprio *monasterium* ou a uma aplicação de novos cânones, que a partir de finais do século VI proíbem o enterramento

no interior das igrejas. Esta tipologia arquitectónica difundiu-se posteriormente, com algumas nuances, no reino das Astúrias a partir de meados do século IX, parecendo esta difusão estar intimamente ligada à fuga de comunidades moçárabes para o norte peninsular, após as fortes perseguições efectuadas pelos Emires Al-Hakam I (796-822); Abd ar-Rahmã II (822-852) e Muhammad I (852-886) (MILLET-GÉRARD: 1984). Nesse sentido, poderá propor-se, à luz dos conhecimentos que temos hoje, que estas comunidades “transportaram” consigo os modelos que viriam a adoptar nas zonas para onde emigraram.

## **LOCAIS TRADICIONALMENTE CONSIDERADOS MOSTEIROS NO DECORRER DA ANTIGUIDADE TARDIA PELAS VÁRIAS FONTES HISTÓRICAS**

### ***MONASTERIUM DE MUGIA D'AREM (SÃO FRANCISCO ALVITO)***

Segundo a tradição teria aqui existido um convento no século VIII. Pelo que se conseguiu apurar no decorrer da elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito, existiu neste local um povoado pré-histórico, sobre o qual se construiu uma *uilla* e posteriormente um convento, que já existia em meados do século XIII. O actual convento, construído sobre o que restava das estruturas do anterior, data do século XVI. A permanência de população no local após a conquista visigótica está atestada pelo aparecimento de sigillatas claras D datáveis do século VII e com a presença de sigillata Foceense Tardia, forma Hayes 3 F, com uma cronologia compreendida entre finais do século V e primeira metade do VI<sup>16</sup>. Esta estação arqueológica divide-se em três propriedades distintas, que, para simplificar o nosso trabalho, englobámos numa única: O convento propriamente dito, onde se localizam as principais estruturas; a Horta de S. Francisco, onde se encontra a necrópole romana e tardo-romana e foram descobertos os vestígios do calcolítico final, e uma pequena parte da Herdade de Valameiros onde se encontram a descoberto o *hipocaustum* e parte da estrutura das termas romanas<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Materiais recolhidos no decorrer da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito.

<sup>17</sup> Conforme foi observado no decorrer do levantamento efectuado para a Carta Arqueológica do Concelho de Alvito.

A existência de um mosteiro no local em meados do século XIII está perfeitamente comprovada, designando-se este como “mosteiro de Mujadarém” (BEIRANTE, 1995: 33). Não descoramos, portanto, que aqui tenha existido um *monasterium* em época visigótica, até porque o actual convento de São Francisco é também conhecido por convento de Nossa Senhora dos Mártires. No entanto, faltam as escavações arqueológicas que confirmem os dados de que dispomos.

## **CAPÍTULO 7: OS BAPTISTERIA**

### **CIRCULARES: SÃO CUCUFATE (VIDIGUEIRA)**

No decorrer da escavação do antigo *tablinum* da segunda *uilla* reconheceu-se um possível *baptisterium*, tratando-se de um muro baixo, cujo aparelho, algo grosseiro, é constituído por fabricado por láteres e pedras, desenhando um círculo com 4m de diâmetro externo. Para os autores que o publicaram, foi difícil perceber se se tratava de uma estrutura semi-circular ou é o que resta de uma estrutura circular. No seu interior o *opus signinum* encontra-se destruído de forma irregular, parecendo que tal aconteceu em época muito posterior à estrutura. Também não foi possível determinar se a nova estrutura foi novamente coberta, desta feita com uma construção em madeira (ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1995: 387).

Do ponto de vista simbólico, a possível utilização do círculo pode estar relacionada com o mundo celeste, pois o círculo representa o sol e o céu, bem como o retorno bíblico das estações.

## **TRONCOCÓNICOS (MONTE DA CEGONHA, VIDIGUEIRA, RESULTANTE DE REAPROVEITAMENTO DE BOCAL DE POÇO)**

No decorrer das escavações efectuadas no Monte da Cegonha foi identificado um *baptisterium* na sacristia situada no lado da epístola, constituído por aquilo que Rafael Alfenim e Maria da Conceição Lopes chamaram de cuba monolítica de mármore branco, troncocónica. Os autores consideraram que poderia tratar-se de um bocal de poço reaproveitado, apresentando uma abertura circular inserida num quadrado, faltando-lhe a base. A peça assenta no *opus signinum* do pavimento. Junto à base, um sulco efectuado no mármore foi aproveitado para servir de descarga à pia ou piscina baptismal. Depois a água era escoada por uma canalização improvisada de *imbrices* (ALFENIM e LOPES, 1995: 393).

## **CRUCIFORMES: SÃO BARTOLOMEU (ALVITO)**

O baptistério, localizado junto da parede norte da actual ermida de São Bartolomeu, tem uma planta cruciforme com 0,78m de comprimento no sentido sul/norte e 0,80m no sentido este/oeste. Os materiais utilizados na sua construção foram *lateres* quadrangulares com 0,24m de lado por 0,04m de espessura, com medidas ligeiramente inferiores aos tijolos *pedales*, o que pode indicar uma cronologia mais tardia. Encontram-se recobertos por *opus signinum* no interior. No entanto, não foi possível verificar com exactidão a profundidade, porque o interior se encontra cheio de terra.

Este baptistério encontra paralelos em Idanha-a-Velha, e a possibilidade desta estrutura ter já sido alvo de destruição, colocamos essa hipótese. Podemos ainda encontrar paralelos em Suvodol e em Eleusis, este último datado do século V (KHATCHATRIAN, 1962: 20, 23, 86 e 131).

A forma cruciforme significa que o baptizado participa de forma mística no martírio de Cristo na cruz (BAUDRY, 2009:215)

## CAPÍTULO 8: REGISTOS EPIGRÁFICOS

### EPIGRAFIA PAGÃ DE ÉPOCA TARDIA OU DE TRANSIÇÃO: A INSCRIÇÃO DE VILA NOVA DA BARONIA

Vários autores têm-se debruçado sobre uma inscrição problemática identificada em Vila Nova da Baronia. Dom Fernando de Almeida (1970: 377-380) considerou-a autêntica, pese embora tenha estranhado o excesso de superlativos e a presença de uma *flaminica* num território onde já tinham aparecido outras. De todos os que duvidam da sua autenticidade, foi José d' Encarnação quem colocou a hipótese de nos encontrarmos perante uma falsificação renascentista, tendo por base critérios externos como o estado fragmentário e a abundância de nexos, e critérios internos, visando localizar uma desconhecida *civitas Mirietanorum*, de importância bastante para ter *flaminica*, pelo que, no seu entendimento, a epígrafe tem um sabor literário bastante renascentista, evidenciando José d'Encarnação a frase *pudicissima ac religiosíssima temporis sui femina*, para justificar o seu posicionamento (IRCP: 300). Mais recentemente, José A. Salgado, em artigo publicado na revista *Conimbriga* contestou esta posição, apesar de considerar que os argumentos apresentados por José d'Encarnação têm fundamentação razoável. Escreve o autor espanhol que «(...) Sin embargo son infundadas las sospechas de IRCP y Almeida en lo referente al título flaminical, tanto porque el flaminado era un cargo anual y por tanto es normal que aparezcon vários testimonios en una misma ciudad, como porque este tipo de sacerdocio nom fue exclusivo de colonias y municipios, pues se constata en ciudades no privilegiadas. Por otra parte, el hecho de que la civitas Mirietanorum no sea mencionado por ninguna otra fuente, no es indicio necesariamente de falsedad (DELGADO, 2000: 147 e 148).

Com efeito, em nosso entender, esta inscrição poderá não ser falsa, transmitindo-nos um conjunto de informações muito precisas e importantes no que diz respeito à existência de uma *civitas* até agora desconhecida nesta zona do Alentejo, bem como da existência do culto imperial no final do Baixo-império. Aliás a indicação que a defunta foi religiosíssima no seu tempo poderá indicar a necessidade de justificar num período de domínio cristão a sua religiosidade pagã. Por outro lado, esta inscrição foi encontrada na segunda metade do século XVIII, mais precisamente em 1761, junto da ermida de

São Neutel (actual Igreja de Sant'Águeda), sendo posteriormente transportada para Vila Nova da Baronia e embutida por debaixo da varanda da Igreja da Misericórdia, daquela que era a sede do concelho em que se situava a ermida de São Neutel ou Sant'Águeda no século XVIII. Por fim, existe um sítio arqueológico à saída de Alvito para Água de Peixes, com mais de 15ha de materiais à superfície, com ocupação entre, pelo menos, finais do século I a.C. e a actualidade. O excesso de superlativos parece ser algo comum em várias inscrições hispânicas do século IV, cujos exemplos foram publicados por Vives, num conjunto que este considerou como provavelmente cristão (VIVES, 1969). A própria necessidade justificação de que a mãe/avó foi religiosíssima no seu tempo pode dar a entender que esta inscrição é posterior a 380, data em que o cristianismo passa a ser a única religião oficial do império, pelo que teria sido “pagã” por esse motivo.

#### LEITURA DA INSCRIÇÃO E PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

[...] (A)NN(*orum*) LV FLAM(*inicae*)/PERPETUAE CIVITATIS MIRI/ETANORUM/ PUDICISSIMAE AC RELIOGISSIMA TEMPORIS SUI FEMINAE /<sup>5</sup> [MAT]RI ET AVIAE PISSIMAE FI(*lii*) / [ET] NEPOTES H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*egis*)

**TRADUÇÃO:** Aqui jaz ... de 55 anos, flamínica perpétua da *Civitas Mirietanorum*, mulher pudicíssima e reliogíssima do seu tempo, os filhos e os netos à avó piedosíssima, que a terra te seja leve.

**CRONOLOGIA:** Final do século IV ou início do século V, face à necessidade de justificação da antiguidade da religiosidade, que só poderia acontecer depois do édito de Teodósio em 378, em que o Cristianismo passa a ser a única religião oficial do reino. Dom Fernando de Almeida data-a de finais do império por critérios paleográficos.

## INSCRIÇÕES FUNDACIONAIS CRISTÃS: A ARA FUNDACIONAL DE SÃO JOÃO DOS AZINHAIAS

Em torno do actual edifício religioso consagrado a São João dos Azinhais observa-se à superfície um importante conjunto de materiais de época romana, que poderão testemunhar a existência de uma antiga *uilla* ou de um templo (ALARCÃO, 1988: vol. II, p.134, n°5/373, ALMEIDA *et alii*, 1978: 215-221; BARROCA, 2000: 23 e ENCARNÇÃO, 1984: 254 e 355, n°183).

A inscrição de consagração da igreja dos santos Justo e Pastor encontrava-se embutida na parede da igreja de São João Baptista dos Azinhais, também conhecida por São João de Arranas, onde André de Resende a viu no século XVI. A inscrição foi recolhida na década de 70 para a igreja da Misericórdia do Torrão depois da publicação efectuada por Dom Fernando de Almeida e António e Judite Cavaleiro Paixão, onde se encontram guardadas com vista à sua integração num futuro museu temático do Torrão. Até 1978 foi publicada por diversos autores, que se basearam sempre na notícia vinculada por Resende na carta que em 19 de Março de 1570 dirigiu a Ambrósio de Morales e na leitura publicada por Resende em 1593. Desta forma, nota-se que as variantes detectadas são muito escassas, justificando que nenhuma delas tenha respeitado as regras ao longo do texto (BARROCA, 2000: 24). Dos vários estudos consultados ressaltam as muitas dúvidas que vários autores tiveram. Por exemplo, Hübner manteve algumas reservas sobre a autenticidade da inscrição, apesar de considerar que esta não tinha sido forjada por André de Resende. Henri Leclercque considerou a hipótese de existir uma segunda inscrição, em função do *denique* final, enquanto José Vives entendeu que a inscrição não oferecia muitas garantias em virtude da primeira leitura pertencer a André de Resende, de quem se tem escrito tratar-se de um forjador de inscrições (**Idem, ibidem**). Ainda assim, Vives propôs uma cronologia a rondar os séculos IX/X (VIVES, 1969: 105, n°311). Dom Fernando de Almeida e António e Judite Cavaleiro Paixão, foram os primeiros investigadores que, desde Resende, visitaram o lugar e puderam estudar o original, publicando a sua versão, sem apresentar o desdobramento das abreviaturas e com alguns erros de interpretação (*EDIFICIVS* em vez de *EDIFICIVM*, por exemplo) (ALMEIDA *et alii*, 1978: 218-219). Nesta publicação, os autores propuseram uma cronologia situada em 682. José Geraudes Freire efectuou também uma leitura a partir do original, diferindo, por lapso,



da data, faltando-lhe os XX a seguir a DCC, e apontando algumas informações muito preciosas: parara além de ter efectuado uma leitura muito correcta, propôs, em meu entender com muita razão, que se trata de uma inscrição versificada, com rima monossilábica em *um*, que, por falta de espaço, teria sido gravada em texto contínuo (**FREIRE**, 1989: 212). Foi também José Galdes Freire o primeiro investigador que, depois de Resende e Morales, propôs a existência de um monograma. No entanto, tal como estes, não conseguiu decifrá-lo, considerando que se tratavam apenas de motivos ornamentais. Posteriormente, dedicou-lhe a sua atenção Manuel Luís Real, num artigo polémico intitulado “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular” (1995: 17-68). A partir da leitura do monograma que tantas dificuldades tinha colocado desde a época de André de Resende, que desdobrou em B(asilica) ARANA, considerou este investigador a hipótese de se observar em São João dos Azinhais uma migração de população cristã a partir da antiga cidade de Arandis, que pensou localizar-se em Garvão, concelho de Ourique (**REAL**, 1995: 55). Observou ainda que a mutilação da ara em que se encontra a inscrição se encontra truncada depois do algarismo das centenas, deixando grandes incertezas no que respeita à sua leitura, pois poderia variar um ou dois séculos, o que daria razão a Vives (**Idem, ibidem**). Manuel Luís Real propôs que a procura de estabilidade, em zona mais protegida e de forte implantação moçárabe, pode ser a explicação para a migração interna (**Idem, ibidem**).

Na publicação da sua Tese de Doutoramento em 2000, Mário Jorge Barroca valorizou o facto de a inscrição ser claramente posterior ao monumento em que foi gravada, uma ara romana, onde o espaço disponível se revelou demasiado exíguo para o texto a gravar, conduzindo a que a inscrição ultrapassasse o campo que lhe estava destinado, observando-se que a quarta regra foi totalmente gravada fora do campo epigráfico que é visto a luz rasante (**BARROCA**, 2000: 25). O autor considerou ainda importante a valorização da simetria da ara definida pelo frontão, que define um eixo central, e uma moldura que pode ser observada no ângulo inferior esquerdo, que devia ter correspondente no ângulo oposto, numa outra moldura, actualmente fragmentada (**BARROCA**, 2000: 26). Encontrando-se a peça quebrada no espaço correspondente às centenas do numeral, Mário Jorge Barroca propôs que se acrescentassem dois CC à data da epígrafe, passando de DCCXX para DCCCCXX. Passando a datar a inscrição de 882. O autor aludiu ao facto da liturgia não ajudar a dissipar possíveis dúvidas, pois o

culto dos santos Justo e Pastor encontra-se documentado no espaço peninsular desde o século IV e que se esta inscrição datasse efectivamente de 720 seria a única de consagração de um edifício religioso localizado no actual território português, pois todas as que se conhecem são de âmbito funerário (**BARROCA**, 2000: 26). Na leitura paleográfica efectuada, considerou o autor que o alfabeto não oferece argumentos contrários à sua proposta de datação porque os DD utilizados afastam-se já dos DD paleocristãos dos séculos VI ou VII e aproximam-se dos utilizados pela epigrafia das centúrias seguintes; os MM, sobretudo em *ConsuMMatum* (l.4) apresentam características moçárabes, tal como os OO amendoados (**Idem, ibidem**: p.27). Salientou ainda a presença de letras geminadas (OR de sanctORUM, na l.1; OR de pastoris na l.2; ON de cONstat na linha 3; AT de constAT, na mesma linha; ON de cONsummatum, na l.4; e OC de hOC, na l.4) e de letras inclusas (MA de consumMATum na l.4), que considera muito comuns na epigrafia medieval (**Idem, ibidem**). Ainda neste campo, Mário Jorge Barroca considera que as terminações de EDIFICIUm e de CONSUMMATUm, abreviadas por suspensão, foram registadas por sinal próprio a forma de pequena vírgula, colocado sobre o V e centrado com este, considerando ainda interessante a abreviatura de SANCTORum e QUORm, com hase oblíqua do R cortada por traço, pressagiando o característico sinal de abreviatura da terminação em RUM, muito utilizado na baixa idade média e bem conhecido dos paleógrafos (**Idem, ibidem**).

Em 2006 Maria Manuela Alves Dias e Maria Isabel Sousa Gaspar integraram a inscrição consagratória deste edifício consagrado aos Santos Justo e Pastor no seu *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*, atribuindo-lhe o número 161. As autoras propuseram o ano de 682 e não conseguiram perceber convenientemente o monograma, onde leram as letras *P, w, A, S, R*, e *ÔR* em nexo todas na metade esquerda, e *Y, L, A/α*, na metade direita (**DIAS e GASPAR**, 2006: 268). Também confundiram *Complutum*, a actual Alcalá de Henares, onde foram martirizados os dois jovens santos, com o *monasterium* de *Compludum*, actual Compludo, no antigo *conuentus Asturicensis*, fundado, ao que tudo indica, por São Frutuoso de Montélius no século VII (**Idem, ibidem**: 267 a 269).

## O MONUMENTO E A INSCRIÇÃO

Trata-se de uma espécie de ara de clara influência, ou até mesmo concepção, clássica, em mármore de veios cinzentos (normalmente designada por “mármore de São Brissos”), que existe na zona de Alvito, onde já foram identificadas pedreiras exploradas em época romana na em São Bartolomeu, e perto das aldeias de Trigaches e São Brissos, no concelho de Beja. Apresenta um frontão de cariz triangular, decorado com uma *hedera* com caule, símbolo da eternidade, e ainda um monograma que transcreveremos adiante. O topo apresenta uma forma de telhado de duas águas entre dois rolos ou toros com a face frontal decorada, observando-se no rolo da direita a existência de um sexifólio (quando observado de frente). O sexifólio do rolo esquerdo apresenta-se muito danificado sendo apenas perceptível quando presente a luz rasante. O *fastigium* ou frontão apresenta uma altura de 16cm, uma largura de 42cm e uma espessura de 36cm. Os rolos apresentam um diâmetro de 12cm e um comprimento de 36cm. Sob esta imitação de capeamento de ara, apresenta-se o corpo do monumento onde encontramos ligeiramente demarcado um campo epigráfico que não foi respeitado.

Para além da *hedera*, como já foi indicado, o frontão apresenta um monograma, que foi interpretado pela primeira vez por Manuel Luís Real (1995, 55-56), onde pode ler-se a seguinte inscrição: **B(asi)L(ica) ARANA**.

O campo epigráfico actual ocupa quase todo o espaço do corpo da peça. A inscrição métrica está concebida em forma de “caixa”, distando as letras 3,5cm dos limites laterais do monumento, com excepção das letras R e C das linhas 3 e 4, e da parte preservada da base. Apresenta uma largura de 57cm e 16,5cm de altura.

### INSCRIÇÃO:

+HUNC DENIQVE EDIFICIV(m) S(an)C(t)ORVM  
N(omi)NE CEPTVM IVSTI ET PASTORIS  
MARTIRVM QVORVM CONSTAT ESSE SACR  
ATVM CONSVMMATVM EST OC OPVS ERA DCC  
XX

**TRADUÇÃO:** (Cruz) Este edifício, iniciado em honra dos Santos Mártires Justo e Pastor, a quem consta que foi consagrado, finalmente foi terminado este trabalho na era de 720. (Segue-se aqui a tradução de Gerald Freire)

#### **COMENTÁRIO:**

O estudo paleográfico, ao contrário do que poderia parecer, após a proposta de Mário Jorge Barroca, permite-nos retirar algumas conclusões muito interessantes. Pese embora o texto pareça inscrito em prosa, tudo indica que se tratasse, muito possivelmente, de cinco versos de oito sílabas, com rima monossilábica terminada em *um*, adaptada ao campo epigráfico (**FREIRE**, 1989: 212). José Gomes Freire chama a atenção para o facto de apenas o quarto verso teria nove sílabas por erro do lapicida (**Idem, ibidem**: 212 e 213). Deve acrescentar-se que existem 24 caracteres em todas as linhas, com excepção da 4ª que tem 25 e da 5ª que tem 2. A inscrição apresenta-se em caixa, muito bem alinhada de ambos os lados, numa organização racional que impediria a inserção de dois CC, correspondentes a numerais de centenas, na penúltima linha, pois, em meu entender, se elas ultrapassassem o alinhamento do lado direito, mais facilmente seriam colocadas na última linha, juntamente com os dois XX, do que na moldura fragmentada. Na realidade, aquilo que Mário Jorge Barroca definiu como moldura (**BARROCA**, 2000: 26) é, na realidade, um soco muito parecido aos das *cuppae* funerárias romanas, que ocupava as zonas laterais e a parte de trás do monumento epigráfico, encontrando-se fragmentado o soco do lado direito, quando visto o monumento de frente para o campo epigráfico. Levantasse-nos então uma questão para a qual não temos ainda resposta: existiria esse soco quando foi feita a inscrição de consagração da igreja?

Inicialmente, considerando que os AA com haste em ângulo invertido não teriam uma cronologia muito posterior a 630 pensou-se que a distinção paleográfica do monograma relativamente à inscrição fundacional poderia permitir pensar que estaríamos na presença de duas inscrições efectuadas em épocas distintas: o monograma, mais antigo, e a inscrição consagratória, mais recente. Esta distinção cronológica poderia ser confirmada pela presença de um campo epigráfico destinado a uma inscrição de menores dimensões que nunca foi grafada. Actualmente, pensamos que, na realidade, estamos perante uma ara romana anepígrafa, reutilizada em época

paleocristã, facto que poderá ter possibilitado que a inscrição ultrapassasse o campo que tinha sido destinado a alguma inscrição anterior.

O Monograma passou muitas vezes despercebido, contudo é extremamente importante, pois informa que este edifício encontra-se integrado, tão-somente, na paróquia *Arana*. Reconhecem-se neste monograma as letras *A* (duas vezes), *B*, *L*, *N* e *R*. Seguindo a opinião de Manuel Real, pode propor-se a leitura **B**(asi)**L**(ica) **AR**(a)**NA**. Não é de crer, como pensa Manuel Luís Real (1995: 55) que o topónimo *Aranas* resulte de uma migração populacional proveniente de *Arandis*, que muito provavelmente se localizaria em Santa Bárbara de Padrões e não em Garvão. Até porque, a acontecer em época islâmica, ela teria de situar-se por volta de meados do século IX, altura em que não havia grandes problemas religiosos no território sob controlo islâmico. Concorde-se completamente, no entanto, quando afirma que esta zona do Alentejo tem uma forte presença moçárabe, com a permanência de *monasteria* que podem estar muito associados a uma sobrevivência do culto dos santos mártires, muito forte nesta área geográfica, onde detectamos Santa Ágata (Vila Nova da Baronia), São Bartolomeu (Alvito e Vila Alva), São Brás (Alcácer do Sal), São Brissos (Vila Nova da Baronia) Santa Catarina (Santa Catarina de Sítimos), São Cucufate (Vila de Frades) e São Fausto ou São Faraústo (Torrão e Portel); bem como se encontra registado um importante conjunto de *monasteria*, devidamente documentados em época medieval, entre as cidades de Alcácer do Sal, Beja e Évora, dos quais se destacam o “Convento Velho” do Torrão, junto à saída para Alvito; o Mosteiro de *Mugia d’Arem* (Alvito); o de Odivelas (Odivelas? Alvito? Oriola?), o de Vera Cruz de Marmelar, o de São Manços e o de São Cucufate. Existem ainda evidências arqueológicas da existência de um *monasterium* no Monte da Cegonha (Selmes).

O topónimo *Aranas* deveria corresponder ao nome latino de uma povoação de segunda categoria (*uicus* ou *mansio*) localizada nas imediações deste edifício religioso à qual este deveria estar associado, pertencendo à sua paróquia. Como já propusemos em capítulo anterior, o mais provável é que este povoado se localizasse no Torrão, onde têm vindo a ser localizadas evidências arqueológicas da presença romana (FARIA, 2002: 80 e 81). Aliás, o próprio topónimo Torrão poderá, eventualmente, derivar da denominação *Turris Aranis*. Se se confirmar a hipótese que ora se coloca, pode pensar-se também na evolução de uma antiga *uilla*, muitas vezes designadas por *Turre*, em povoado de segunda categoria. Deve ainda chamar-se a atenção para o facto de muitas *uillae* serem

designadas por *Turre*, bem patente numa inscrição em mosaico identificada na *Villa Cardilio*, onde o mosaicista desejou a Cardílio e a Avita uma vida feliz na sua Torre.

## O CULTO AOS SANTOS JUSTO E PASTOR NA PENÍNSULA IBÉRICA

Os Santos Justo e Pastor foram martirizados em *Complutum*, actual Alcalá de Henares, próximo de Madrid no início do século IV, no decurso da última grande perseguição aos cristãos que decorreu no principado de Domiciano e Galério. Eram dois meninos que enfrentaram a tortura e a morte, não se tornando apóstatas e servido de exemplo para todos os que abraçaram a fé cristã. O seu culto iniciou-se ainda no século IV, em *Complutum*, tendo-lhes sido consagrada uma igreja nesta cidade e dedicados os versos de um hino por Prudêncio, entre os anos de 402 e 404 (**CASTILLO MALDONADO**, 1999: 90). Este parece ter tido um forte incremento no século VII, registando-se os seus nomes em alguns monumentos epigráficos, não só em São João dos Azinhais, mas também em Medina Sidónia, situada na antiga província da *Baetica* numa epígrafe datada de 630, e em Guadix, numa inscrição datada de 652, localizada na antiga *Cartaginense*, sendo de notar que se tratam de dois. Uma outra igreja foi-lhes consagrada em Compludo em meados do século VII (**Idem, ibidem**: 514), perto de Ponferrada, onde existiu um *monasterium* do século VII, ao que consta, fundado por São Frutuoso. Este *monasterium* aparece referenciado na *Vita Fructuosi* (**Idem, ibidem**). A este possível proliferar do culto no decorrer do século VII não deverá ser o aparecimento da *passio* de ambos nesta centúria (**Idem, ibidem**: 59)

### INSCRIÇÃO FUNERÁRIA: ALVITO (562)

A inscrição paleocristã de Alvito encontrava-se exposta no arco de São Roque, junto da actual Praça da República, que foi demolido em finais do século XIX, encontrando-se desaparecida desde essa época. A primeira descrição deste epitáfio deve-se a Frei Ambrósio do Brochado, nas memórias paroquiais de Alvito, que, quando

procede à descrição do arco de São Roque, indica que «(...) *nas costas deste nicho (onde se encontrava a imagem do santo) esta huma pedra que foy campa de um servo de Deus poy tem um letreiro e epitáfio seguinte (...)*». Depois de apresentar o texto da inscrição referiu que «(...) *perguntando as pessoas doudas me dicerão que era = Alfa.Omega – a primeira e ultima letras do alfabeto grego mostrando ser Chrysto o principio e o fim da todas as couzas; direy que se juntão aos sepulcros dos catholicos para os distinguir dos arianos = Taumazio servo de Deus que vivendo 53 annos descansou na paz de Chrysto em 16 de Fevereiro do ano de 562 (...)*». Na observação do documento constatamos que a inscrição se distribui por oito linhas, da seguinte forma:

**(Alfa) Cruz (Ómega)/TAUMAZI/VS FAMVLVS D(ei)/VIXIT ANNIS  
LIII/REQVIEVIT IN PACE<sup>5</sup>/CRISTI D(ie)/XVIII MARTIAS/ERA DC (?)**

**TRADUÇÃO:** Taumazius, servo de Deus, viveu 53 anos, descansou na paz de Cristo no décimo nono dia das (calendas) de Março da era de 600 (?) (562).

Posteriormente, a sua existência foi registada por Frei Manuel do Cenáculo (**ms Ebor. N. 1. 13**) e publicada por Hübner (**1871**: inscrição 9); P. A. Azevedo (**1896**: 190); Miguel de Oliveira (**1941**: 40-41, número36); Vives (1969: inscrição nº77) e Maria Manuela Alves Dias e Catarina Isabel Sousa Gaspar (**2006**: 43, número 2). Destes autores, quem mais se aproximou da versão apresentada nas memórias paroquiais de Alvito foi P. A. Azevedo, que reproduziu na íntegra o texto daquelas. Os restantes autores seguem a posição de Cenáculo, reconstituindo a inscrição da seguinte forma:

**TAVMAST/VS FAMVL(us) D(e)i/V(i)X(i)T ANN(os) PL(us) MINU(s)  
L/REQVIEVIT IN PA/CE SUB D(ie)<sup>5</sup>/XVIII K(a)L(endas) IANNUARIAS/ERA  
DCLX**

**Tradução:** Taumasto, servidor de Deus, viveu mais ou menos cinquenta anos e descansou em paz no dia 18 (antes) das calendas de Janeiro, da era de 660 (15 de Dezembro de 622).

Tendo em consideração a grande diferença registada entre o texto apresentado nas memórias paroquiais e as publicações mais recentes, sobretudo o texto produzido por Frei Manuel do Cenáculo, onde tenta reproduzir a tipologia das letras, ficamos com sérias dúvidas. Pode tratar-se apenas de uma inscrição, observada apenas por um dos religiosos, ou de dois epitáfios de dois homens, eventualmente familiares, com o mesmo nome, até porque Frei Manuel do Cenáculo não deu a conhecer a localização da inscrição que transcreveu, limitando-se apenas a apresentar o texto. No estado actual da investigação, optamos pela primeira hipótese, tendo em consideração a minúcia da descrição da inscrição e ao detalhe de todas as restantes descrições patentes nas Memórias Paroquiais de Alvito.

A inscrição apresenta um formulário pouco comum. Na realidade, não são comuns inscrições funerárias onde se indica que um servo de Deus descansou na paz de Cristo, apenas se registando nesta inscrição. A fórmula mais comum registada no *conuentus pacensis* é *famulus Dei... requievit in pace*, com 14 ocorrências registadas entre 482 e 566. Seguem-se as fórmulas *famulus (a) dei... requievit in pace domini*, com seis ocorrências entre 518 e 571, exclusivamente em Mértola; *requievit in pace domini*, com quatro ocorrências que podemos dividir entre dois períodos, o mais antigo situado entre 512 e 546, todas em Mértola, e o mais recente, datado de 665, identificado em Beja, e, por fim, a fórmula *famulus Christi... requievit in pace domini*, com três ocorrências entre 544 e 587 (duas em Mértola e uma em Beja)<sup>18</sup>. Também é raro o aparecimento de uma cruz ladeada por alfa e ómega (não é conhecido mais caso nenhum em inscrições funerárias do actual território português). São mais comuns os casos em que o alfa e o ómega ladeiam o crismón ou as cruzeiras associadas a pombas afrontadas, no entanto chama-se a atenção para a sua utilização de um elemento arquitectónico em Sines, que, por afinidade com esta inscrição poderá datar do século VI e não do século VII, como vinha sendo considerado até aqui.

---

<sup>18</sup> Todos os dados estatísticos resultam dos estudos que fizemos a partir dos dados publicados por **DIAS e GASPAR**, 2006.



O epitáfio era dedicado a *Taumasius*, registando-se alguma influência do mediterrâneo oriental, pois era o nome de um santo mártir de Constantinopla. Na realidade, o santo chamava-se Amónio e foi um monge martirizado naquela cidade depois de ter apedrejado o cônsul Orestes. Pouco depois do seu martírio, São Cirilo intitulou o monge de *Thaumasius*, que significa, traduzindo do grego clássico, maravilhoso ou admirável. Não deixa de ser interessante o facto de já serem conhecidos nesta zona do Alentejo outros antropónimos de origem oriental, cem inscrições funerárias datadas do século II, nomeadamente *Crysogonos* em Cuba, um *Marius Letoides* e uma *Maria Euprepia* em Nossa Senhora d'Aires e *Crysero* no Sítio dos Mosteiros, Portel. Devendo ainda chamar-se a atenção para o facto de *Taumasius* faleceu pouco depois do início da presença bizantina em parte do sul do território português, com a consequente influência cultural daí resultante, bem visível na arquitectura de alguns dos edifícios religiosos identificados na zona que temos em estudo.

## **CAPÍTULO 9: TEMÁTICAS DECORATIVAS E ICONOGRAFIA**

### **ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS, TEMÁTICAS DECORATIVAS E ICONOGRAFIA NA REGIÃO EM ESTUDO**

Por diversos motivos, o estudo dos elementos arquitectónicos é um dos que enfrenta mais dificuldades na interpretação dos vários campos de investigação. Por um lado, temos a longevidade dos símbolos cristãos, podendo os mesmos signos e significantes ser encontrados em contextos do século IV ou em contextos do século X, a que deve acrescentar-se o facto de muitas vezes estes testemunhos. Por outro lado, na maior parte dos casos os elementos arquitectónicos encontram-se descontextualizados, por terem sido recolhidos em escavações onde o registo científico ainda não tinha atingido os níveis de registo actuais, ou porque foram reaproveitados em novas estruturas (integrados em muralhas como em Beja ou na Juromenha, por exemplo), ou então porque apareceram no decorrer de obras que não tiveram acompanhamento

arqueológico. A partir do momento em que uma peça está descontextualizada torna-se difícil perceber a sua funcionalidade dentro de um edifício. Podemos conjecturar ou procurar paralelos, mas tal não é suficiente, porque muitas vezes a própria peça que nos serve de paralelo foi ela própria reaproveitada com uma função diferente da original. A atitude mais correcta passará então pela utilização de uma metodologia que parta do estudo dos paralelos em conjunto com uma análise com uma fundamentação lógica, obtida a partir de uma análise cuidada de todas as peças e dos contextos em que estas foram encontradas. Neste tipo de análise, pretendemos aprofundar melhor o conhecimento que existe no que respeita à cronologia e à funcionalidade das peças encontradas. Tendo como ponto de partida, por exemplo, os epitáfios paleocristãos, observa-se que estes possuem características muito singulares, começando pelo novo tipo de formulário que o distingue das inscrições funerárias ditas clássicas, de onde se destaca a presença de expressões como *famulus (a) Domini*, ou *famulus(a) Dei* (servo do Senhor), *famulus(a) Christi* (servo de Cristo); *recessit, requiescit* ou *requievit in pace* (descansou em paz); ou ainda os anos que viveu, à boa maneira romana e, sobretudo, a data precisa em que o crente faleceu. Este último aspecto é extremamente importante, porque, fundamentalmente no caso das cidades mais importantes, como *Myrtilis* encontra-se presente nos epitáfios um importante conjunto de elementos iconográficos paleocristãos, como por exemplo o crismón constantiniano (simples, em círculo ou inserido em círculo com coroa laureada, em conjunto com o alfa e o ómega), a cruz monogramática (também ela simples, em círculo ou inserido em círculo com coroa laureada, em conjunto com o alfa e o ómega); as pombas ou pavões afrontados, e os elementos arquitectónicos (como arcos, colunas, *transennae*, entre outros). Existindo uma datação, podemos balizar as épocas em que determinados elementos iconográficos eram mais utilizados numa determinada região, logo, se os mesmos forem utilizados na arte decorativa de um determinado edifício podemos também partir desse balizamento para determinar a cronologia de um determinado elemento arquitectónico e, por consequência, do edifício onde foi utilizado.

No que respeita à sua funcionalidade, a classificação poderá também defrontar-se com algumas dificuldades, que teremos de confrontar com a lógica, baseando-nos no estudo da arquitectura, nos registos arqueológicos sempre que estes existam e no estudo comparativo sempre que haja a garantia de que o paralelo que estamos a utilizar teve claramente uma determinada função.

## **OS CAPITÉIS**

Na região em análise apenas identificámos um capitel, que se encontra ainda inédito, em São Cucufate, concelho da Vidigueira. Esta peça, com cronologia situada entre os séculos V e VII, não foi encontrada no decorrer das escavações, desconhecendo-se se é proveniente deste local<sup>19</sup>. De qualquer forma, apresentamo-la nesta dissertação, sendo alvo de uma apresentação mais pormenorizada no catálogo. Trata-se de um capitel corintizante de folhas lisas, tipologia muito comum no nosso território.

## **AS IMPOSTAS**

A imposta é um elemento arquitectónico normalmente colocado sobre o pilar de secção quadrangular ou rectangular. A de Alvito tinha cerca de 0,90m de comprimento e 0,18m de altura, não preservando toda a sua largura. Foi recolhida há mais de 30 anos em São Romão pelo Dr. Luís Cabanas, que a doou à Câmara Municipal de Alvito. Depois da sua cedência para uma exposição fora do concelho, a peça desapareceu, encontrando-se em lugar incerto. Apresentava-se decorada nas três fases conservadas com peltas (ou arcos imbricados), podendo datar do século VI. deveria servir para colocar sobre um pilar, eventualmente se secção rectangular, com paralelos em Alfundão e em Marmelar.

Também a peça identificada em Marmelar desapareceu depois da demolição da casa em que se encontrava.

---

<sup>19</sup> Agradecemos a informação ao Dr. Rafael Alfenim.

## PLACAS TRIANGULARES

São conhecidas quatro placas triangulares neste espaço geográfico. Três encontram-se em Vera Cruz de Marmelar, duas delas intactas e reaproveitadas na actual estrutura da igreja Matriz e o fragmento de outra, encontrada nas imediações, depositada no pequeno museu da Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar. O quarto fragmento de uma placa deste género encontra-se na casa de um particular em Marmelar.

Na opinião de Balsameda Muncharaz, estas placas serviriam para reforçar, do ponto de vista decorativo, os frisos, propondo essa solução para San Pedro e la Mata. A sua reutilização na reconstrução da abside e num dos absidiolos de Vera Cruz de Marmelar não ajuda à sua compreensão, pois não se encontram na sua posição original. Contudo, considera-se que não será de colocar de parte a utilização deste tipo de elementos arquitectónicos na face externa das paredes do edifício religioso, sobre frestas de janela. Note-se que na profícua decoração que estas peças patenteiam está presente a vieira, que foi utilizada no lintel de uma fresta precisamente em Vera Cruz de Marmelar e que é muito comum nos elementos arquitectónicos associados a janelas em território peninsular, mesmo para períodos um pouco mais tardios, como pudemos constatar em Santa Cristina de Lena (**FOTOGRAFIA 60**).

Todas as peças encontradas em Vera Cruz de Marmelar possuem o campo principal dividido em duas partes: no triângulo da metade superior observa-se uma palmeta estilizada com a representação de uma cruz grega no seu interior, que encima uma vieira de base semicircular no interior da qual se observa um trifólio. O trapézio inferior divide-se noutros dois de iguais dimensões com os mesmos motivos decorativos: a partir de um botão central onde se encontra representado um tetrafólio saem quatro palmetas estilizadas, duas voltadas para o topo e as restantes para a base, separadas por duas folhas triangulares dispostas na horizontal e, também elas, nascentes do botão central. No que respeita à orla, são todas diferentes, observando numa delas uma espécie de coroa de louros estilizada, unida no topo por uma árvore da vida ou de Jessé inserida num círculo. Outra não tem qualquer decoração na orla e o fragmento depositado na sede da Junta de Freguesia, apresentam a orla parcialmente decorada.

No que respeita ao fragmento de Marmelar não se podem tecer muitas considerações porque se encontra muito mutilado. A decoração destas peças apresenta toda a carga simbólica do Cristianismo como religião vencedora e eterna, tornando-as nas mais expressivas neste campo iconográfico.

## FRISOS

Os frisos correspondem a peças colocadas a horizontal o longo das quatro paredes, decoradas pelo menos numa das faces menores. Este tipo de elemento arquitectónico foi identificado em Marmelar, Vera Cruz de Marmelar e em São João dos Azinhais

Em Vera Cruz de Marmelar foram reutilizados alguns frisos na actual estrutura da igreja Matriz. Em todas as peças reutilizadas observa-se a utilização do entrançado ou “cordão da vida”. Em média, as mais completas têm comprimentos situados entre 1,16m e 1,30m. Um outro fragmento apresenta um enxacotado.

O fragmento de friso de Marmelar apresenta-se decorado com octofólios insertos em quadrados, semelhante a outra prça do género identificada em São João dos Azinhais, devendo datar do século VII.

A peça de São João dos Azinhais foi estudada por Maria Amélia Fresco de Almeida, que a apresentou como mesa de altar, justificando a sua opção pela inclusão de uma cruz pátea, embora tenha colocado também a hipótese de se tratar de uma placa, que, em seu entender, podia estar colocada na zona da *iconostase*. A autora defendeu ainda que esta peça se encontrava inacabada porque num dos seus lados menores a decoração não ocupava a totalidade da extensão da peça (ALMEIDA, 1987, vol. I: 297). Observando este elemento arquitectónico com atenção, parece tratar-se antes de um friso com um espigão para embutir na parede. Num dos lados observam-se os octofólios com botão central insertos em 4 quadrados de 0,18m de lado, aos quais se acrescenta um rectângulo (ou “meio quadrado” decorativo) numa extensão de 0,90m, com espaços entre quadrados com cerca de 0,02m. Do lado oposto a decoração ocupa apenas 0,42m, observando-se dois octofólios com botão central insertos em quadrados

com 0,18m de lado. No tardo da peça observa-se uma área desbastada e ainda o orifício do gonzo da porta, podendo induzir-se que se trata de uma reutilização (**FEIO**, no prelo b).

O monumento não se encontra inacabado, pois poderá tratar-se de um friso colocado numa das paredes menores de acesso a uma possível capela lateral. O espigão “em bruto” seria embutido na parede, ficando a cruz voltada para o arco de passagem para o seu interior. O facto da decoração de um dos lados não ocupar toda a extensão não significa que esta se encontre inacabada. Muito pelo contrário, basta termos em conta que 0,42m são uma medida muito aceitável para a largura de um fuste de pilar, podemos considerar que esses 0,42m do comprimento do friso seriam colocados em cima de um pilar, servindo de ábaco para o arranque do arco de acesso a uma possível capela. Desta forma, à semelhança do que podemos observar em Vera Cruz de Marmelar, a parte do friso que se encontra decorada em toda a extensão podia encontrar-se voltada para o interior de uma capela lateral, ficando a parte oposta voltada para o interior da igreja. Caso se comprove a ideia que propomos, podemos calcular uma capela com, pelo menos 3,60m de lado, se pensarmos que o arco de acesso ao interior da capela teria o dobro do comprimento das paredes onde assentava. Isto significa, que podemos estar perante a evidência de um edifício semelhante ao de Vera Cruz de Marmelar..

#### **LINTÉIS DE PORTA E/OU JANELA E DE FRESTA DE JANELA**

O lintel de São João de Arranas é uma peça fabulosa, que resulta do reaproveitamento de uma ara funerária romana, que apresenta ainda o característico jarro do lado direito, quando observada de frente na exposição actual. Maria Amélia Fresco de Almeida considerou que no lado mais profundamente decorado da antiga ara romana o trabalho paleocristão ficou por terminar porque ainda subsistiu um cântaro. Não se pode concordar com esta opinião, porque este lado era aquele em que ficava a *patera*. A mesma autora considera que a peça ficou por terminar, não observando a parte da ara voltada para a parede do museu (**1987**: 224 e 225). Também Dom Fernando de Almeida, António Cavaleiro Paixão e Judite Cavaleiro Paixão não puderam observar

esta particularidade da peça (1978: 220). No lado onde se encontrava a *patera* o campo decorativo foi rebaixado, representando-se tetrafólios com botão central, resultantes de círculos secantes. Nos espaços intervalares observam-se losangos de braços curvos, dentro dos quais se inserem corolas cujas pétalas não são legíveis. Ao centro, na zona onde se encontrava a *patera* observa-se um jarro litúrgico, que na colocação original ficava em posição inversa (FOTOGRAFIAS 96 E 97). Na parte posterior da ara, podemos observar que a ara foi reaproveitada como lintel de porta. Uma parte do suporte foi rebaixada, tendo sido escavados os orifícios para colocação dos gonzos da porta. Na parte não rebaixada foi representado um encordado com tetrafólios nas zonas de intercepção, que tem paralelos em Vera Cruz de Marmelar e em Marmelar (apenas o encordado). Nesta parte observam-se dois orifícios rectangulares, que podem corresponder a um gradeamento. Esta peça poderá dar resposta a algumas questões que se vêm colocando com algumas placas. Na realidade, essas placas poderiam ser ombreiras ou jambas de portas, sobre as quais seriam colocadas peças como esta de São João dos Azinhais. Em nosso entender, é esse o motivo porque “placas” como a de Marmelar apresentam decoração numa das faces maiores e nas laterais, o mesmo não acontecendo com os topos e a face posterior das peças. Também não se pode colocar de lado a sua funcionalidade como ombreiras de janelas (FEIO, no prelo).

#### **JAMBAS OU OMBREIRAS DE PORTA E/OU JANELA E DE FRESTA DE JANELA**

Nos vários estudos publicados este tipo de peças têm vindo a ser genericamente classificado como placas. Em alguns casos, atendendo à espessura de alguns exemplares, á falta de encaixes e decoradas em apenas uma das faces maiores, investigadores como Abad Casal, Gutiérrez LLoret e Gamo Parras classificaram-nos cautelosamente como placas de decoração parietal (2000: 214, *apud* GUTIÉRREZ LLORET e SARABIA BAUTISTA, 2007: 310). Em publicação recente, Gutiérrez LLoret e Sarabia Bautista reclassificaram este tipo de peças, chamando a atenção para a sua multifuncionalidade, seguindo outros autores que propõem a sua utilização como trípticos parietais, quando uma peça apresenta decoração lateral em apenas um dos lados, ou como pilares de ocupação de espaços entre colunas, quando não apresentam decoração lateral (2007: 312 e 313). No primeiro caso, destaca-se uma placa com

inscrição recolhida em Begastri, decorada na face direita e no topo, que estaria associada a outras peças, nomeadamente a central e a esquerda (**LLORET e SARABIA BAUTISTA, 2007**: 312 e 313).

As peças identificadas em Marmelar e em Vera Cruz de Marmelar apresentam algumas diferenças em relação aos casos conhecidos, pois encontram-se decoradas numa das faces maiores e nas duas faces laterais, o mesmo não acontecendo nos topos. Partindo da leitura proporcionada pela decoração de todos os exemplares observados, as peças seriam colocadas numa posição vertical, podendo servir de ombreiras de portas ou janelas, à semelhança do que se observa ainda em San Miguel de Lillo (Oviedo)<sup>20</sup>, onde as ombreiras também se apresentam decoradas num dos campos maiores e nas faces laterais, distinguindo-se das presentes neste estudo por serem mais altas e mais tardias.

As ombreiras poderão caracterizar-se pela utilização de decoração num dos campos maiores e nas faces laterais e por possuírem uma espessura situada entre os 15 e os 20cm. A sua decoração poderá ter animais decorativos e simbólicos, como em Mértola, ou decoração vegetal, como em Marmelar e Vera Cruz de Marmelar.

A partir do estudo de todos os exemplares conhecidos na Península Ibérica, como Albufereta, Almonater (Serra Morena), Begastri, Tolmo de la Minateda e Valdeomos, estas peças poderão ter sido concebidas a partir de finais do século VI e ao longo de todo o século VII. No caso das peças que apresentamos, é viável a sua possível utilização em conjunto com lintéis idênticos ao de São João dos Azinhais, onde a decoração de quase todos os elementos arquitectónicos é muito semelhante à de Vera Cruz de Marmelar.

As ombreiras identificadas apontam como traço comum o recurso a temática da vinha, em que a videira é representada com hastes ondulantes, encandeando parras e uvas. Esta iconografia só aparece representada em Marmelar e em Vera Cruz de Marmelar no espaço geográfico em estudo, apresentando algumas semelhanças ideológicas com a peça de Mértola e com o pilar número 40 do catálogo do Museu Regional Rainha Dona Leonor e estilísticas com as peças 24 e 25 do mesmo catálogo (**TORRES et alii, 1993**: 70). A cronologia destas peças deverá situar-se na primeira metade do século VII.

---

<sup>20</sup> Quando visitámos a igreja de San Miguel de Lillo não nos foi autorizado tirar fotografias.



## PILARES E PILARES COM ENCAIXE DE *TRANSENNAE*

Os pilares foram utilizados com funções de estruturamento arquitectónico, apresentando uma secção quadrada ou rectangular. Normalmente têm uma espessura superior a 0,30m, uma largura superior a 0,40m e uma altura que pode atingir os 2m. Podem ser ou não adossadas a paredes. Quando tal acontece, o pilar apresenta-se decorado em três das quatro faces, ou até mesmo em uma, ou duas, como no caso de Alfundão, quando o pilar se encontra adossado à parede na zona da *iconostase* servindo um dos lados para o encaixe da *transenna*. Outras vezes os pilares podem ser utilizados para suporte de arcos e separação de naves. Neste caso, os que não são adossados às paredes apresentam-se decorados nas quatro faces. Normalmente, os pilares, como as colunas, apresentam base, fuste e capitel e apresentam-se profusamente decorados, como podemos observar, por exemplo, em Beja e em Sines.

No território em estudo identificaram-se até ao momento três pilares, um em Vera Cruz de Marmelar, outro em Marmelar e o terceiro em Alfundão. O fragmento de Vera Cruz de Marmelar foi estudado por Dom Fernando de Almeida servia de degrau na escada do paço situado junto da cabeceira da igreja. Era em calcário e apresentava a parte superior do capitel incompleta, sendo ainda possível observar uma voluta jónica muito desenvolvida e um elemento vegetal estilizado, assente em arcos cegos. No fuste observam-se trifólios estilizados assentes em pequenos arcos. (ALMEIDA, 1962: 195). Esta peça tem paralelos em peças encontradas na cidade de Beja que foram datadas do século VII (TORRES *et alii*, 1993: peças 42, 44 e 46). No entanto chama-se a atenção para o facto do cimácio nº45 do catálogo do núcleo visigótico do Museu Rainha Dona Leonor, exposto sobre o pilar nº46, notando-se que as medidas da base encaixam nas do topo do fuste, possuir uma decoração idêntica a uma peça do mesmo género encontrada no decorrer das escavações do mausoléu de Mértola, datado da segunda metade do século VI, a partir da cronologia das inscrições ali encontradas. O de Beja possui as cruces insertas em quadrados, enquanto as de Mértola estão *in circulo*, no entanto em ambos os casos as cruces possuem extremidades planas. Se este pilar de Beja fez conjunto com o cimácio podemos considerar que poderá datar de finais do século VI, ou de inícios do século VII, por comparação com o de Mértola, denotando uma evolução no elemento geométrico onde se inserem as cruces. Desta forma, mais uma vez por

comparação tipológica, fundamentada tanto quanto possível, creio que devemos situar cronologicamente a peça de Vera Cruz de Marmelar no primeiro terço do século VII.

A peça de Marmelar foi reaproveitada na construção da parede de um quintal no nº 5 do Beco 5 de Outubro, apresentando como motivo decorativo grandes octofólios insertos em quadrados irregulares, com paralelos no concelho de Serpa e em Alvalade do Sado, devendo datar da primeira metade do século VII, tal como o restante conjunto identificado nesta localidade.

A peça de Alfundão corresponde ao único pilar com encaixe para *transenna* de *iconostase* encontrado até ao momento na área geográfica em estudo. Encontra-se encosta à parede sul da cabeceira da igreja matriz desta aldeia, no entanto, segundo Abel Viana, esta peça é proveniente do sítio conhecido como Vilar ou Vila Verde, próximo da localidade. A peça apresenta 0,77m de altura (à vista), 0,80m de comprimento e 0,35m de espessura, tendo sido executada em mármore de veios cinzentos, normalmente designado de Trigaches ou de São Brissos, mas que também existe na zona sul da Serra de São Miguel, em Alvito. A face principal apresenta-se dividida em quatro cartelas. Nas duas do topo observam-se duas cruzes páteas com botão central inseridas *in duplo* círculo enquanto nas inferiores se observam quatro “peltas” com bifólios.

A sua funcionalidade é clara, pois apresenta um orifício do lado esquerdo, quando observada de frente, que indicia um encaixe de uma *transenna* de *iconostase*. Tendo em consideração que não apresenta nenhum orifício do lado oposto e que este se encontra completamente liso, sem qualquer tipo de decoração, entendemos que a face direita deveria do pilar encontrar-se adossada à face interna da parede da *iconostase*, na zona de entrada, onde este pilar suportaria ainda o arco triunfal.

Apesar de não se conhecer aprofundadamente o contexto em que apareceu, e da análise iconográfica ser delicada neste caso, existem diversos paralelos em Alvalade do Sado, Beja, Mértola e Sines que podem ajudar a situar cronologicamente esta peça. No campo da epigrafia funerária cristã, as cruzes páteas começaram a ser representadas nos epitáfios de Mértola a partir dos inícios do século VI, mais exactamente em 510, na inscrição dedicada a Fistelus, convivendo inicialmente com o crismón, substituindo-o em definitivo a partir de 525 (FERNÁNDEZ, 2004: 2002). O mais recente último é o de Afranius, datado de 706. No entanto deve registar-se que existe um interregno entre 587 e 706.

As cruces páteas de Alfundão apresentam maior afinidade com as representadas no epitáfio de Rufina, datado de 587, sendo aquelas que se apresentam os extremos com as concavidades mais perfeitas. As peltas encontram um paralelo directo num friso identificado no Monte do Roxo, freguesia de Alvalade do Sado, uma peça que chegámos a definir como possível fragmento de *transenna* de *iconostase* e que servia como de soleira de porta numa das entradas do “monte”, apresentando a face voltada para cima completamente desgastada (FEIO, 2008: 484 a 489).

Por tudo o que escrevemos, propomos que a peça de Alfundão possa datar do último terço do século VI, ou de início do século VII.

## **PÉS-DE-ALTAR**

Conhecem-se neste território um pé-de-altar, que consiste num pilar, com um orifício no topo destinado à colocação das relíquias; com a representação da cruz pátea e colocação de uma mesa de altar no topo, identificado em São João dos Azinhais que apresenta uma tipologia idêntica a outros já conhecidos um pouco por todo o Alentejo, como são os casos de São Brás dos Matos e Juromenha, no concelho do Alandroal; Sines e São Bartolomeu da Via Glória, no concelho de Mértola, todos eles datados do século VII. Trata-se de um “pilar” com 1,37m de altura; 0,22m de largura e 0,35m de espessura. Apresenta decoração apenas na zona frontal, onde se observa no fuste uma cruz pátea, com 0,805m de altura e 0,21m de largura. No topo do capitel observa-se o orifício para colocação das relíquias, com uma forma rectangular com 11,5cm de comprimento; 10cm de largura e uma profundidade de 7cm. No topo deste orifício observam-se as quatro pequenas ranhuras para encaixe de uma pequena tampa. Sobre o capitel seria colocada uma pequena mesa de altar.

## **COLUNELOS E PILARETES: PÉS-DE-ALTAR DE *MENSAE* LITÚRGICAS E/OU MAINÉIS DE PORTAS OU JANELAS**

Os colunelos e os pilaretes ou pilastrins são peças monolíticas com capitel fuste e coluna, que não atingem alturas muito elevadas, como é o caso do exemplar completo de Alfundão, que tem 0,505m. São peças multifuncionais que podem ser utilizadas como pé-de-altar em *mensae* litúrgicas ou *mensa altaris* (quatro nos cantos e um no centro) suportando mesas de altar horizontais idênticas às de Alcoutim, Idanha-a-Velha e Tarraco; de suportes de pia baptismal ou como delimitação espacial (**GUTIÉRREZ LLORET e SARABIA BAUTISTA**, 2007: 307). Estas peças são idênticas a outras de Mérida que foram interpretadas como suportes de mesa de altar ou como suportes médios de janelas geminadas (**CRUZ VILLALÓN**, 1985: 63, figuras 6-8 e 9).

O exemplar mais antigo, identificado em Alfundão, apresenta um fuste cilíndrico liso, devendo datar da segunda metade do século VI ou de inícios do século VII, tendo em consideração a cronologia proposta para o suporte de *transenna* de *iconostase* recolhida no mesmo sítio. O colunelo de Vera Cruz de Marmelar, cujo paradeiro desconhecemos, deverá datar da primeira metade do século VII, o mesmo acontecendo com o de Viana do Alentejo. Existe ainda a indicação da descoberta de um outro elemento arquitectónico que poderemos colocar nesta categoria no quintal da Rua 6 de Novembro, nº6 em Marmelar, mas que se encontra desaparecido, não nos tendo sido possível registá-lo.

Os pilaretes ou pilastrins de Vera Cruz de Marmelar, decorados apenas na face que ficaria em posição oposta à parede deverão datar da primeira metade do século VII, denotando algumas alterações na iconografia, com recurso à utilização de trifólios assentes em semi-círculos insertos em quadrados e de numa simulação de estrias em “V”, com paralelos evidentes em Beja (números 31 e 32 do catálogo do Núcleo Visigótico do Museu de Beja) e com em colunas geminadas que pudemos observar em Santa Cristina de Lena e em Santa Maria de Naranco, integradas na Arte Asturiana. trifólios assentes em semi-círculos insertos em quadrados têm um paralelo com datação *post quem* em Mérida, na medida em que uma inscrição funerária com cronologia situada entre finais do século IV e finais do século V, com mais precisão entre 560 e

600, foi reaproveitada como pilastrim, com este tipo de decoração (**RAMIREZ SÁDABA e MATEOS CRUZ**, 2000:119 a121, peça nº 68 e lâmina 26, peça nº 68).

No decorrer das escavações arqueológicas do Monte da Cegonha, no momento em que limpou o pavimento da abside, que se encontrava em estado irregular de conservação, foi detectado um buraco aproximadamente circular, revestido interiormente por pequenas pedras, que os arqueólogos julgaram ser o sítio de implantação de um dos quatro ou cinco pés da mesa de altar, ideia que foi reforçada com a recolha de um colunelo monolítico com capitel coríntio (**ALFENIM e LOPES**, 1995:394).

Aparentemente, o pilarete ou pilastrim mais recente deverá datar de finais do século VII, tendo por base a data apontada para a inscrição de São João dos Azinhais (682). Tal poderá significar uma evolução que acompanha a dos fustes de coluna para fustes de pilar na construção de *basilicae*, que se processa fundamentalmente a partir dos inícios do século VII.

#### **POSSÍVEL PLACA OU TRÍPTICO**

A placa ou tríptico tem a particularidade de se apresentar decorada na face principal e numa das faces laterais, podendo, ou não, encontrar-se decorada no topo. Por ter apenas decoração numa das faces laterais (ou em nenhuma delas), indicia que era colocada a par de outras “forrando uma parede”. As suas dimensões podem ser idênticas às registadas nas ombreiras. Em todos os conjuntos estudados, julgamos que uma peça identificada em Vera Cruz de Marmelar, decorada com octofólios e eventualmente datada da primeira metade do século VII, poderá ser integrada neste tipo.

## PLACA DECORATIVA

Até ao momento, apenas foi descoberta uma placa decorativa, reaproveitada numa sepultura, em São Cucufate. A placa apresenta uma linha de peltas na vertical, afrontadas de um e outro lado de um losango (encaixado) sobre o vértice. O interior dos losangos é decorado com uma pequena roseta quadrilobada com botão central. Os espaços entre esta decoração e a fina moldura exterior são preenchidos, ao longo do comprimento, por uma linha quebrada de pequenos quadrados descontínuos (WRENCH, 2008: 665).

## TRANSENNAE DE ICONOSTASE

As *transennae* de *iconostase* correspondem a cancelas que tinham como função separar o espaço litúrgico do espaço destinado aos fiéis. Em alguns casos podem ser utilizadas para separar os espaços entre as naves. Normalmente são peças de mármore com dimensões consideráveis, mas com pouca espessura, e na maior parte dos casos são decoradas com motivos religiosos. Podem também ser trabalhadas de forma idêntica ao que se regista nas gelosias, com espaços ocos, como é o caso do pequeno fragmento encontrado em São Romão, Alvito, podendo tratar-se do exemplar mais antigo desta região<sup>21</sup>. Em Vera Cruz de Marmelar foram encontrados dois fragmentos de *transennae*. Um, de mármore de Estremoz/Vila Viçosa, apresenta na face principal dois quadrados, e a “fêmea” do encaixe na face menor (FOTOGRAFIAS 132 e 133). O quadrado superior tem representado no seu interior um octofólio com botão central, enquanto o quadrado inferior, pior preservado, com 0,16m de altura se observa um trifólio assente num semicírculo. O outro, em mármore de veios cinzentos, apresenta face principal um ramo de videira de onde saem uma parra e um cacho de uvas (FOTOGRAFIA 134). Ambas as peças de Vera Cruz de Marmelar apresentam uma iconografia comum às restantes peças ali identificadas, devendo datar da mesma época.

---

<sup>21</sup> Este fragmento encontra-se na posse de A. M. Dias Diogo, não nos sendo possível apresentá-la no catálogo que segue em anexo.

## CAIXA RELICÁRIO

Para além do espaço para conter relíquias observado no capitel do pé-de-altar de São João dos Azinhais, as escavações arqueológicas realizadas no Monte da Cegonha possibilitaram a descoberta de uma caixa relicário de mármore de veios cinzentos, desprovida de qualquer decoração (**ALARCÃO, LOPES e ALFENIM**, 1995: 401). No seu interior foram recolhidos um fragmento de chumbo com decorações gravadas, dois medalhões de pasta branca e duas medalhas de cerâmica de pasta castanha-alaranjada escura (**ALFENIM e LOPES**, 1995:394 e **ALARCÃO, LOPES e ALFENIM**, 1995: 402-403). Um dos medalhões tem um diâmetro de 46mm e uma espessura máxima de 10mm, observando-se uma figura com um nimbo sem outros elementos que permitam a sua identificação<sup>22</sup>. O segundo medalhão apenas se encontra parcialmente reconstituído, observando-se apenas a parte inferior da imagem (**ALARCÃO, LOPES e ALFENIM**, 1995: 403).

As medalhas são de menores dimensões. Uma tem 11/12mm de diâmetro e outra tem 13mm. A primeira tem representada uma figura a cavalo, de braços levantados segurando uma espécie de chicote na mão. Em frente tem uma figura em pé, nimbada e com uma asa ou um manto. O cavalo encontra-se de cabeça baixa e parece ter junto à cabeça um objecto que não foi possível identificar (**Idem, ibidem**). Será possível observarmos aqui uma imagem de um *auriga*, simbolizando um cristão vencedor em vida e seguidor da religião vitoriosa? A segunda apresenta o mesmo esquema iconográfico, sendo um pouco mais visível.

Segundo os autores, os exemplos mais próximos, pelo seu estilo, são duas medalhas bizantinas representando a adoração dos reis magos e uma outra proveniente da *Basilica* de San Columbano em Bobbio, perto de Pavia, Piacenza e Génova, no norte de Itália. Os mesmos não têm dúvidas da sua filiação no tipo decorativo utilizado na pintura paleocristã, na representação da cena de um anjo parando o burro de Balaão (**ALARCÃO, LOPES e ALFENIM**, 1995: 403).

---

<sup>22</sup> As medidas apresentadas pelos autores são encontradas em centímetros. No entanto, tendo em consideração a fotografia onde as peças se encontram junto da caixa relicário e o facto desta ter 25cm de comprimento, 16cm de largura e 12,5cm de altura, alterámos as medidas para milímetros.

No que respeita à peça metálica, ela poderá corresponder a uma *ampula*, cujos paralelos se podem encontrar na Duomo di Monza, perto de Milão, encontrando-se frequentemente em relicários trazidos por peregrinos da Terra Santa (**Idem, ibidem**).

Do ponto de vista cronológico, a caixa relicário foi colocada na zona sagrada da igreja na terceira fase, datada de finais do século VI (**Idem, ibidem**). Não deixa de ser interessante a localização dos paralelos conhecidos e ainda o facto destas peças se conhecerem em ambientes bizantinos. Tal significa que, pelo menos do ponto de vista cultural, a influência bizantina foi mesmo muito forte nesta zona do Alentejo.

## CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação assentou em objectivos ambiciosos, tendo como ponto de partida de um território específico e o estudo de todos os sítios com evidente ocupação paleocristã até ao momento. A nossa principal pretensão consistiu em criar uma base de trabalho que permita depois a uma evolução de outras investigações que conduzam a uma real percepção das transformações da topografia rural a partir do momento em que o cristianismo passou a ser considerado como religião oficial do império.

Um dos domínios em que procurámos introduzir alguma inovação foi o estudo do espaço, com o recurso à arqueologia da paisagem, que nos permitiu localizar alguns dos povoados mais importantes e edifícios religiosos cristãos situados na sua envolvência. O estudo mais pormenorizado dos dados arqueológicos possibilitou que pudéssemos colocar a hipótese de localizar uma *ciuitas* ou grande *uicus* designado por *ciuitas* na Antiguidade Tardia em Alvito, muito provavelmente a *ciuitas Mirietanorum*. Na realidade, este povoado possuía uma grande importância geo-estratégica nos campos económico e político que viria a manter-se até ao século XVI, fruto da sua localização no centro de um importante entroncamento de vias principais e secundárias, bem como de minas de ferro, de terras muito férteis e com abundância de água. Além do mais era equidistante das cidades de *Liberalitas Iulia Eborac* e de *Pax Iulia*, situando-se a cerca de 38km, pouco mais de 23 milhas romanas, de ambas. Localizava-se ainda a cerca de 56km; ou seja, a 35 milhas romanas, de *Salacia Urbs Imperatoria*.



Este povoado situava-se numa zona de fronteira, próximo da margem norte da Ribeira de Odivelas. Talvez pareça mais lógico que a fronteira entre estas duas dioceses pudesse situar-se na Serra do Mendro e nos seus prolongamentos e nas suas extensões para ocidente, que chegam à Serra de Alvito e às imediações do Torrão. No entanto, seria uma fronteira descontínua, sendo mais lógica a utilização de um curso de água de passagem difícil em determinadas alturas do ano. Na documentação medieval existente para os séculos XII e XIII, quer em contexto cristão, quer em contexto islâmico estas duas localidades situadas entre o rio Xarrama e a ribeira de Odivelas encontram-se ligadas respectivamente a Évora (Alvito), tal como acontece com *Foxem* e Oriola, e a Alcácer do Sal (Torrão). Aliás, na Carta de Doação de Alvito a Dom Estêvão Anes encontra-se bem explícito que esta vila, como era designada, se situa no termos de Évora, junto com o de Beja.

Outros povoados foram florescendo neste território. Aparentemente, na maior parte dos casos evoluíram a partir de *uillae*, como o demonstram os possíveis topónimos de *Turris Aranis* (traduzido à letra poderia resultar em torre, no sentido de *uilla* em contexto da Antiguidade Tardia, do *Aranius*, antropónimo próximo de *Annius*, de que se conhecem dois casos em Alvito) e *Oriola*, que preferimos a *Bonalbergue* ou *Benalbergue*, porque é conhecida inscrição funerária dedicada a uma *Oriola* em Mértola, datada de 510, parecendo-nos mais recente, de cariz baixo medieval, este último. É possível que tenha existido neste território um povoado chamado *Ares*, cuja localização desconhecemos. A concentração de topónimos acabados em *Ares* é maior na zona situada entre Vila Nova da Baronia e o sopé voltado a sul da Serra de Alvito, onde temos *Mugia d'Arem* (São Bartolomeu), mosteiro de *Mugia d'Arem* (Convento de São Francisco ou de Nossa Senhora dos Mártires?), Corta d'Aires (mina de ferro) e ainda Nossa Senhora d'Aires (antiga *Foxem*, onde existe uma antiga lenda que relata a construção de um primitivo edifício cristão por monges fugidos a um genocídio que ocorreu no mosteiro de Ares, daí resultando, a sua nova denominação). Terá o povoado designado por *Mugia d'Arem* ter-se chamado inicialmente *Ares* ou *Arem*, sendo o nome substituído posteriormente? Parece poder tratar-se de uma hipótese muito plausível, pois *Mugia d'Arem* pode traduzir-se por “Monges de Arem”, local intimamente ligado ao antigo *monasterium*. Pouco se sabe da evolução de Alfundão, *Cupa* e de Marmelar, bem como dos seus topónimos. No entanto, a evidência de se tratar de povoados muito importantes neste espaço geográfico é inquestionável.

No decorrer do estudo dos povoados e da sua cristianização o maior problema que foi necessário ultrapassar prendeu-se com a quase inexistência de escavações arqueológicas nos sítios identificados. Apenas decorreram em *Foxem*, em Nossa Senhora d'Aires, e no longínquo ano de 1904, quando Félix Alves Pereira procedeu a alguns “remeximentos de terra”. O que se conhece de todos destes povoados resulta de prospecções de superfície, ou da recolha de elementos arquitectónicos de forma avulsa, de carácter mais ou menos científico. Com excepção de *Foxem* e de São Bartolomeu, onde propomos que se localize a antiga *Mugia d'Arem*, nada se conhece da arquitectura ou da organização espacial dos edifícios cristãos aqui localizados. Nos restantes casos, Alfundão e Marmelar, é a presença de elementos arquitectónicos que nos permite inferir a existência de *basilicae* com alguma monumentalidade.

Até ao momento, de todos os povoados estudados apenas em *Turris Aranis* e em *Cupa* não foram identificadas *basilicae* ou vestígios arquitectónicos da sua existência. A mais antiga deverá ser a de *Ares* ou *Mugia d'Arem*, cuja datação deverá situar-se em finais do século V ou inícios do século VI, sendo a única de que conhecemos parte da planta em todos os casos registados, observando-se uma abside semi-circular, algumas paredes, uma sepultura e um *baptisterium* cruciforme. Até ao momento não foram ainda identificados elementos arquitectónicos decorados neste local, facto que é comum aos *monasteria* mais antigos desta região, São Cucufate, Sítio dos Mosteiros e Monte da Cegonha. A existência de um *baptisterium* cruciforme permite consolidar a ideia de uma influência cultural ravenático-bizantina, a que não será alheia a ocupação bizantina de parte da região sul do *conuentus* pacensis, que se manifesta também na construção da *Basilica* do Sítio dos Mosteiros, ou na presença de pessoas com nomes gregos, característicos do Mediterrâneo Oriental em Alvito, nomeadamente *Taumasius*, nome atribuído também a um mártir de Constantinopla.

A identificação de vários pavimentos num mesmo edifício em *Foxem* permite suspeitar da existência de uma primitiva *basilica*, transformada no século VII, cronologia apontada para as sepulturas mais recentes e para os elementos arquitectónicos ali recolhidos, nomeadamente um capitel e uma base de colunelo. Da sua estrutura apenas se identificaram duas paredes que não foram representadas em planta, aparentando estar perfeitamente associadas aos pavimentos e sepultamentos mais recentes.

De Alfundão procedem elementos arquitectónicos que testemunham da existência de uma *basílica* em finais do século VI, ou em inícios do século VII, com aquelas que, a par das identificadas em Alvito, constituem as representações iconográficas mais antigas do território, com recurso a cruces inseridas em duplos círculos, peltas e bifólios, que têm paralelos em Beja, Mértola, Sines e Alvalade do Sado. Apesar dos testemunhos dos trabalhadores que em 1954 deram a conhecer o povoado a Abel Viana, consideramos que temos que ser muito cautelosos no que diz respeito à existência de uma igreja com mosaicos, apesar de tal não ser impossível nesta zona, podendo inclusivamente ter paralelos em Alvito.

De Marmelar conhece-se apenas um importante conjunto de elementos arquitectónicos, profusamente decorados com temáticas próximas das registadas em Vera Cruz de Marmelar, em Beja, em Mértola e Moura e algumas afinidade com São João dos Azinhais. A iconografia observada tem por base a utilização de videiras de hastes ondulantes, parras, uvas, cordão da vida e octofólios inseridos em quadrados. A inexistência de representação de videiras parras e uvas em São João dos Azinhais permite-nos pensar que os conjuntos de Marmelar e de Vera Cruz de Marmelar, sendo contemporâneos entre si, serão mais antigos que aquele e mais recentes que Alfundão e Alvalade do Sado, motivo porque os datamos do primeiro terço do século VII. Os materiais arqueológicos observados à superfície, que não recolhemos, parecem confirmar a nossa ideia, observando-se sigillatas muito tardias.

Relativamente a *Turris Aranis*, apesar de não existirem indícios arqueológicos da presença de uma *basilica paleocristã*, aparece indicada no monograma de inscrição de São João dos Azinhais, onde se lê *B(asilica) ARANA*, que nos indica a existência de uma paróquia à qual o possível *monasterium* estaria vinculado, pois tendo em consideração o cânone 25 do concílio de *Epaone*, realizado em 517, era proibida a exposição de relíquias em *oratoria* ou *basilicae* privadas com excepção daqueles que estivessem associados a paróquias (JÁRREGA DOMÍNGUEZ, 2003: 193).

A maior parte destes povoados cristianizados situa-se no território da diocese de Évora, com excepção de Alfundão, de *Cupa* e de Marmelar. Relativamente a Marmelar temos muitas dúvidas. Apesar de ter recebido Carta de Foral em finais do século XII, parecendo estar mais associada a Évora, a imponência da Serra do Mendro nesta zona

onde actualmente serve de fronteira e a forte influência do grupo escultórico de Beja fazem-nos pensar que se encontraria no território da diocese Pacense.

Algo que é comum a todos os povoados é o sistema viário principal e secundário que está na origem dos caminhos medievais e modernos desta zona. Todos estes povoados estavam ligados, com a particularidade de perto de quase todos existirem *monasteria*, só não tendo sido ainda identificados perto de *Foxem* e de Alfundão.

A classificação de alguns dos edifícios estudados como *monasteria* é, reconhecemos, bastante problemática e por esse motivo fazemo-lo com a intenção de discutir uma hipótese de trabalho que deverá ser aprofundada com futuros trabalhos arqueológicos nos locais mencionados e noutros que venham a ser identificados. Ao defendermos a existência de *monasteria* nesta região e as respectivas localizações geográficas, fundamentamos a nossa posição em critérios documentais e arqueológicos. Com base na documentação manuscrita do século XIII, constatamos a existência de mosteiros já abandonados junto a Marmelar (mosteiro de Marmelar), de *Mugia d'Arem* (mosteiro de *Mugia d'Arem*, *Muyam* d'Arem ou *Mujadarém*), da Corte de Odivelas (mosteiro de Odivelas) e de São Cucufate. Se não são edifícios ligados a movimentos islâmicos, como é o caso do *ribat* da Arrifana, em Aljezur, só poderão corresponder a edifícios paleocristãos que muito provavelmente continuaram ocupados no decorrer da ocupação islâmica. cremos que não seria viável afirmar que, na sua origem, seriam mosteiros moçárabes, porque, pelo menos numa fase mais avançada do domínio islâmico desta região, depois da fuga de comunidades moçárabes para o norte peninsular, após as fortes perseguições efectuadas pelos Emires Al-Hakam I (796-822); Abd ar-Rahmân II (822-852) e Muhammad I (852-886) (MILLET-GÉRARD: 1984), foi aplicada uma lei que proibia a construção *ex novo* ou o alargamento de edifícios cristãos.

A leitura interpretativa dos dados resultantes dos trabalhos arqueológicos permitiu propor a localização de outros *monasteria* e perceber um pouco da sua organização. Apenas em dois casos, São Cucufate e Monte da Cegonha, se registou a escavação completa das *uillae*, onde se instalaram ambos os *monasteria*, observando-se em ambos os casos a transformação de uma grande sala em *oratorium* e a continuidade da ocupação das estruturas anteriores, confirmando as informações obtidas a partir da documentação escrita da época relativa à vida monástica. Observa-se então, em ambos

os casos, a afirmação do dinamismo e da dialéctica *saeculum/monasterium*, consubstanciado na existência de um *oratorium* que progressivamente irá evoluir na sua própria estruturação. No caso do Monte da Cegonha, o antigo *oratorium* viria depois a transformar-se numa *basilica* de três naves e cabeceira tripartida, que podemos classificar como igreja rural com sepulturas no seu interior, sendo-lhe ainda posteriormente anexado um *baptisterium* no momento em que se transformou em *monasterium*, em que também ocorreram outras transformações internas na *uilla*, com alterações no tipo de estruturação no anterior *uilla*, onde ocorre a construção de *celas*, bem como a implantação de silos em espaços anteriormente destinados à habitação da *pars urbana*.

Em São Cucufate o *oratorium* foi aparentemente abandonado, mantendo-se o primitivo *baptisterium*, que fazia parte do primeiro conjunto, e transformando-se o antigo celeiro ou adega em basílica, orientada a nordeste, mais próxima dos cânones cristãos do que o anterior *oratorium* voltado a noroeste, mantendo a harmonia construtiva da antiga *uilla*. Os sepultamentos cristãos, numa fase mais tardia, ocorreram no períbolo do antigo templo, entretanto transformado em mausoléu, notando-se que a maior parte dos túmulos se encontram orientados para a estrutura, o que pode indicar a crença de um antigo sepultamento de um santo naquele local. A este propósito, recorda-se a *passio* de São Manços, que retrata um romano, escravo ou criado que, trabalhando para senhores judeus, na zona de Évora, foi maltratado até à morte por não aceitar judaizar-se e enterrado indignamente. No momento em que a *uilla* passou para a propriedade de cristãos, o seu corpo foi colocado num sepulcro, sobre o qual se construiu um templo, depois transformado em local de peregrinação (MACIEL, 1996: 100 e 101). Algo de parecido poderá ter ocorrido por volta do século VII. Apesar de tal situação não ter sido devidamente definida nas escavações arqueológicas, podemos pensar os sepultamentos da *uilla/monasterium* de São Cucufate poderá ter ocorrido em torno do mausoléu no decorrer do século VII, altura em que pensamos que ocorre uma nova transformação na *pars urbana* que corresponde à adaptação do celeiro ou adega em espaço religioso. Apercebendo-se da existência de um mausoléu, a nova comunidade cristã pode perfeitamente ter considerado que ali estava sepultado um santo, facto que até ajudaria a fundamentar a ocupação do espaço como *monasterium*, associado ao mártir *barcinonense* São Cucufate, cujas relíquias se encontrariam no altar.

É apenas uma hipótese, que consideramos válida e que carece de confirmação mais aprofundada no futuro, mas que não poderíamos deixar de colocar no presente trabalho.

De todos os *monasteria* estudados, apenas mais um foi alvo de intervenções arqueológicas: o do Sítio dos Mosteiros. Apesar da validade das intervenções, o seu estudo é muito limitativo, resumindo-se à estrutura da *basilica*. Desta forma, não podemos perceber a sua integração no espaço da estrutura da antiga *uilla*, nem as alterações internas que resultaram da transformação desta em *monasterium*. Ou seja, de momento não se consegue perceber se na construção da *basilica* foi aproveitado algum espaço anterior, transformado para o efeito, ou se o edifício religioso se edificou fora da *pars urbana*, como acontece em Torre de Palma. Também não é possível perceber se os enterramentos cristãos se processaram apenas no interior da nova *basilica* ou se também se registam na sua área envolvente.

Aparentemente, esta estrutura será posterior à primitiva cristianização dos espaços nas *uillae* de São Cucufate e do Monte da Cegonha. No entanto, comunga com os restantes a inexistência de elementos arquitectónicos decorados, com excepção de uma placa de São Cucufate reaproveitada na cobertura de uma das sepulturas mais tardias. Este aspecto é também comum à *basilica* de São Bartolomeu e poderá significar que nos povoados mais modestos e nos *monasteria* não houve capacidade, ou interesse, para dignificar os espaços com elementos arquitectónicos decorados com iconografia cristã numa fase mais antiga que podemos situar entre o século IV e meados/finais do século VI. Trata-se de uma situação de claro contraste com o que se regista nos povoados mais importantes no mesmo período, nomeadamente em Alvito e em Alfundão). Não encontramos qualquer indício que nos permitisse perceber o motivo que provocou esta ausência, mas pode estar associado à necessidade de demonstração de alguma austeridade nos *monasteria* ou então tal aconteceu porque simplesmente na fase mais antiga de cristianização dos espaços das *uillae* apenas se regista a transformação de algumas salas em espaços religiosos, descorando-se a decoração arquitectónica por, eventualmente, não ser considerada importante no contexto litúrgico nesta fase antiga da afirmação do cristianismo.

É também aliciante perceber o modelo itálico na construção do Sítio dos Mosteiros, que permite consolidar a ideia de uma influência cultural ravenático-bizantina, a que não será alheia a ocupação bizantina de parte da região sul do

*conuentus* pacensis, confirmada em Mértola e em Faro, e que se manifesta também na construção de um *baptisterium* em São Bartolomeu ou na presença de pessoas com nomes característicos do Mediterrâneo Oriental em Alvito, na segunda metade do século VI, como iremos observar mais adiante. Também temos de ter em consideração que ao longo do século VI existem muitos contactos da corte Suévica, que controlava este território e a corte de Ravena, que podem ter proporcionado um aumento do volume de trocas comerciais e ainda as várias peregrinações aos lugares santos do Oriente, que puderam contribuir para melhor consolidar estas influências.

No entanto, a situação altera-se no que respeita à arte decorativa registada nos elementos arquitectónicos a partir de finais do século VI, registando-se uma profunda transformação nos *monasteria* de Vera Cruz de Marmelar e de São João dos Azinhais. Infelizmente, ainda não foram efectuadas escavações arqueológicas nestes locais, pelo que não nos é possível perceber convenientemente como se implantou o cristianismo em ambos os sítios e como foram integrados os edifícios religiosos nos espaços pré-existentes. Seriam certamente estruturas com alguma monumentalidade, pelo que podemos aperceber-nos a partir dos testemunhos encontrados, que nos permitem alguma leitura, mas esta nunca será completa sem a confirmação da planta dos edifícios de forma a podermos integrar melhor os elementos arquitectónicos nas estruturas. As sucessivas reconstruções, com reutilização dos antigos elementos arquitectónicos datáveis do século VII, demonstram também a importância que o *monasterium* de Vera Cruz de Marmelar sempre teve no campo religioso, mesmo no decorrer do período de ocupação islâmica.

Os *monasteria* com implantação registada a partir de meados do século VI localizam-se a curta distância dos povoados estudados nesta área, nomeadamente o Sítio dos Mosteiros, junto a Oriola; o de São João dos Azinhais, a cerca de 6km do Torrão, e muito provavelmente o de *Mugia d'Arem*, próximo de *Mugia d'Arem*. Exceptua-se o de Vera Cruz de Marmelar, que fica a mais de 7km de Marmelar, será este um caso diferente ou haverá um povoado na zona norte da Serra do Mendro, ainda não identificado? Não podemos esquecer-nos que algumas peças de Marmelar “vieram da serra” (ALMEIDA, 1962: estampa VII, nº96), o que pode ser elucidativo... ou não!

Também ainda não foram identificados *monasteria* junto de *Foxem* ou de Alfundão, nem povoados nas imediações de São Cucufate ou do Monte da Cegonha, *monasteria* que, como já observámos, serão de fundação mais antiga.

Um monograma existente na inscrição de São João dos Azinhais é ainda mais esclarecedor no que respeita ao tipo de relacionamento entre *monasteria* e povoados. Nesse monograma lê-se *B* (asilica) *ARANA*, o que pode significar que aquele *monasterium* se localizaria na paróquia de *Turris Aranis*. O mesmo pode propor-se para todos os localizados perto dos *uici*. As fontes históricas antigas demonstram que a partir do século V quase todas as igrejas possuem relíquias, sobretudo os *monasteria* que se converteram em verdadeiros centros de peregrinação e veneração de relíquias, gerando inclusivamente fontes de riqueza, com ingressos regulares de testamentos, oferendas, resultantes de doações em dinheiro, de alojamento, alimentação, enterramento próximo dos santos, entre outros (BUENACASA, 2003). O caso de São João dos Azinhais é demonstrativo da necessidade que a paróquia sentiu em trazer para esta zona as relíquias dos Santos Justo e Pastor, existindo apenas dois *monasteria* em toda a Península Ibérica onde se registou o culto exclusivo a estes santos, ambos fundados a partir de meados do século VII: São João dos Azinhais e *Compludum*, no norte de Espanha.

É um período histórico, como pudemos observar, onde proliferam os *monasteria* associados ao culto das relíquias, que talvez também se possa constatar no Monte da Cegonha, fundamentalmente devido ao achado de uma caixa-relicário, perto da zona onde se encontrava o altar na terceira fase de transformação do edifício religioso ali identificado, não se conhecendo de que santos eram as relíquias.

Por fim, regista-se uma localização considerável de mosteiros nos limites das duas dioceses, em zona afastada dos principais centros urbanos, com uma permanência até uma fase avançada da ocupação islâmica do território. Um dado que deve ser tido em consideração é a proximidade das plantas dos edifícios e da decoração arquitectónica com outras estruturas religiosas construídas no centro/norte de Portugal, na Galiza, em León e nas Astúrias dois séculos mais tarde, dentro daquilo que vem sendo designado por Arte Asturiana. É de salientar que a maior parte dos novos edifícios desta região foi construída a partir do início do segundo terço do século IX, período em que uma boa parte das comunidades moçárabes fugiu para norte em virtude das perseguições sangrentas de que eram alvo na zona de domínio islâmico, podendo ter



“transportado” consigo a concepção de Arte de Contexto Suévico-Visigótico e Ravenático-Bizantino que ainda subsistia e que foi agora novamente utilizada, facto que ainda hoje provoca dúvidas a quem se debruça sobre estas temáticas. Podemos constatar isso pessoalmente em Santa Cristina de Lena, Santa Maria de Naranco e San Miguel de Lillo.

Infelizmente, a falta de intervenções arqueológicas em sítios de possível implantação de monasteria não nos permite, por enquanto, retirar mais ilações, sendo desejável que esta situação se altere num futuro próximo.

A Arte decorativa mereceu também uma atenção detalhada, com a identificação de novas peças, a reanálise das que já eram conhecidas, a tentativa de distinção entre os grupos Pacense e Eborense nesta zona de fronteira e a aplicação de uma metodologia para atribuição de cronologias, quer a edifícios, quer a elementos arquitectónicos, que pretendemos desenvolver ainda mais no futuro. Tentámos ainda perceber melhor a iconografia que observámos e conhecer o contexto cultural que se vivia nesta região na fase de maior apogeu de utilização da arte decorativa nos edifícios registados nesta região, que podemos situar cronologicamente entre finais do século VI e início do século VIII.

Neste espaço, os signos mais antigos que conhecemos são as escamas/peltas de uma imposta de grandes dimensões de Alvito, que foi depositada na Câmara Municipal de Alvito e que desapareceu depois de ter sido utilizada numa exposição intermunicipal. Pelo tipo e tratamento da peça e crendo que a inscrição dedicada a *Taumasius* em 562 é proveniente deste edifício, propomos a sua datação para meados do século VI.

Segue-se o pilar de Alfundão com representação de páteas cruzeiras inseridas em círculos no interior de cartelas quadrangulares, com paralelos em inscrições funerárias de *Myrtilis*, sobretudo a de *Rufina*, datada de 587, e peltas com bifólios na base, com paralelos no Monte do Roxo, Alvalade do Sado. Propomos a sua datação para finais do século VI, inícios do século VII, pela sua analogia com as representações datadas epigraficamente em Mértola, conferindo algum desconto temporal, pela interioridade de Alfundão, onde as “tendências artísticas” poderiam chegar com algum atraso. Se estivermos correctos na nossa apreciação, o pequeno colunelo de Alfundão, deverá datar também deste período, denotando que estas pequenas peças monolíticas multifuncionais (podiam servir de pés-de-altar ou de mainéis) de fuste cilíndrico, com base e capitel

decorado foram as mais comuns entre, pelo menos, finais do século VI e meados do século VII, quando poderão ter começado a ser substituídas pelos pilastrins/pilaretes nesta região, convivendo as duas formas, detentoras da (s) mesma (s) funcionalidade (s) durante um curto período de tempo.

Em inícios ou, o mais tardar, em meados do século VI a influência cultural ravenático-bizantina é perceptível na concepção de algumas estruturas, como o *baptisterium* cruciforme de São Bartolomeu e nas representações registadas em elementos arquitectónicos, como por exemplo a temática da vinha que se regista apenas em Marmelar e em Vera Cruz de Marmelar, mas com pontos de maior incidência a partir das cidades de *Pax Iulia* e *Myrtilis*, chegando também a Moura, não sendo de estranhar que tenha chegado ao espaço geográfico em estudo pelas vias que seguem perto do rio Guadiana, ou pelo próprio, porque, até ao momento, no restante território investigado esta temática ainda não foi detectada. Aparece em conjunto com outros temas mais comuns, como os octofólios inseridos em quadrados e os entrançados. Os tetrafólios, ou representação com círculos secantes só apareceu em São João dos Azinhais.

Tendo em consideração que as temáticas mais características da diocese *Pacense* e do correspondente Grupo *Pacense* são mais abundantes na parte do território correspondente à diocese *Eborensis*, consideramos que a primeira foi mais influente em zona de fronteira do que a segunda, pelo que definimos os contextos de aparecimento das peças nas fichas como sendo do Grupo (Diocese) *Eborensis*, com forte influência do Grupo *Pacense*. Há ainda a registar neste campo o facto de numa primeira fase se registar apenas arte decorativa em povoados (Alvito e Alfundão), correspondente aos últimos dois terços do século VI, e uma segunda fase em que esta se desenvolve quer nos povoados, quer nos possíveis *monasteria*. No que respeita à iconografia cristã registada, nota-se uma certa tendência para temas ligados a Cristo, ao Povo de Deus e à Ressurreição ou à Vitória Sobre a Morte, temas que também são muito caros a uma boa parte do restante espaço geográfico do *Conuentus Pacensis*. Com excepção dos *ex-votos* da caixa relicário do Monte da Cegonha, não existem referências bíblicas ou representações de animais. Os signos representados são plurissignificantes, demonstrando perfeitamente a apropriação de signos pagãos pelos cristãos, observando-se que, tal como intuiu Justino Maciel (MACIEL, 1996: 258 e 259), arte e simbolismo

permanecem juntos, numa determinada helenização do cristianismo, em que os signos pagãos passam a ter significados cristãos, como por exemplo a *hedera*.

A epigrafia nesta região é, até ao momento, muito escassa, tendo-se registado uma inscrição fundacional em São João dos Azinhais, uma inscrição funerária em Alvito e uma inscrição funerária pagã de ambiente cristão em Vila Nova da Baronia. Sendo escassas, constituem um depósito muito importante para futuras investigações. A primeira relata, em prosa, a consagração de um edifício em 682, muito provavelmente um *monasterium* associado à paróquia *Arana*, onde foram depositadas as relíquias de dois santos mártires muito importantes (Justo e Pastor), próxima da via que ligava a *Salacia*, podendo induzir-nos a considerar um investimento, inclusivamente económico, no culto das relíquias. A segunda dá-nos a conhecer um indivíduo com nome de um Santo Mártir de Constantinopla, São Taumasius, podendo indiciar a presença de pessoas oriundas daquela zona neste território, factor a que devemos associar a influência cultural observada na arte estudada. A presença de pessoas do Mediterrâneo Oriental não é de estranhar, pois é efectiva desde os séculos I e II, com um *Crysogonos* em Cuba, um *Marius Letoides* e uma *Maria Euprepia* em Nossa Senhora d'Aires. O terceiro caso é importante para perceber como conviveram no território os cristãos e pagãos.

Concluindo, podemos considerar que as marcas da cristianização do território demonstram claramente a existência de três fases:

**Fase 1:** Transformação de algumas salas internas de *uillae* em *oratória*, no caso de São Cucufate próximo de um *baptisterium*. Podem tratar-se de *monasteria* (São Cucufate) ou de *basilicae* rurais (eventualmente Monte da Cegonha); as duas *basilicae* conhecidas têm planta rectangular com abside semicircular (São Cucufate e São Bartolomeu). Observa-se a continuação da arte de época romana. Período cronológico: meados do século IV a inícios do século VI. Pode classificar-se como período paleocristão tardo-romano.

**Fase 2:** Observam-se transformações na arquitectura das igrejas. No sítio dos Mosteiros foi construída uma *basílica* de planta cruciforme, com abside semicircular; no

Monte da Cegonha registam-se enterramentos no interior da *basilica*; poderá corresponder à segunda fase de enterramentos de *Foxem*. Trata-se de uma fase de transição que podemos situar em contexto de domínio suévico, mas onde ainda não se regista um grande investimento na ornamentação arquitectónica em ambiente rural. Aparecem as primeiras *basilicae* em povoados (Alvito, Alfundão e São Bartolomeu); a arte decorativa aparece apenas nos povoados mais importantes (Alvito e Alfundão), observando-se composições à base de peltas, cruces inseridas em círculos e trifólios. Período cronológico: inícios do século VI a inícios do século VII. Pode designar-se por período paleocristão sob domínio suévico.

**Fase 3:**Época de grande apogeu da arte no território em análise. No Monte da Cegonha registam-se duas importantes fases de transformação, aparecendo uma *basilica* de cabeceira tripartida no sítio do antigo *oratorium*, associada à existência de relíquias, á edificação de um *baptisterium* e à construção de pequenas celas noutras grandes salas, dados que poderão ser indiciadores da transformação da *uilla* em *monasterium*. Nesta fase surgem *basilicae* em povoados, que em alguns casos poderiam, eles próprios ter evoluído da desafecção de antigas *uillae*. Na sua envolvência foram construídos alguns *monasteria*. É o período de apogeu na utilização da arte decorativa em edifícios religiosos, podendo tal resultar de um maior período de paz e enriquecimento da própria Igreja, que resultou num maior investimento nas paróquias rurais. Regista-se a alteração dos temas ornamentais, com o aparecimento da vinha, dos octofólios, do cordão da vida, entre outros. Nota-se que a arte do tempo de Santo Isidoro de Sevilha se encontra também condicionada pela relação física e cultural com a corte de Ravena, que pode resultar da ocupação militar de parte do território do sul peninsular por tropas bizantinas, das relações inter-religiosas e institucionais, ou das várias peregrinações a zonas religiosas importantes do norte de Itália ou do Médio Oriente. Período cronológico: inícios do século VII a inícios do século VIII. Pode designar-se por paleocristianismo em contexto visigótico/ravenatico-bizantino.

**Fase 1:** Existência de comunidades cristã em ambiente islâmico detectada na documentação medieval e em algumas evidências arqueológicas, sobretudo em *monasteria*, como São Cucufate, Monte da Cegonha, Vera Cruz de Marmelar, São João dos Azinhais, *Mugia d'Arem* e Sítio dos Mosteiros. Período cronológico: Inícios do século VIII a, pelo menos, finais do século VIII, inícios do século IX. Pode designar-se este período como Alta Idade Média Moçárabe ou cristã sob domínio islâmico.

A leitura que apresentamos de todos os casos aqui debatidos não será a mais completa, mas procurámos reunir todos os dados conhecidos até ao momento para obter as respostas mais correctas, naquela que será a primeira síntese sobre as marcas da cristianização do território entre Évora e Beja, onde conscientemente, deixámos de parte as zonas mais próximas das duas cidades. Conscientemente porque pretendemos perceber melhor como se processou no espaço rural que, paulatinamente vinha sendo abandonado pela administração das urbes.

Na elaboração desta investigação estivemos atentos aos dados arqueológicos, à arte cristã e à leitura das fontes escritas islâmicas e cristãs. Sempre que tivemos informações que julgámos insuficientes, não as utilizámos, motivo porque não incluimos o sítio de Pocilgaís, situado no concelho de Portel, ou *Singa*, no concelho de Ferreira do Alentejo no presente estudo. Poder-se-á pensar que cometemos alguma imprudência em determinados pontos propondo para discussão assuntos que podem ser complicados de gerir. Nesses casos, de que são exemplos algumas vias, a *Ciuitas Mirietanorum* ou o desenvolvimento de alguns *monasteria* preferimos colocar hipóteses. Pelo menos discutem-se as ideias. Também não apresentamos aqui os elementos arquitectónicos descobertos no Monte da Cegonha porque ainda não se encontram publicados nem a eles tivemos acesso até à conclusão deste trabalho, ou os da vila das Alcáçovas, nomeadamente a famosa *cupa*, porque não nos parece nitidamente paleocristã.

Procurámos efectuar uma sistematização dos dados conhecidos e de outros novos que entretanto surgiram, visando contribuir para um melhor conhecimento do cristianismo nesta região, estudando as marcas que os seus seguidores deixaram e, em simultâneo, criar bases para desenvolver mais o estudo deste tema no futuro.

## BIBLIOGRAFIA

### DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fol. 19.

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fls. 44-45v.º, 61-61 v.º, 108 v.º.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade, Maço 1, nº21

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, nº de Ordem 490, nº 35.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, nº de Ordem 492, nº 107.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1 nº<sup>os</sup> 10 e 11.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1, nº 14.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1, nº<sup>os</sup> 19 e 21.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1, nº 31.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1, nº 24.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 1, nº 25.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 2, 114.

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 3, nº 537

ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço 10, documento sem número.

ANTT, Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, Maço 680, nº 5, fols. 21-29.

ANTT, Forais Antigos, Armário 17, Maço 10, nº 5

ANTT, Forais Antigos, Armário 17, Maço 11, documento 2

ANTT, Gaveta, 3, Maço 1, nº 16.

**ANTT**, Gaveta, 3, Maço 8, nº 8, fls. 30 v.º e 31.

**ANTT**, Gaveta, 3, Maço 11, nº 3.

**ANTT**, Manuscritos da Livraria, nº 1911.

**ANTT**, Memórias Paroquiais de Alvito, vol. 3, nº 49, p. 365 a 370.

**ANTT**, Odiana, Livro 8, fols. 29, 30 e 30 v.º.

**ANTT**, Odiana, Livro 8, fols. 36-37 v.º.

**ANTT**, Odiana, Livro 8, fols. 37 v.º a 39 v.º.

**ANTT**, Próprios e Nacionais, Maço 1, sem número.

**ANTT**, Próprios e Nacionais, Maço 1, nº 458.

**ANTT**, Próprios e Nacionais, Maço 3, nº 727.

**ANTT**, Próprios e Nacionais, Maço 7, nº 717.

**ANTT**, Próprios e Nacionais, Maço 17, nº 540.

**ANTT**, São Vicente de Fora, Maço 3, nº23

**ACCE**, Livro das Composições, Série CEC, 3, fólho 36, frente e verso e 37

**B.P.E.**, Cartulário da Sé, CEC 3-III, fols. 3v.º-5

**B.P.E.**, Visitação da Igreja de Santa Maria de Alvito em 1534, Códice CXXIII-I-I, fols. 312-314

**CENÁCULO** Manuscritos Eborenses 1-13, Nº. 1-13

## BIBLIOGRAFIA GERAL

**AA.VV.**, Cidades e História, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian), 1992.

**AA.VV.**, Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga, Instituto de Estudos Clássicos e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

**AA.VV.**, Romanité et Cité Chrétienne, permanences et mutations, integration et exclusion du I<sup>er</sup> au VI<sup>ème</sup> siècle. Mélanges en l'honneur d' Yvette Duval, Paris, De Boccard, 2000.

**ALARCÃO**, Adília Moutinho, **LOPES**, Conceição e **ALFENIM**, Rafael, “A caixa relicário do Monte da Cegonha, Selmes (Vidigueira): Arqueologia e Laboratório”, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa e Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, pp. 401-405.

**ALARCÃO**, Jorge de, Portugal Romano, Lisboa, Editorial Verbo, 1973.

**ALARCÃO**, Jorge de, O Domínio Romano em Portugal, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa, Publicações Europa América, 1988a.

**ALARCÃO**, Jorge de, Roman Portugal, Warminster, Aris and Philips, 1988b.

**ALARCÃO**, Jorge de (Coord.), *Portugal das Origens à Romanização*, in **SERRÃO**, Joel, e **MARQUES**, A. H. de Oliveira, Nova História de Portugal, nº 1, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

**ALARCÃO**, Jorge de, Para uma Conciliação das Arqueologias, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

**ALARCÃO**, Jorge de, A Escrita do Tempo e a sua Verdade, Coimbra, Quarteto, Coleção Caminhos, 2000.

**ALARCÃO**, Jorge de, “A localização de Dipo e Evandriana”, in Al-Madan, 2<sup>a</sup> Série, nº10, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2001, pp.39-41.



**ALARCÃO**, Jorge de, **ÉTIENE**, Robert e **MAYET**, Françoise, Les Villas Romaines de S. Cucufate, Paris, E. de Boccard, 1990.

**ALARCÃO**, Jorge de, **ÉTIENE**, Robert e **MAYET**, Françoise, “Os monumentos cristãos da *uilla* de S. Cucufate”, in IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalãos, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995.

**ALBERTO**, Paulo Farmhouse e **FURTADO**, Rodrigo, Orosio, História Apologética, O Livro 7 das Histórias contra os Pagãos e outros excertos, Lisboa, Edições Colibri, 2000

**ALFENIM**, Rafael A. E. Alfenim e **LOPES**, Maria da Conceição, “A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)”, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa e Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, 1995, pp. 389-399.

**ALMEIDA**, Carlos Alberto Ferreira de, História da Arte em Portugal, Arte da Alta Idade Média, Lisboa, Edições Alfa, Número 2, 2ª Ed., 1993.

**ALMEIDA**, Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Fernando de, “Mais uma Flamínica na Bacia do Sado”, in Revista de Guimarães, nº80, Guimarães, 1970, pp.377-380.

**ALMEIDA**, Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torráo, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**ALMEIDA**, Fernando-António, Portel, Roteiro do Concelho: história-património-percursos, Portel, Câmara Municipal de Portel, 2008.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987, Texto Polícopiado (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**ÂNGELO**, Maria João, “Estela Funerária dos Mosteiros (São Bartolomeu do Outeiro, Portel) (Conventus Pacensis)”, in Ficheiro Epigráfico (Suplemento da Revista Conimbriga), nº 82, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 2006 inscrição número 366.

**ARCE**, Javier, Bárbaros e Romanos en Hispânia, 400 – 507 A.D., Madrid, Marcial Pons Historia, 2005.

**BARRAL i ALTET**, Xavier, “ L’Escultura Arquitectónica i Decorativa en els Monuments Religiosos de l’Antiguitat Tardana a Hispània”, in **PALOL**, Pere, Actas da III Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, II, 1994, pp.41 a 48

**BARROCA**, Mário Jorge, Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

**BATATA**, Carlos, **BOAVENTURA**, Rui e **CARNEIRO**, André, “A inscrição paleocristã de Palhinha 1 e o seu enquadramento”, in Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 3, número 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000, pp.237 a 245.

**BAUDRY**, Gérard-Henry, Les Symboles du Christianisme Ancien, I<sup>er</sup>-VII<sup>ème</sup> Siècle, Paris, Éditions du CERF, 2009.

**BEIRANTE**, Maria Ângela Rocha, Évora na Idade Média, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

**BICHO**, Manuel Ferreira, Manual de Arqueologia Pré-História, Lisboa, Edições 70, 2006.

**BIERNE**, Jacques, “La contestation monastique de la cite chrétienne en occident”, in **AA.VV**, Romanité et Cité Chrétienne. Permanences et Mutations, Intégrations et Exclusion du I<sup>er</sup> au VI<sup>ème</sup> Siècle. Mélanges en l’Honneur d’Yvete Duval, Paris, De Boccard, 2000, pp.411 a 424.

**BILOU**, Francisco, Sistema Viário Antigo na Região de Évora, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

**BISCONTI**, Fabrizio (Coord.), Temi di Iconografia Paleocristiana, Città del Vaticano, 2000.

**BROGIOLO**, Gian Pietro e **CHAVARRÍA ARNAU**, Alexandra, “El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el Occidente (siglos V-VIII), *in* **FERNÁNDEZ OCHOA**, Carmen, **GARCÍA-ENTERO**, Virgínia e **GIL SENDINO**, Fernando (Eds.), Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: Arquitectura e función. Actas do IV Coloquio Internacional de Arqueologia en Gijón, Gijón, Ediciones TREA, 2008, pp. 193-213.

**BUENACASA PÉREZ**, Carles, “La instrumentalización económica del culto a las reliquias: una importante fuente de ingresos para las iglesias tardoantiguas occidentales (sécs. IV-VIII) ”, *in* **GARCIA MORENO**, Luis, **GIL EGEA**, Elvira **RASCÓN MARQUÉS**, Sebastián y **VALLEJO GIRVÉS**, Margarita (eds.), Santos, Obispos y Reliquias. Actas del III Encuentro Internacional Hispania en la Antigüedad Tardia, Acta Antiqua Complutensia, nº3, Alcalá de Henares, 2003, pp.123-140.

**CABALLERO ZOREDA**, Luis, “Arquitectura visigótica y musulmana. Continuidad, concorrência o innovación?, *in* **ZOZAYA**, Juan (dir.), Ruptura o Continuidad: Pervivências Preislámicas en Al-Andaluz, Cuadernos Emeritenses, nº15, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 1998, pp. 143 a 176.

**CABALLERO ZOREDA**, Luis, e **ARCE**, Fernando, “El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovacion musulmana, *in* **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, pp.198, 199 e 215, fig. 5, nº18).

**CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007.

- CARNEIRO**, André, Itinerários Romanos do Alentejo. Uma Releitura de «As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio» de Mário de Saa, Cinquenta Anos Depois, 2ª Edição, Lisboa, Edições Colibri, 2009.
- CASTILLO MALDONADO**, Los Mártires Hispanorromanos y su Culto en la Hispania de la Antigüedad Tardía, Granada, Universidad de Granada, 1999.
- CATARINO**, Helena, Al-Ulya, nº6, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1997/98.
- CHAVARRÍA ARNAU**, Alexandra, El Final de las Villae en Hispânia (Siglos IV-VII), Paris, Brepols Publishers, 2007.
- CHAVARRÍA ARNAU**, Alexandra, **ARCE**, Javier Y **BROGIOLO**, Gian Pietro, Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental, Madrid, Anejos de AespA, XXXIX, 2006.
- CONDE GUERRI**, E., **GONZÁLEZ FERNÁNDEZ**, R., **EGEA VIVANCOS**, A., espacio y Tiempo en la Percepción de la Antigüedad Tardía, Homenaje al Profesor Antonino González Blanco, in *Maturitate Aetatis ad Prudentiam*, Antigüedad y Cristianismo, monografías Historicas Sobre la Antigüedad Tardia, nºXXIII, Murcia, Universidad de Murcia, 2006.
- CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.
- CRUZ VILLALÓN**, Maria, “Indícios Cristianos Bajo el Islam. El caso de Merida y Badajoz”, in **ZOZAYA**, Juan (dir.), Ruptura o Continuidad: Pervivências Preislâmicas en Al-Andaluz, Cuadernos Emeritenses, nº15, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 1998, pp.177 a 199.
- CRUZ VILLALÓN**, Maria, “Aplicación metodológica al estudio de la escultura. El conjunto Visigodo de Extremadura”, in **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp.221-232.
- CUNHA**, Mélanie, As Necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia, O Arqueólogo Português, Suplemento nº4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2008.

**DEUS**, Manuela de, **OLIVEIRA**, Nuno Vasco e **DUARTE**, Cidália, “Sarcófago do Cerro do Favai (Ourique): Intervenção de Emergência”, in Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 7, nº1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004: 451-465.

**DIAZ MARTINEZ**, Pablo C., **MARTINEZ MASA**, Clelia e **SANZ HUESMA**, Francisco Javier, Hispania Tardoantigua y Visigoda, História de España, nº V, Madrid, Ediciones Istmo, 2007.

**ENCARNAÇÃO**, José D', Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, subsídios para o estudo da romanização, vols. I e II, Coimbra, Instituto Arqueológico de Coimbra, 1984.

**ESPANCA**, Túlio, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja (Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira), vols. I e II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1992.

**FABIÃO**, Carlos, “A Romanização do Actual Território Português”, in **MATTOSO**, José (dir.), História de Portugal, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

**FABIÃO**, Carlos, A Herança Romana em Portugal, Lisboa, CTT Portugal, 2006.

**FEIO**, Jorge, “Vestígios da cristianização do *Conventus Pacensis*: As *basilicae* de São Bartolomeu (Alvito) e Monte do Roxo (Alvalade, Santiago do Cacém) ”, in Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Vipasca, 2ª Série, nº2, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, 2008

**FEIO**, Jorge, “A Romanização em torno de Alvalade: novos dados”, in Actas do I Encontro de Arqueologia do Alentejo Litoral, Sines, Câmara Municipal de Sines, 2009a, pp.47 a 71.

**FEIO**, Jorge, “Inscrição da Herdade da Palhinha 1, Fronteira: Uma análise Crítica do Ponto de Vista Arqueológico”, in Vipasca, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, Vipasca, 2ª Série, nº3, 2009b, pp.27 a 38.

**FEIO**, Jorge, “Recensão Crítica ao Livro As Origens do Cristianismo na Lusitânia, da autoria de Maria da Luz de G. Velloso da Costa Huffstot, in Vipasca, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, Vipasca, 2ª Série, nº3, 2009c, pp.79 a 87.

**FEIO**, Jorge, “O Concelho de Monforte no Contexto da Cristianização do Actual Território Português”, in Memória Alentejana, nº 25/26, Lisboa, CEDA, 2009d, pp.35 a 38.

**FEIO**, Jorge, “A *basilica* do Monte do Roxo, Alvalade do Sado, Santiago do Cacém, dados recentes. Contributo para o estudo dos edifícios paleocristãos do antigo *Conuentus Pacensis*”, in Actas do I Encontro de Arqueologia de Alcácer do Sal (Homenagem a João Carlos Lázaro Faria), no prelo.

**FEIO**, Jorge, “Estudo Arqueológico, Epigráfico e Iconográfico da Inscrição Dedicada aos Santos Justo e Pastor em São João dos Azinhais, Torrão: Uma Proposta de Análise”, in Actas do II Congresso de História do Alentejo Litoral, no prelo b.

**FERNÁNDEZ OCHOA**, Cármen, **GARCÍA-ENTERO**, Virgínia e **GIL SENDINO**, Fernando (Eds.), Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: Arquitectura e función. Actas do IV Coloquio Internacional de Arqueologia en Gijón, Gijón, Ediciones TREA, 2008.

**FREIRE**, José Geraldes, “Autenticidade da Inscrição do Torrão datada de 682 d.C., Fidedignidade de André de Resende”, in **MARQUES**, A. H. de Oliveira e **DIAS**, João José Alves, Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1989, pp. 197-216.

**GARCÍA MAHÍQUES**, Rafael, Iconografía e Iconologia. La Historia del Arte Como História Cultural, Volumen 1, Madrid, Ediciones Encuentro, 2008.

**GARCIA MORENO**, Luis, **GIL EGEA**, Elvira **RASCÓN MARQUÉS**, Sebastián y **VALLEJO GIRVÉS**, Margarita (eds.), Santos, Obispos y Reliquias. Actas del III Encuentro Internacional Hispânia en la Antigüedad Tardía, Acta Antiqua Complutensia, nº3, Alcalá de Henares, 2003.

**GARCIA MORENO**, Luís A., “El Cristianismo en las Españas: los origenes”, in **SOTOMAYOR**, Manuel e **FERNÁNDEZ UBIÑA**, José (Coords.), El Concilio de Elvira y Su Tiempo, Granada, Universidad de Granada, 2005, pp. 169-193.

**GONZALEZ BLANCO**, Antonino, **VELÁZQUEZ**, Agustin (Eds.), Los Origenes del Cristianismo en Lusitania, Cuadernos Emeritenses 34, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 2008.

**GONZALEZ BLANCO**, Antonino, **FERNÁNDEZ NIETO**, F. Javier, **REMESAL RODRÍGUEZ**, José, Arte, Sociedad, Economía y Religión Durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía, Homenaje al Profesor Dr. D. Jose Maria Blazquez Martinez, Antigüedad y Cristianismo, monografías Historicas Sobre la Antigüedad Tardía, nºVIII, Murcia, Universidad de Murcia, 1991.

**GRAEN**, Denis, “O sitio da Quinta do Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*”, in Revista Portuguesa de Arqueologia, volumen 10, número 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp.275-288.

**GURT ESPARRAGUERA**, Josep M., “Topografía Cristiana de la Lusitanisa, testimonios Arqueológicos, in **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, número 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, pp. 73 a 96.

**HAUSCHILD**, Theodor, “Transformação o campo na baixa romanidade em Portugal”, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalãos, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.377 a 383.

**HUFFSTOT**, Maria da Luz G. V. da C, As Origens do Cristianismo na Lusitânia, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008.

**ISLA FREZ**, Amancio, “*Villa, villula, castellum*. Problemas de terminología rural en época visigoda.”, in Arqueologia y Territorio Medieval, número 8, Jáen, Universidad de Jáen, 2001, pp. 9-19.

**JÁRREGA DOMINGUEZ**, Ramón, “Las primeras iglesias rurales y sus santos titulares en el Este de la Tarraconense durantela Antigüedad Tardía (siglos IV-VII), algunos ejemplos significativos”, in **GARCIA MORENO**, Luis, **GIL EGEA**, Elvira **RASCÓN MARQUÉS**, Sebastián y **VALLEJO GIRVÉS**, Margarita (eds.), Santos, Obispos y Reliquias. Actas del III Encuentro Internacional Hispânia en la Antigüedad Tardía, Acta Antiqua Complutensia, nº3, Alcalá de Henares, 2003, pp.193-208.

- JORGE**, Ana Maria C. M., L'Episcopat de Lusitanie Pendant l'Antiquité Tardif (III<sup>ème</sup>-VII<sup>ème</sup> siècles), Trabalhos de Arqueologia, nº 21, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.
- KHATCHATRIAN**, A., Les Baptistères Paléochrétiens, plans, notices et bibliographie, Paris École Pratique des Hautes Études, 1962.
- LANCHA**, J e **ANDRÉ**, P., Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal II: *Conventus Pacensis: a Villa de Torre de Palma*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.
- LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- LOPES**, Maria da Conceição, A Cidade Romana de Beja, percursos e debates acerca da *civitas de Pax Iulia*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.
- LOPES**, Maria da Conceição, **CARVALHO**, Pedro C., **GOMES**, Sofia M. Gomes, Arqueologia do Concelho de Serpa, Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 1997.
- LOPES**, Virgílio, Mértola na Antiguidade Tardia, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2004.
- LOPES**, Virgílio, **PALMA**, Maria de Fátima, **GÓMEZ MARTINEZ**, Susana, **FEIO**, Jorge e **BENTO**, Carla “Intervenções Arqueológicas de Emergência no Eixo Comercial de Mértola”, in Actas do IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Aracena, no prelo.
- MACIAS**, Santiago (Coord.), Moura na Época Romana, Moura, Câmara Municipal de Moura, 1990.
- MACIAS**, Santiago, Mértola, o Último Porto do Mediterrâneo, 3 vols., Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.
- MACIEL**, Manuel Justino, Arquitectura Paleocristã em Contexto Suévico, Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1991.



- MACIEL**, Manuel Justino, Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico, in XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina. Ravenna: Edizioni del Girasole, 1992, pp.435-495.
- MACIEL**, Manuel Justino, “A Arte da Antiguidade Tardia (sécs. III-VIII – ano de 711)”, in **PEREIRA**, Paulo (dir.), História da Arte Portuguesa, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 102-149.
- MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.
- MACIEL**, Manuel Justino, As «Regulae Monachorum» e a Architectura dos Mosteiros na Antiguidade Tardia, Porto, Centro de Estudos das Ciências Humanas, 1998.
- MACIEL**, Manuel Justino, A Antiguidade Tardia no «Ager» Olisiponense, o Mausoléu de Odrinhas, Porto, Centro de Estudos de Ciências Humanas, 1999.
- MACIEL**, Manuel Justino, “O Território de Balsa na Antiguidade Tardia”, in Catálogo da Exposição Tavira, Território e Poder, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2003, 105-126.
- MACIEL**, Manuel Justino, Vitrúvio, Tratado de Architectura, tradução do latim, introdução e notas, Lisboa, IST Press, 2007.
- MACIEL**, Manuel Justino, “Reflexões em Torno da Egitânia da Antiguidade Tardia”, in Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira, in Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº16, Oeiras, Câmara Municipal, 2008, pp. 363-375.
- MACIEL**, Manuel Justino e **MARTINS**, João Paulo, “*Monasterium e ecclesia* de São Salvador no Monte do Mosteiro (Mértola), in IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica”, (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- MACIEL**, Manuel Justino, **CABRAL**, J. M. Peixoto e **NUNES**, Dina, “Os sarcófagos tardo-romanos do Museu Nacional de Arqueologia”, in O Arqueólogo Português, Série IV, nº20, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 161-176.
- MAN**, Adriaan de, Conimbriga, do Baixo Império à Idade Média, Lisboa, Edições Sílabo, 2006.

- MARQUES**, A. H. de Oliveira e **DIAS**, João José Alves, Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1989.
- MARTIN DE CÁCERES**, Enrique Cerrillo, Paganos e Cristianos en los Campos Lusitanos, in **GONZALEZ BLANCO**, Antonino, **VELÁZQUEZ**, Agustin (Eds.), Los Origenes del Cristianismo en Lusitania, Cuadernos Emeritenses 34, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 2008, 173-208.
- MARTINEZ MELÓN**, José Ignacio, “El Vocabulario de los asentamientos rurales (siglos I-IX d.C.): evolución de la terminología”, in **CHAVARRÍA ARNAU**, Alexandra, **ARCE**, Javier Y **BROGIOLO**, Gian Pietro, Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental, Madrid, Anejos de AespA, XXXIX, 2006.
- MATTOSO**, José, “Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder”, in **AA.VV.**, Cidades e História, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian), 1992, pp. 9 a 20.
- MATTOSO**, José, Fragmentos de uma Composição Medieval, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO**, José (dir.), Antes de Portugal Lisboa, Editorial Estampa in **MATTOSO**, José, História de Portugal, vol. I, 1997.
- MILLET-GÉRARD**, Dominique, Chrétien Mozarabes et Culture Islamique Dans l’Espagne des VIII<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> Siècles, Paris, Études Augustiniennes, 1984.
- PALOL**, Pere de (Coord.), Actas da II Reunió d’Arqueologia Paleocristiana Hispânica, Barcelona, Institut d’Arqueologia i Prehistòria, 1982.
- PALOL**, Pere, Actas da III Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, II, 1994.
- PALOL**, Pere, “L’Arqueologia Cristiana Hispânica Després del 1982”, in **PALOL**, Pere, Actas da III Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, II, 1994, pp. 3 a 40.

**PALOL**, Pere, Actas da V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, VII, 2000.

**PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV 1995.

**PANOFISKY**, Idea: A Evolução do Conceito do Belo, 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

**PEREIRA**, Félix Alves, “Antiguidades de Vianna do Alemtejo”, in O Archeologo Português, 1ª Série, vol. 10, n.º 1-2 Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1905, pp. 16-28.

**PEREIRA**, Maria Helena da Rocha, Estudos de História da Cultura Clássica, Volume II, Cultura Romana, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

**PÉREZ LOSADA**, Fermín, Entre a Cidade e a Aldea, estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundarios” romanos em Galicia, in Brigantium, nº 13, A Coruña, Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, 2002.

**RAMIREZ SADABA**, José Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro, Catalogo de las Inscripciones Cristianas de Mérida, Cuadernos Emeritenses, nº16, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 2000.

**REAL**, Manuel Luís, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995

**REAL**, Manuel Luís, “A escultura decorativa em Portugal: o grupo «Portucalense»”, in **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tatdorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp. 133 a 170.

- RIPOLL**, Gisela e **ARCE**, Javier, “Transformación y final de las *villae* en Occidente (siglos IV-VIII): Problemas y perspectivas”, in Arqueologia y Territorio Medieval, número 8, Jáen, Universidad de Jáen, 2001, pp. 21-54.
- SALVADOR VENTURA**, Francisco, “Extensión del monacato en Hispania meridional durante la Antigüedad Tardía”, in Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga, Instituto de Estudos Clássicos e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993, pp. 1067-1078.
- SCHMIDT**, Joel, Dicionário de Mitologia Grega e Romana, Lisboa, Edições 70, 1995 (traduzido do original Dictionaire de la Mythologie Grecque et Romaine, publicado pela Librairie Larousse em 1985).
- SCHLUNK**, Helmut, “Las conexiones históricas del cristianismo hispánico através de la iconografía”, in **PALOL**, Pere de (Coord.), Actas da II Reunió d’Arqueologia Paleocristiana Hispânica, Barcelona, Institut d’Arqueologia i Prehistòria, 1982, pp. 55-70.
- SERRÃO**, Joel, e **MARQUES**, A. H. de Oliveira, Nova História de Portugal, nº 1, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- SOTOMAYOR**, Manuel, Sarcófagos Romano-Cristianos de España, Estudio Iconográfico, Granada, Faculdade de Teologia, 1975.
- SOTOMAYOR**, Manuel e **FERNÁNDEZ UBIÑA**, José (Coords.), El Concilio de Elvira y Su Tiempo, Granada, Universidad de Granada, 2005.
- TEICHNER**, Félix, “Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos”, in Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica (Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal Arqueológica, vol.13, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 2006, pp.69-82.
- TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**TORRES**, Cláudio e **MACIAS**, Santiago, (Coords.), Museu de Mértola, Basílica Paleocristã, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993.

**TORRES**, Cláudio, **CORREIA**, Fernando Branco, **MACIAS**, Santiago e **LOPES**, Virgílio, “A escultura decorativa em Portugal. O grupo de Beja”, in **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa tardo-romana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp. 171 a 189.

**TORRES**, Cláudio, **LOPES**, Virgílio, **PALMA**, Maria de Fátima, **GÓMEZ**, Susana, **FEIO**, Jorge e **BENTO**, Carla, “Eixo Comercial de Mértola, Arqueologia de Emergência”, in, Mértola Arqueológica 2003-2008, Mértola, Câmara Municipal de Mértola, 2008, pp. 49-55.

**ULTRERO AGUDO**, Maria de los Ángeles, Iglesias Tardoantiguas y Altomedievales en la Península Ibérica. Análises Arqueológico y Sistemas de Abovedamento, Anexos de AEspA, XL, Madrid, 2006.

**VALÉRIO**, António João Feio, Alvito, o Espaço e os Homens, subsídio para o estudo de uma vila alentejana, vols. I e II, texto policopiado (tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1992.

**VASCONCELOS**, José Leite de e **PEREIRA**, Félix Alves, “Antiguidades de Vianna do Alentejo”, in O Archeologo Português, 1ª Série, vol. 9, n.º 11-12 Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1904, pp. 271-296.

**VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, número 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995.

**VELÁZQUEZ**, Isabel, Hagiografía e Culto a los Santos en la Hispania Visigoda: Aproximación a sus Manifestaciones Literarias, Cuadernos Emeritenses 32, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 2005.

**VIANA**, Abel, “Museu regional de Beja – Secção Lapidar”, in Arquivo de Beja (Revista), 1ª série, vol. II, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1945, pp. 97-128 e 232-265.

- VIANA**, Abel, “Pelo Baixo Alentejo – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas”, in Arquivo de Beja (Revista), 1ª série, vol. III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1946, pp. 3-36.
- VIANA**, Abel, “Hidráulica agrícola na época romana”, in Arquivo de Beja (Revista), 1ª série, vol. IV, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1947,
- VIANA**, Abel, “Paleolítico dos arredores de Beja e litoral algarvio”, in Brotéria (Revista), vol. XLV, 1947, Lisboa
- VIANA**, Abel, “Pelo Baixo Alentejo , arqueológicas e etnográficas– Notas históricas: Alvito, Necrópole Argárica”, in Arquivo de Beja (Revista), 1ª série, vol. XII, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1955, p.12
- VIANA**, Abel, “Pelo Baixo Alentejo , arqueológicas e etnográficas– Notas históricas: Alvito”, in Arquivo de Beja (Revista), 1ª série, vol. XV, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1958, pp. 36 e 37.
- WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.
- WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Vegetalista nos Mosaicos Portugueses (Estudos do Instituto de História da Arte 1), Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
- ZOZAYA**, Juan (dir.), Ruptura o Continuidad: Pervivências Preislâmicas en Al-Andaluz, Cuadernos Emeritenses, nº15, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, 1998.

## **LISTA DE PLANTAS**

- PLANTA 1-** Totalidade de Povoados e *Monasteria* estudados e vias de comunicação.
- PLANTA 2-** Povoados e *monasteria* entre finais do século IV e finais do século V/inícios do VI
- PLANTA 3-** Povoados e *monasteria* entre Inícios do século VI e finais do século VI/inícios do VII
- PLANTA 4-** Evolução Urbana de Alvito entre a época romana e a época moderna
- PLANTA 5-** Provável localização do povoado de Marmelar
- PLANTA 6**
- PLANTA 7-** Ermida de São Bartolomeu e Estruturas Arqueológicas Identificadas, representadas de forma esquemática.
- PLANTA 8-** Localização das Estações arqueológicas de São Bartolomeu (1), São Bartolomeu (2), São Bartolomeu 3 (3), São Bartolomeu 4 (4), São Romão/*Ciuitas Mirietanorum* (5) e São Francisco (6)
- PLANTA 9-** Possível basílica de S. Cucufate (segundo Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet, 1995: 385)
- PLANTA 10-** “Templo” de São Cucufate e implantação das sepulturas cristãs
- PLANTA 11-** Santiago de Albuquerque, Extremadura, Espanha, segundo Bueno (UTRERO AGUDO, 2006: 452)
- PLANTA 12-** Levantamento topográfico do Sítio dos Mosteiros (ALFENIM e LIMA, 1995: 467)
- PLANTA 13-** Sítio dos Mosteiros Portel (ALFENIM e LIMA, 1995: 466)
- PLANTA 14-** Igreja de Santa Maria del Canneto, Roccavivara, costa Adriática de Itália, século VI ou século VII (UTRERO AGUDO, 2006: 411)
- PLANTA 15-** Vera Cruz de Marmelar, segundo Hauschild e Schlunk (UTRERO AGUDO, 2006: 605)
- PLANTA 16-** San Pedro de la Nave, Castilla y León, segundo Caballero (UTRERO AGUDO, 2006: 506)
- PLANTA 17-** São Pedro de Lourosa (UTRERO AGUDO, 2006: 605)
- PLANTA 18-** *Basilica* do Monte da Cegonha, (UTRERO AGUDO, 2006: 599)
- PLANTA 19-** *Villa Fortunatus*: as três fases (UTRERO AGUDO, 2006: 452)
- PLANTA 20-** Monte do Mosteiro, Mértola (MACIEL e MARTINS, 1995: 503)

- PLANTA 21-** San Miguel de los Fresnos, Badajoz, (Cf. UTRERO AGUDO, 2006: 570).
- PLANTA 22-** Es Fornás de Torrelló, Baleares, segundo Palol (UTRERO AGUDO, 2006: 480)
- PLANTA 23-** Son Fradinet, Baleares, segundo Ulbert e Orfila (UTRERO AGUDO, 2006: 484)
- PLANTA 24-** Son Peretó, Baleares, segundo Palol e Puig (UTRERO AGUDO, 2006: 485)
- PLANTA 25-** San Juan Bautista de Baños, Castiilla y León, segundo Caballero y Feijoo (UTRERO AGUDO, 2006: 493)
- PLANTA 26-** Santa Maria de Bandones, Asturias, segundo Arias (UTRERO AGUDO, 2006: 454)
- PLANTA 27-** San Pedro de Nora, Asturias (UTRERO AGUDO, 2006: 466)
- PLANTA 28-** San Salvador de Priesca, Asturias, segundo Arias (UTRERO AGUDO, 2006: 469)
- PLANTA 29-** Santulano, ou San Julian de los Prados, Asturias (UTRERO AGUDO, 2006: 472)

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS E OUTRAS ILUSTRAÇÕES**

### **FOTOGRAFIAS**

- FOT. 1-** São Romão, Alvito: local onde poderia situar-se o povoado denominado *Ciuitas Mirietanorum*
- FOT. 2-** Antiga igreja de São Romão, hoje transformada em casa de habitação. A *basilica* paleocristã situar-se-ia nas suas imediações.
- FOT. 3-** Silhares romanos reaproveitados na construção da Torre de Menagem do Castelo de Alvito
- FOT. 4-** Silhares de granito e elemento arquitectónico de templo em calcário de produção local, provenientes de São Romão
- FOT. 5-** Ermida de São João dos Azinhais
- FOT. 6-** Conjunto de materiais de São João dos Azinhais, presentes na Igreja da Misericórdia do Torrão, com excepção da coluna com decoração helicoidal, no canto esquerdo, proveniente do Monte da Algalé



- FOT. 7- Fuste de coluna reaproveitado**
- FOT. 8- Pormenor do topo do fuste de coluna reaproveitado**
- FOT. 9- Basílica de Nossa Senhora d'Aires na Actualidade**
- FOT. 10- Ara funerária de Marius Letoides**
- FOT. 11- Ara funerária de Maria Euprepia**
- FOT. 12- Nossa Senhora d'Aires: zona intervencionada no início do século XX, onde ainda se observam abundantes materiais à superfície.**
- FOT. 13- Silhar de granito reaproveitado como banco**
- FOT. 14- Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue**
- FOT. 15- Estruturas sob a Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue**
- FOT. 16- Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue: silhar de granito reaproveitado**
- FOT. 17- Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue: materiais arqueológicos datáveis do período tardo-romano, observados no caminho de terra batida**
- FOT. 18- Ermida de São Bartolomeu, sentido SW/NE.**
- FOT. 19- Ermida de São Bartolomeu, abside e parede número 1, sentido NE/SW**
- FOT. 20- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu: parede número 3, sentido SW/NE.**
- FOT. 21- São Bartolomeu: peça em mármore sob a parede sul da ermida.**
- FOT. 22 – Ermida de São Bartolomeu: sepultura escavada na rocha.**
- FOT. 23- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu, paredes números 3 e 4 e parte interna da abside.**
- FOT. 24- Ermida de São Bartolomeu: parede número 5.**
- FOT. 25– Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor.**
- FOT. 26- Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor, pormenor.**
- FOT. 27- Materiais romanos e tardo-romanos espalhados pelo interior do edifício. São ainda de evidenciar os buracos feitos por alguns animais (vide zona onde se encontra a escala).**
- FOT. 28- Actual aldeia de Marmelar com a Serra do Mendro como pano de fundo. A norte da Serra do Mendro situa-se a aldeia vizinha de Vera Cruz de Marmelar.**
- FOT. 29- Friso romano de Marmelar (Séculos I/II)**

- FOT. 30-** Fuste de coluna romana identificada no quintal da casa situada no Beco 5 de Outubro, nº6, em Marmelar
- FOT. 31-** Fuste de coluna em mármore de veios cinzentos, observada no quintal da casa situada no Beco 05 de Outubro nº6.
- FOT. 32-** Fragmento de fuste de coluna reaproveitado como elemento de portal, observada no quintal da casa situada no Beco 05 de Outubro, nº 6.
- FOT. 33-** Fragmento de ara funerária romana, onde se pode ver a *patera*, a servir de poial
- FOT. 34-** Zona de Maior concentração de materiais em Vilar, Alfundão
- FOT. 35-** Parede romana partida em Vilar
- FOT. 36-** São Cucufate na actualidade
- FOT. 37-** Possível mausoléu de São Cucufate
- FOT. 38-** Possível mausoléu de São Cucufate
- FOT. 39-** São Cucufate Espaço basilical proposto por Alarcão *et alii*
- FOT. 40-** Igreja do mosteiro de São Cucufate
- FOT. 41-** Pintura mural mais antiga de São Cucufate
- FOT. 42-** *Basilica* do Sítio dos Mosteiros, sentido E/W
- FOT. 43-** *Basilica* do Sítio dos Mosteiros, sentido W/E
- FOT. 44-** Sítio dos Mosteiros: Pormenor do mausoléu sudeste.
- FOT. 45-** Sítio dos Mosteiros, sentido SE/NW
- FOT. 46-** Actual Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar
- FOT. 47-** Placas triangulares na actual igreja matriz de Vera Cruz de Marmelar
- FOT. 48-** Pormenor do nicho e da decoração do friso da “capela sul” do altar-mor da Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar, onde se notam algumas discrepâncias no que respeita à colocação original das peças.
- FOT. 49-** Placas triangulares existentes em Beja (a da esquerda) na igreja de Vera Cruz de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXXIV, números 222 e 223)
- FOT. 50-** Possível *baptisterium* de São Cucufate
- FOT. 51-** Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, sentido W/E
- FOT. 52-** Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, pormenor.
- FOT. 53-** Inscrição funerária de Vila Nova da Baronía, na igreja da Misericórdia da localidade

- FOT. 54- Inscrição funerária de Vila Nova da Baronia**
- FOT. 55- Inscrição de São João dos Azinhais**
- FOT. 56- Texto em “caixa”**
- FOT. 57- Era de DCCXX (720), correspondente ao ano de 682**
- FOT. 58- Ara reaproveitada, faltando-lhe o soco direito quando observada de frente**
- FOT. 59- Pormenor do tímpano com o monograma B(asilica) ARANA**
- FOT.60- Fresta da parede sul da cabeceira da igreja Santa Cristina de Lena**
- FOT. 61- Fragmento de *transenna* de *iconostase* localizada no Monte do Roxo, Alvalade, Santiago do Cacém**
- FOT. 62- Fragmento de *transenna* de *iconostase* do Monte do Roxo, depositada na Casa do Povo de Alvalade, Santiago do Cacém**
- FOT. 63- Imposta do Mausoléu de Mértola, datado, pelos fragmentos de inscrições funerárias ali recolhidos, do século VI**
- FOT. 64- Epitáfio de Fistellus**
- FOT. 65- Inscrição funerária de Rufina**
- FOT. 66- Friso do “monte” do Roxo. A decoração composta por uma trança de duas pontas com bifólios na sua base, ensaiando uma decoração composta por peltas. No topo pode ainda observar-se uma decoração com folhas lisas.**
- FOT. 67- Parte frontal da de possível imposta para arranque do arco de acesso à abside, enquanto servia de poial na entrada do “monte” do Roxo**
- FOT. 68- Colunelo do Monte do Roxo depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade.**
- FOT. 69- Capitel de São Cucufate?**
- FOT. 70- Capitel de São Cucufate (?): topo**
- FOT. 71- Placa triangular na igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar**
- FOT. 72- Placa triangular na igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar**
- FOT.73- Fragmento de placa triangular depositado na Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar**
- FOT. 74- Fragmento de placa triangular de Marmelar**
- FOT. 75- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: Fragmento de elemento de friso nº1**

- FOT. 76- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: fragmentos de elementos de frisos nº2 e 3**
- FOT. 77- Fragmentos de elementos de friso 3 e 4**
- FOT. 78- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº4**
- FOT. 79- Dois fragmentos de friso reutilizados sob o nicho, depois de fragmentados**
- FOT. 80- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº6**
- FOT. 81- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº7**
- FOT. 82- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº8**
- FOT. 83- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº9**
- FOT. 84- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº10**
- FOT. 85- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11**
- FOT. 86- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº12**
- FOT. 87- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº13**
- FOT. 88- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº14**
- FOT. 89- Friso 15, a partir de WRENCH, 2008: 228**
- FOT. 90- Friso (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXIX, número 203)**
- FOT. 91- Fragmento de possível friso colocada numa parede interna da casa situada no Beco 5 de Outubro nº6, decorada com octofólios recentemente “rebocados”**
- FOT. 92- Friso de São João dos Azinhais**
- FOT. 93- Friso de São João dos Azinhais naquela que poderá ter sido a sua posição original**
- FOT. 94- Pormenor da Cruz Pátea do friso**
- FOT. 95- Tardoz da peça, onde se observa o desbaste e o gonzo da porta**
- FOT. 96- Lintel em exposição no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal**
- FOT. 97- Lintel na sua posição original**
- FOT. 98- Pormenor do *Cantharus* no local onde antes se encontrava a *patera***
- FOT. 99- Pormenor da parte inferior do lintel**
- FOT. 100- Lintel de fresta de janela de Vera Cruz de Marmelar**
- FOT. 101- Pormenor da decoração interna do nicho. Atente-se na decoração composta uma *hedera* com haste ondulante**

- FOT. 102-** Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11, ao centro/esquerda. No centro/direita observa-se um fragmento de uma possível ombreira e no topo um fragmento de um possível nicho.
- FOT. 103-** Pormenor do fragmento de lintel
- FOT. 104-** Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº12, ao centro/direita. No centro esquerda observa-se o fragmento de uma possível ombreira e no topo o que resta de um possível lintel de fresta.
- FOT. 105-** Pormenor de possível lintel de fresta
- FOT. 106-** Ombreira 1 de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXVIII, número 200), naquela que se julga ser a sua posição original.
- FOT. 107-** Ombreira 1 de Marmelar, depositada à entrada da Câmara Municipal da Vidigueira.
- FOT. 108-** Face lateral direita da Ombreira 1 de Marmelar.
- FOT. 109-** Pormenor da decoração lateral
- FOT. 110-** Face lateral esquerda da ombreira 1 de Marmelar, quando se encontrava junto da entrada da Câmara Municipal da Vidigueira.
- FOT. 111-** Ombreira 2, Marmelar, a partir de WRENCH, 2008
- FOT. 112-** Ombreira 2, Marmelar, naquela que deveria ser a sua posição original
- FOT. 113-** Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11, ao centro/esquerda. No centro/direita observa-se um fragmento de uma possível ombreira e no topo um fragmento de um possível nicho.
- FOT. 114-** Possível fragmento lateral de ombreira
- FOT. 115-** Elemento arquitectónico observado na “casa do Hilário” em Marmelar, recolhido na Serra do Mendro, entre as aldeias de Marmelar e de Vera Cruz de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa VII, número 96).
- FOT. 116-** Fragmento de ombreira decorada com um encordoado o ou cordão da vida na orla lateral e uvas e parras de uvas no campo principal. Foi transformada posteriormente em lintel de porta em época medieval.
- FOT. 117-** Fragmento de possível *transenna* placa ou tríptico decorada com octofólios insertos em quadrados
- FOT. 118-** Decoração com octofólios insertos em quadrados do lado direito da peça
- FOT. 119-** Fragmento de pilar (de pé-de-altar?) decorado com trifólios sobre pequenos arcos inseridos em quadrados (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa II, número 79)
- FOT. 120-** Possível ombreira 2 de Marmelar, reutilizada na construção de uma parede no Beco 5 de Outubro, nº1 (na actualidade).

**FOT. 121-** A mesma peça a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXVI, número 187

**FOT. 122-** *Transenna* de *iconostase* de Alfundão, depois da troca da calçada envolvente

**FOT. 123-** *Transenna* de *iconostase* de Alfundão: perspectiva da zona do encaixe

**FOT. 124-** Pé-de-Altar de São João dos Azinhais

**FOT. 125-** Colunelo de Vilares de Alfundão (a partir de TORRES *et alii*, N°11)

**FOT. 126-** Capitel de colunelo de Nossa Senhora d'Aires

**FOT. 127-** Fragmento de colunelo monolítico em mármore de veios cinzentos (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XII, número 115)

**FOT. 128-** Fragmento de pilastrim (de pé-de-altar?) decorado com trifólios sobre pequenos arcos inseridos em quadrados (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa III, número 81)

**FOT. 129-** Fragmento de pilastrim ou pilarete/pé-de-altar na actualidade

**FOT. 130-** Fuste de pilastrim de Vera Cruz de Marmelar

**FOT. 131-** Fragmento de “pilarete” ou pé de *mensa* de altar de São João dos Azinhais

**FOT. 132-** Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar

**FOTOGRAFIA 133-** Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar, zona do encaixe

**FOT. 134-** Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar

**FOT. 135-** Caixa Relicário do Monte da Cegonha (ALARCÃO, LOPES e ALFENIM, 1995: 402, Fig.1)

## **ILUSTRAÇÕES**

**ILUST. 1-** Placa de mármore decorada reutilizada na sepultura infantil, a partir de PEREIRA, 1904: 285, figura 11.

**ILUST. 2-** Jarro com grafito retirado do interior da sepultura, a partir de PEREIRA, 1904: 286, figura 12

**ILUST. 3** -Fíbulas identificadas por Félix Alves Pereira numa das sepulturas de Nossa Senhora d'Aires, a partir de PEREIRA, 1904: 294, figuras 18 (a da esquerda) e 19 (a da direita).

**ILUST. 4-** Inscrição funerária de *Taumasius* nas memórias paroquiais de Alvito.

**ILUST. 5- Reprodução da inscrição funerária de Taumasius, de Alvito**

**ILUST. 6- Inscrição de Taumastus, documento original de Frei Manuel do Cenáculo**

**ILUSTRAÇÃO 7- Placa decorativa de São Cucufate, reproduzido a partir de  
WRECH, 2008: 665, com base em (ALARCÃO *et alii*, 1995: 386, Est. III)**

**ILUST. 8- Mosaico do Montinho das Laranjeiras (WRENCH, 2007: 666)**

**ILUST. 9- Capitel de colunelo de Nossa Senhora d'Aires, (**

**ILUST. 10- Fragmento de base, com arranque de um fuste cilíndrico de colunelo/pé-  
de-altar (?), a partir de VaSCONCELOS e PEREIRA, 1904: 295, figura 21**

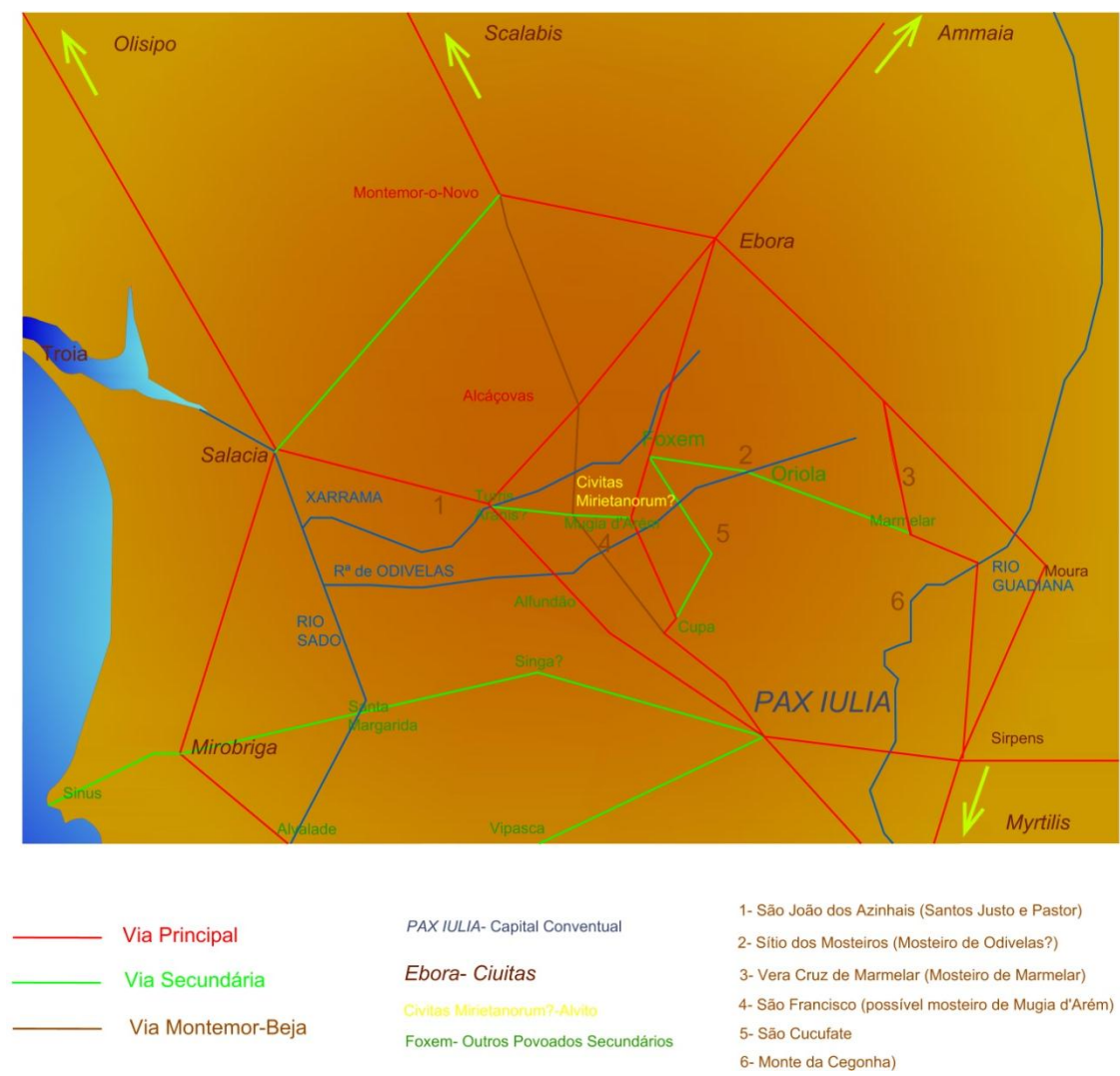
**ILUST. 11- Frescos da *basílica* de Tróia, segundo MACIEL, 1996, adaptado a partir  
de WRECH, 2008: 345)**

# **ANEXO I**

**(PLANTAS E FOTOGRAFIAS)**

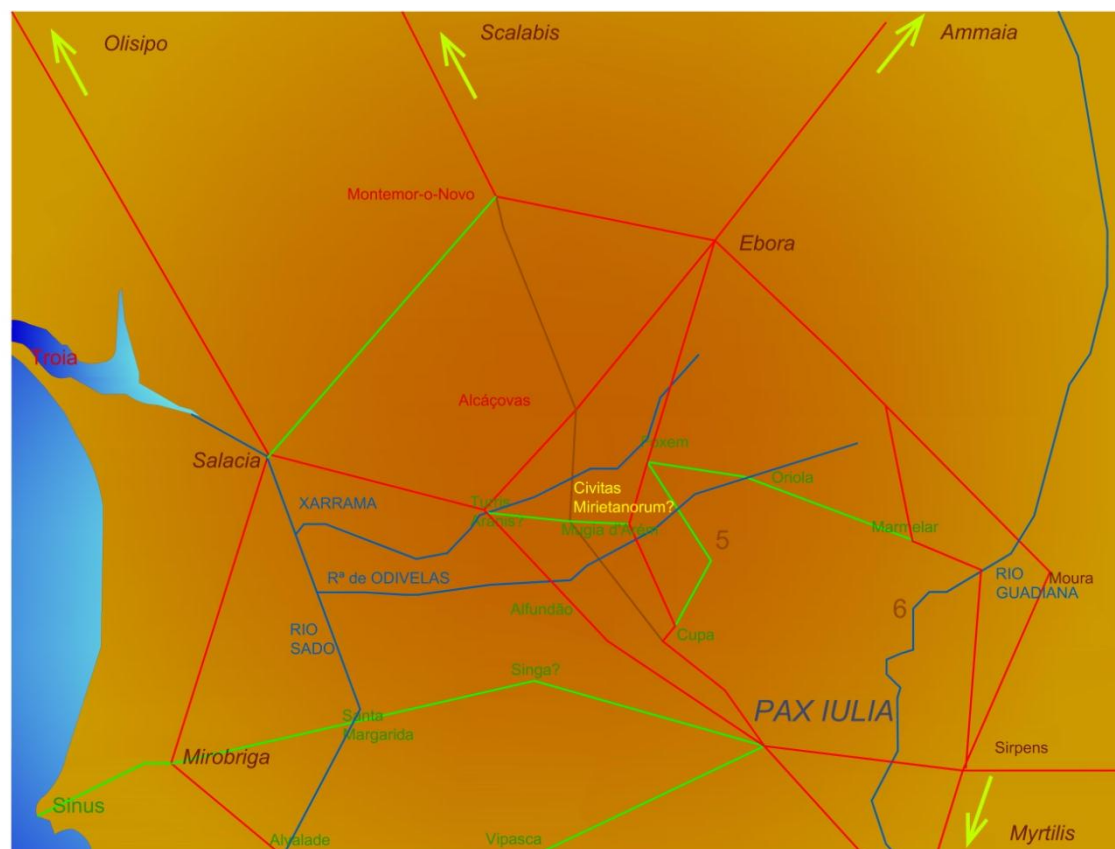


PLANTAS



Escala 1/500 000 (Aproximadamente)

Planta 30- Localização das *ciuitates*, dos *uici* e dos *monasteria* entre os séculos IV e IX



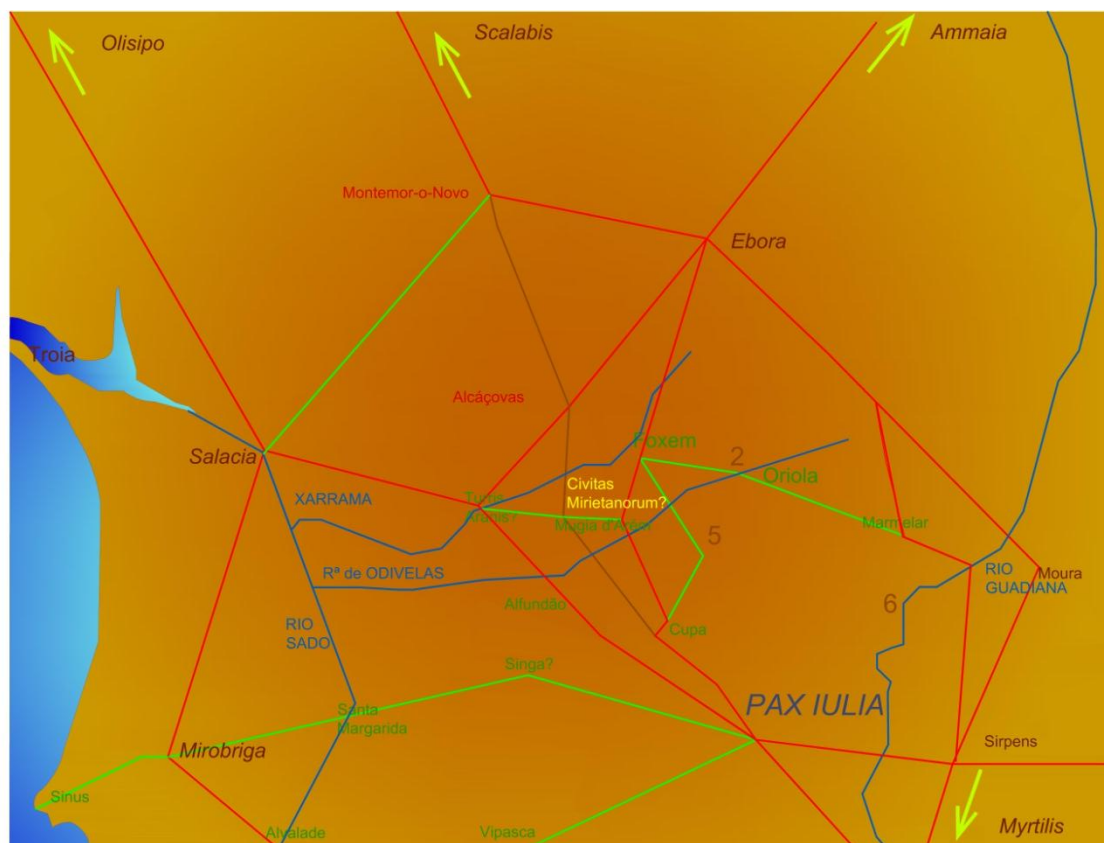
- Via Principal
- Via Secundária
- Via Montemor-Beja

PAX IULIA- Capital Conventual  
 Ebora- Ciuitas  
 Civitas Mirietanorum?-Alvito  
 Foxem- Outros Povoados Secundários

- 5- São Cucufate
- 6- Monte da Cegonha)

Escala 1/500 000 (Aproximadamente)

Planta 31- Povoados e *monasteria* entre finais do século IV e finais do século V/inícios do VI



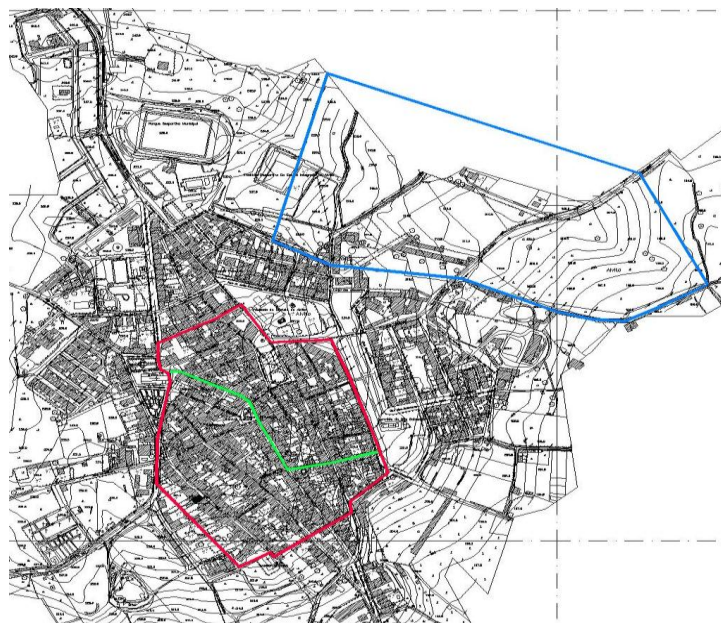
- Via Principal
- Via Secundária
- Via Montemor-Beja

PAX IULIA- Capital Conventual  
 Ebora- Ciuitas  
 Civitas Mirietanorum?-Alvito  
 Foxem- Outros Povoados Secundários

- 2- Sítio dos Mosteiros (Mosteiro de Odivelas?)
- 5- São Cucufate
- 6- Monte da Cegonha)

Escala 1/500 000 (Aproximadamente)

Planta 32- Povoados e *monasteria* entre Inícios do século VI e finais do século VI/inícios do VII



Escala 1/5 000 (Aproximadamente)

— Possível *Ciuitas Mirietanorum*

— Alvito entre os séculos XIII e XV

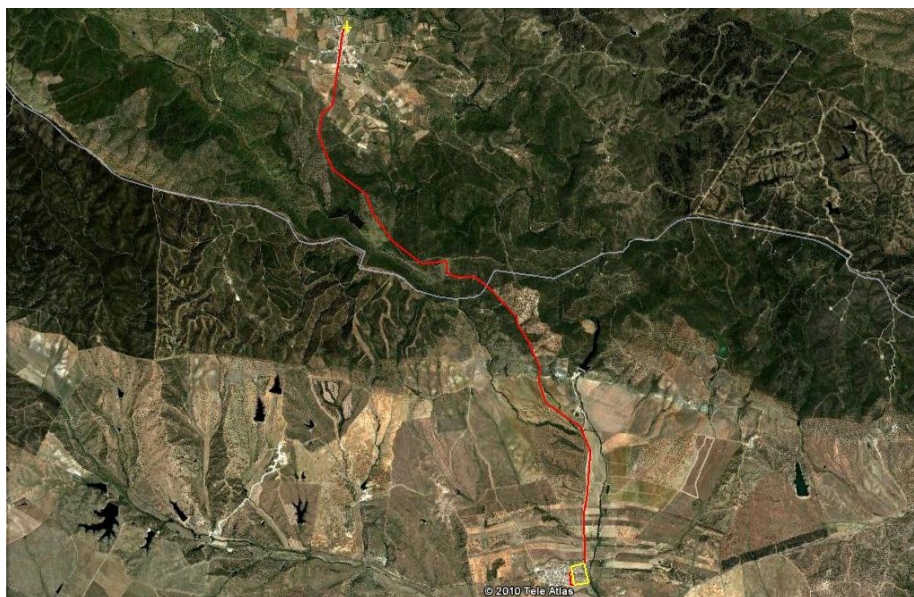
— Alvito em época moderna

**Planta 33- Evolução Urbana de Alvito entre a época romana e a época moderna**



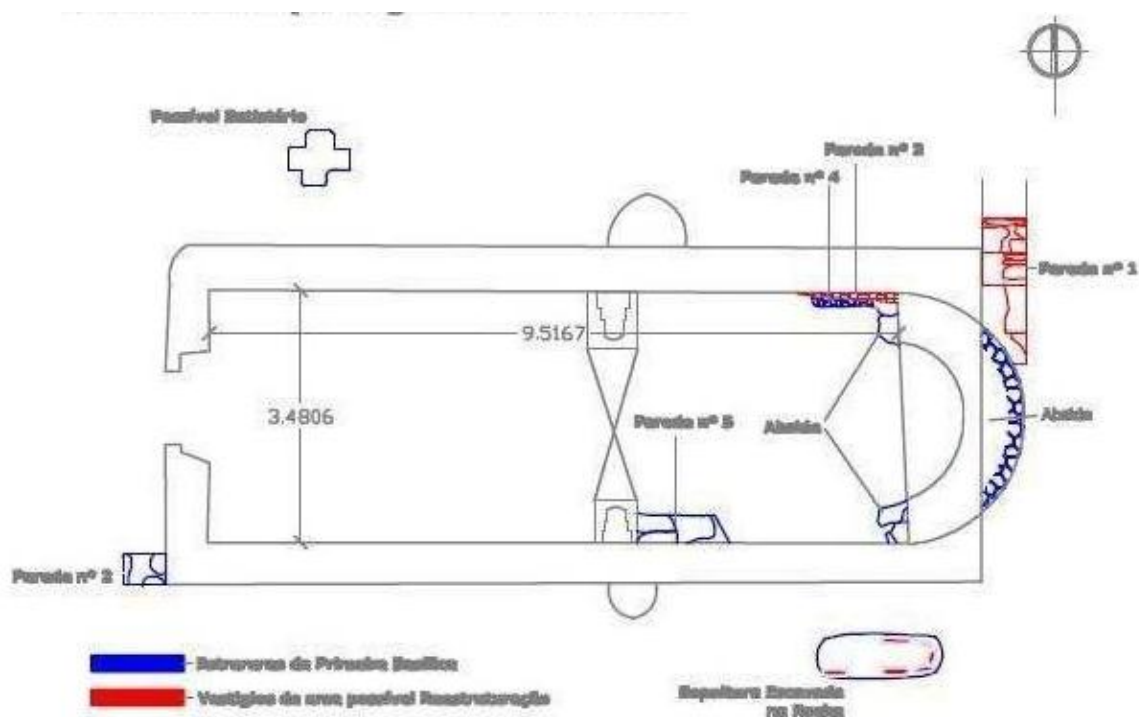
**Planta 34- Provável localização do povoado de Marmelar (traço amarelo) e da respectiva necrópole (traço vermelho), a partir de fotografia aérea a 200m de altitude: Escala 1:2000**





Escala 1/100 000 (Aproximadamente)

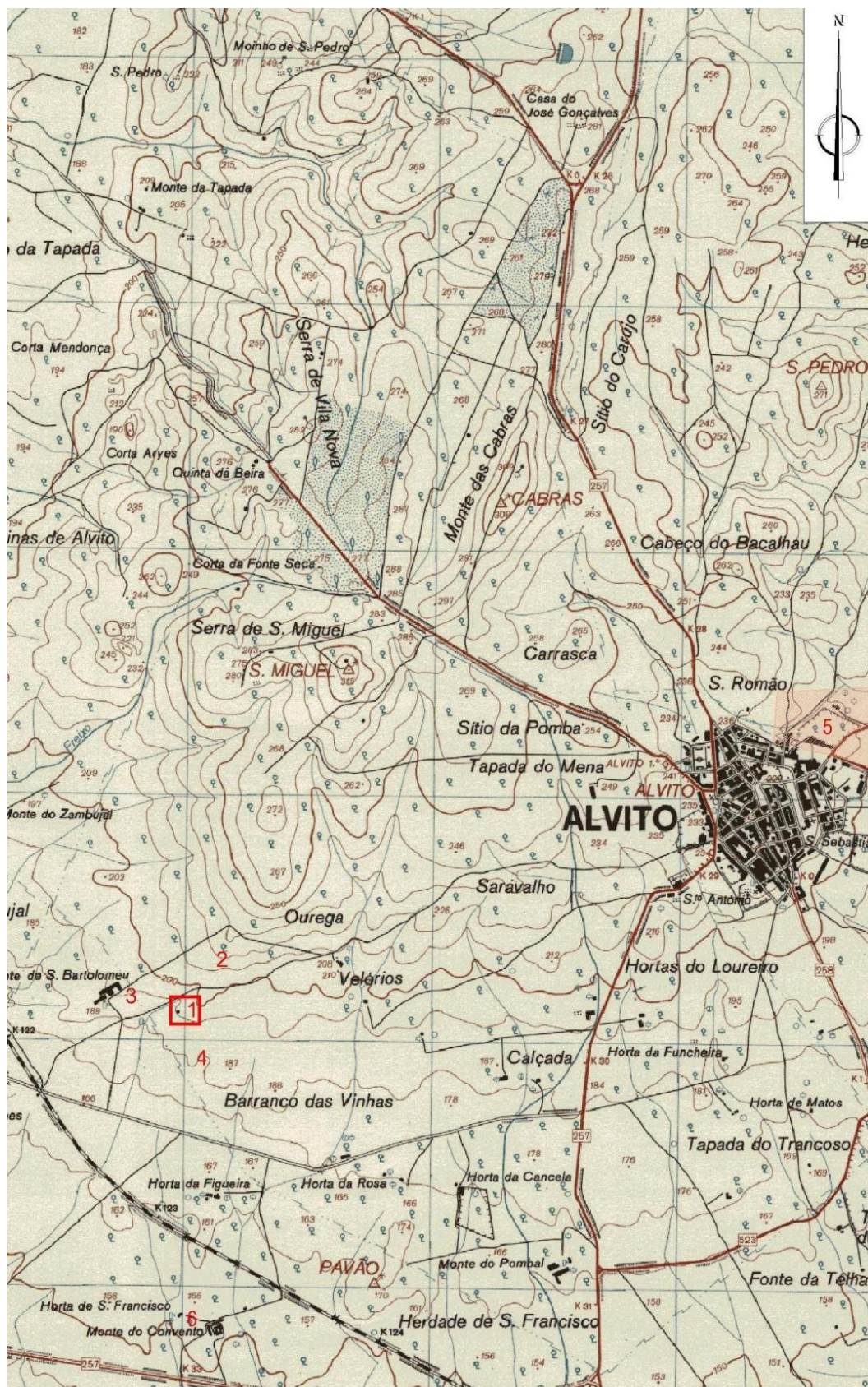
Planta 35- Ligação entre o *monasterium de Vera Cruz* de Marmelar (cruz amarela) e Marmelar pela Serra



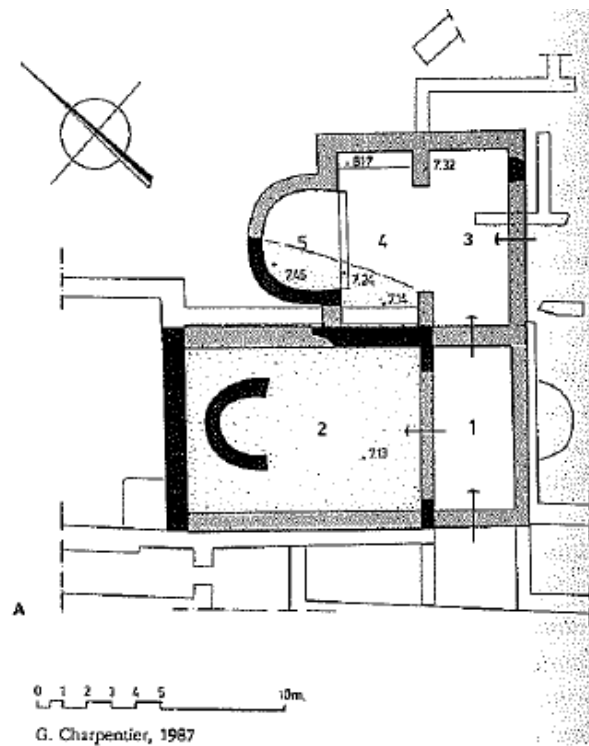
Escala 1/100

Planta 36- Ermita de São Bartolomeu e Estruturas Arqueológicas Identificadas, representadas de forma esquemática.

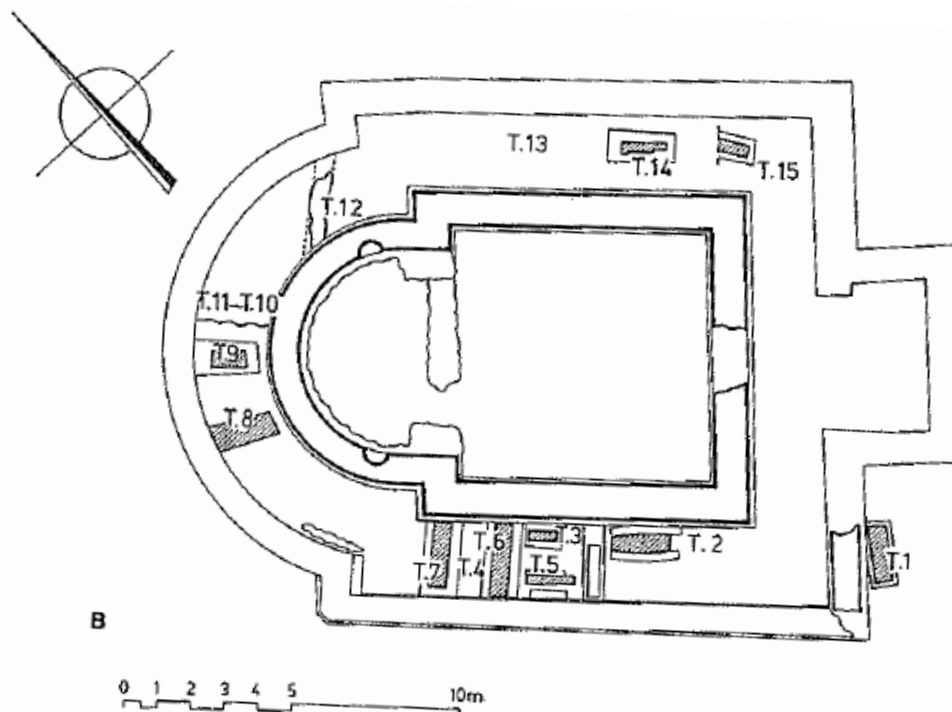




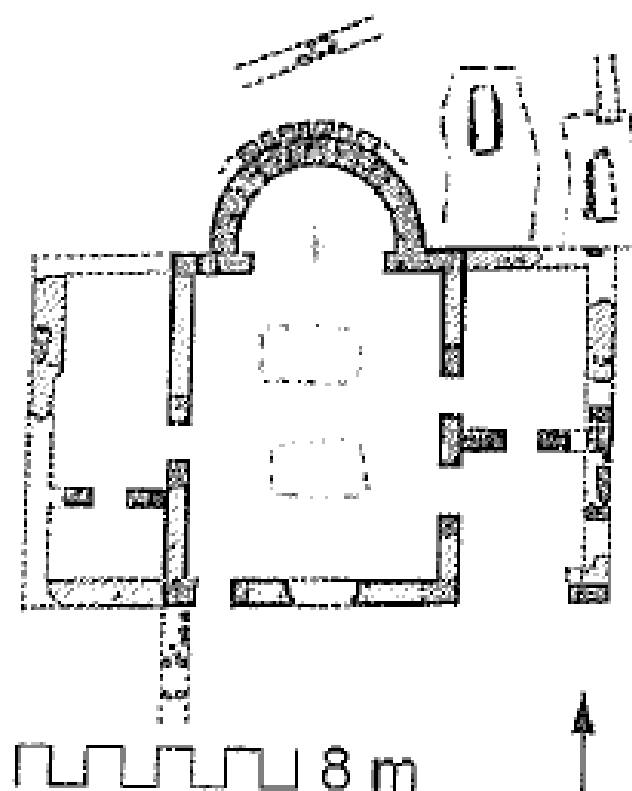
Planta 37-Localização das Estações arqueológicas de São Bartolomeu (1), São Bartolomeu (2), S. Bartolomeu 3 (3), São Bartolomeu 4 (4), São Romão/*Ciuitas Mirietanorum* (5) e São Francisco (6)



Planta 38- Possível basílica de S. Cucufate (segundo Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet, 1995: 385)

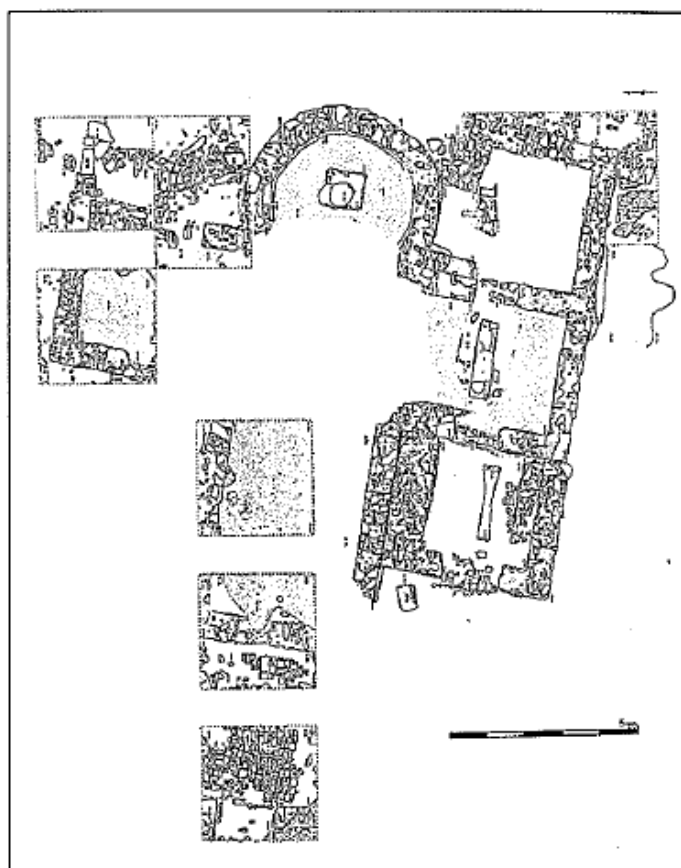


Planta 39- “Templo” de São Cucufate e implantação das sepulturas cristãs

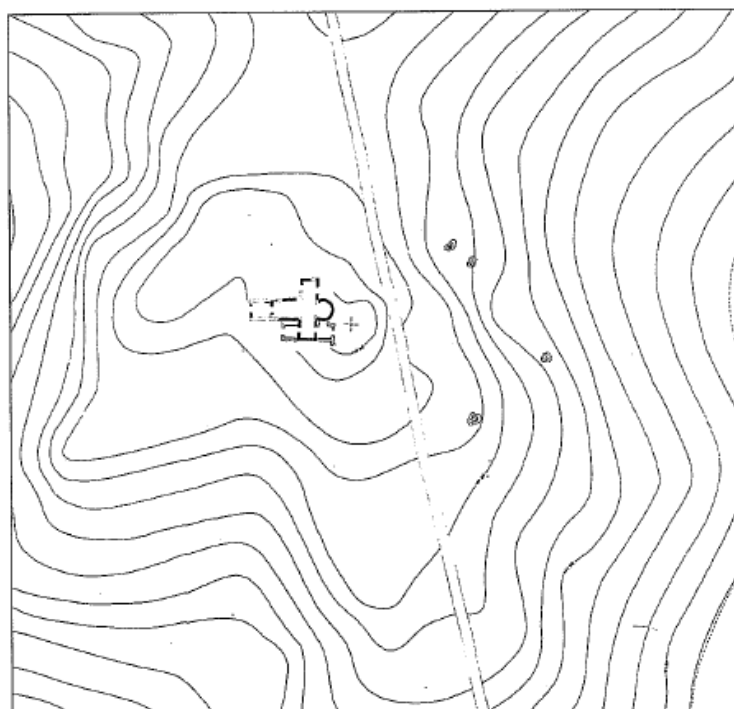


Planta 40- Santiago de Albuquerque, Extremadura, Espanha, segundo Bueno (UTRERO AGUDO, 2006: 452)

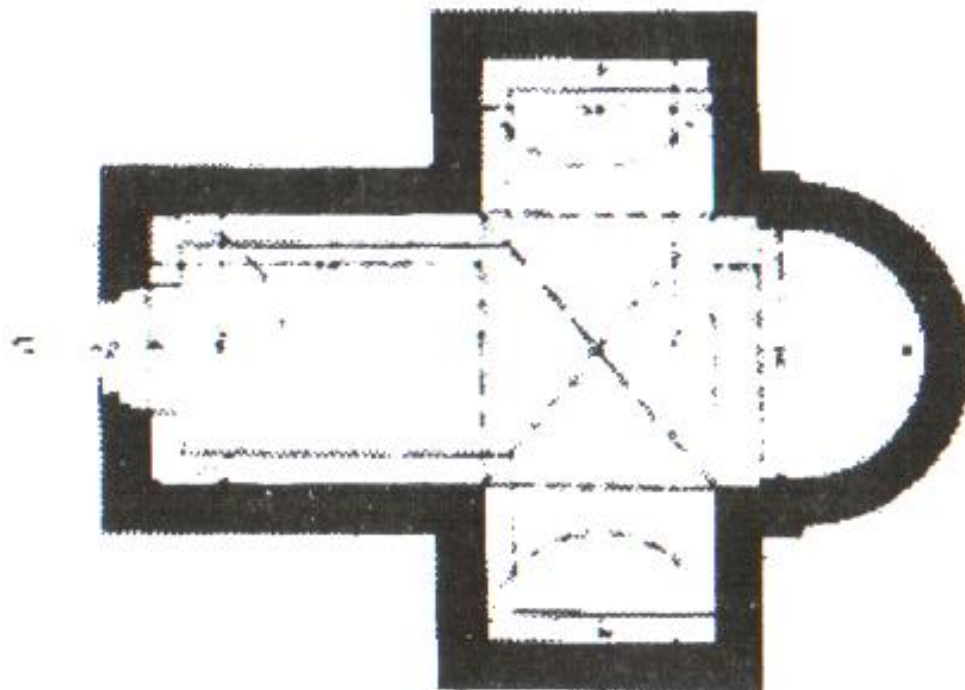




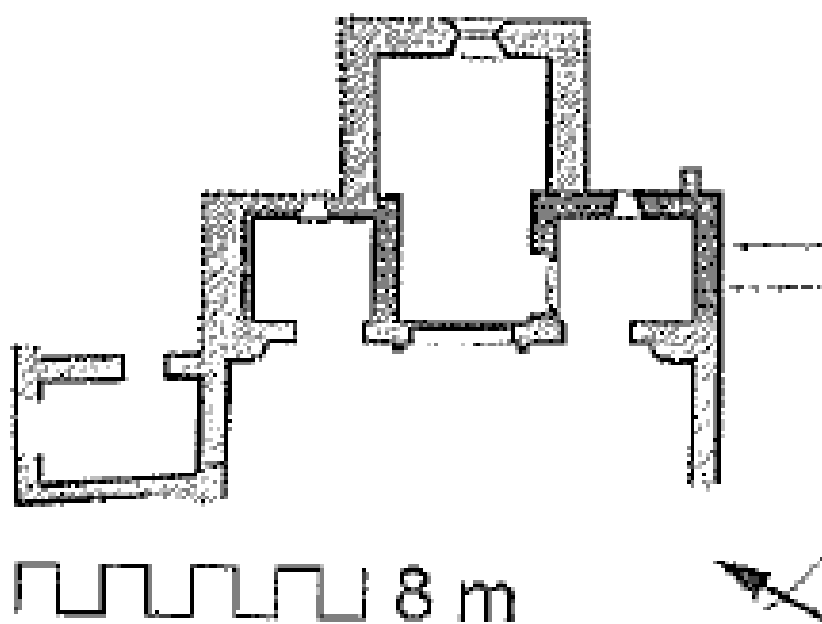
**Planta 41- Levantamento topográfico do Sítio dos Mosteiros (ALFENIM e LIMA, 1995: 467)**



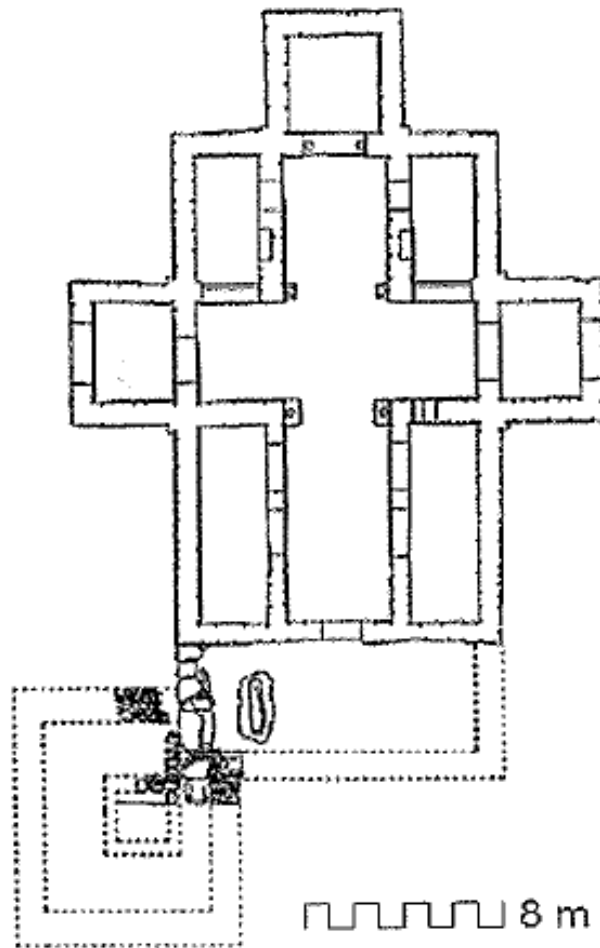
**Planta 42- Sítio dos Mosteiros Portel (ALFENIM e LIMA, 1995: 466)**



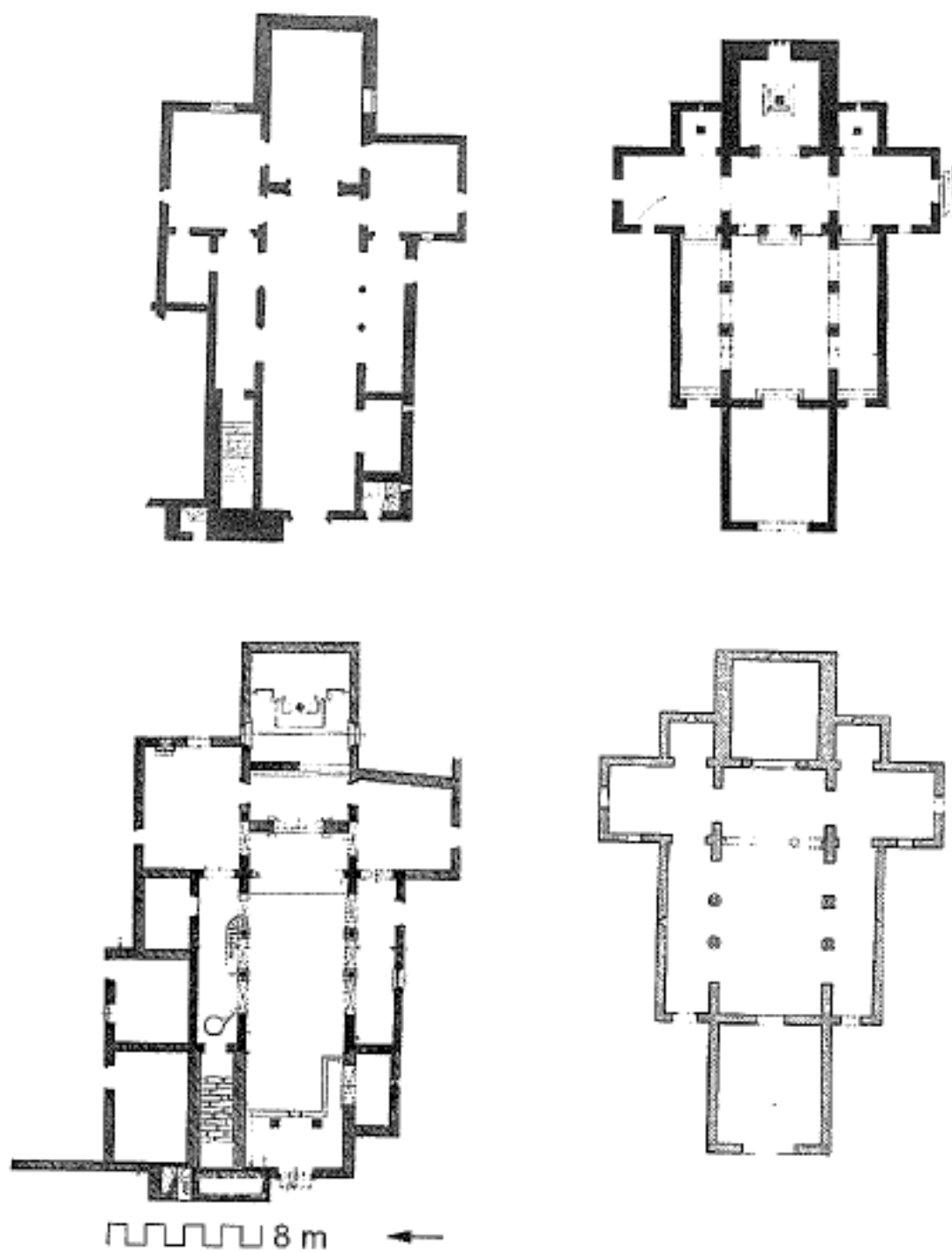
**Planta 43- Igreja de Santa Maria del Canneto, Roccavivara, costa Adriática de Itália, século VI ou século VII (UTRERO AGUDO, 2006: 411)**



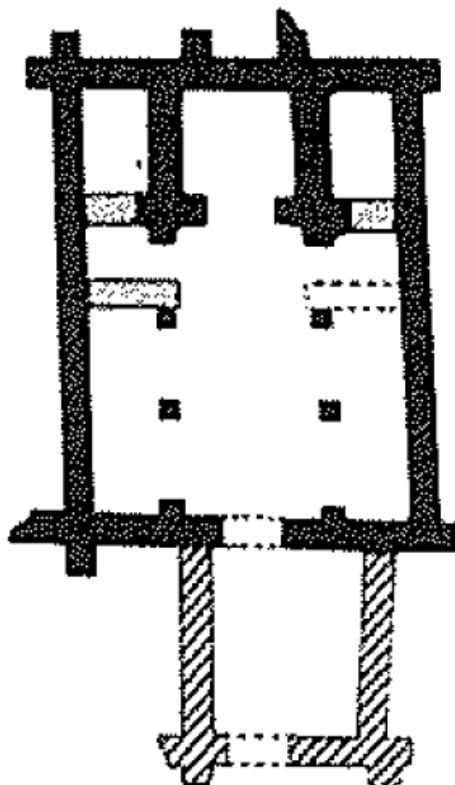
Planta 44- Vera Cruz de Marmelar, segundo Hauschild e Schlunk (UTRERO AGUDO, 2006: 605)



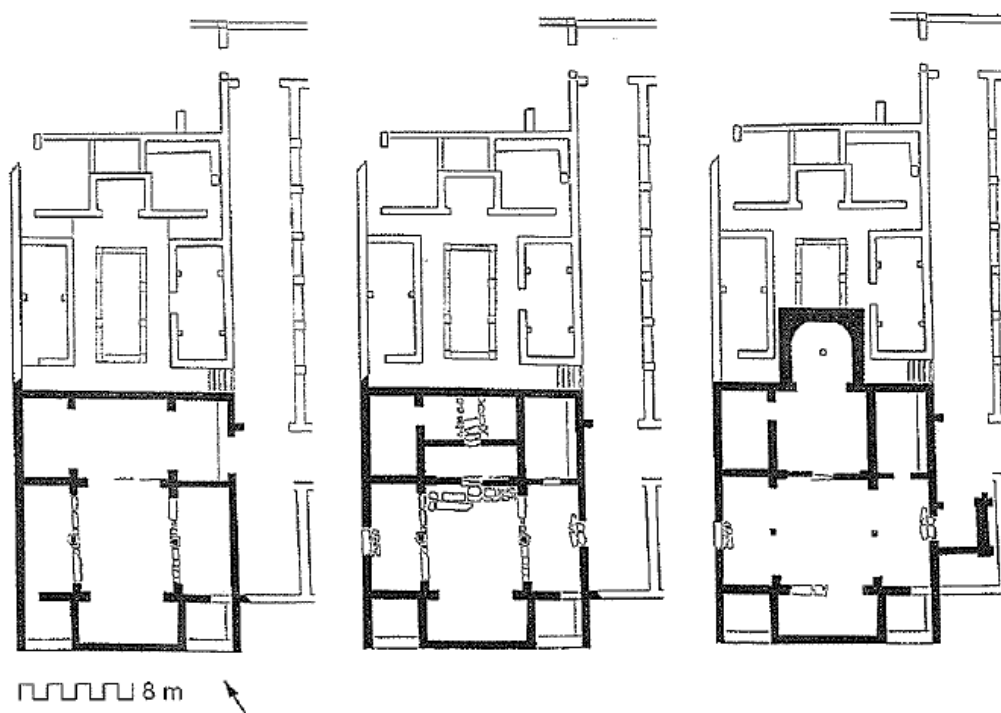
Planta 45- San Pedro de la Nave, Castilla y León, segundo Caballero (UTRERO AGUDO, 2006: 506)



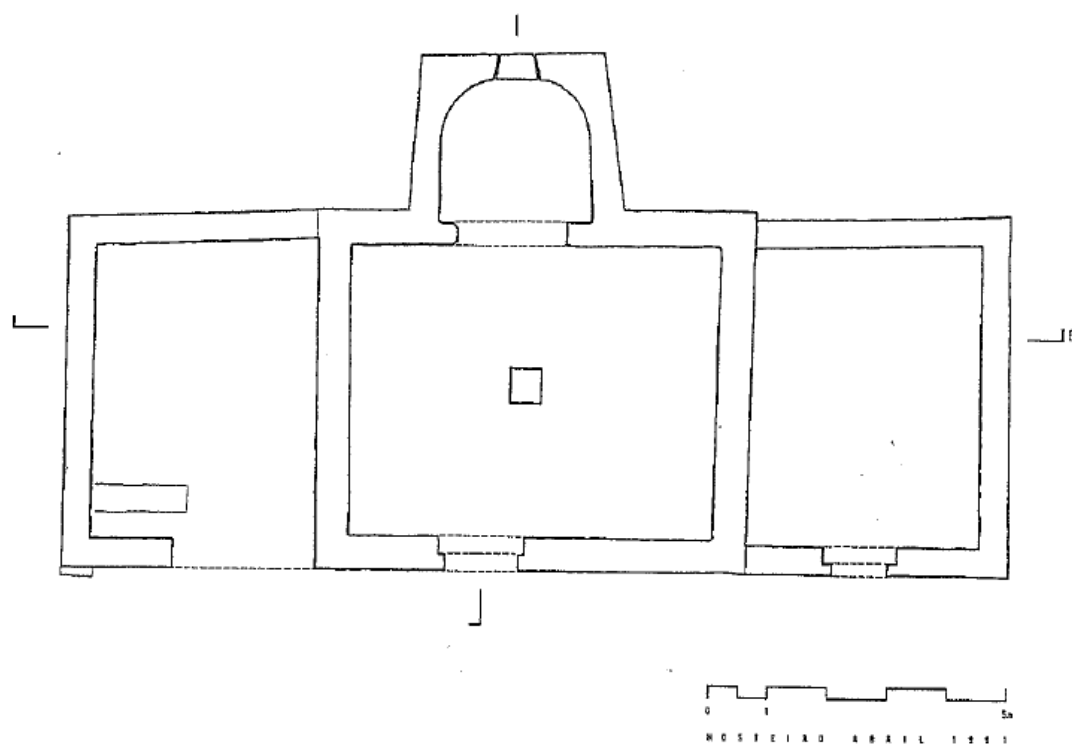
Planta 46- São Pedro de Lourosa (UTRERO AGUDO, 2006: 605)



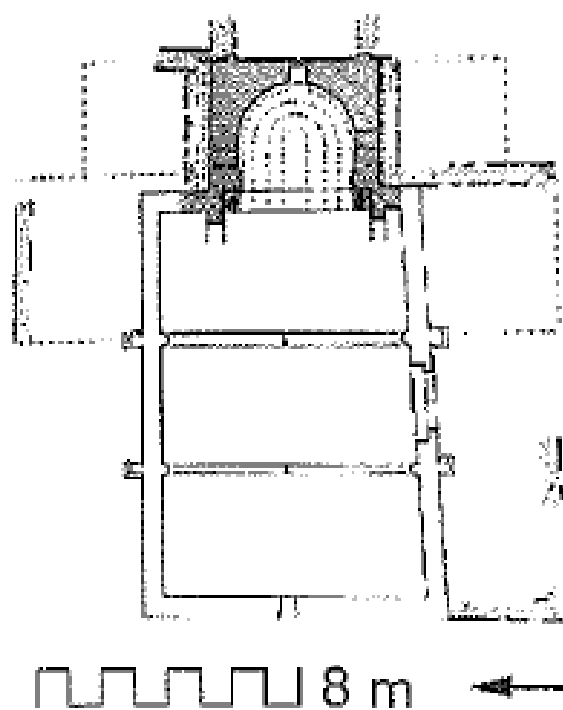
Planta 47- *Basilica do Monte da Cegonha*, (UTRERO AGUDO, 2006: 599)



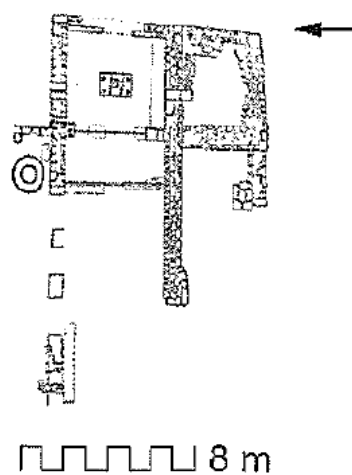
Planta 48- *Villa Fortunatus*: as três fases (UTRERO AGUDO, 2006: 452)



Planta 49- Monte do Mosteiro, Mértola (MACIEL e MARTINS, 1995: 503)

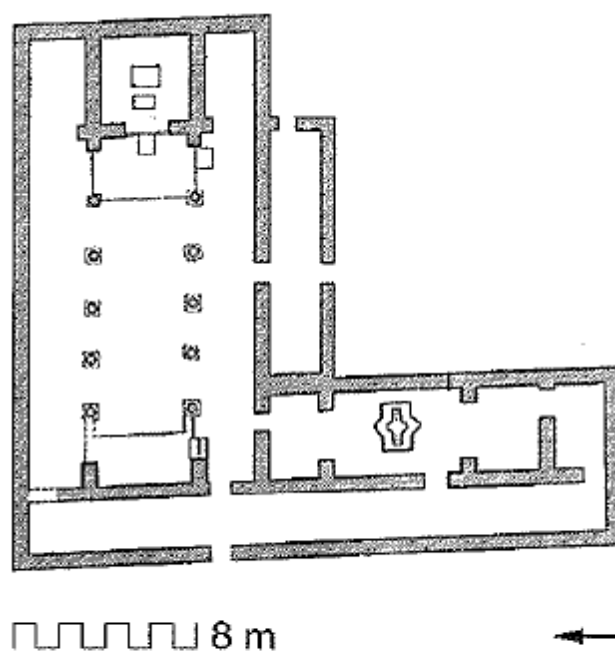


Planta 50- San Miguel de los Fresnos, Badajoz, (Cf. UTRERO AGUDO, 2006: 570).



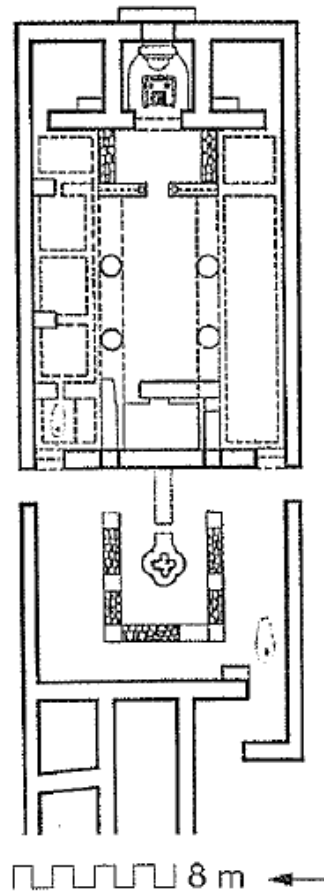
Palol, 1962

**Planta 51- Es Fornás de Torrelló, Balears, segundo Palol (UTRERO AGUDO, 2006: 480)**

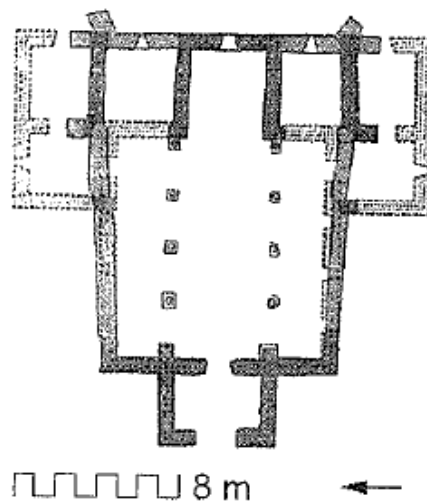


**Planta 52- Son Fradinet, Balears, segundo Ulbert e Orfila (UTRERO AGUDO, 2006: 484)**

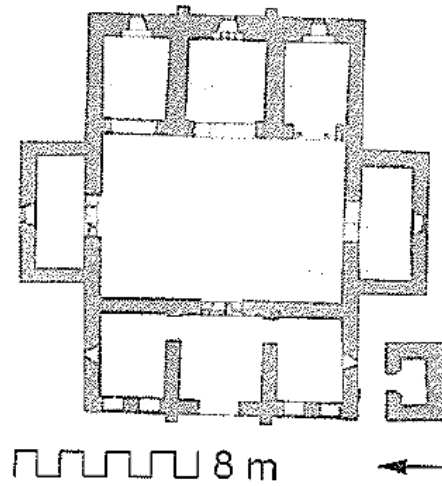




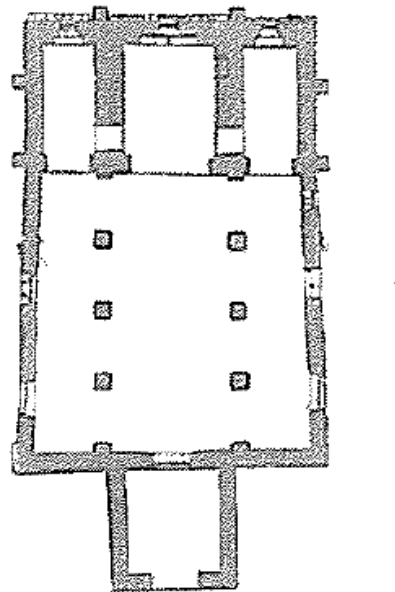
**Planta 53- Son Peretó, Baleares, segundo Palol e Puig (UTRERO AGUDO, 2006: 485)**



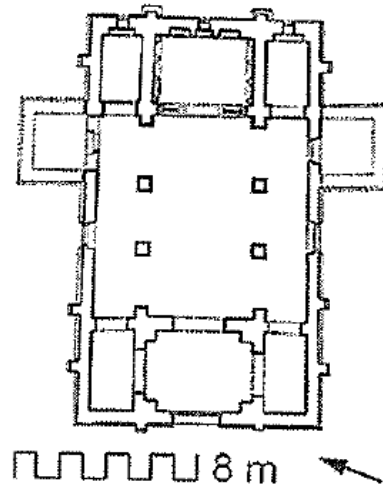
**Planta 54- San Juan Bautista de Baños, Castilla y León, segundo Caballero y Feijoo (UTRERO AGUDO, 2006: 493)**



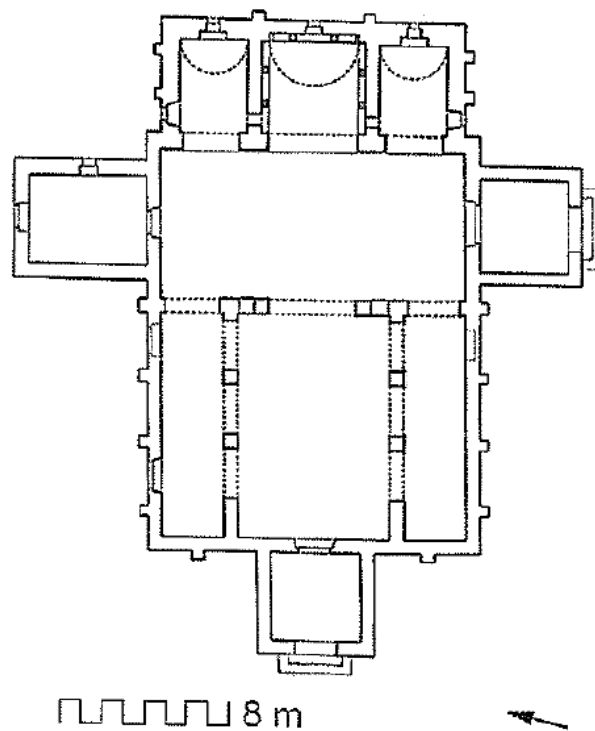
**Planta 55- Santa Maria de Bandones, Asturias, segundo Arias (UTRERO AGUDO, 2006: 454)**



**Planta 56- San Pedro de Nora, Asturias (UTRERO AGUDO, 2006: 466)**



Planta 57- San Salvador de Priesca, Asturias, segundo Arias (UTRERO AGUDO, 2006: 469)



Planta 58- Santulano, ou San Julian de los Prados, Asturias (UTRERO AGUDO, 2006: 472)

## REGISTO FOTOGRÁFICO E OUTRAS ILUSTRAÇÕES



Fotografia 136- São Romão, Alvito: local onde poderia situar-se o povoado denominado *Ciuitas Mirietanorum*



Fotografia 137- Antiga igreja de São Romão, hoje transformada em casa de habitação. A *basilica* paleocristã situar-se-ia nas suas imediações.



**Fotografia 138- Silhares romanos reaproveitados na construção da Torre de Menagem do Castelo de Alvito**



**Fotografia 139- Silhares de granito e elemento arquitectónico de templo em calcário de produção local, provenientes de São Romão**





**Fotografia 140- Ermida de São João dos Azinhais**



**Fotografia 141- Conjunto de materiais de São João dos Azinhais, presentes na Igreja da Misericórdia do Torrão, com exceção da coluna com decoração helicoidal, no canto esquerdo, proveniente do Monte da Algalé**



**Fotografia 142- Fuste de coluna reaproveitado**



**Fotografia 143- Pormenor do topo do fuste de coluna reaproveitado**



**Fotografia 144- Basílica de Nossa Senhora d'Aires na Actualidade**



**Fotografia 145- Ara funerária de Marius Letoides**





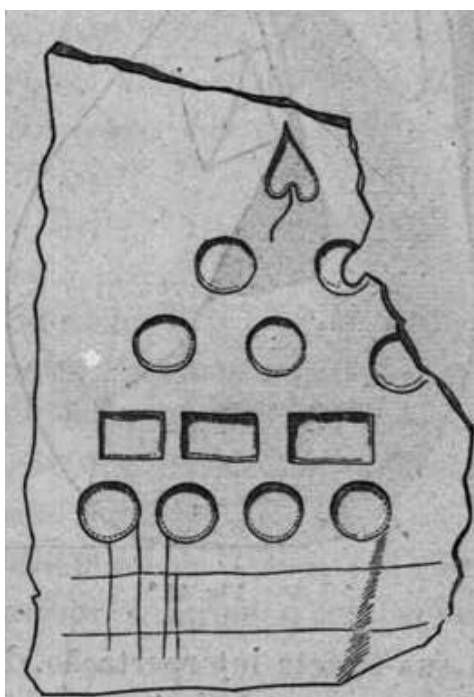
**Fotografia 146- Ara funerária de Maria Euprepia**



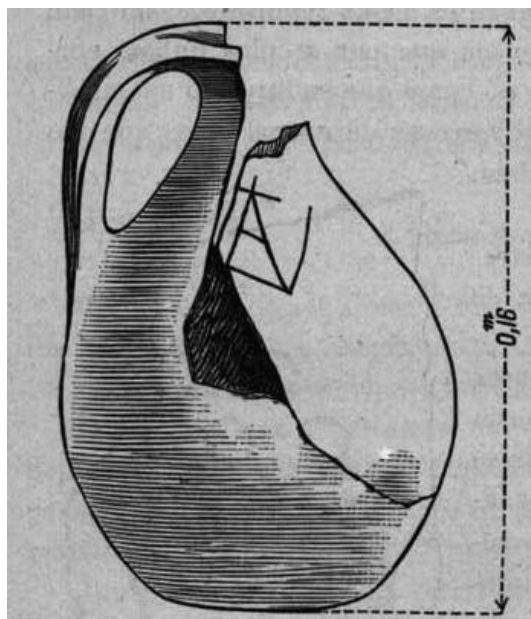
**Fotografia 147- Nossa Senhora d'Aires: zona intervencionada no início do século XX, onde ainda se observam abundantes materiais à superfície**



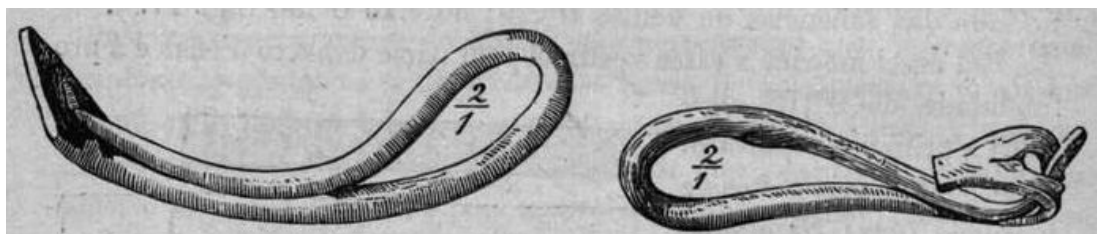
**Fotografia 148- Silhar de granito reaproveitado como banco**



**Ilustração 12- Placa de mármore decorada reutilizada na sepultura infantil, a partir de PEREIRA, 1904: 285, figura 11.**



**Ilustração 13- Jarro com grafito retirado do interior da sepultura, a partir de PEREIRA, 1904: 286, figura 12**



**Ilustração 14 -Fíbulas identificadas por Félix Alves Pereira numa das sepulturas de Nossa Senhora d'Aires, a partir de PEREIRA, 1904: 294, figuras 18 (a da esquerda) e 19 (a da direita).**





**Fotografia 149- Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue**



**Fotografia 150- Estruturas sob a Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue**



**Fotografia 151- Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue: silhar de granito reaproveitado**



**Fotografia 152- Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou de Bonalbergue: materiais arqueológicos datáveis do período tardo-romano, observados no caminho de terra batida**





**Fotografia 153- Ermida de São Bartolomeu, sentido SW/NE.**



**Fotografia 154- Ermida de São Bartolomeu, abside e parede número 1, sentido NE/SW**



**Fotografia 155- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu: parede número 3, sentido SW/NE.**



**Fotografia 156- São Bartolomeu: peça em mármore sob a parede sul da ermida**





**Fotografia 157 – Ermida de São Bartolomeu: sepultura escavada na rocha**



**Fotografia 158- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu, paredes números 3 e 4 e parte interna da abside.**





**Fotografia 159- Ermida de São Bartolomeu: parede número 5**



**Fotografia 160– Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor.**



**Fotografia 161- Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor, pormenor.**



**Fotografia 162- Materiais romanos e tardo-romanos espalhados pelo interior do edifício. São ainda de evidenciar os buracos feitos por alguns animais (vide zona onde se encontra a escala)**





**Fotografia 163-** Actual aldeia de Marmelar com a Serra do Mendro como pano de fundo. A norte da Serra do Mendro situa-se a aldeia vizinha de Vera Cruz de Marmelar.



**Fotografia 164-** Friso romano de Marmelar (Séculos I/II)



**Fotografia 165- Fuste de coluna romana identificada no quintal da casa situada no Beco 05 de Outubro, nº6, em Marmelar**



**Fotografia 166- Fuste de coluna em mármore de veios cinzentos, observada no quintal da casa situada no Beco 05 de Outubro nº6**





**Fotografia 167- Fragmento de fuste de coluna reaproveitado como elemento de portal, observada no quintal da casa situada no Beco 05 de Outubro, nº 6**



**Fotografia 168- Fragmento de ara funerária romana, onde se pode ver a *patera*, a servir de poial**



**Fotografia 169- Zona de Maior concentração de materiais em Vilar, Alfundão**



**Fotografia 170- Parede romana partida em Vilar**





**Fotografia 171- São Cucufate na actualidade**



**Fotografia 172- Possível mausoléu de São Cucufate**



**Fotografia 173- Possível mausoléu de São Cucufate**



**Fotografia 174- São Cucufate: espaço baptismal proposto por Alarcão *et alii* (1990)**





**Fotografia 175- Igreja do mosteiro de São Cucufate**



**Fotografia 176- Pintura mural mais antiga de São Cucufate**



**Fotografia 177- *Basilica* do Sítio dos Mosteiros, sentido E/W**



**Fotografia 178- *Basilica* do Sítio dos Mosteiros, sentido W/E**





**Fotografia 179- Sítio dos Mosteiros: Pormenor do mausoléu sudeste**



**Fotografia 180- Sítio dos Mosteiros, sentido SE/NW**



**Fotografia 181 Actual Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar**



**Fotografia 182- Placas triangulares na actual igreja matriz de Vera Cruz de Marmelar**





**Fotografia 183-** Pormenor do nicho e da decoração do friso da “capela sul” do altar-mor da Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar, onde se notam algumas discrepâncias no que respeita à colocação original das peças.



**Fotografia 184-** Placas triangulares existentes em Beja (a da esquerda) na igreja de Vera Cruz de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXXIV, números 222 e 223)



**Fotografia 185- Possível *baptisterium* de São Cucufate**



**Fotografia 186- Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, sentido W/E**





**Fotografia 187-** Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, pormenor.



**Fotografia 188-** Inscrição funerária de Vila Nova da Baronia, na igreja da Misericórdia da localidade

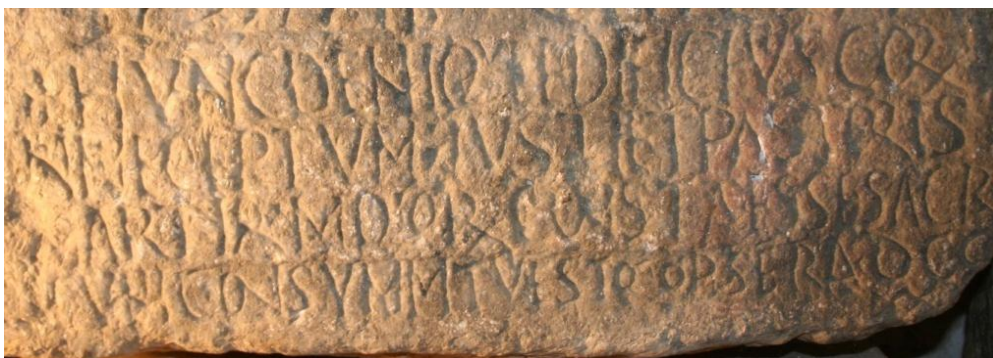


**Fotografia 189- Inscrição funerária de Vila Nova da Baronia**



**Fotografia 190- Inscrição de São João dos Azinhais**





**Fotografia 191- Texto em “caixa”**



**Fotografia 192- Era de DCCXX (720), correspondente ao ano de 682**



**Fotografia 193- Ara reaproveitada, faltando-lhe o soco direito quando observada de frente**



Fotografia 194- Pormenor do tímpano com o monograma B(asílica) ARANA

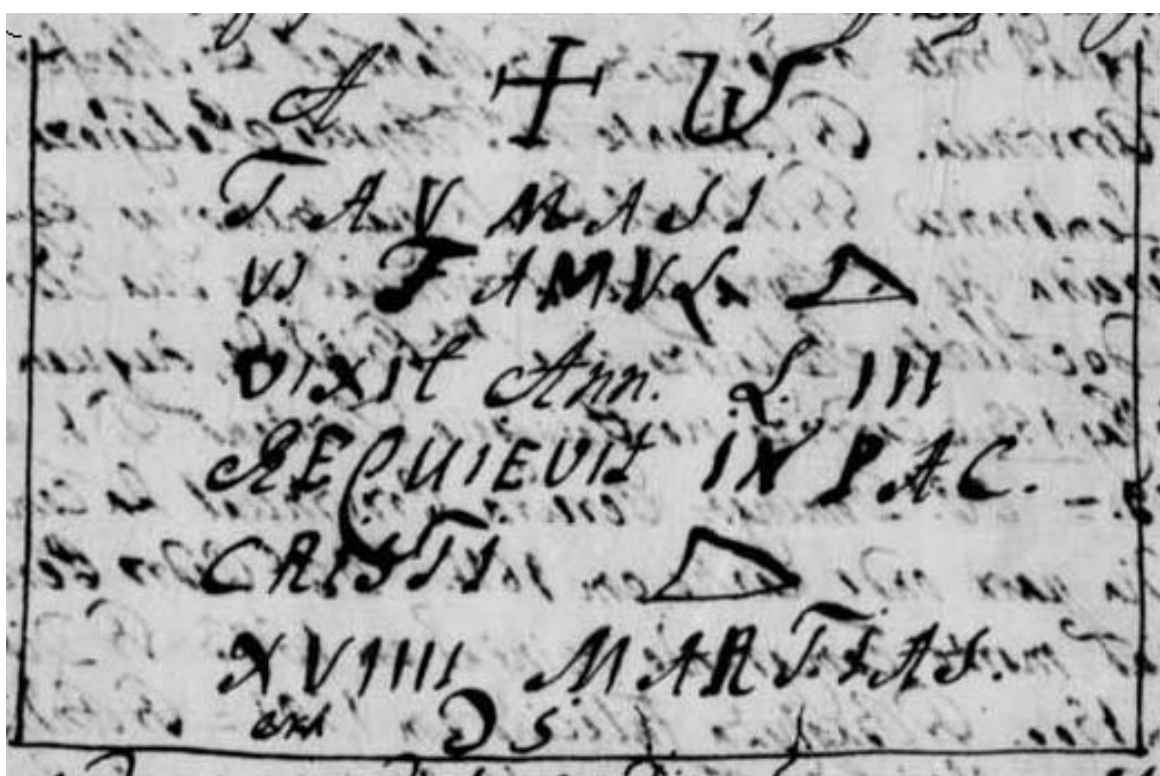


Ilustração 15- Inscrição funerária de *Taumasius* nas memórias paroquiais de Alvito.

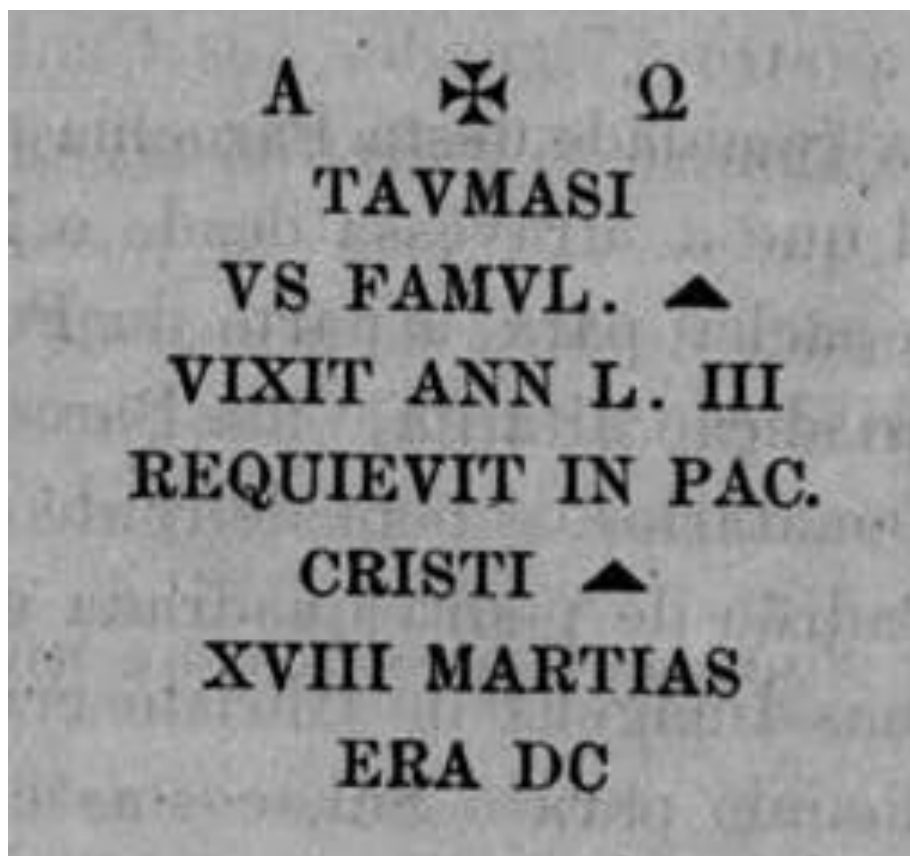


Ilustração 16- Reprodução da inscrição funerária de Taumasius, de Alvito (Azevedo, 1896: 190)



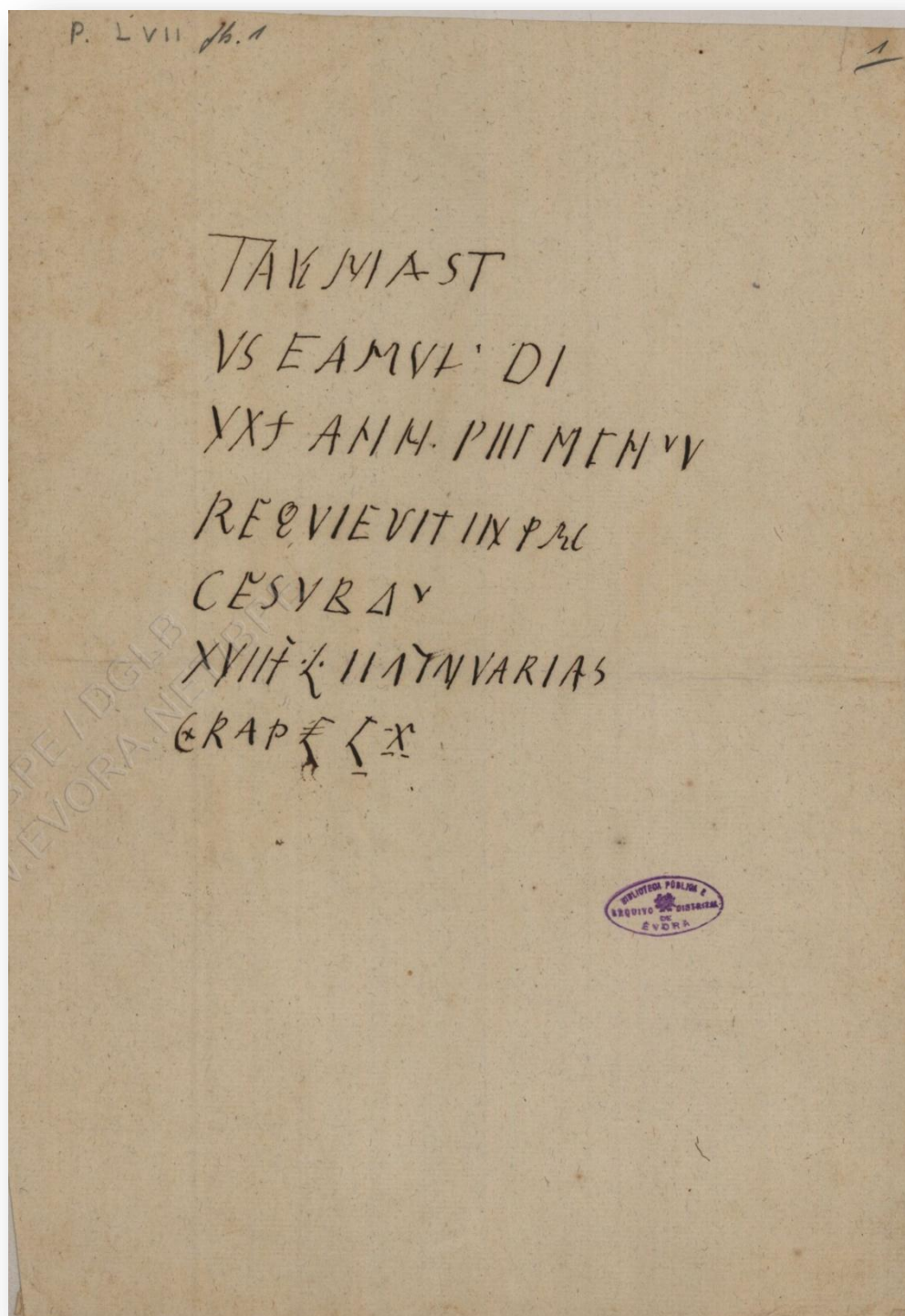


Ilustração 17- Inscrição de Taumastus, documento original de Frei Manuel do Cenáculo

FOTOGRAFIAS DE PARALELOS



Fotografia 195- Fresta da parede sul da cabeceira da igreja Santa Cristina de Lena



Fotografia 196- Fragmento de *transenna* de *iconostase* localizada no Monte do Roxo, Alvalade, Santiago do Cacém





**Fotografia 197-** Fragmento de *transenna* de *iconostase* do Monte do Roxo, depositada na Casa do Povo de Alvalade, Santiago do Cacém



**Fotografia 198-** Imposta do Mausoléu de Mértola, datado, pelos fragmentos de inscrições funerárias ali recolhidos, do século VI



Fotografia 199- Epitáfio de Fistellus



Fotografia 200- Inscrição funerária de Rufina



**Fotografia 201- Friso do “monte” do Roxo. A decoração composta por uma trança de duas pontas com bifólios na sua base, ensaiando uma decoração composta por peltas. No topo pode ainda observar-se uma decoração com folhas lisas.**



**Fotografia 202- Parte frontal da de possível imposta para arranque do arco de acesso à abside, enquanto servia de poial na entrada do “monte” do Roxo**





**Fotografia 203- Colunelo do Monte do Roxo depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade**

## **ANEXO II**

**(DESCRIÇÃO E FICHAS DE ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS)**

## **DESCRIÇÃO E FICHAS DE ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS**

### **CAPITEL**

#### **SÃO CUCUFATE?**



**Fotografia 204- Capitel de São Cucufate?**



**Fotografia 205- Capitel de São Cucufate (?): topo**

**IDENTIFICAÇÃO:** Capitel Corintizante, em calcário de São Brissos.

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Vila de Frades (?)

**DECORAÇÃO:** Os elementos mais significativos deste capitel são as suas folhas, que nascem junto ao astrágalo, no leito de assentamento. São lisas e redondas, apresentando-se dobradas para a frente em 1/3 do seu comprimento, com uma aderência de 2/3. As folhas de acanto são apenas simuladas.. Encontra-se pouco danificada

**DIMENSÕES:** A peça apresenta um comprimento de 0,45m, uma altura de 0,30m e um diâmetro da base, de perfil circular para assentar num fuste de coluna, de 0,29m

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século IV a século VII. Em nosso entender será uma peça muito tardia, tendo em consideração o quase desaparecimento das folhas de acanto.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** São Cucufate

**CONTEXTO:** Tardo-romano ou Visigótico

**GRUPO:** Pacense.

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:** A peça encontra-se inédita, pelo que apresentamos alguma bibliografia comparativa.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **PLACAS TRIANGULARES/FRONTÕES**

### **1- VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 206- Placa triangular na igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar**

**IDENTIFICAÇÃO:** Placa em forma de triângulo Isósceles, com base de assentamento, em calcário de São Brissos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** O campo principal apresenta-se dividido em duas partes, no sentido longitudinal, com um triângulo da metade superior e um losango na inferior. No primeiro observa-se uma palmeta estilizada com a representação de uma cruz grega no

seu interior, que encima uma vieira de base semicircular no interior da qual se observa um trifólio ou flor-de-lis. No campo inferior divide-se noutros dois de iguais dimensões com os mesmos motivos decorativos: a partir de um botão central onde se encontra representado um tetrafólio saem quatro palmetas estilizadas, duas voltadas para o topo e as restantes para a base, separadas por duas folhas triangulares lanceoladas dispostas na horizontal e, também elas, nascentes do botão central. Na orla apresenta uma decoração em espinha, unida no topo por uma árvore da vida inserida num círculo.

A peça seria colocada sobre uma fresta, cujo entaipamento é bem visível, servindo de frontão

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar, Marmelar (Inédito, infra nº4) e Beja (**TORRES *et alii***, 1993: nº69).

**DIMENSÕES:** Não foram executadas medições

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Razoável.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**CONTEXTO:** Visigótico, com influência cultural ravenatico-bizantina

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo pacense.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, *Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*



## 2- VERA CRUZ DE MARMELAR



**Fotografia 207- Placa triangular na igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar**

**IDENTIFICAÇÃO:** Placa triangular, com base de assentamento.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** O campo principal apresenta-se dividido em duas partes, compostas por um triângulo da metade superior e um losango na inferior. No primeiro observa-se uma palmeta estilizada com a representação de uma cruz grega no seu interior, que encima uma vieira de base semicircular no interior da qual se observa um trifólio. No campo inferior divide-se noutros dois de iguais dimensões com os mesmos motivos decorativos: a partir de um botão central onde se encontra representado um tetrafólio saem quatro palmetas estilizadas, duas voltadas para o topo e as restantes para a base,

separadas por duas folhas triangulares dispostas na horizontal e, também elas, nascentes do botão central. Na parte visível da orla apresenta na base um candelabro sob um círculo com cruz grega, joalheria e um cálice.

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar, Marmelar (Inédito, infra nº4) e Beja (**TORRES *et alii***, 1993: nº69).

**DIMENSÕES:** Não foram executadas medições

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Razoável.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**CONTEXTO:** Visigótico, com influência cultural ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo pacense.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, *Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*

### **3- VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 208- Fragmento de placa triangular depositado na Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar**

**IDENTIFICAÇÃO:** Placa triangular, com base de assentamento.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** O campo principal apresenta-se dividido em duas partes, compostas por um triângulo da metade superior e um losango na inferior. No primeiro observa-se uma palmeta estilizada com a representação de uma cruz grega no seu interior, que encima uma vieira de base semicircular no interior da qual se observa um trifólio. No campo inferior divide-se noutros dois de iguais dimensões com os mesmos motivos decorativos: a partir de um botão central onde se encontra representado um tetrafólio saem quatro palmetas estilizadas, duas voltadas para o topo e as restantes para a base, separadas por duas folhas triangulares dispostas na horizontal e, também elas, nascentes do botão central. Não apresenta decoração na parte inferior da orla. Na parte direita da orla, quando vista de frente, apresenta uma coroa de louros estilizada.

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar, Marmelar (Inédito, infra nº4) e Beja (**TORRES et alii**, 1993: nº69).

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,36m de altura; 0,31m de largura, 0,10m de espessura no campo gravado e 0,15m de espessura no soco.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu da Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Razoável.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência cultural ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo Pacense.

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:** A peça é inédita, no entanto apresentamos a seguinte bibliografia comparativa:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

#### **4- VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 209- Fragmento de placa triangular de Marmelar**

**IDENTIFICAÇÃO:** Placa triangular, com base de assentamento

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Pedrógão

**DECORAÇÃO:** Não é possível perceber correctamente a decoração da peça porque se encontra muito mutilada.

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar (supra 1, 2, 3), e Beja (**TORRES *et alii***, 1993: nº69).

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,17m de altura; 0,17m de largura, 0,10m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:** A peça é inédita, no entanto apresentamos a seguinte bibliografia comparativa:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)



## FRISOS

### IGREJA MATRIZ DE VERA CRUZ DE MARMELAR: CAPELA SUDESTE

#### FRISO 1



Fotografia 210- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: Fragmento de elemento de friso nº1

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.



**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,14m de comprimento e 0,13m de altura

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu da Junta de Freguesia de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Razoável

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo Pacense

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN,** M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL,** Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES,** Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **FRISO 2**



**Fotografia 211-** Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: fragmentos de elementos de frisos nº2 e 3

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia

Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,29m de comprimento e 0,10m de altura

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo Pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, *in* O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN,** M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL,** Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

### **FRISO 3**



**Fotografia 212- Fragmentos de elementos de friso 3 e 4**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,32m de comprimento e 0,11m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense com influência do grupo pacense.

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN, M.**, Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL, Manuel Justino**, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES, Cláudio (coord.)**, Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH, Licínia Nunes Correia**, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

#### **FRISO 4**



**Fotografia 213- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº4**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** A peça 0,77m de comprimento e 0,12m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico Tardio

**GRUPO:** Eborenses



## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## FRISO 5





**Fotografia 214- Dois fragmentos de friso reutilizados sob o nicho, depois de fragmentados**

**IDENTIFICAÇÃO:** Dois fragmentos do mesmo friso, reutilizados como base para o nicho, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** O padrão decorativo dos dois fragmentos consiste num entrançado com uma esfera no interior de um círculo.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** O da esquerda, quando observado de frente, apresenta 0,35m de comprimento, enquanto o da direita preserva ainda 0,36m de comprimento. Ambos têm 0,23m de altura e uma largura de 0,50m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).



**Fotografia 215- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº6**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais

**DIMENSÕES:** A peça apresenta 0,79m de comprimento e 0,13m de altura

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico Tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do Pacense

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **FRISO 7**



**Fotografia 216- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº7**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** Juntando os dois fragmentos a peça apresenta 1,16m de comprimento e 0,12m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborenses com influência do Pacense

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de



Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## FRISO 8



Fotografia 217- Capela sudeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº8

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com folhas de *hedera* nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:** São João dos Azinhais.

**DIMENSÕES:** Juntando os dois fragmentos a peça apresenta 1,16m de comprimento e 0,13m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico Tardio

**GRUPO:** Eborense com influência do Pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN,** M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL,** Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES,** Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.



**WRENCH**, Lícínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

**IGREJA MATRIZ DE VERA CRUZ DE MARMELAR: CAPELA NORDESTE**

Alguns dos frisos reutilizados na capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar foram intencionalmente vandalizados em época indeterminada, embora nos inclinemos para que tal tenha acontecido no decorrer da primeira metade do século IX, altura em que as comunidades moçárabes foram alvo de perseguições pelos governadores islâmicos. No entanto, através da utilização de luz rasante, é-nos possível apresentar algumas propostas.

### **FRISO 9**



**Fotografia 218- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº9**

**IDENTIFICAÇÃO:** Friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A decoração foi intencionalmente vandalizada, contudo através da utilização de luz rasante, é ainda possível observar o que resta de um entrançado ou cordão da vida.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem 1,09m de comprimento e 0,12m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense, com influência do Pacense.

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de

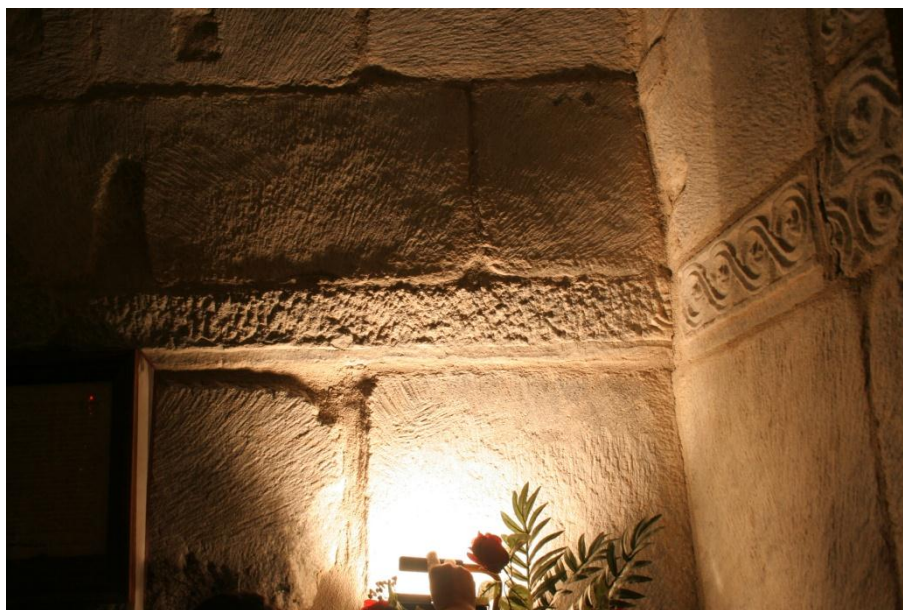
Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN, M.**, Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL, Manuel Justino**, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES, Cláudio (coord.)**, Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH, Licínia Nunes Correia**, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)



**Fotografia 219- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº10**

**IDENTIFICAÇÃO:** Friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A decoração foi intencionalmente vandalizada, contudo através da utilização de luz rasante, é ainda possível observar o que resta de um entrançado ou cordão da vida.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem 1,21m de comprimento e 0,18m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau.

**CONTEXTO:** Visigótico Tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo Pacense

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

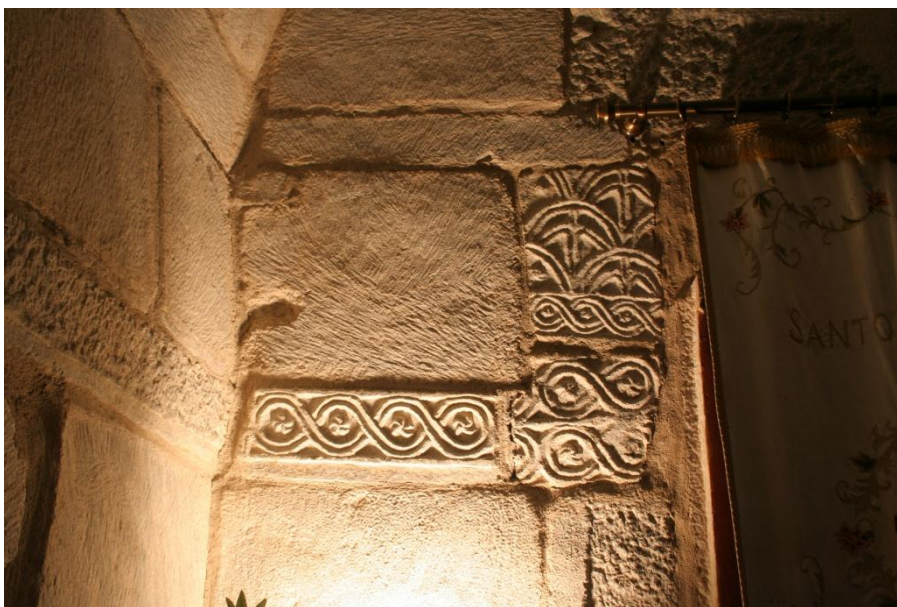
**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).



**Fotografia 220- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com pentafólios, com pétalas giratórias, nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem com 0,56m de comprimento e 0,21m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

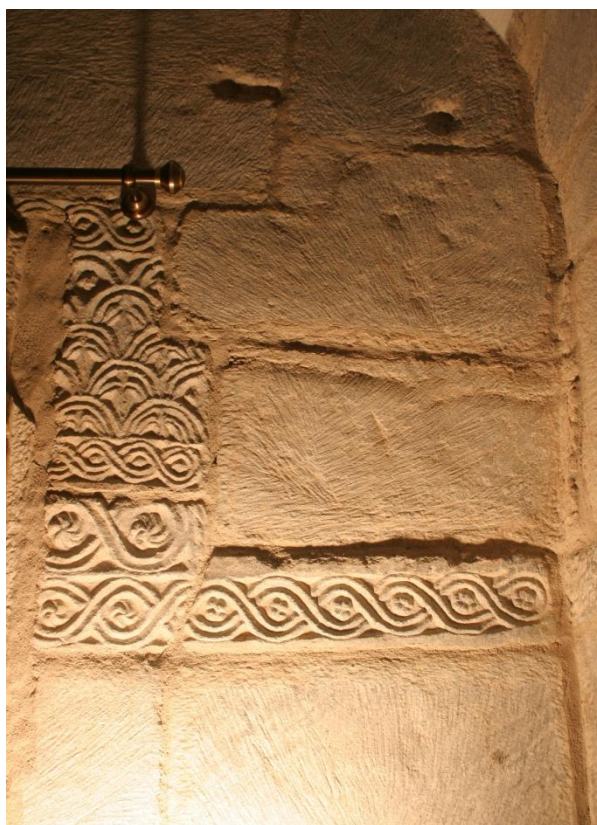
**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.



**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **FRISO 12**



**Fotografia 221- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº12**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta o que resta de um entrançado ou cordão da vida, com tetrafólios, com pétalas giratórias nas ilhós dispostas horizontalmente, que Licínia Wrench definiu como par de sinusóides cruzadas opostas (entrelaçadas). A peça foi trabalhada a bisel.

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta um entrançado ou cordão da vida, com no centro.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem com 0,56m de comprimento e 0,21m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico Tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

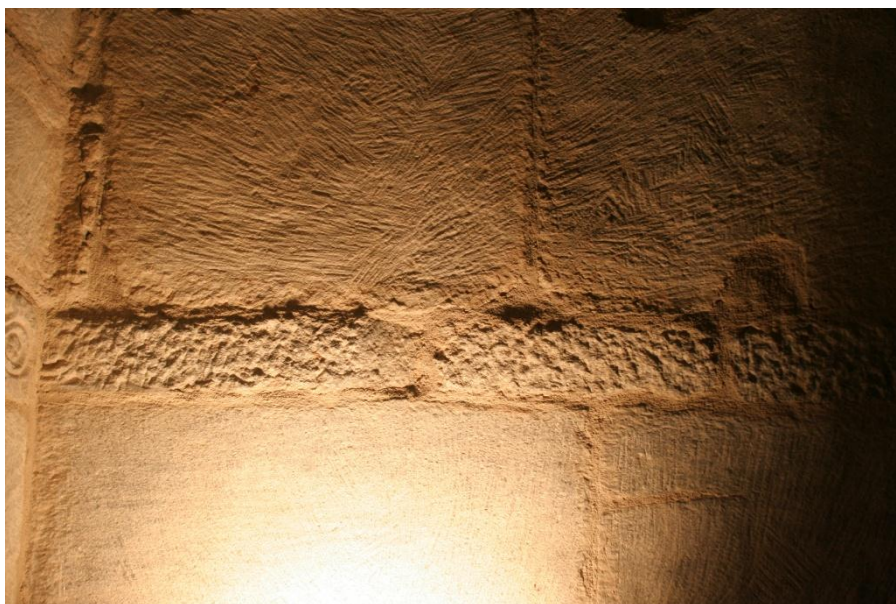
**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

### **FRISO 13 (FOTOGRAFIA 53)**



**Fotografia 222- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº13**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de Friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A decoração foi intencionalmente vandalizada, contudo através da utilização de luz rasante, é ainda possível observar o que resta de um entrançado ou cordão da vida.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem com 1,06m de comprimento e 0,12m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

#### **FRISO 14 (FOTOGRAFIA 54)**



**Fotografia 223- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº14**

**IDENTIFICAÇÃO:** Elemento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A decoração foi intencionalmente vandalizada, contudo através da utilização de luz rasante, é ainda possível observar o que resta de um entrançado ou cordão da vida.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem 1,31m de comprimento e 0,13m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, *in* O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).



## **VERA CRUZ DE MARMELAR: DISPERSOS**

### **FRISO 15**



**Fotografia 224- Friso 15, a partir de WRENCH, 2008: 228**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A peça apresenta um entrançado ou cordão da vida, que Licínia Wrench classifica como par de sinusóides opostas, enlaçadas e fechadas (**WRENCH**, 2008:228). Tem quatro ilhós preenchidas por rosetas giratórias. O motivo encontra-se entre duas estreitas molduras rebordadas.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar. Incorporado na parede do lado sul. Estado de conservação: A escultura está bem conservada e a pedra não



apresenta sinais de ter sido fracturada de outra. Poderá ter servido como imposta ou friso e, posteriormente, ter sido incorporada na referida parede.

**CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência cultural ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo Pacense.

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

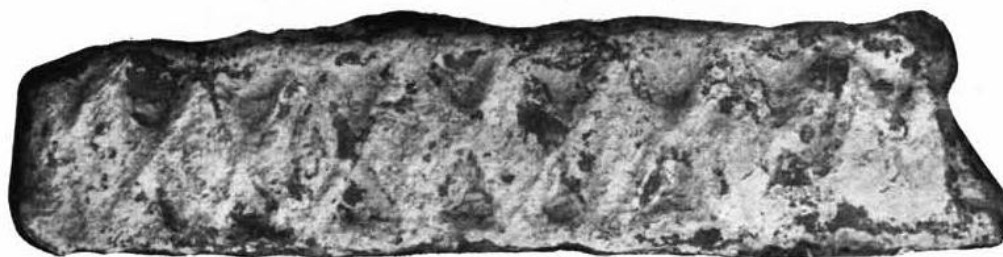
**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN,** M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH,** Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **VERA CRUZ DE MARMELAR**

### **FRISO 16**



**Fotografia 225- Friso (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXIX, número 203)**

**IDENTIFICAÇÃO:** Friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Apresenta uma decoração composta por losangos.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,32m de comprimento e 0,08m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Foi encontrada no muro do quintal do Paço de Vera Cruz de Marmelar Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar. Localização indeterminada.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Indeterminado.

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

## **MARMELAR**

### **FRISO 17**



**Fotografia 226- Fragmento de possível friso colocada numa parede interna da casa situada no Beco 5 de Outubro nº6, decorada com octofólios recentemente “rebocados”**

**IDENTIFICAÇÃO:** Friso em mármore de veios cinzentos

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Pedrógão

**DECORAÇÃO:** Como tema decorativo apresenta octofólios insertos em quadrados, com tetrafólios no centro.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça tem 0,25m de comprimento e 0,13m de altura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Foi reutilizado numa parede de um compartimento interior da casa com o número 6 do Beco 5 de Outubro.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Mau.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência cultural bizantina.

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo Pacense.

**OBSERVAÇÕES:** Segundo Licínia Wrench, as rosetas de oito pétalas são do tipo das ocorrentes em outras peças de Marmelar, em peças presentes no Museu Regional de Beja e no Museu Arqueológico de Sines. As folhas diagonais, porém, são mais largas e com uma realização mais próxima das que ocorrem apenas nas peças de Marmelar o que pode indiciar a existência de oficina localizada nesta região.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

**SÃO JOÃO DOS AZINHAIS**

**FRISO 18**



**Fotografia 227- Friso de São João dos Azinhais**



**Fotografia 228- Friso de São João dos Azinhais naquela que poderá ter sido a sua posição original**



**Fotografia 229- Pormenor da Cruz Pátea do friso**





**Fotografia 230- Tardo da peça, onde se observa o desbaste e o gonzo da porta**

**IDENTIFICAÇÃO:** Friso em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Setúbal

**CONCELHO:** Alcácer do Sal

**FREGUESIA:** Torrão

**DECORAÇÃO:** Num dos lados, observam-se octofólios com botão central insertos em 4 quadrados de 0,18m de lado, aos quais se acrescenta um rectângulo (ou “meio quadrado” decorativo) numa extensão de 0,90m, com espaços entre quadrados com cerca de 0,02m. Do lado oposto a decoração ocupa apenas 0,42m, observando-se dois octofólios com botão central insertos em quadrados com 0,18m de lado. Na face voltada para a zona do arco apresenta uma divisão em três quadrados com 0,18m de lado, com uma cruz pátea no interior do quadrado central e octofólios com botão



central nos laterais. No tardo da peça observa-se uma área desbastada e ainda o orifício do gonzo da porta, podendo induzir-se que se trata de uma reutilização.

**DIMENSÕES:** A peça tem 1,04m de comprimento à vista, encontrando-se grande parte do que corresponderia a um espigão, “em bruto” embutida numa base de cimento, desde que foi depositado no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal no final da década de 90. Possui 0,60m de largura, o equivalente a uma medida de dois pés e uma altura de 0,25m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio/final.

**GRUPO:** Eborenses

**OBSERVAÇÕES:** A peça que consideramos ser um friso foi estudada por Maria Amélia Fresco de Almeida, que a apresentou como mesa de altar, justificando a sua opção pela inclusão de uma cruz pátea, embora tenha colocado também a hipótese de se tratar de uma placa, que, em seu entender, podia estar colocada na zona da *iconostase* (ALMEIDA, 1987, vol. I: 297). Maria Amélia Fresco de Almeida defendeu que esta peça se encontrava inacabada porque num dos seus lados menores a decoração não ocupava a totalidade da extensão da peça. Observado este elemento arquitectónico com atenção, parece tratar-se antes de um friso. A peça não se encontra inacabada, pois poderá tratar-se de um friso colocado numa das paredes menores de acesso a uma possível capela lateral. O espigão “em bruto” seria embutido na parede, ficando a cruz voltada para o arco de passagem para o seu interior. O facto da decoração de um dos lados não ocupar toda a extensão não significa que esta se encontre inacabada. Muito pelo contrário, basta termos em conta que 0,42m são uma medida muito aceitável para a largura de um fuste de pilar, podemos considerar que esses 0,42m do comprimento do friso seriam colocados em cima de um pilar, servindo de ábaco para o arranque do arco de acesso a uma possível capela.

## **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993 (nº60 e 62).

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **LINTÉIS DE PORTA E/OU JANELA E DE FRESTA DE JANELA**

### **1- SÃO JOÃO DOS AZINHAIS**



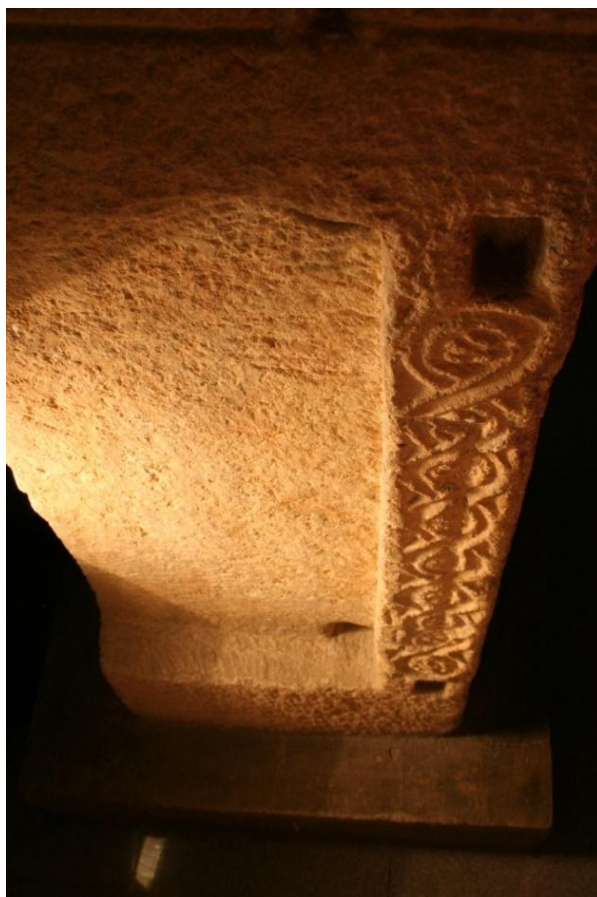
**Fotografia 231- Lintel em exposição no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal**



**Fotografia 232- Lintel na sua posição original**



**Fotografia 233- Pormenor do *Cantharus* no local onde antes se encontrava a *patara***



**Fotografia 234- Pormenor da parte inferior do lintel**

**IDENTIFICAÇÃO:** Lintel em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Setúbal

**CONCELHO:** Alcácer do Sal

**FREGUESIA:** Torrão

**DECORAÇÃO:** No lado onde se encontrava a *patera* o campo decorativo foi rebaixado, representando-se tetrafólios com botão central, resultantes de círculos secantes. Nos espaços intervalares observam-se losangos de braços curvos, dentro dos quais se inserem corolas cujas pétalas não são legíveis. Ao centro, na zona onde se encontrava a *patera* observa-se um jarro litúrgico, que na colocação original ficava em posição inversa. Na parte posterior da ara, podemos observar que a ara foi reaproveitada como lintel de porta. Uma parte do suporte foi rebaixada, tendo sido escavados os orifícios para colocação dos gonzos da porta. Na parte não rebaixada foi representado um

encordado com tetrafólios nas zonas de intercepção, que tem paralelos em Vera Cruz de Marmelar e em Marmelar (apenas o encordado). Nesta parte observam-se dois orifícios rectangulares, que podem corresponder a um gradeamento.

**DIMENSÕES:** A peça, em mármore de veios cinzentos, preserva 1,30m de comprimento; 0,21m de espessura mínima; 0,26m de espessura máxima; 0,84m de abertura no vão; 0,36m de largura do vão e 0,06m de profundidade no campo rebaixado no vão.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio/final

**OBSERVAÇÕES:** O lintel de São João de Arranas é uma peça fabulosa, que resulta do reaproveitamento de uma ara funerária romana, que apresenta ainda o característico jarro do lado direito, quando observada de frente na exposição actual. Maria Amélia Fresco de Almeida considerou que no lado mais profundamente decorado da antiga ara romana o trabalho paleocristão ficou por terminar porque ainda subsistiu um cântaro. Não se pode concordar com esta opinião, porque este lado era aquele em que ficava a *patera*. A mesma autora considera que a peça ficou por terminar, não observando a parte da ara voltada para a parede do museu (1987: 224 e 225). Também Dom Fernando de Almeida, António Cavaleiro Paixão e Judite Cavaleiro Paixão não puderam observar esta particularidade da peça (1978: 220). Manuel Luís Real afirmou que se trata de um reaproveitamento de uma ara romana como soleira e depois como suporte de cancela metálica, tendo em consideração a existência de dois orifícios. Licínia Wrench pesou também poder tratar-se de um reaproveitamento de uma Ara tardo-romana, cortada do topo à base no sentido da espessura e esculpando-se um dos laterais bem como uma estreita faixa, junto e ao longo da aresta, na face posterior da ara, onde também foram escavados dois orifícios rectangulares, na base e no topo, possivelmente para o encaixe de ferragem ligada a uma possível cancela (WRENCH, 2008: 374 e 375). Para além dos dois orifícios rectangulares, apresenta ainda outros dois circulares que correspondem ao encaixe dos gonzo de uma porta, registando-se um campo decorado entre os primeiros orifícios. A decoração não serviria para ser colocada na zona da cancela metálica e, simultaneamente, não se percebe a razão que

provocaria o rebaixamento de parte da peça para ser reutilizada como soleira de porta, não apresentando sequer qualquer tipo de desgaste, como é habitual nas soleiras, pelo que teremos de classificar esta peça como lintel de porta ou de janela, podendo dar assim resposta a algumas questões que se vêm colocando com algumas placas. Na realidade, essas placas poderiam ser ombreiras ou jambas de portas, sobre as quais seriam colocadas peças como esta de São João dos Azinhais. Em nosso entender, é esse o motivo porque “placas” como a de Marmelar apresentam decoração numa das faces maiores e nas laterais, o mesmo não acontecendo com os topos e a face posterior das peças. Também não se pode colocar de lado a sua funcionalidade como ombreiras de janelas.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), pp. 224-225, Friso 13, Vol. IV, 4 fotos.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**REAL**, Manuel Luís, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.56

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993 (nº60 e 62).



**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **2- VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 235- Lintel de fresta de janela de Vera Cruz de Marmelar**





**Fotografia 236-** Pormenor da decoração interna do nicho. Atente-se na decoração composta uma *hedera* com haste ondulante

**IDENTIFICAÇÃO:** Lintel arqueado com nicho, em calcário de São Brissos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na superfície frontal do lintel, onde foi aberto o nicho, observam-se de ambos os lados composições de escamas ou peltas do tipo A de Lícínia Wrench, numa composição de cinco fiadas, desenhadas por bordo duplo. Nos espaços interiores destas encontram-se pequenas rosetas de quatro pétalas giratórias. Nos dois triângulos residuais sobre o arco do nicho existem dardos circunscritos por arcos com volutas (**WRENCH, 2008:** 317). Na face interna do arco, demarcando a vieira de “meias canas”, destaca-se uma decoração caracterizada pelo emprego do trépano com folhas de *hedera*, idêntica à forma como foi representada a videira de haste ondulante, com parras e uvas, nas ombreiras de Marmelar e Vera Cruz de Marmelar, numa composição que lhe confere o sentido iconográfico de eternidade. No topo e na base do lintel observa-se respectivamente o enquadramento de um friso superior e o arranque do friso inferior, significando que o espaço onde se enquadrava esta peça era enquadrado por dois frisos e não por um como se observa actualmente.

**PARALELOS:** Existe um paralelo numa janela do lado norte da abside da igreja de San Pedro de la Nave, província de Zamora. Neste exemplar, o interior das escamas não é decorado, mas bastante escavado; as escamas são desenhadas por um bordo não biselado, e o conjunto não apresenta faixas de enquadramento.

**DIMENSÕES:** A peça apresenta uma largura de 1,23m no topo, uma largura de 0,60m e uma altura de 0,59m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII. Licínia Wrench propõe séculos VII/VIII, num contexto visigótico tardio.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 219-220, figs.225-226 (Est. XXXV).

**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

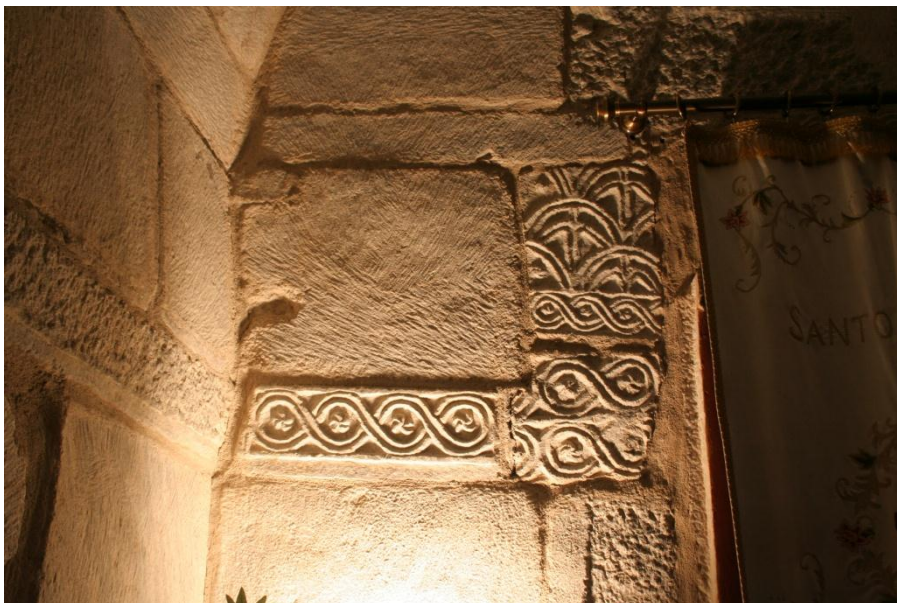
**CABALLERO ZOREDA**, Luis, e **ARCE**, Fernando, “El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovacion musulmana, *in* **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, *in* **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tatdorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp.233-274.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**ESPANCA**, Túlio, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora (Zona Sul)», I Vol., Lisboa, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1975, pp 258 a 260.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

### 3- VERA CRUZ DE MARMELAR



Fotografia 237- Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11, ao centro/esquerda. No centro/direita observa-se um fragmento de uma possível ombreira e no topo um fragmento de um possível nicho



Fotografia 238- Pormenor do fragmento de lintel

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de Lintel, em calcário de São Brissos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na superfície frontal do lintel, onde foi aberto o nicho, observa-se de uma composições de escamas ou peltas do tipo A de Lícínia Wrench, desenhadas por bordo duplo, dispostas nas três fiadas que restam da peça, com trifólios (ou flores-de-lis) no seu interior, talhados a bisel. Na base do lintel observa-se o arranque do friso inferior.

**PARALELOS:** Existe um paralelo numa janela do lado norte da abside da igreja de San Pe3dro de la Nave, província de Zamora. Neste exemplar, o interior das escamas não é decorado, mas bastante escavado; as escamas são desenhadas por um bordo não biselado, e o conjunto não apresenta faixas de enquadramento.

**DIMENSÕES:** A peça apresenta preservados 0,30m de Altura e 0,35m de largura.

**LOCAL DE INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII. Licínia Wrench propõe séculos VII/VIII, num contexto visigótico tardio.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, *in* O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 219-220, figs.225-226 (Est. XXXV).

**CRUZ VILLALÓN, M.**, Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**ESPANCA, Túlio**, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora (Zona Sul)», I Vol., Lisboa, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1975, pp 258 a 260.

**WRENCH, Licínia Nunes Correia**, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

#### **4- VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 239-** Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº12, ao centro/direita. No centro esquerda observa-se o fragmento de uma possível ombreira e no topo o que resta de um possível lintel de fresta.





**Fotografia 240- Pormenor de possível lintel de fresta**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de lintel arqueado com nicho, em calcário de São Brissos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** O principal tema decorativo deste fragmento de lintel é uma composição à base de escamas ou peltas do tipo A de Licínia Wrench, com cinco fiadas, desenhadas por bordo duplo. Nos espaços interiores destas encontram-se trifólios (ou flores-de-lis) traçados a bisel. No topo e na base do lintel observa-se respectivamente o enquadramento de um friso superior e o arranque do friso inferior, significando que o espaço onde se enquadra esta peça era enquadado por dois frisos e não por um como se observa actualmente.

**PARALELOS:** Existe um paralelo numa janela do lado norte da abside da igreja de San Pe3dro de la Nave, província de Zamora. Neste exemplar, o interior das escamas não é decorado, mas bastante escavado; as escamas são desenhadas por um bordo não biselado, e o conjunto não apresenta faixas de enquadramento.

**DIMENSÕES:** A peça apresenta preservados 0,60m de Altura e 0,30m de largura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII. Licínia Wrench propõe séculos VII/VIII, num contexto visigótico tardio.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, *in* O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 219-220, figs.225-226 (Est. XXXV).

**CABALLERO ZOREDA**, Luis, e **ARCE**, Fernando, “El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovacion musulmana, *in* **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, *in* **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tatdorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp.233-274.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**ESPANCA**, Túlio, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora (Zona Sul)», I Vol., Lisboa, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1975, pp 258 a 260.



**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **JAMBAS OU OMBREIRAS**

### **OMBREIRA 1**



**Fotografia 241- Ombreira 1 de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXVIII, número 200), naquela que se julga ser a sua posição original.**



**Fotografia 242- Ombreira 1 de Marmelar, depositada à entrada da Câmara Municipal da Vidigueira.**



**Fotografia 243- Face lateral direita da Ombreira 1 de Marmelar.**



**Fotografia 244- Pormenor da decoração lateral**



**Fotografia 245- Face lateral esquerda da ombreira 1 de Marmelar, quando se encontrava junto da entrada da Câmara Municipal da Vidigueira.**

**IDENTIFICAÇÃO:** Ombreira em mármore de veios cinzentos que servia de soleira de porta do cemitério de Marmelar (ALMEIDA, 1962:215)

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Pedrógão

**DECORAÇÃO:** A peça apresenta-se quase completa, faltando-lhe apenas um pequeno fragmento no canto inferior esquerdo (quando observada de frente. Para além da decoração que apresenta na face frontal, encontra-se também decorada nas faces laterais, o mesmo não acontecendo no topo e na base. Na face frontal podemos observar uma decoração central delimitada de ambos os lados e no topo por uma espécie de encordoado, parecendo uma porta de entrada no paraíso, impressão que sai reforçada pela ausência deste tipo de decoração na base da peça. A decoração central apresenta duas hastes de videira ondulantes que abrem um pseudo losango ao centro e terminam com duas volutas jónicas no topo, envolvendo uma folha estilizada. O campo central onde esta decoração se desenvolve encontra-se dividido em três partes iguais, formando três quadrados perfeitamente assumidos com a ligação de ambas as hastes de videira ao encordoado que as envolve. Desta forma temos três planos: no quadrado inferior observam-se dois cachos de uvas e duas folhas de videira, em que um exemplar de cada aparece como que fincado na base apontando para o topo, como se nos estivessem a mostrar a orientação da peça. No quadrado central observa-se a abertura das hastes em losango, com três folhas de videira e um cacho de uvas. No quadrado de cima observam-se um cacho de uvas e uma folha de videira apontado para o topo, encimados por duas volutas jónicas e uma folha estilizada. Esta decoração parece deter um profundo significado religioso, demonstrado pela divisão do painel central em três partes iguais (provavelmente Céu, Purgatório e Inferno) e a junção de seis folhas de videira com 4 cachos de uva e duas volutas, atingindo o número 12 (pretendendo-se eventualmente simbolizar os 12 apóstolos). Nas faces laterais, pode observar-se, de ambos os lados, uma haste ondulante de onde “nascem” cachos de uvas e folhas de videira insertas em quadrados, num total de oito do lado direito e seis do lado esquerdo. A intercepção da haste ondulante da videira com os quadrados produz, por sua vez, ao observador a sensação de ter perante si arcos de volta inteira assentes em colunas. A decoração da peça denota alguma imperfeição estética, também observada na ombreira número 2. A representação da folha estilizada e das volutas jónicas na parte superior do campo decorativo central é idêntica à observada

nos capitéis dos colunelos e pilaretes estudados nesta região. Dom Fernando de Almeida aponta paralelos em Almonaster (Serra Morena) e Valdeomos (Madrid) (1962: 215).

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Câmara Municipal da Vidigueira

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência cultural bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do Grupo Pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962.

**CABALLERO ZOREDA**, Luis, e **ARCE**, Fernando, “El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovacion musulmana, in **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, in **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tatdorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp.233-274.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**ESPANCA**, Túlio, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora (Zona Sul)», I Vol., Lisboa, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1975, pp 258 a 260.



**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **OMBREIRA 2**



**Fotografia 246- Ombreira 2, Marmelar, a partir de WRENCH, 2008**



**Fotografia 247- Ombreira 2, Marmelar, naquela que deveria ser a sua posição original**

**IDENTIFICAÇÃO:** Possível Ombreira em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Pedrógão

**DECORAÇÃO:** A placa apresenta decoração similar à da outra placa de Marmelar. No campo principal observam-se duas hastes tangentes que se afastam formando uma elipse e que voltam a unir-se numa única haste, com nervura central em espinha (**WRENCH**, 2008). Uma grande parra com nervuras, do tipo cacho, preenche o interior da elipse e outras duas parras e dois pequenos cachos presos às hastes por pedúnculos preenchem o campo, entre as largas faixas exteriores que o enquadram. As parras situadas sobre o campo central, voltadas no sentido ascendente da possível

ombreira e as volutas com uma folha lanceolada ao centro indicam a topo da peça e a posição em que devia ser colocada. Na orla foi gravado um encordado, ou linha da vida, também designada por trança de duas pontas com ilhós circulares, preenchidas por rosetas/botões. Apresentava decoração idêntica à ombreira anterior nas faces laterais.

**PARALELOS:** Marmelar, Vera Cruz de Marmelar e Museu de Moura.

**DIMENSÕES:** Comprimento: 79 cm Largura máxima: 47 cm Espessura máxima: 22 cm

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Em Maio de 1986, encontrava-se no pátio da casa do Sr. João Caleio Fialho, na Rua 25 de Abril, última casa da aldeia de Marmelar. Neste momento, o seu paradeiro é desconhecido

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** A peça desapareceu.

**CRONOLOGIA:** Séculos VII/VIII (?)

**CONTEXTO:** Visigótico tardio?

**GRUPO:** Pacense

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

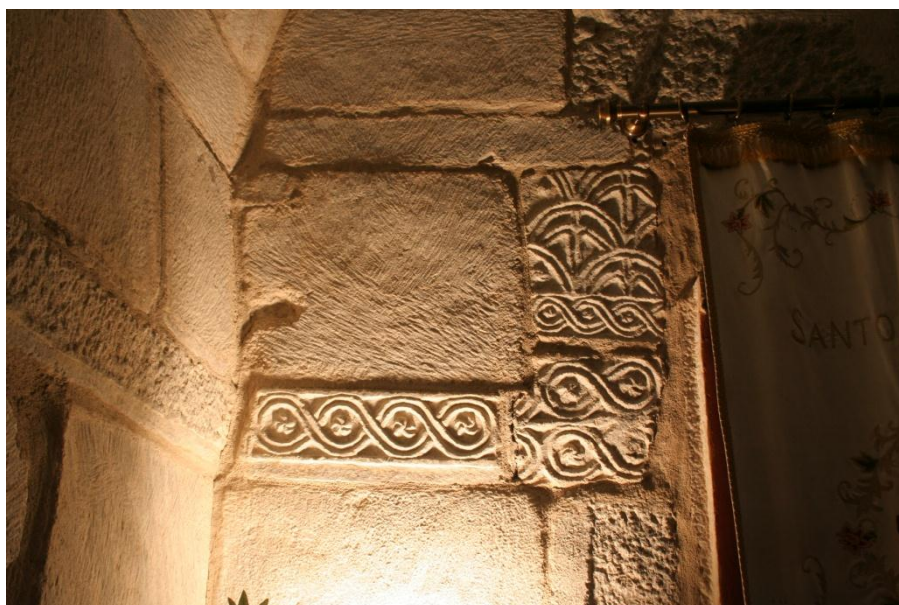
**ALMEIDA,** Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), pp.253-254, Placa 10.

**ALMEIDA,** Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962



**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

### **OMBREIRA 3**



**Fotografia 248-** Capela nordeste da igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar: friso nº11, ao centro/esquerda. No centro/direita observa-se um fragmento de uma possível ombreira e no topo um fragmento de um possível nicho



**Fotografia 249- Possível fragmento lateral de ombreira**

**IDENTIFICAÇÃO:** Possível fragmento lateral de ombreira.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A peça apresenta dois encordoados ou linhas da vida, também designadas por trança de duas pontas. Nas ilhós apresenta pequenas rosetas giratórias de quatro pétalas

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar e São João dos Azinhais

**DIMENSÕES:** A peça preserva 0,30m da sua altura e 0,30m da sua largura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), pp.253-254, Placa 10.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

## **VERA CRUZ DE MARMELAR**

### **OMBREIRA 5**



**Fotografia 250-** Fragmento de ombreira decorada com um encordoado o ou cordão da vida na orla lateral e uvas e parras de uvas no campo principal. Foi transformada posteriormente em lintel de porta em época medieval.

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de ombreira em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A orla da peça encontra-se decorada com um encordoado o ou cordão da vida, classificado por Lúcia Wrench como par de sinusóides duplas cruzadas, opostas

e enlaçadas. As ilhós são quase circulares, muito escavadas e não apresentam decoração no seu interior (**WRENCH, 2008: 335**). No campo principal observa-se uma haste de videira sinusoidal, à qual se prendem por meio de curtos e largos pedúnculos, cachos de uvas e parras em alternância, sendo as folhas marcadas por nervuras em espinha e os cachos com bagos de pequenas meias esferas (**Idem, ibidem**). A temática utilizada na iconografia, a forma como foram representados os elementos e as medidas observadas, semelhantes às registadas nas peças de Marmelar, permitem-nos integrar a peça nesta tipologia. Neste momento não é possível observar a face externa esquerda, quando vista de frente, porque foi desbastada para transformar este fragmento num elemento de um arco de um portal de época mais recente. O facto que mais directamente nos indica a funcionalidade original da pela é o traço vertical que separa a orla do campo principal, igual ao que se observa em duas peças de Marmelar e numa peça do Museu de Moura que Lúcia Wrench considera ser proveniente de Vera Cruz de Marmelar (**WRENCH : 335 a 338**).

**DIMENSÕES:** Preserva 0,54m de altura; 0,30m de largura e 0,17m de espessura. A orla tem 0,10m de largura. Não são visíveis os topos ou as faces laterais, pelo que não foi possível verificar se possuía decoração nessas zonas.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio com possível influência ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense.

## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), p. 276, Placa 29.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **MARMELAR**

### **OMBREIRA 6**



**Fotografia 251-** Elemento arquitectónico observado na “casa do Hilário” em Marmelar, recolhido na Serra do Mendro, entre as aldeias de Marmelar e de Vera Cruz de Marmelar (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa VII, número 96).

**IDENTIFICAÇÃO:** Possível placa em mármore de veios cinzentos que servia de soleira de porta da casa do Sr. Hilário, em Marmelar, proveniente da Serra situada entre Marmelar e Vera Cruz de Marmelar (Serra do Mendro).

**DISTRITO:** Beja?

**CONCELHO:** Vidigueira?

**FREGUESIA:** Pedrógão?

**DECORAÇÃO:** Na face lateral apresenta como decoração uma haste de videira ondulante, ou sinusoidal, com cachos e parras de uvas.

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar

**DIMENSÕES:** Altura: 0,45m; espessura: 0,116m e largura: 0,23m

**LOCAL/INVENTÁRIO:** “na soleira da porta da casa do Sr. Hilário, Marmelar”. Não nos foi possível observar a peça.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico, com possível influência cultural bizantina?

**GRUPO:** Pacense.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)



## PLACA OU TRÍPTICO?

### VERA CRUZ DE MARMELAR



Fotografia 252- Fragmento de possível *transenna* placa ou tríptico decorada com octofólios insertos em quadrados



**Fotografia 253- Decoração com octofólios insertos em quadrados do lado direito da peça**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de possível *transenna*, placa ou tríptico em mármore de Estremoz/Vila Viçosa. Tanto Dom Fernando de Almeida como Maria Amélia Fresco de Almeida a classificam como placa (ALMEIDA, 1962: 250 e ALMEIDA, 1987: 275, placa 28). Licínia Wrench considera que pode ser um fragmento de placa ou de *transenna*. No entanto, tendo em consideração que se trata de um fragmento de um canto inferior, mantemos algumas reservas na sua classificação.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na face principal apresenta um octofólio com botão central inserido num quadrado com 0,25m. Do lado direito, quando observada de frente, existem três quadrados com 0,10m onde foram inseridos outros tantos octofólios com três botões ou pequenas pérolas, relevados e anelados no interior do botão central. As pétalas são em forma de losango, sendo mais alargadas as das medianas. Observam-se ainda na

face principal duas pontas de roseta e o traço da moldura que enquadraria toda a composição (**WRENCH**, 2008).

**PARALELOS:** Este tipo de decoração arquitectónica é relativamente comum nos grupos eborense e pacense, existindo ainda vários casos conhecidos no grupo emeritense. O que mais se aproxima é um pilar de Elvas (**ALMEIDA**, 1987: 364, Fig.82). Este motivo surge também numa placa depositada no museu de Serpa, proveniente do Monte do Borralho, perto de Vale de Vargo); em várias peças de Marmelar (**ALMEIDA**, 1987 e **WRENCH**, 2008: 332), em dois fragmentos de *transennae* do Monte do Roxo (**WRENCH**, 2008: 332), num friso de São João dos Azinhais (**ALMEIDA**, 1987: 297-298 (**WRENCH**, 2008: 332). No grupo de Beja, que Lúcia Wrench designou por roseta de oito pétalas do tipo de Beja, mais esquematizada, encontra-se este tipo de decoração em duas pilastras (**TORRES et alii**, 1993: nº39 e 63); um pilarete ou pilastrim

**DIMENSÕES:** Preserva 0,51m de altura, 0,40m de largura e 0,115m de espessura. Possui uma base lisa para implantação no solo com 0,24m de altura, 0,36m de largura e 0,115m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:**

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo Pacense

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

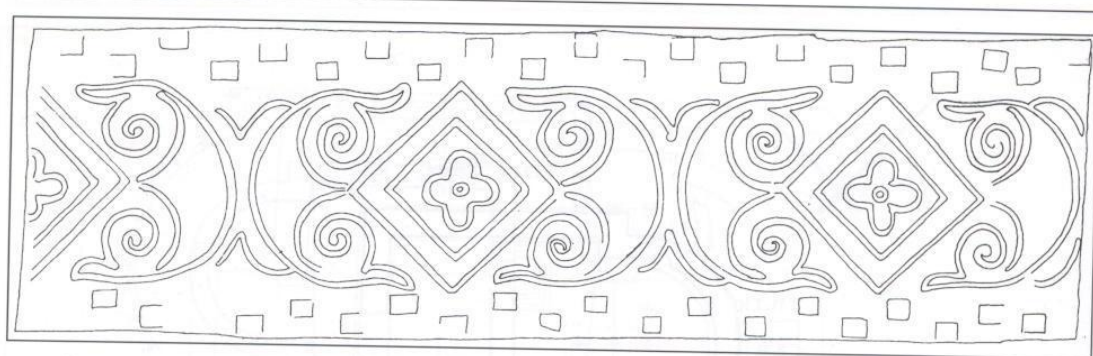
**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## PLACA DECORATIVA

### SÃO CUCUFATE



**Ilustração 18-** Placa decorativa de São Cucufate, reproduzido a partir de WRECH, 2008: 665, com base em (ALARCÃO *et alii*, 1995: 386, Est. III)

**IDENTIFICAÇÃO:** placa decorativa para revestimento arquitectónico, reutilizada como tampa sepulcral.

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Vila de Frades

**DECORAÇÃO:** A placa apresenta uma linha de peltas na vertical, afrontadas de um e outro lado de um losango (encaixado) sobre o vértice. O interior dos losangos é decorado com uma pequena roseta quadrilobada com botão central. Os espaços entre esta decoração e a fina moldura exterior são preenchidos, ao longo do comprimento, por uma linha quebrada de pequenos quadrados descontínuos (WRENCH, 2008: 665).

**PARALELOS:** Este tema decorativo é comum no mosaico romano, surgindo dele uma variante no pequeno fragmento de mosaico, ainda existente *in situ*, da Basílica cruciforme do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, de fase de construção integrável cronologicamente no século VII. No mosaico, em vez de quadrados no vértice são quadrados direitos, e entre as peltas, em alternância com este conjunto, colocaram-se losangos na horizontal (WRENCH, 2008: 666).

**PROVENIÊNCIA:** Placa (reutilizada) a cobrir uma sepultura (T 13) no exterior do períbolo do templo, mas encostada a ele (**WRENCH**, 2008: 666).

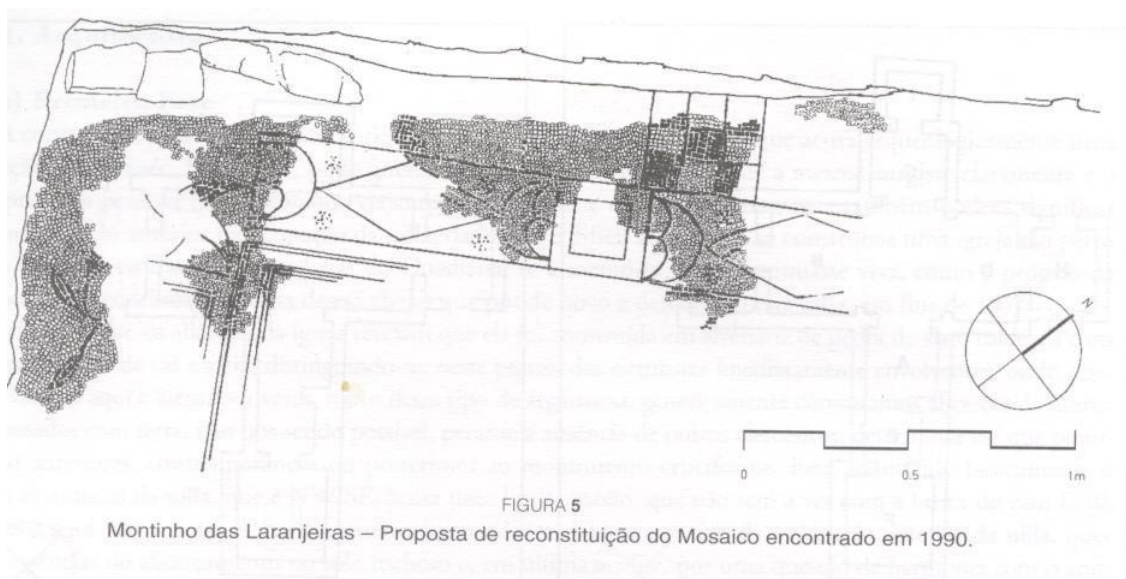
#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA**

**ALARCÃO**, Jorge de, **ÉTIENE**, Robert e **MAYET**, Françoise, Les Villas Romaines de S. Cucufate, Paris, E. de Boccard, 1990.

**ALARCÃO**, Jorge de, **ÉTIENE**, Robert e **MAYET**, Françoise, “Os monumentos cristãos da *uilla* de S. Cucufate”, in IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, in **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas), Barcelona, Instituto de Estudos Catalãos, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)



**Ilustração 19- Mosaico do Montinho das Laranjeiras (WRENCH, 2008: 666)**

## **PILARES**

### **VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 254-** Fragmento de pilar (de pé-de-altar?) decorado com trifólios sobre pequenos arcos inseridos em quadrados (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa II, número 79)

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de capitel e fuste de pilar.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar



**DECORAÇÃO:** A parte superior do capitel encontra-se incompleta, apresentando uma folha lanceolada de cuja base saem volutas jónicas muito desenvolvida e um elemento vegetal estilizado, assente em duas fiadas de arcos cegos. No fuste observam-se trifólios, ou palmetas de três folhas, assentes sobre arquinho duplo, junto do qual se observam duas pequenas folhas em voluta estilizados assentes em pequenos arcos. No que respeita à sua largura, a peça apresenta-se fragmentada sensivelmente a meio. Licínia Wrench considera que a decoração do capitel, com a sobreposição de arquinhos será uma representação esquematizada das pontas salientes das folhas de acanto, dispostas em duas coroas sobrepostas. Como aparecem nos capitéis de vários pilares de Mérida (**WRENCH**, 2008: 339)

**DIMENSÕES** (a partir de **WRENCH**, 2008: 335): Altura: 0,82m; largura: 0,27m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Encontrava-se a servir de degrau no acesso ao paço do mosteiro, não nos tendo sido possível observá-la por já aí não se encontrar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência ravenático-bizantina

**GRUPO:** Eborense, com influência do grupo pacense.

**OBSERVAÇÕES:** VER O QUE A PROF. LICÍNIA ESCREU A PARTIR DA VILALLÓN

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de,

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborenses”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## MARMELAR

### PILAR



**Fotografia 255-** Possível ombreira 2 de Marmelar, reutilizada na construção de uma parede no Beco 5 de Outubro, nº1 (na actualidade).



**Fotografia 256-** A mesma peça a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XXVI, número 187

**IDENTIFICAÇÃO:** Possível ombreira reaproveitada como material de construção na parede do quintal do número 5 do Beco 5 de Outubro, em Marmelar.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na face principal apresenta seis campos divididos em duas linhas. Na linha do topo apresenta, da esquerda para a direita, quando observada de frente, um hexafólio e dois octofólios, com botão central onde se observam rosáceas de quatro pétalas, o primeiro inserto num rectângulo com 0,37m de altura e 0,18m de largura; o segundo num rectângulo com 0,38m de altura e 0,37m de largura, e o terceiro num rectângulo com 0,38m de altura e 0,39m de largura. Na segunda linha, apresentam-se um hexafólio e dois octofólios, também com rosetas de quatro pétalas inseridas no botão central, o primeiro num rectângulo com 0,40m de altura e 0,13m de largura; o segundo com 0,43m de altura e 0,42m de largura, e o terceiro com 0,44m de largura e 0,42m de altura. Não sabemos a que se deve em concreto a discrepância na concepção dos rectângulos. Pode dever-se à dificuldade de talhar este tipo de suporte; à pouca competência técnica de quem a concebeu, ao facto de ter sido elaborada por um aprendiz, ou simplesmente à menor preocupação em executar o trabalho com perfeição por parte de quem a fez. Esta “desorganização” encontra paralelos em fragmentos de possíveis *transennae* de *iconostase* identificadas no Monte do Roxo, Alvalade do Sado.

**PARALELOS:** Vera Cruz de Marmelar

**DIMENSÕES:** A peça possui 1,07m de largura, 0,90m de altura à vista e 0,40m de espessura. Apresenta uma orla de 0,05m no topo e nos lados.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Beco 5 de Outubro, nº5, integrada na parede do quintal.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.
- ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, (p.213, Fig. 187 (Est. XXVI) (Est. XXXV).
- ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), 276, Placa 29.
- CABALLERO ZOREDA**, Luis, e **ARCE**, Fernando, “El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovacion musulmana, in **VELAZQUEZ**, A., **CERRILLO**, E. e **MATEOS**, P, (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995, in **CABALLERO ZOREDA**, Luis e **MATEOS CRUZ**, Pedro (eds.), Escultura Decorativa Tatdorromana y Altomedieval en la Península Ibérica, Madrid, Anejos de AespA, XLI, 2007, pp.233-274.
- CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.
- ESPANCA**, Túlio, Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora (Zona Sul)», I Vol., Lisboa, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1975, pp 258 a 260.
- WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **PILAR COM ENCAIXE PARA *TRANSENNA* DE *ICONOSTTASE***

### **ALFUNDÃO**



**Fotografia 257- *Transenna* de *iconostase* de Alfundão, depois da troca da calçada envolvente**



**Fotografia 258- *Transenna* de *iconostase* de Alfundão: perspectiva da zona do encaixe**

**IDENTIFICAÇÃO:** Pilar com encaixe de *transenna* de *iconostase*.

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Ferreira do Alentejo

**FREGUESIA:** Alfundão

**DECORAÇÃO:** O suporte de *transenna* de *iconostase* de Alfundão encontra-se incrustado na parede sul da cabeceira da igreja matriz desta localidade. A face principal apresenta-se dividida em quatro cartelas, divididas a meio por um eixo vertical relevado. Nas duas cartelas do topo, de cada um dos lados observa-se um grande círculo marcado por dois rebordos paralelos, onde se inscreve uma cruz pátea com as extremidades dos braços côncavas e um botão no centro. Nas cartelas inferiores observam-se quatro “peltas” com bifólios ou escamas de tipo 2 de Licinia Wrench, sem decoração, e igualmente marcadas por dois rebordos.

**PARALELOS:** As cruzes páteas começaram a ser utilizadas na epigrafia funerária de Mértola a partir dos inícios do século VI, convivendo inicialmente com o crismón, substituindo-o em definitivo a partir de 525 (**FERNÁNDEZ**, 2004: 2002). Em Mértola, o mais antigo epitáfio onde aparece representado este tipo de cruz é o de Fistellus, que data de 510 e o último é o de Afranius, datado de 706. No entanto deve registar-se que existe um interregno entre 587 e 706. A morfologia das cruzes páteas conhece em Mértola dois subtipos: O primeiro corresponde às cruzes cuja extremidade é arredondada, acompanhando a curvatura do círculo, como são os casos dos epitáfios de Possidonius, de 512, de Exuperius, de 527, de Cyprianus, de 537, de Antónia, de 571. O segundo subtipo corresponde às cruzes cujas extremidades são côncavas, destacando-se as dos epitáfios de Fistellus, datada de 510; a de um desconhecido, de 524; a de Fortunata, de 527, a de Festellus, de 527; a de Britto, de 546 e a de Rufina, de 587. A cruz do epitáfio de Fistellus apresenta uma perfuração intencionalmente colocada ao centro, na intercepção dos braços, como que representando o botão central. No entanto, as cruzes cuja concepção é mais parecida com as da peça de Alfundão, são as do epitáfio de Rufina, datado de 587, sendo aquelas que se apresentam os extremos com as concavidades mais perfeitas. Numa pilastra de Sines, pode ver-se o mesmo tipo de escamas dispostas verticalmente. Em outras pilastras, também de Sines, escultraram-se grandes círculos com cruzes/quadrifólio. As peltas



ou escamas encontram um paralelo directo num friso identificado no Monte do Roxo, freguesia de Alvalade do Sado, uma peça que chegámos a definir como possível fragmento de *transenna* de *iconostase* e que servia como de soleira de porta numa das entradas do “monte”, apresentando a face voltada para cima completamente desgastada (FEIO, 2008: 484 a 489). Este elemento arquitectónico possui uma importância significativa para uma melhor compreensão do edifício religioso que existiu neste local, pois na realidade poderá tratar-se de uma imposta em mármore de veios cinzentos para embeber numa parede e, para além de friso, servir de base a/ou marcando o nascimento de um arco, tendo decoração da parte da frente e da parte de trás desse arco, em princípio um arco separador da abside de uma basílica paleocristã. Resulta do reaproveitamento de um possível elemento de um banco, com decoração de influência jónico ou lésbica, eventualmente datada do século II, onde se distingue uma decoração vegetalista, ondulada e lisa que termina numa voluta característica dos elementos decorativos jónicos ou lésbicos, inseridos numa espécie de cimácio semicircular. No canto esquerdo do cimácio observam-se semi-palmetas de canto, ou grinaldas, e rosáceas com botão central.

**DIMENSÕES:** A peça apresenta 0,77m de altura (à vista), 0,80m de comprimento e 0,35m de espessura, tendo sido executada em mármore de veios cinzentos, normalmente designado de Trigaches ou de São Brissos, mas que também existe na zona sul da Serra de São Miguel, em Alvito.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Alfundão

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** A definição de uma cronologia para esta peça é extremamente difícil, pois não se conhece concretamente o contexto em que apareceu, pelo que uma análise iconográfica é muito delicada. Os paralelos com as inscrições de Mértola e com a peça de Alfundão, onde as *peltas* ainda surgem representadas com bifólios, numa fase de transição entre as representações de tendência vegetalista dos mosaicos do século IV e as *peltas* ou arcos imbricados dos séculos VI e VII, permite pensar que a cronologia da peça de Alfundão poderá situar-se entre o início do último terço do século VI e o princípio da centúria seguinte. Encontra também paralelos numa



imposta identificada recentemente no mausoléu do século VI de Mértola<sup>23</sup> e com cruzeiros vazados, datadas dos séculos VI/VII, provenientes de Beja.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

---

<sup>23</sup> Intervenção da responsabilidade dos Arqueólogos Jorge Feio e Carla Bento, da Câmara Municipal de Mértola, e Cláudio Torres, Maria de Fátima Palma, Susana Gómez Martinez e Virgílio Lopes, do Campo Arqueológico de Mértola.

## **PÉ-DE-ALTAR**



**Fotografia 259- Pé-de-Altar de São João dos Azinhais**

**IDENTIFICAÇÃO:** Pé-de-Altar.

**DISTRITO:** Setúbal

**CONCELHO:** Alcácer do Sal

**FREGUESIA:** Torrão

**DECORAÇÃO:** O pé-de-altar identificado em São João dos Azinhais apresenta uma tipologia idêntica a outros já conhecidos um pouco por todo o Alentejo. Sobre o capitel seria colocada uma pequena mesa de altar.

**PARALELOS:** A realização da cruz, presente neste suporte de mesa de altar, apresenta similitude com a das cruzes dos suportes de mesas de altar de São Pedro de Balsemão, Lamego (**WRENCH**, 2008, **grupo Lamecense**, p.82) e de Sines (**WRENCH**, 2008,

**grupo Pacense**, p. 689) São Brás dos Matos (Alandroal), Monte da Abóbada (Serpa), Sines e São Bartolomeu da Via Glória (Mértola). Na face principal apresenta uma cruz pátea.

**DIMENSÕES:** Trata-se de um “pilar” com 1,37m de altura; 0,22m de largura e 0,35m de espessura. Apresenta decoração apenas na zona frontal, onde se observa no fuste uma cruz pátea, com 0,805m de altura e 0,21m de largura. No topo do capitel observa-se o orifício para colocação das relíquias, com uma forma rectangular com 11,5cm de comprimento; 10cm de largura e uma profundidade de 7cm. No topo deste orifício observam-se as quatro pequenas ranhuras para encaixe de uma pequena tampa.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja da Misericórdia do Torrão.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio/final

**GRUPO:** Eborense.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

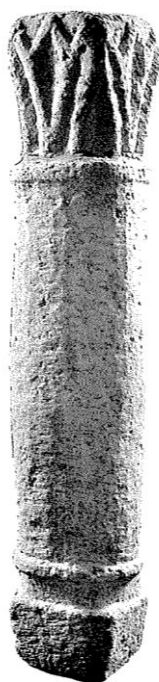
**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

**OS COLUNELOS E OS PILARETES: PÉS-DE-ALTAR DE *MENSAE* LITÚRGICAS E MAINÉIS DE PORTAS OU JANELAS**

**COLUNELO 1**

**VILAR/VILA VERDE (ALFUNDÃO)**



**Fotografia 260- Colunelo de Vila Verde de Alfundo (a partir de TORRES *et alii*, N°11)**

**IDENTIFICAÇÃO:** Colunelo/Pé-de-Altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Ferreira do Alentejo

**FREGUESIA:** Alfundo

**DECORAÇÃO:** Trata-se de um monólito que apresenta a base, o fuste e o capitel bem diferenciados, observando-se que este último apresenta como decoração nas quatro faces trifólios estilizados.

**PARALELOS:** O colunelo aparece em Elvas, em Vera Cruz de Marmelar, em Egítânia (**WRENCH**, 2008: 648). Em Mérida, os colunelos n.ºs 68-72 e 404 são do mesmo tipo dos anteriormente referidos, ainda que nenhum deles apresente o capitel decorado apenas com uma palmeta em cada face. Também existem exemplares de Mértola, Monte do Roxo (Alvalade do Sado), em Vera Cruz de Marmelar e em Viana do Alentejo.

**DIMENSÕES:** Trata-se de um monólito de mármore de veios cinzentos com 50,5cm de altura máxima e um diâmetro máximo de 9cm, no fuste.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Núcleo Visigótico do Museu Rainha Dona Leonor em Beja, oferecido pelo Sr. José António dos Santos, antigo proprietário dos terrenos de Vilar ao em Maio de 1954 (**VIANA**, 1954: 11).

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Início do último terço do século VI/princípio do século VII

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborenses), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993 (nº11).

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborenses”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **COLUNELO 2**

### **NOSSA SENHORA D'AIRES**



**Fotografia 261- Capitel de colunelo de Nossa Senhora d'Aires**





**Ilustração 20-** Capitel de colunelo de Nossa Senhora d'Aires, (a partir de VASCONCELOS e PEREIRA, 1904: 290, figura 14)

**IDENTIFICAÇÃO:** Capitel de colunelo/pé-de-altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Viana do Alentejo

**FREGUESIA:** Viana do Alentejo

**DECORAÇÃO:** Apresenta duas volutas encimadas por uma folha lanceolada. Encontra-se decorada nas quatro faces.

**PARALELOS:** Vilar/Vila Verde (Alfundão), Monte do Roxo (Alvalade do Sado), em Vera Cruz de Marmelar, Mértola, e em Viana do Alentejo.

**DIMENSÕES:** a peça apresenta 14,5cm de altura, e 9cm de largura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu Nacional de Arqueologia

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Segunda metade do século VII/início do século VIII.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência ravenático-bizantina

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo Pacense

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

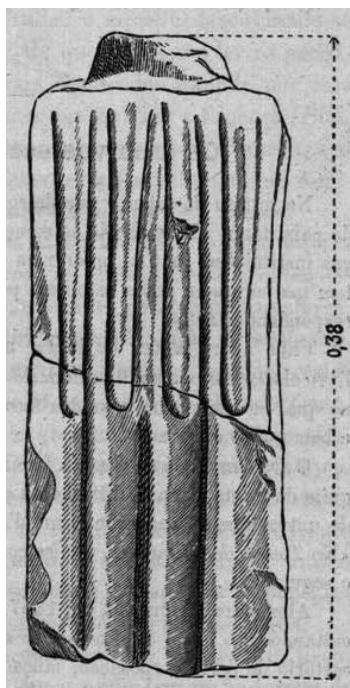
**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**VASCONCELOS**, José Leite de e **PEREIRA**, Félix Alves, “Antiguidades de Vianna do Alemtejo”, in O Archeologo Português, 1ª Série, vol. 9, n.º 11-12 Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1904, pp. 271-296.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

### **COLUNELO 3**



**Ilustração 21-** Fragmento de base, com arranque de um fuste cilíndrico de colunelo/pé-de-altar (?), a partir de VSCONCELOS e PEREIRA, 1904: 295, figura 21

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de base com arranque de fuste cilíndrico de colunelo/pé-de-altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Viana do Alentejo

**FREGUESIA:** Viana do Alentejo

**DECORAÇÃO:** Apresenta caneluras na vertical.

**PARALELOS:** Vilar/Vila Verde (Alfundão), Monte do Roxo (Alvalade do Sado), em Vera Cruz de Marmelar, Mértola, e em Viana do Alentejo.

**DIMENSÕES:** Altura: 0,30m; largura (aproximadamente): 0,12m; diâmetro do fuste (aproximadamente): 0,09m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu Nacional de Arqueologia

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**VASCONCELOS**, José Leite de e **PEREIRA**, Félix Alves, “Antiguidades de Vianna do Alemtejo”, in O Archeologo Português, 1ª Série, vol. 9, n.º 11-12 Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1904, pp. 271-296.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECA, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

#### **COLUNELO 4**

#### **VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 262-** Fragmento de colunelo monolítico em mármore de veios cinzentos (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa XII, número 115)

**IDENTIFICAÇÃO:** Colunelo/Pé-de-Altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Trata-se de um monólito de mármore onde se observam o fuste liso e cilíndrico e o capitel de moldura boleada, correspondente ao astrágalo, bem diferenciados. Este último é constituído por um corpo cúbico, decorado nas quatro faces com volutas junto aos ângulos, no qual se encaixa outro V. Junto ao astrágalo, tem as arestas chanfradas, com um rebordo em arco, como folhas de água, lisas, nos quatro ângulos e, entre elas, em cada face, saliências triangulares de onde partem as volutas. Este último apresenta como motivo decorativo uma folha losangular ladeada por duas volutas muito evolucionadas nas quatro faces, saindo de uma espécie de vaso da vida de feição triangular. Esta decoração é idêntica à observada no fragmento de capitel de colunelo de Nossa Senhora d'Aires e no fragmento de colunelo proveniente de São João dos Azinhais. O colunelo de Vera Cruz de Marmelar foi identificado por Dom Fernando de Almeida, que nos informa que a peça se encontra na igreja matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PARALELOS:** Vilar/Vila Verde (Alfundão), Monte do Roxo (Alvalade do Sado), em Vera Cruz de Marmelar, Mértola, e em Viana do Alentejo. O capitel deste colunelo é particularmente o fuste liso semelhante a outro de um pilastrim ou pilarete de Arranas

**DIMENSÕES:** Não nos foi possível observar a peça.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Museu Nacional de Arqueologia

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Não nos foi possível observar a peça.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense com forte influência do Grupo Pacense

## REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

## **PILARETES**

### **PILARETE 1**

#### **VERA CRUZ DE MARMELAR**



**Fotografia 263- Fragmento de pilastrim (de pé-de-altar?) decorado com trifólios sobre pequenos arcos inseridos em quadrados (a partir de ALMEIDA, 1962, estampa III, número 81)**





**Fotografia 264- Fragmento de pilastrim ou pilarete/pé-de-altar na actualidade**

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento fuste e base de pilastrim ou pilarete/pé-de-altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A sua decoração consiste em trifólios/palmetas assentes em arquinhos duplos insertos em quadrados, traçados a bisel, registando-se em apenas um dos lados do fuste.. Apareceu reutilizada no paramento da torre da igreja de Vera Cruz de Marmelar. A base é constituída por plinto seguido de escócia estreita entre dois toros. Os espaços residuais entre as palmetas e as molduras, bem como os semicírculos dos arquinhos são bastante escavados.

**PARALELOS:** A decoração é similar à do possível Pilar de Vera Cruz de Marmelar, reutilizado como degrau, no “Paço”, que já tratámos anteriormente, e ao Pilar de Beja

(**TORRES**, 1993: nº 46). Este tipo de palmeta e disposição do motivo, em linha vertical, surgem em várias peças do Grupo Pacense, de Beja, Mértola e Sines (**WRENCH**, 2008: 344).

**DIMENSÕES:** Preserva 0,45m do seu comprimento por 0,12m da sua largura e 0,10m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense, com fortes influências do Grupo Pacense

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

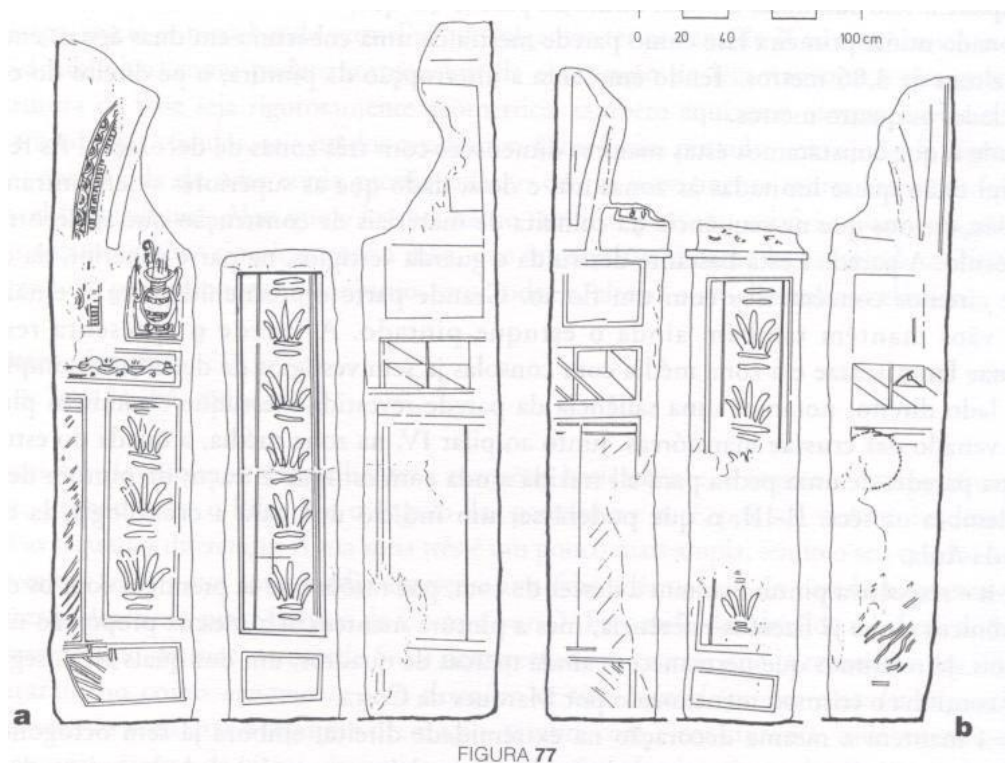
**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

**OBSERVAÇÕES:** De notar que o tema é igualmente representado em pintura, como se pode ver a decoração mural da Basílica paleocristã de Tróia de Setúbal (**MACIEL**, 1996 e **WRECH**, 2008: 345)



**Ilustração 22-** Frescos da *basílica* de Tróia, segundo MACIEL, 1996, adaptado a partir de WRECH, 2008: 345)

## **PILARETE 2**



**Fotografia 265- Fuste de pilastrim de Vera Cruz de Marmelar**

**IDENTIFICAÇÃO:** Pilarete/Pé-de-Altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** A sua decoração consiste numa simulação de estrias em “V”, também conhecida por linha de chaveirões, ou espinha (**WRECH**, 2008: 347), que já vimos representadas nas placas triangulares/frontões de Vera Cruz de Marmelar

**PARALELOS:** Em território português, encontra-se um friso com a mesma decoração proveniente de São Miguel da Mota, Alandroal, no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa (**ALMEIDA**, 1962: Fig.202, **ALMEIDA**, 1987: Friso 19). O motivo, com idêntica realização, surge também no nº36 da Tese de Mestrado de Maria Amélia

Fresco de Almeida<sup>24</sup> (número 31 do catálogo do Núcleo Visigótico do Museu de Beja). Apresenta ainda semelhanças com um fuste depilar representado num fragmento de *transenna* encontrada entre a rua da Mouraria e a muralha da cidade de Beja, onde foram também representados trifólios assentes em semi-círculos, um tema muito comum em Vera Cruz de Marmelar (número 32 do catálogo do Núcleo Visigótico do Museu de Beja). Em S. Pedro de Balsemão, numa das impostas (AVP, Fig.263), um resto de decoração com chaveirões é ainda visível numa face lateral, mas a realização do motivo é mais linear e fruste, parecendo ser de época posterior. Em outra imposta da mesma igreja (AVP, Fig.264) uma Espinha estreita intercala-se entre duas estreitas faixas com Cordão. Em Mérida, o tema surge apenas em duas peças, nºs 168 e 285, fragmento de placa e imposta (?), respectivamente. Cruz Villalón considera que este tema, que designa por “Espigas”, tem uma escassa representação em Mérida e que os exemplos aí existentes, bem como outros da Lusitânia, concentrados no sul da Península, se relacionam com exemplos africanos, colocando a hipótese de ser essa a procedência do tema (**CRUZ VILLALÓN** 242-243 e **WRENCH**, 2008: 347). Esta temática encontra-se presente em colunas em colunas geminadas que pudemos observar em Santa Cristina de Lena e em Santa Maria de Naranco.

**DIMENSÕES:** Fragmento de pilarete em mármore de veios cinzentos, que preserva 0,34m de altura, 0,11m de largura e 0,09m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:**

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio.

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do Grupo Pacense

**OBSERVAÇÕES:** Maria Amélia Fresco de Almeida classificou esta peça como friso (**ALMEIDA**, 1987: vol. 1, 231, Friso 20), considerando-o semelhante na decoração a outro identificado em São Miguel da Mota, concelho do Alandroal (**ALMEIDA**, 1987: vol. 1, 231, Friso 19). Licínia Wrench considerou que este fragmento poderia

---

<sup>24</sup> A autora apresentou apenas a fotografia no volume III. Presume-se que seja proveniente de Beja.

corresponder a um friso. Contudo, as suas características formais permitem-nos pensar que se trata realmente de um pilarete ou pé-de-altar.

#### **REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) vol. 1, p. 231, Friso 20.

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de

Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa)

### **PILARETE 3**

#### **SÃO JOÃO DOS AZINHAIS, TORRÃO**



**Fotografia 266-** Fragmento de “pilarete” ou pé de *mensa* de altar de São João dos Azinhais.

**IDENTIFICAÇÃO:** Pilarete/Pé-de-Altar, em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Setúbal

**CONCELHO:** Alcácer do Sal

**FREGUESIA:** Torrão

**DECORAÇÃO:** Apresenta um capitel cúbico, gola prismática, e fuste paralelepípedo, observando-se uma demarcação na zona de transição da gola para o fuste. Está decorado em três das quatro faces, observando-se nas três faces do capitel vasos de feição triangular de onde saem motivos vegetalistas com terminação em voluta. O fuste apresenta-se decorado com uma linha vertical de círculos tangentes de quatro



fusos, determinando um quadrado côncavo sobre o vértice e fazendo aparecer quadrifólios.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** Conserva ainda uma altura máxima de 0,25m e uma largura máxima de 0,17m.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja da Misericórdia do Torrão

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Final do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio/final

**GRUPO:** Eborenses

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**LIMÃO**, Filomena M. L. Coelho M., Espaço, Forma e Iconografia: os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense), volumes I a III, Texto Policopiado, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, in Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular), vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

***TRANSENNAE DE ICONOSTASE***

**VERA CRUZ DE MARMELAR**

***TRANSENNNA 1***



**Fotografia 267- Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar**



**Fotografia 268-** Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar, zona do encaixe

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de *transenna* de *iconostase* em mármore branco de Estremoz/Vila Viçosa.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na face principal apresenta dois quadrados. O superior, com uma altura preservada de 0,13m, tem no seu interior um octofólio com botão central, enquanto no segundo, pior preservado, com 0,16m de altura se observa um trifólio assente num semicírculo.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** Fragmento de *transenna* de *iconostase* com zona de encaixe, que preserva 0,30m de altura, 0,22m de largura e 0,08m de espessura. O orifício de encaixe preserva a mesma altura da peça e 0,04m de largura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo pacense.

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:** A peça é inédita, no entanto apresentamos a seguinte bibliografia comparativa:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

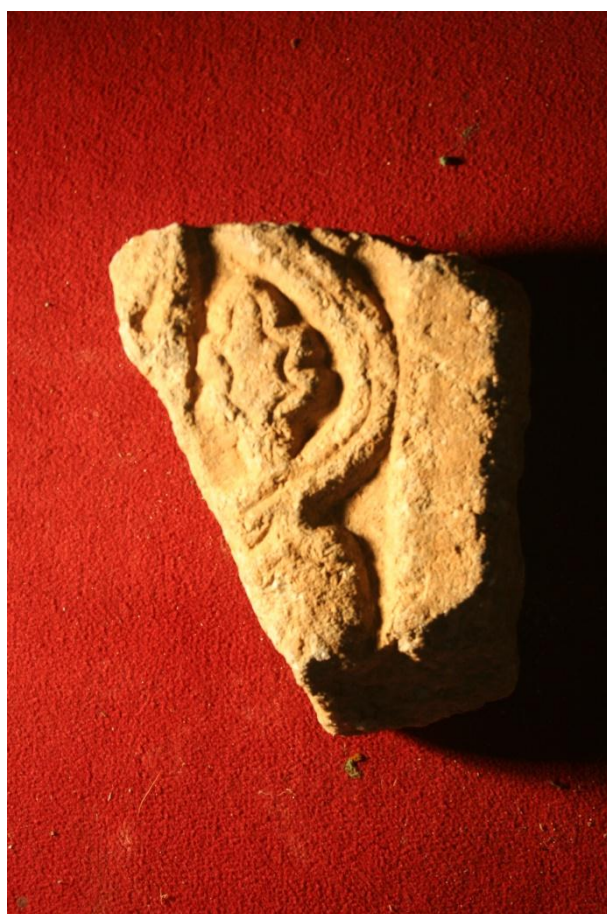
**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, *Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português*, 2008, *Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*

**TRANSENNA 2 (FOTOGRAFIA 90)**



**Fotografia 269-** Fragmento de *Transenna* de *Iconostase* de Vera Cruz de Marmelar

**IDENTIFICAÇÃO:** Fragmento de *transenna* de *iconostase* em mármore de veios cinzentos.

**DISTRITO:** Évora

**CONCELHO:** Portel

**FREGUESIA:** Vera Cruz de Marmelar

**DECORAÇÃO:** Na face principal apresenta como motivos decorativos um ramo de videira de onde saem uma folha e um cacho de uvas.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** O fragmento da *transenna* de *iconostase* preserva 0,25m de comprimento, 0,21m de largura e 0,09m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:** Igreja Matriz de Vera Cruz de Marmelar.

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira metade do século VII.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Visigótico tardio, com influência ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Eborense, com forte influência do grupo Pacense

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:** A peça é inédita, no entanto apresentamos a seguinte bibliografia comparativa:

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, Lisboa, 1954.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, “Arte Visigótica em Portugal”, in O Archeólogo Português, 2ª Série, vol.4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962, pp. 6 a 278.

**ALMEIDA**, Dom Fernando de, **PAIXÃO**, Judite Cavaleiro, **PAIXÃO** e António Cavaleiro, “Monumentos Arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”, in Setúbal Arqueológica, Volume IV, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1978, pp.215-226.

**ALMEIDA**, Maria Amélia Fresco de, Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo, 4 volumes, 1987 Texto Policopiado (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

**CRUZ VILLALÓN**, M., Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica, Badajoz, Diputación Provincial, 1985.

**MACIEL**, Manuel Justino, Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal,. Lisboa, Edição do Autor, 1996.

**TORRES**, Cláudio (coord.), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.

**WRENCH**, Licínia Nunes Correia, Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português, 2008, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)





**Fotografia 270-** Caixa Relicário do Monte da Cegonha (ALARCÃO, LOPES e ALFENIM, 1995: 402, Fig.1)

**IDENTIFICAÇÃO:** Caixa Relicário em calcário de veios cinzentos de São Brissos

**DISTRITO:** Beja

**CONCELHO:** Vidigueira

**FREGUESIA:** Selmes

**DECORAÇÃO:** Não apresenta.

**PARALELOS:**

**DIMENSÕES:** A peça preserva 0,25m de comprimento; 0,16m de largura, 0,125m de altura e 0,02m de espessura.

**LOCAL/INVENTÁRIO:**

**PROPOSTA DE CRONOLOGIA:** Primeira século VI.

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:** Bom.

**CONTEXTO:** Suevico-Visigótico, com influência ravenático-bizantina?

**GRUPO:** Pacense

**REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA:**

**ALARCÃO**, Adília Moutinho, **LOPES**, Conceição e **ALFENIM**, Rafael, “A caixa relicário do Monte da Cegonha, Selmes (Vidigueira): Arqueologia e Laboratório”, *in* **PALOL**, Pere de e **GUSMÃO**, Artur Nobre de, IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa e Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, 1995, pp. 401-405.